



RE-UNIR REVISTA

do Centro de Estudos da Linguagem
da UNIR

v12|n2

2025

ISSN
2594-4916

Expediente

Editor Responsável

Lucas Martins Gama Khalil

Editora Adjunta

Geane Valesca da Cunha Klein

Organizadores do Dossiê

Thiago Barbosa Soares

Mônica da Silva Cruz

Ilza Galvão Cutrim

Editores Científicos

Fernando Simplicio dos Santos

Lou-Ann Kleppa

Maria de Fátima Oliveira Molina

Natália Cristine Prado

Jefferson Gustavo Campos

Lucimara Alves da Costa

Assessoria Técnica

Herta Maria do Nascimento Soeiro

Capa

Karin Rosenbaum

Editoração Final

Geane Valesca da Cunha Klein

Lucas Martins Gama Khalil

Conselho Editorial

Alina Villalva (Universidade de Lisboa)

Ana Maria Cavalcanti Aguiar (UNIR)

Angela Derlise Stübe (UFFS)

Angelica Rodrigues (UNESP)

Anna Flora Brunelli (UNESP)

Aracy Alves Martins (UFMG)

Ariel Novodvorski (UFU)

Camila da Silva Alavarce (UFU)

Carlos Piovezani (UFSCAR)

Cibele Naidhig de Souza (UFERSA)

Claudiana Narzetti Costa (UEA)

Cleudemar Alves Fernandes (UFU)

Cristina Martins Fargetti (UNESP)

Élcio Aloísio Fragoso (UNIR)

Eloísa Joseane da Cunha Klein (UNIPAMPA)

Enivalda Nunes Freitas e Souza (UFU)

Gabriela Oliveira Codinhoto (UFAC)

Geane Valesca da Cunha Klein (UNIR)

Gladis Massini Cagliari (UNESP)

Grenissa Bonvino Stafuzza (UFG)

Heloisa Mara Mendes (UFU)

Iza Reis Gomes Ortiz (IFRO)

José Eduardo Barros Melo (UNIR)

José Magalhães (UFU)

Kelly Priscila Loddo Cezar (UFPR)

Lilian Reichert Coelho (UNIR)

Lou-Ann Kleppa (UNIR)

Luisa Helena Finotti (UFU)

Luiz Carlos Cagliari (UNESP)

Luiz Carlos Schwindt (UFRGS)

Maíra Sueco Maegava Córdula (UFTM)

Manuel Medina (University of Louisville - EUA)

Marcela Ortiz Pagoto de Souza (IFSP)

Márcia Helena Rostas (IFSUL)

Maria Aparecida Oliveira (UFAC)

Maria de Fátima Oliveira Molina (UNIR)

Maria do Socorro D. Loura Jorin (UNIR)

Marian Oliveira (UESB)

Maride Ima Laperuta Martins (UNIOESTE)

Marília Lima Pimentel Cotinguiba (UNIR)

Marisa Martins Gama-Khalil (UFU)

Milenne Biasotto (UFGD)

Natália Cristine Prado (UNIR)

Niguelme Cardoso Arruda (IFSC)

Rosana Nunes Alencar (UNIR)

Sonia Maria Gomes Sampaio (UNIR)

Suzana Maria Lucas Santos (UFMA)

Talita de Cássia Marine (UFU)

Vera Pacheco (UESB)

Vitor Ceil Santos (UFES)

Welisson Marques (IFTM)

Pareceristas *ad hoc* do Vol. 12, nº 2

Alan Ricardo Costa

Anísio Batista Pereira

Antônio Edson Alves da Silva

Breno Rafael Martins Rezende

Damião Francisco Boucher

Daniel Calbino

Décio Rocha

Douglas Corrêa da Rosa

Elaine de Moraes Santos

Francis Mary Correia da Rosa

Ilza Galvão Cutrim

Jefferson Gustavo Campos

Manuel Veronez

Maria Cláudia Teixeira

Mônica da Silva Cruz

Patrícia Romagnani

Samilo Takara

Sérgio Nunes de Jesus

Sílvia Adélia Henrique Guimarães

RE-UNIR – Revista do Centro de Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Rondônia.

V. 12 (2025), nº 2. Porto Velho-RO. Periodicidade: Anual
Centro de Estudos da Linguagem - CEL

Sala 104. Bloco 4A - Prédio das Pró-Reitorias, Campus - BR 364, Km 9,5
CEP: 76801-059 - Porto Velho - RO

Publicada em meio eletrônico:
<http://www.periodicos.unir.br/index.php/RE-UNIR/index>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
<i>Thiago Barbosa Soares</i> <i>Ilza Galvão Cutrim</i> <i>Mônica da Silva Cruz</i>	
ARTIGOS	
Disputas discursivas, subjetivação e relações de poder na conservação amazônica: “O ‘cara’ que planta árvore é um trouxa?”	10
<i>Marcelo Lucian Ferronato</i> <i>Emanuel Fernando Maia de Souza</i> <i>Marília Lima Pimentel Cotinguiba</i>	
Reflexões panorâmicas acerca da linguagem na educação básica numa Amazônia ancestral: a inquietude das pesquisas precisa reinventar o dispositivo escolar	29
<i>Marcos André Dantas da Cunha</i>	
Perspectivas sobre o ensino digital em revistas especializadas: uma análise do discurso da revista Educação	44
<i>Dairles Vieira Mendes</i> <i>Ana Lúcia Rocha Silva</i>	
Entre estigma e resistência: discursos sobre HIV em Drag Race Brasil e as políticas de saúde	63
<i>Yuri Rutchere Mineiro Soares</i> <i>Maria Angélica de Oliveira</i>	
Jogando com a confiança: a construção do ethos de influenciadores na publicidade de casas de apostas online	81
<i>Karen Hany da Conceição</i> <i>Marize Barros Rocha Aranha</i>	
Empoderamento feminino e afirmação étnico-racial negra na escola: discursos de resistência no audiovisual Ana (2017)	99
<i>Neiva de Souza Miranda</i> <i>Douglas Lima Rodrigues</i>	
Discurso pictórico e resistência feminina em Mátia Livre de Marcela Cantuária	118
<i>Clara Morghana Pereira Silva</i> <i>Francisco Vieira da Silva</i>	

Discurso de resistência do PSB Tocantins: uma arqueogenealogia discursiva da formação política para pessoas LGBTQIAPN+ 137

Damião Francisco Boucher

Thiago Barbosa Soares

Governamentalidade e práticas antidemocráticas: o controle dos corpos de crianças-meninas no caso de aborto em Santa Catarina 153

Jefferson Gustavo dos Santos Campos

Ana Beatriz Brandão

Neil Armstrong Franco

“Vá e honre os verdadeiros homens sanctos, será um herói, será o herói”: incitação ao terrorismo em comentários na Dark Web pelo viés da Metalinguística e Criminologia Cultural 170

Marcos Alexandre Fernandes Rodrigues

Diagnóstico do presente na análise de discursos 188

Sandson de Souza Costa

O funcionamento da negação no discurso político 205

Alice Vieira Duarte

Mônica Ferreira Cassana

Apresentação

Os tecidos do poder na sociedade brasileira: análises discursivas em perspectiva

O dossiê “Os tecidos do poder na sociedade brasileira: análises discursivas em perspectiva” reúne pesquisas que interrogam, por diferentes dispositivos enunciativos, os modos pelos quais saber, poder e linguagem se articulam na produção de subjetividades, na gestão de corpos e na administração de conflitos sociais no Brasil contemporâneo. Em comum, os textos assumem a análise do discurso, em vertentes pecheuxtianas, foucaultianas e afins, como ferramenta para desnaturalizar evidências, visibilizar regimes de verdade e compreender como se costuram, no cotidiano, as tramas materiais do poder em campos como a política, a mídia, a escola, a justiça, a saúde e as lutas por reconhecimento.

Uma primeira constelação de trabalhos se ancora majoritariamente na Análise do Discurso de linha francesa, com destaque para a tradição pecheuxtiana, para abordar conflitos socioambientais, precariedades urbanas e práticas escolares de resistência. O artigo “O ‘cara’ que planta árvore é um trouxa? – Disputas discursivas e relações de poder na conservação amazônica” analisa enunciados de agricultores familiares na Amazônia rondoniense, identificando ideologias e formações discursivas que atravessam as decisões sobre restauração florestal e evidenciam a governança ambiental como espaço de disputa simbólica. Já “Reflexões panorâmicas acerca da linguagem na educação básica numa Amazônia ancestral: a inquietude das pesquisas precisa reinventar o dispositivo escolar” apresenta um panorama de pesquisas em linguagem na educação básica amazônica, evidenciando como o dispositivo escolar, tomado como ferramenta de poder colonial, é tensionado por práticas discursivas docentes que afirmam identidades e resistem à homogeneização grafocêntrica.

Um segundo conjunto de textos volta-se às relações entre práticas discursivas, educação e mídia, interrogando tanto o discurso acadêmico quanto produtos culturais que tematizam tecnologia, ensino e saúde. Em “Perspectivas sobre o ensino digital em revistas especializadas: uma análise do discurso da revista Educação”, o foco recai sobre artigos publicados em Educação & Realidade no pós-pandemia,

analisando como representações hegemônicas de modernização tecnológica convivem com tensões em torno de formação docente, inclusão e desigualdades de acesso.

“Entre estigma e resistência: discursos sobre HIV em Drag Race Brasil e as políticas de saúde” lê o reality show como dispositivo de subjetivação, em que discursos sobre HIV, calcados em referenciais foucaultianos, ora reproduzem estigmas, ora instauram espaços de resistência, afetando a maneira como se entende a soropositividade nas políticas de saúde. Em outra direção, “Jogando com a confiança: a construção do ethos de influenciadores na publicidade de casas de apostas online” discute, a partir de Maingueneau, Amossy e Charaudeau, como campanhas com influenciadores constroem ethos carismáticos e íntimos que legitima o ato de apostar, articulando cenografias publicitárias a estratégias de adesão e consumo.

Há, ainda, um bloco de trabalhos que tematizam diretamente as formas de resistência feminina, racial e LGBTQIAPN+, bem como a captura dessas resistências por dispositivos institucionais. “Empoderamento feminino e afirmação étnico-racial negra na escola: discursos de resistência no audiovisual Ana (2017)” analisa, com base em Pêcheux e em perspectivas decoloniais e antirracistas, a materialidade verbo-visual do curta-metragem, destacando formações discursivas que promovem empoderamento e afirmação identitária negra no contexto escolar.

Em diálogo com uma memória de lutas contra o autoritarismo, “Discurso pictórico e resistência feminina em Mátria Livre de Marcela Cantuária” mostra como pinturas do conjunto Mátria Livre constituem um lugar de reescrita da história, convocando novos olhares sobre trajetórias de mulheres apagadas pela narrativa oficial da ditadura civil-militar. Já “Discurso de resistência do PSB Tocantins: uma arqueogenealogia discursiva da formação política para pessoas LGBTQIAPN+” mostra como um partido político, sob a retórica da “política plural”, apropria-se dos enunciados de resistência da comunidade LGBTQIAPN+, deslocando-os e reconfigurando posições de sujeito de modo a instrumentalizar a luta por representatividade.

Outro eixo temático recorta experiências de violência e controle que incidem sobre corpos vulnerabilizados, discutindo governamentalidade, biopolítica e terrorismo. “Governamentalidade e práticas antidemocráticas: o controle dos corpos

de crianças-meninas no caso de aborto em Santa Catarina” examina discursos midiáticos e jurídicos em torno de um aborto legal, evidenciando estratégias de adultização, culpabilização e disciplinamento que transformam a criança-menina em objeto de disputa moral e restringem direitos em nome de uma proteção que se converte em violência institucional. Complementarmente, “[...] vá e honre os verdadeiros homens sanctos, será um herói, será o herói”: incitação ao terrorismo em comentários na Dark Web pelo viés da Metalinguística e Criminologia Cultural” analisa mensagens do fórum Dogolachan, mostrando como, nesse espaço subcultural extremista, o massacre escolar é discursivamente construído como ritual de purificação e heroísmo, legitimando o terrorismo como prática de poder e consagrando o “justiceiro-mártir”.

Finalmente, dois textos assumem diretamente a reflexão teórico-metodológica sobre análise do discurso e política, tomando slogans e enunciados parlamentares como material privilegiado. Em “Diagnóstico do presente na análise de discursos”, o slogan bolsonarista “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” é examinado à luz do diagnóstico foucaultiano do presente, como formulação que condensa a racionalidade neoliberal-religiosa e permite compreender efeitos de verdade nas disputas em torno da democracia. Em “O funcionamento da negação no discurso político”, a Análise do Discurso materialista de Pêcheux sustenta o estudo da fala de um parlamentar sobre união homoafetiva, evidenciando como o mecanismo da negação funciona para disfarçar a filiação a uma formação discursiva religioso-conservadora, enfraquecer formações antagônicas e produzir um discurso persecutório que opera sob a aparência de neutralidade jurídica. Em conjunto, esses textos evidenciam a potência da análise discursiva para diagnosticar nosso presente, interrogando slogans, fórmulas, discursos institucionais e práticas de linguagem que atravessam o espaço público brasileiro.

Este dossiê, assim, oferece um mosaico de investigações que, ao entrelaçarem Pêcheux, Foucault, Maingueneau, Charaudeau e perspectivas decoloniais e antirracistas, permite compreender como se configuram, se consolidam e são contestados os tecidos do poder na sociedade brasileira, em múltiplas cenas enunciativas e regimes de visibilidade. Agradece-se, de modo especial, ao Prof. Dr. Lucas Martins Gama Khalil, cuja presença atenta e parceria intelectual foram decisivas

em todas as etapas de recepção, avaliação, editoração e publicação deste número da revista Re-Unir.

Organizadores:

Prof. Dr. Thiago Barbosa Soares (UFT/CNPq)

Profa. Dra. Ilza Galvão Cutrim (UFMA)

Profa. Dra. Mônica da Silva Cruz (UFMA)

Re-Unir

Disputas discursivas, subjetivação e relações de poder na conservação amazônica: “O ‘cara’ que planta árvore é um trouxa?”

*Discursive Disputes, Subjectivation, and Power Relations in Amazonian Conservation:
“Is the person who plants trees a fool?”*

Marcelo Lucian Ferronato¹

Emanuel Fernando Maia de Souza²

Marília Lima Pimentel Cotinguiba³

Resumo: Este artigo analisa como agricultores familiares da Amazônia rondoniense produzem sentidos sobre a restauração florestal a partir de seus discursos. Ancorado na Análise do Discurso de linha francesa, conforme formulada por Michel Pêcheux e desenvolvida por Eni Orlandi, o estudo examina as disputas discursivas que atravessam as práticas e percepções relacionadas à recomposição florestal entre agricultores com diferentes níveis de engajamento. A pesquisa foi realizada na Zona da Mata Rondoniense, abrangendo os municípios de Rolim de Moura, Castanheiras e Novo Horizonte do Oeste. A análise evidencia que as decisões ambientais não se explicam exclusivamente por fatores legais ou técnicos, mas se constituem a partir de atravessamentos ideológicos que moldam subjetividades, posições de sujeito e modos de ação no campo. O estudo contribui para a compreensão das relações de poder que operam na governança ambiental e nas políticas públicas de restauração ecológica no contexto amazônico.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Análise do Discurso; Amazônia; Restauração florestal; Ideologia.

Abstract: This article examines how family farmers in the Amazon region of Rondônia construct meanings around forest restoration through their discourse. Grounded in French Discourse Analysis, as formulated by Michel Pêcheux and developed by Eni Orlandi, the study explores discursive disputes surrounding forest restoration practices among farmers with different levels of engagement. The research was conducted in the Zona da Mata region of Rondônia, encompassing the municipalities of Rolim de Moura, Castanheiras, and Novo Horizonte do Oeste. The analysis indicates that environmental decision-making is not determined solely by legal or technical factors, but is shaped by ideological processes that produce subjectivities, subject positions, and forms of action in rural contexts. The study contributes to understanding the power relations that structure environmental governance and public policies for ecological restoration in the Amazon.

Keywords: Family farming; Discourse Analysis; Amazon; Forest restoration; Ideology.

Introdução

A restauração ecológica da Amazônia brasileira tem se consolidado, nas últimas décadas, como uma estratégia central para mitigar os impactos do desmatamento e

¹ Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Diretor-Presidente da Ação Ecológica Guaporé – Ecoporé e Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Conservação e Uso de Recursos Naturais (PPGRen/UNIR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7843921080156608>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0645-2633>. E-mail: marcelo@ecopore.org.br

² Doutor em Fitotecnia pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. Docente do Departamento de Engenharia Florestal e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4742387914768064>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5493-2183>. E-mail: emanuel@unir.br

³ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Docente do Departamento Acadêmico de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2889057943194849>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1847-4987>. E-mail: marhil@unir.br

assegurar a provisão de serviços ecossistêmicos essenciais à estabilidade dos agroecossistemas (Aronson; Durigan; Brancalion, 2011; Pellegrino; Assad; Marin, 2007). Para além do controle do desmate, a reversibilidade de áreas degradadas passou a ocupar posição estratégica nas agendas ambientais, especialmente diante da fragmentação da vegetação nativa e da perda de funções ecológicas críticas, como a ciclagem de nutrientes e a manutenção da biodiversidade (Altieri, 1999; Fearnside, 2006; Metzger et al., 2019). Nesse contexto, os agroecossistemas amazônicos configuram-se como territórios de disputa, nos quais diferentes projetos de conservação, uso da terra e desenvolvimento se confrontam discursivamente.

A efetividade das ações de conservação e recomposição florestal, contudo, não se define apenas por marcos legais, instrumentos técnicos ou incentivos econômicos. Ela depende, de forma decisiva, da adesão dos agricultores familiares, cujas práticas, saberes e discursos produzem sentidos específicos sobre floresta, ambiente e desenvolvimento. Esses sujeitos não se limitam a executar políticas públicas ambientais; ao contrário, (re)significam-nas a partir de suas experiências históricas, posições sociais e vínculos territoriais, evidenciando disputas simbólicas e relações assimétricas de poder que atravessam o campo da conservação (Foucault, 2008; Dijk, 2000; Fairclough; Wodak, 2005).

É nesse horizonte que este artigo se ancora na etnociência e na Análise do Discurso de linha francesa, conforme formulada por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi (Pêcheux, 1975; Orlandi, 2020). Esse referencial compreende o discurso como prática social historicamente situada, produzida na articulação entre linguagem, ideologia e condições de produção. Nessa perspectiva, os sentidos não são transparentes nem neutros: constituem-se em formações discursivas atravessadas por memórias sociais e por relações de poder que delimitam as possibilidades de dizer em determinados contextos históricos.

No contexto da agricultura familiar amazônica, a Análise do Discurso de linha francesa mostra-se particularmente fecunda para compreender como os agricultores atribuem sentido às práticas de restauração ecológica e às políticas ambientais. Esses sentidos emergem de discursos ancorados na oralidade, nas memórias coletivas e nas relações sociocomunitárias, revelando formações discursivas que tanto reproduzem quanto tensionam ideologias dominantes. A análise discursiva permite apreender como a floresta, a terra e a intervenção estatal são significadas de modo heterogêneo — ora

como obrigação legal, ora como ameaça à produção, ora como valor moral ou oportunidade — evidenciando a coexistência de racionalidades em disputa no território.

No referencial da AD francesa, conforme Pêcheux (1999) e Orlandi (2020), os sentidos são produzidos a partir da articulação entre formações discursivas, memória discursiva e interdiscurso, entendido como o conjunto do já-dito que sustenta e condiciona as possibilidades de enunciação. Nessa abordagem, o sujeito não antecede o discurso, mas é por ele constituído, ocupando posições ideológicas historicamente determinadas. As contribuições de Maingueneau (2015) são mobilizadas de forma complementar, especialmente no que se refere às cenas de enunciação e ao ethos discursivo, permitindo compreender como determinados modos de dizer se estabilizam e adquirem legitimidade em contextos sociocomunitários específicos.

Em diálogo externo com esse referencial, as reflexões de Foucault (2008) contribuem para a compreensão das relações entre discurso, poder e subjetivação, sem implicar fusão epistemológica com a Análise do Discurso de linha francesa. O discurso ambiental dominante, veiculado por instituições estatais e organismos internacionais, pode ser compreendido como um dispositivo de saber-poder que interpela os agricultores familiares e os constitui como sujeitos morais, jurídicos e produtivos dentro de determinados regimes de verdade. Tais interpelações produzem posições de sujeito que regulam condutas, definem critérios de legitimidade e moldam formas de reconhecimento e desqualificação simbólica no contexto rural.

Entretanto, como enfatiza a própria Análise do Discurso, os sentidos não são fixos nem unívocos. O discurso constitui um espaço de disputa, no qual as subjetividades produzidas pelas políticas ambientais são negociadas, reinterpretadas ou resistidas. Nesse cenário, expressões que circulam no cotidiano rural — como a ridicularização simbólica de quem investe na recomposição florestal — não devem ser compreendidas como opiniões isoladas, mas como efeitos discursivos que materializam relações de poder, disputas de sentido e processos de subjetivação.

Assim, ao analisar as disputas discursivas que atravessam a conservação e a recomposição florestal na Amazônia, este estudo busca compreender como se produzem modos de subjetivação e relações de poder que legitimam ou deslegitimam determinadas práticas ambientais. Ao reconhecer os discursos dos agricultores familiares como produções heterogêneas e historicamente situadas, o artigo contribui para o debate sobre políticas ambientais mais democráticas e dialógicas, sensíveis às múltiplas

racionalidades e conflitos simbólicos que estruturam o campo da conservação amazônica.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza interpretativa, ancorada na etnociência e na Análise do Discurso de linha francesa (ADf), conforme formulada por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi (Pêcheux, 1975; Orlandi, 2020). A ADf é compreendida como um dispositivo teórico-analítico voltado à interpretação dos sentidos produzidos nos discursos, a partir da articulação entre linguagem, ideologia, memória e condições históricas de produção.

Recorte territorial e contexto empírico

A pesquisa foi realizada na Zona da Mata Rondoniense, tendo como recorte empírico os municípios de Castanheiras, Novo Horizonte do Oeste e Rolim de Moura. A região é marcada por intenso processo de desmatamento desde a década de 1980, associado a políticas de colonização e à expansão da fronteira agropecuária (Becker, 1995; Schmink; Wood, 1992; Fearnside, 2006). Até 2019, dados do PRODES/INPE indicavam elevados percentuais de desmatamento nesses municípios (INPE, 2020). A escolha do recorte justifica-se pela expressiva presença de agricultores familiares e pela implementação de iniciativas de recomposição da vegetação nativa entre 2008 e 2020, configurando-se como território estratégico para a análise discursiva da conservação florestal.

Sujeitos da pesquisa e constituição do corpus

O corpus empírico foi constituído a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com 40 agricultores familiares, selecionados por amostragem estratificada, considerando critérios territoriais, produtivos e de inserção em ações de conservação ambiental. Para fins analíticos, os participantes foram organizados em dois grupos: **agricultores familiares engajados (AF-E)**, que participaram de ao menos uma iniciativa de recomposição florestal — por meio do plantio de espécies nativas, da manutenção de áreas restauradas ou da adesão formal a projetos de restauração ambiental — e **agricultores familiares não engajados (AF-N)**, que, embora inseridos no mesmo

contexto territorial e institucional, não realizaram práticas de recomposição florestal, limitando-se, quando aplicável, ao cumprimento mínimo das exigências legais ou à manutenção da vegetação nativa existente.

Essa distinção possui caráter exclusivamente analítico, não normativo, sendo utilizada para compreender como diferentes posições discursivas se constituem em relação à conservação e à recomposição florestal.

As entrevistas foram conduzidas a partir de roteiros semiestruturados no âmbito de uma pesquisa exploratória (Triviños, 1987), possibilitando aos participantes narrar experiências, percepções e posicionamentos acerca da floresta, do uso da terra, das políticas ambientais e das práticas de recomposição vegetal. As falas foram integralmente gravadas, transcritas e organizadas como corpus discursivo, preservando-se as marcas de oralidade relevantes à análise.

Procedimentos de análise

O corpus foi tratado como materialidade discursiva, e não como fonte de opinião ou dado informacional. A análise seguiu os princípios da Análise do Discurso de linha francesa, por meio de gestos interpretativos orientados teoricamente, considerando as condições de produção, os lugares de enunciação dos sujeitos e os efeitos de sentido produzidos nos enunciados. As formações discursivas foram construídas a partir da leitura reiterada do material empírico, identificando regularidades enunciativas e articulações de sentido.

O *software MAXQDA Analytics Pro 2020* foi utilizado exclusivamente como ferramenta de apoio à organização e sistematização do corpus, sem realização de análises automáticas ou inferências interpretativas. As representações gráficas geradas foram empregadas como dispositivos auxiliares à reflexão teórica, sem substituírem a análise qualitativa dos fragmentos discursivos.

Considerações éticas e uso de ferramentas digitais

A pesquisa observou os princípios éticos aplicáveis às Ciências Humanas, garantindo o anonimato dos participantes e o uso responsável das informações. Ferramentas de inteligência artificial foram utilizadas apenas como apoio à revisão gramatical e à organização textual do manuscrito, sem interferência nos procedimentos

analíticos ou na interpretação do corpus. Todas as inferências e interpretações apresentadas são de responsabilidade do pesquisador.

Ideologias naturalizadas nos discursos que atravessam a conservação e a recomposição florestal na agricultura familiar amazônica

As decisões dos agricultores familiares sobre a conservação ambiental e a restauração da vegetação nativa não se limitam à obediência legal ou ao acesso a incentivos institucionais, sendo orientadas por fatores internos e externos inscritos em formações discursivas atravessadas por ideologias naturalizadas. Conforme Orlandi (2020), essas ideologias operam como efeitos de sentido historicamente produzidos que delimitam o dizível e instituem modos específicos de subjetivação.

Fatores intrínsecos e os sentidos de pertencimento à terra

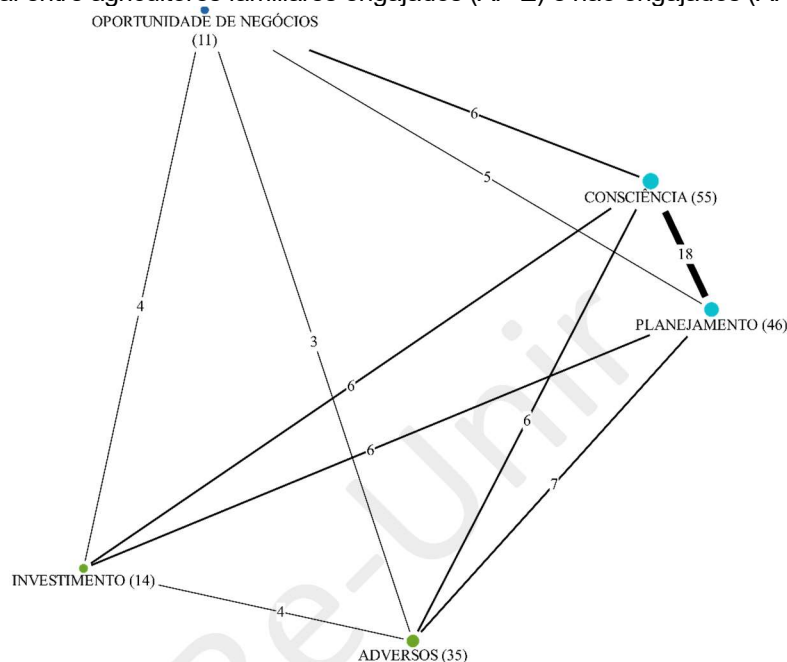
Os fatores decisórios de natureza intrínseca correspondem a 25% dos segmentos analisados e refletem uma formação ideológica ancorada no gerenciamento da propriedade rural, articulada em cinco formações discursivas. Esses segmentos evidenciam como os agricultores organizam o espaço sob sua responsabilidade, integrando dimensões produtivas, culturais e existenciais. Tais fatores referem-se a motivações de ordem pessoal, ética e afetiva, expressas em enunciados associados à autonomia da vontade, à consciência moral e à dimensão religiosa da relação com a terra. A análise indica processos de subjetivação nos quais o sujeito se posiciona como agente moralmente responsável pelo cuidado ambiental, não por imposição normativa, mas por adesão simbólica a um *ethos* de pertencimento à terra.

As formações discursivas identificadas foram: (a) consciência, ancorada em valores ético-culturais; (b) oportunidade de negócios, associada à dimensão econômica da floresta; (c) planejamento, que integra a vegetação nativa ao uso estratégico do solo; (d) investimento, com foco no retorno da restauração; e (e) discursos adversos, que expressam distanciamento e negação da funcionalidade da floresta.

A análise de agrupamento das formações discursivas (Figuras 1, 2 e 3) evidencia padrões distintos entre os grupos analisados. As formações associadas à consciência ambiental e ao planejamento do uso do solo ocupam posições centrais no mapa de coocorrência, articulando-se com discursos sobre investimento e regularização

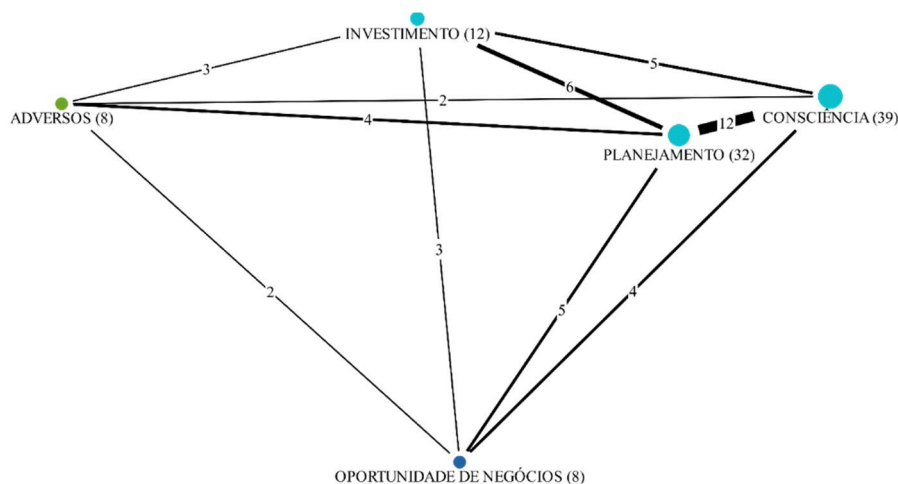
ambiental. Essa centralidade decorre da recorrência desses sentidos nos enunciados dos mesmos sujeitos, configurando eixos estruturantes das tomadas de posição em relação ao manejo da vegetação nativa, presentes em maior proporção entre os agricultores familiares engajados (AF-E) do que entre os não engajados (AF-N). Entre estes últimos, as articulações discursivas mostram-se mais fragmentadas, com menor densidade de conexões e maior incidência de discursos adversos à recomposição florestal.

Figura 1 - Mapa de coocorrência das formações discursivas associadas ao gerenciamento da propriedade rural entre agricultores familiares engajados (AF-E) e não engajados (AF-N).



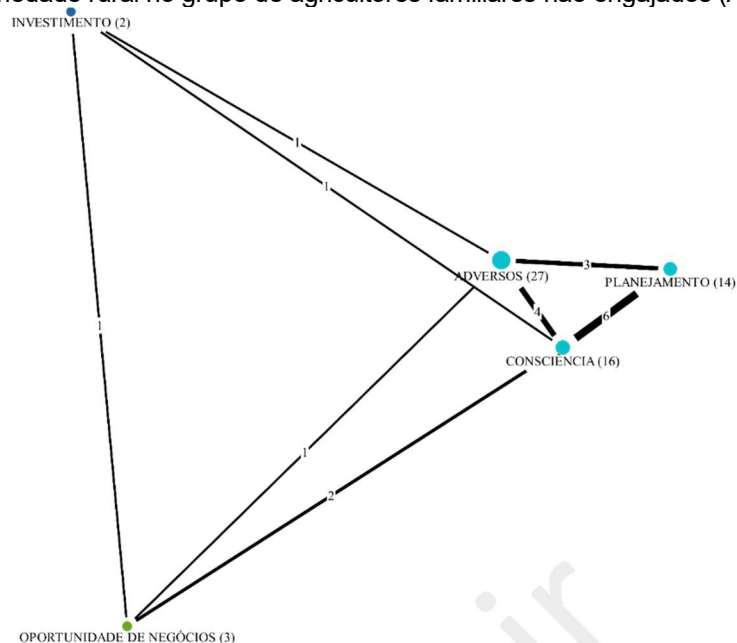
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa, com uso do *software MAXQDA Analytics Pro 2020*.

Figura 2 - Mapa de coocorrência das formações discursivas associadas à ideologia de gerenciamento da propriedade rural no grupo de agricultores familiares engajados (AF-E).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa, com uso do *software MAXQDA Analytics Pro 2020*.

Figura 3 - Mapa de coocorrência das formações discursivas associadas à ideologia de gerenciamento da propriedade rural no grupo de agricultores familiares não engajados (AF-N).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa, com uso do *software MAXQDA Analytics Pro 2020*.

No grupo dos agricultores familiares engajados (AF-E), observa-se uma rede discursiva densa e coesa, na qual as formações de consciência, planejamento e oportunidade de negócio se articulam de forma consistente. Essa configuração sugere uma racionalidade ambiental que integra dimensões éticas, estratégicas e econômicas, aproximando-se da noção de multifuncionalidade da agricultura familiar (Bonnal; Maluf, 2009).

Entre os agricultores familiares não engajados (AF-N), a rede discursiva apresenta-se mais fragmentada, com vínculos menos consistentes entre as categorias e maior incidência de discursos adversos à recomposição florestal. A subjetivação ambiental nesse grupo tende a ancorar-se em racionalidades desenvolvimentistas, nas quais a floresta é significada como obstáculo à produtividade, uma concepção historicamente reproduzida no contexto amazônico (Schmink; Wood, 1992; Becker, 1995).

Entre os agricultores familiares engajados, a consciência ambiental emerge associada a uma leitura retrospectiva dos impactos acumulados ao longo do tempo, revelando um deslocamento discursivo em relação às práticas e valores do período inicial de ocupação do território. Esse movimento ativa a memória discursiva, que, conforme

Orlandi (2020), organiza o dizível a partir do já-dito, reinscrevendo sentidos sob novas condições históricas de produção (Pêcheux, 1999). Entre os não engajados, embora a consciência ambiental também se manifeste, ela não se converte em práticas concretas, permanecendo dissociada do manejo da terra, o que reflete condições de produção marcadas pela persistência de racionalidades produtivistas e pela fragilidade de mediações institucionais (Fairclough; Wodak, 2005).

As visões sobre o retorno econômico da conservação também diferem entre os grupos. Entre os AF-E, os enunciados atribuem valor econômico à vegetação nativa, frequentemente em comparação com a pecuária. Entre os AF-N, a floresta tende a ser tolerada apenas quando não compromete a produtividade, evidenciando a persistência de uma racionalidade produtivista historicamente descrita na literatura amazônica (Castro, 1998; Fearnside, 2006). A análise evidencia ainda a presença de discursos de resistência à recomposição florestal, mais frequentes entre os AF-N, nos quais áreas preservadas são desqualificadas e associadas à improdutividade, expressando a permanência de ideologias colonizadoras no campo ambiental.

Esses resultados indicam que as decisões relacionadas à conservação ambiental na agricultura familiar amazônica não se explicam apenas por critérios legais ou técnicos, mas emergem de disputas de sentido atravessadas por moralidades, memórias e racionalidades diversas. Tal leitura dialoga com a Análise do Discurso, que compreende o sujeito como historicamente constituído por ideologia, memória e linguagem (Orlandi, 2020; Foucault, 2008), e reforça a necessidade de políticas públicas mais dialógicas e socialmente eficazes.

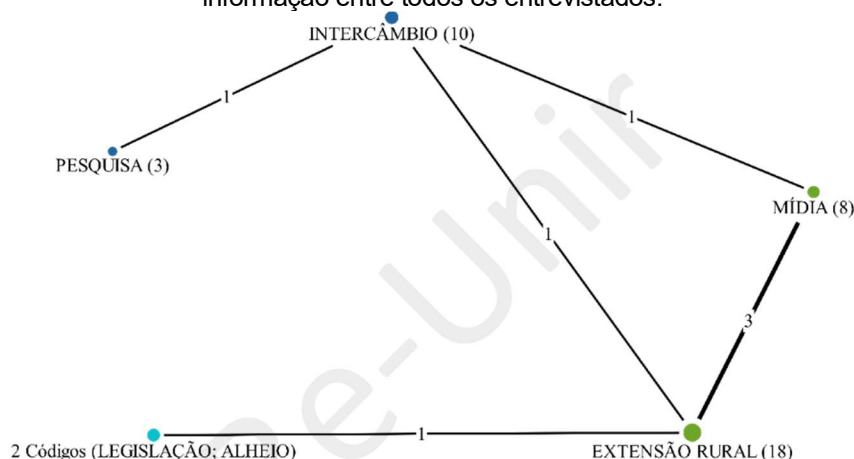
Fatores extrínsecos e o discurso institucionalizado da conservação

Os fatores extrínsecos, presentes em 8% dos segmentos analisados, correspondem a influências externas à propriedade que incidem sobre as decisões dos agricultores em relação à conservação. Esses fatores compõem uma ideologia centrada na comunicação e na informação, expressa em seis formações discursivas: (a) extensão rural, associada à mediação técnico-institucional de práticas conservacionistas; (b) mídia, responsável pela difusão de mensagens ambientais por canais institucionais; (c) intercâmbio, referente à influência de experiências externas; (d) pesquisa, evocada como fonte de legitimidade técnico-científica; (e) legislação, vinculada à imposição normativa;

e (f) alheamento institucional, que expressa ausência de mediação, desconfiança ou resistência frente às políticas ambientais.

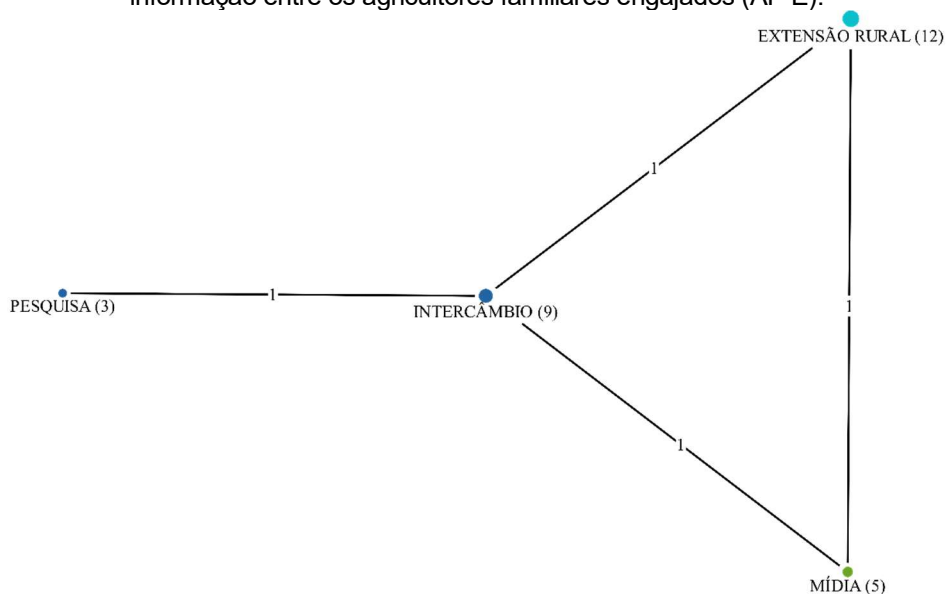
A análise de agrupamento das formações discursivas (Figuras 4, 5 e 6) evidencia padrões distintos entre os grupos analisados. As formações associadas à extensão rural e à mídia ocupam posições centrais no mapa de coocorrência, articulando-se de modo recorrente com intercâmbio e legislação, especialmente entre os agricultores familiares engajados (AF-E). Essa centralidade indica que o discurso institucional da conservação circula prioritariamente por esses canais, com a extensão rural funcionando como eixo estruturante da influência externa, ao mediar e redistribuir sentidos veiculados por normas legais, mensagens midiáticas e experiências de intercâmbio.

Figura 4 - Mapa de coocorrência das formações discursivas associadas à ideologia da comunicação e informação entre todos os entrevistados.



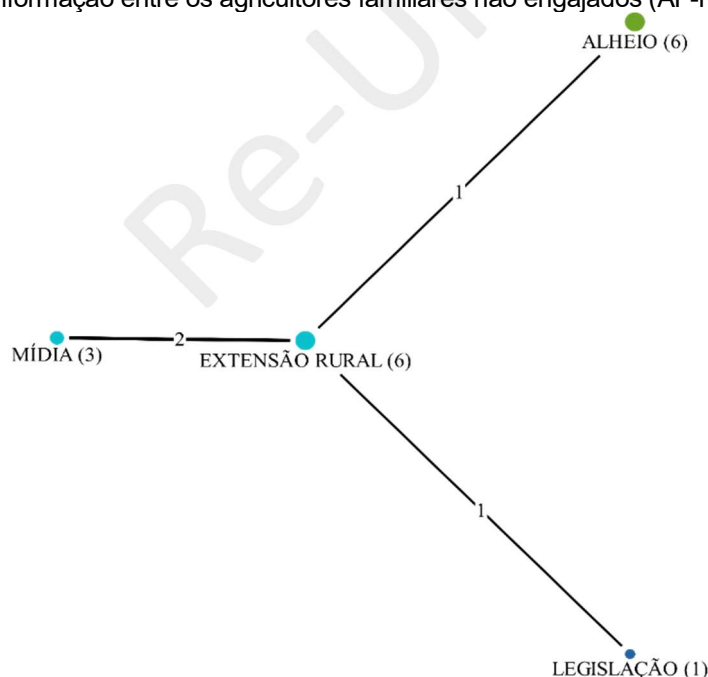
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa, com uso do software MAXQDA Analytics Pro 2020.

Figura 5 - Mapa de coocorrência das formações discursivas associadas à ideologia da comunicação e informação entre os agricultores familiares engajados (AF-E).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa, com uso do software MAXQDA Analytics Pro 2020.

Figura 6 - Mapa de coocorrência das formações discursivas associadas à ideologia da comunicação e informação entre os agricultores familiares não engajados (AF-N).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa, com uso do software MAXQDA Analytics Pro 2020.

A mediação por técnicos e meios de comunicação constitui um aparato ideológico que organiza o dizível e regula formas de subjetivação ambiental (Orlandi, 2020;

Pêcheux, 1975). Nesse processo, os sujeitos não apenas reagem a comandos normativos, mas (re)constroem sentidos a partir das interações institucionais e das representações ambientais em circulação no território.

Entre os agricultores familiares engajados (AF-E), observa-se uma rede discursiva mais articulada, na qual o intercâmbio conecta extensão rural, mídia e pesquisa. Essa configuração sugere a incorporação de múltiplas influências, com a aprendizagem e a circulação de saberes técnico-científicos operando como eixos relevantes das decisões conservacionistas.

Entre os agricultores familiares não engajados (AF-N), por sua vez, as articulações discursivas mostram-se mais fragmentadas. Embora a extensão rural ainda ocupe posição central, suas conexões com outras categorias são mais fracas, e a formação discursiva do alheamento institucional torna-se mais recorrente. Esse padrão expressa desinformação, ceticismo ou resistência ao discurso ambiental dominante, indicando limites da mediação institucional na produção de subjetivações orientadas à conservação.

Os enunciados analisados revelam que a comunicação institucional frequentemente opera segundo uma lógica prescritiva, priorizando a conformidade normativa em detrimento da construção participativa da consciência ambiental. Falas como “a gente fez porque disseram que era obrigatório” e “a lei manda recuperar” evidenciam o funcionamento de uma ideologia jurídico-normativa que molda condutas e reforça processos de sujeição às estruturas de poder estatal, conforme discutido por Foucault (2008) e Orlandi (2020).

A extensão rural, formação discursiva mais recorrente entre os fatores extrínsecos, atua como operador do discurso ambiental, mediando políticas públicas e incentivando práticas conservacionistas. Contudo, essa atuação também revela contradições, especialmente quando associada a excessos normativos e à fragilidade de diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o que limita a apropriação crítica das orientações pelos agricultores.

A mídia ocupa papel simbólico relevante na difusão de normas ambientais, operando por meio da repetição de conteúdos em rádios e programas institucionais, o que reforça uma racionalidade normativa reiterativa. O intercâmbio, embora menos frequente, destaca-se como canal de aprendizado horizontal, no qual experiências externas e práticas observadas em outras propriedades funcionam como dispositivos de sensibilização e reconhecimento do saber prático local.

A legislação, ainda que pouco mencionada, carrega forte valor normativo, organizando práticas mais orientadas à sujeição do que ao engajamento, conforme uma ideologia jurídico-normativa historicamente consolidada (Althusser, 1980). A pesquisa científica, por sua vez, aparece de forma residual e genérica, restrita a agricultores engajados, evidenciando o distanciamento entre a produção científica e as práticas rurais locais.

A formação discursiva do alheamento institucional manifesta-se principalmente entre os agricultores familiares não engajados, expressando frustração com a ausência de apoio e a desconexão entre políticas ambientais e demandas por justiça social (Leff, 1993; Acseirad, 1999).

Em síntese, os fatores extrínsecos não atuam de forma neutra: sua eficácia depende das formas de apropriação simbólica pelos sujeitos. A linguagem institucional — técnica, normativa ou comunicacional — é ressignificada no cotidiano rural, assumindo sentidos ora mobilizadores, ora impositivos. Os discursos sobre a floresta configuram arenas de disputa atravessadas por processos históricos, ideológicos e socioculturais que condicionam diferentes formas de adesão, resistência ou silêncio frente às políticas ambientais.

Relações sociocomunitárias: subjetivação e discursos de engajamento e resistência

As relações sociocomunitárias desempenham papel relevante nos discursos sobre conservação e recomposição florestal, aparecendo em 7% dos segmentos analisados. Esses discursos evidenciam como os vínculos comunitários influenciam, tensionam ou reforçam decisões ambientais, em interação com fatores intrínsecos e extrínsecos.

A análise identificou duas formações ideológicas principais: **construtivista** e **antagonista**. A primeira engloba discursos positivos, marcados por reconhecimento e estímulo à conservação, bem como discursos neutros, que indicam ausência de julgamento social explícito. A ideologia antagonista reúne discursos negativos, caracterizados por rejeições e desestímulos às práticas conservacionistas, e discursos conflituosos, associados a tensões decorrentes da disputa pelo uso do território. Essas formações indicam que os sentidos atribuídos à floresta não se produzem de modo individual, mas emergem de um campo simbólico coletivo, atravessado por valores, memórias e experiências territoriais compartilhadas.

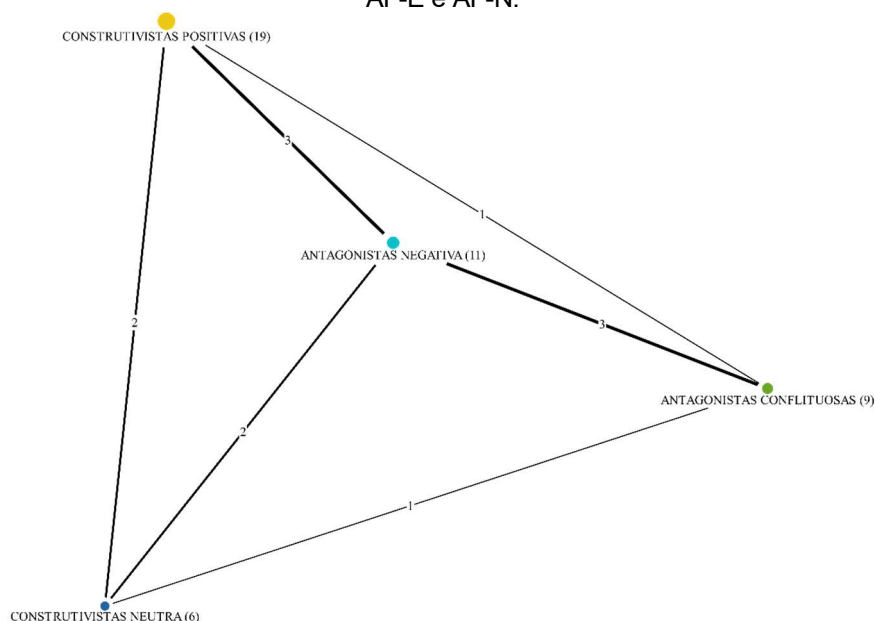
A formação construtivista-positiva foi identificada em 28% dos segmentos analisados, ocorrendo exclusivamente entre os agricultores familiares engajados (AF-E) e alcançando 55% dos sujeitos desse grupo. Esses dados indicam que o engajamento ambiental se associa a formas de reconhecimento e apoio sociocomunitário, fortalecendo vínculos de confiança e reciprocidade, em consonância com abordagens que destacam o pertencimento comunitário como base de práticas coletivas (Ingold, 2000).

Em contraste, os discursos antagonistas-negativos correspondem a 25% dos segmentos, com maior incidência entre os AF-E do que entre os AF-N, e expressam julgamentos e desestímulos às práticas conservacionistas. Essa regularidade discursiva aproxima-se de análises que apontam a persistência de racionalidades produtivistas e de desvalorização simbólica da conservação no contexto amazônico (Castro, 1998). A formação construtivista-neutra aparece em 15% dos sujeitos, enquanto os discursos antagonistas-conflituosos representam proporção semelhante, distribuída de forma equilibrada entre os grupos, indicando que disputas territoriais e conflitos de interesse seguem estruturando o campo ambiental (Leff, 1993; Acselrad, 1999).

A distribuição das formações discursivas evidencia uma clivagem no interior das relações sociocomunitárias. Entre os AF-E, observa-se maior diversidade e articulação entre discursos de consciência ambiental, planejamento e reconhecimento comunitário, revelando processos de subjetivação sustentados por vínculos sociais que favorecem a circulação e a legitimação de sentidos no território. Entre os AF-N, predominam formações menos integradas, com maior incidência de discursos antagonistas e menor adesão a sentidos de valorização coletiva, configurando formas de resistência que se expressam mais como distanciamento simbólico do que como oposição explícita às práticas de recomposição florestal.

A análise de coocorrência das formações discursivas (Figura 7) indica que a formação antagonista-negativa ocupa posição central na rede, articulando-se com outras formações e funcionando como eixo de tensão nas relações sociocomunitárias. Essa centralidade revela que, mesmo em contextos nos quais emergem discursos de engajamento, sentidos de conflito, resistência e desconfiança atravessam de modo estruturante a experiência coletiva dos agricultores, produzindo subjetivações marcadas pela ambivalência entre adesão e distanciamento em relação às narrativas institucionais de conservação.

Figura 7 - Mapa de coocorrência das formações discursivas sobre relações sociocomunitárias nos grupos AF-E e AF-N.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa, com uso do *software MAXQDA Analytics Pro 2020*.

Os sentidos de pertencimento e reconhecimento social que sustentam práticas ambientais são, assim, atravessados por conflitos e ambiguidades. Relatos de ridicularização de agricultores que investem na recomposição florestal — como a classificação de quem planta árvores como “trouxa” — evidenciam como a restauração ecológica pode ser significada como desvio da norma produtivista, exigindo resistência subjetiva para sua manutenção (Pêcheux, 1975; Orlandi, 2020). Em contrapartida, discursos construtivistas-positivos ressaltam o papel do engajamento comunitário na legitimação das práticas conservacionistas, por meio de pactos coletivos mediados por vínculos de confiança (Bourdieu, 2004).

Discursos construtivistas-neutros indicam contextos de ambivalência, nos quais práticas conservacionistas coexistem com posicionamentos diversos sem gerar conflitos abertos, enquanto discursos antagonistas-conflituosos expressam percepções de injustiça e desigualdade, como nos questionamentos sobre a distribuição desigual das obrigações ambientais entre pequenos e grandes produtores (Ferraro Junior; Jacobi, 2012; Scherer-Warren, 2008).

A Análise do Discurso permite compreender que essas tensões não constituem episódios isolados, mas efeitos de formações discursivas que moldam o dizível e influenciam as práticas sociais. O engajamento ambiental, nesse sentido, configura-se como uma construção situada, atravessada por memórias, disputas e relações de poder

(Orlandi, 2020). Disputar os sentidos da floresta implica, portanto, disputar sentidos de pertencimento, justiça e dignidade no campo amazônico, tornando as formações discursivas sociocomunitárias centrais para a compreensão das dinâmicas de engajamento e resistência na restauração ecológica na Amazônia rondoniense.

Poder, discurso e subjetivação na Amazônia: normatividade e ambivalência institucional como vetores simbólicos na adesão ou resistência à conservação

A análise demonstra que os fatores extrínsecos são centrais na institucionalização do discurso ambiental no meio rural amazônico, mas operam de forma ambígua. Se, por um lado, promovem a adesão a práticas conservacionistas por meio de leis, incentivos e extensão rural, por outro, podem gerar desconfiança, exclusão simbólica e distanciamento dos agricultores. Essa ambivalência está enraizada em experiências históricas de descontinuidade política, desigualdades no acesso à informação e assimetrias de poder (Fairclough; Wodak, 2005).

À luz da Análise do Discurso de linha francesa, compreende-se que a linguagem da conservação é uma prática social situada, atravessada por ideologias, memórias coletivas e posicionamentos sociais (Orlandi, 2020; Pêcheux, 1975; Foucault, 2008). Os enunciados sobre o ambiente não são neutros, mas efeitos de sentidos produzidos em contextos históricos específicos, assumindo diferentes significados conforme os lugares de fala ocupados.

As decisões sobre conservação não decorrem apenas de normas ou incentivos econômicos, mas de um campo simbólico saturado de valores afetivos e morais. Os discursos analisados revelam processos de subjetivação nos quais os agricultores não apenas respondem à norma, mas constroem identidades e sentidos em diálogo com suas vivências territoriais.

Mesmo discursos alinhados à conservação podem carregar contradições ideológicas: práticas ambientais são por vezes vistas como luxo, restritas a quem já superou a insegurança econômica. Tais percepções revelam a influência da ideologia da modernização agrícola, que historicamente impôs à Amazônia uma narrativa de progresso baseada na produtividade (Fearnside, 2006).

Além disso, o ceticismo em relação ao Estado — alimentado por promessas não cumpridas e políticas instáveis — conforma uma ideologia de descrença institucional.

Essa descrença desloca a conservação do campo da participação para o da obrigação, fragilizando seu poder mobilizador e esvaziando sua legitimidade (Althusser, 1980; Fairclough; Wodak, 2005).

As formações discursivas revelam que fatores intrínsecos e extrínsecos interagem em redes ideológicas que atribuem sentidos à floresta e à identidade do agricultor. Essas redes funcionam como regimes de verdade (Foucault, 2008), que normatizam certas práticas e marginalizam outras, regulando modos legítimos de viver o campo ambiental.

A Análise do Discurso permite desvelar os mecanismos do “já-dito” que estruturam o que pode ser dito, evidenciando como representações normativas da conservação silenciam formas alternativas de relação com o território. Reconhecer essa disputa de sentidos é essencial para democratizar as políticas ambientais e valorizar os saberes que habitam a Amazônia.

Ao iluminar os tecidos discursivos do poder, a disputa pelos sentidos da conservação convida a repensar políticas que reconheçam os modos de vida amazônicos não como entraves, mas como protagonistas do bem viver e da sustentabilidade.

Considerações Finais

A análise evidenciou que os discursos dos agricultores familiares sobre conservação e recomposição florestal na Amazônia rondoniense são atravessados por múltiplas formações ideológicas que estruturam modos de pensar, dizer e agir frente à natureza, à terra e ao Estado. Os fatores decisórios — sejam intrínsecos (valores éticos e afetivos) ou extrínsecos (instituições, políticas públicas e redes sociais) — interagem em uma rede complexa de sentidos que não pode ser reduzida a determinações técnicas ou legais, mas deve ser entendida como produção discursiva situada historicamente.

A linguagem da conservação atua como prática de poder, e os discursos institucionais que impõem a restauração como dever moral, jurídico ou técnico produzem sujeitos interpelados por posições assimétricas: agentes da sustentabilidade ou obstáculos ao desenvolvimento. Contudo, os agricultores não aceitam essas posições de forma passiva — eles negociam, ressignificam ou resistem em suas práticas cotidianas, evidenciando o caráter político da subjetivação.

Nesse campo de disputas, os sentidos atribuídos à floresta oscilam entre afeto, identidade e rejeição, refletindo falhas estruturais das políticas públicas e a carência de

pactos territoriais que considerem os saberes locais. A resistência não é dirigida à conservação em si, mas ao seu modo de imposição, descolado das realidades culturais e materiais dos sujeitos envolvidos.

Com base nesses achados, este artigo propõe que políticas de restauração ecológica sejam concebidas como práticas discursivas e relacionais. Recomenda-se:

- Fortalecer uma extensão rural crítica, com escuta ativa e coformação de soluções;
- Desenvolver campanhas comunicacionais territorializadas, com linguagens acessíveis e mídias de confiança;
- Incentivar intercâmbios horizontais entre agricultores como estratégia de mobilização;
- Incorporar princípios de justiça ambiental, reconhecendo desigualdades de acesso à terra, informação e recursos.

Reafirma-se, assim, que restaurar a vegetação nativa não é apenas um ato técnico, mas um processo de reconstrução de vínculos sociais, de sentidos coletivos e de justiça territorial. A Amazônia permanece central na manutenção dos processos ecológicos essenciais à vida — como o ciclo hídrico, a regulação climática e a biodiversidade —, e sua conservação deve dialogar com modos plurais de vida e de produção.

Por fim, ao inscrever a restauração ecológica como prática discursiva e campo de poder, este trabalho contribui ao debate sobre os “tecidos do poder na sociedade brasileira”, evidenciando, a partir da Amazônia, como regimes de verdade são construídos, naturalizados e contestados, e como a linguagem se configura como espaço de luta pela legitimidade de formas diversas de habitar o mundo.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 1, p. 79, 1999. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/27>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença; Martins Fontes, 1980.
- ALTIERI, Miguel A. The ecological role of biodiversity in agroecosystems. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, v. 74, n. 1–3, p. 19–31, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/B978-0-444-50019-9.50005-4>. Acesso em: 23 nov. 2020.
- ARONSON, James; DURIGAN, Giselda; BRANCALION, Pedro H. S. Conceitos e definições correlatos à ciência e à prática da restauração ecológica. *IF Série Registros*,

- n. 44, p. 1–38, 2011. Disponível em: <http://www.lerf.esalq.usp.br/divulgacao/recomendados/artigos/aronson2011.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2020.
- BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 24, p. 71–86, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000300006>. Acesso em: 22 abr. 2025.
- BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (org.). *Agricultura familiar: práticas e políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CASTRO, Edna. *Padrões de ocupação e meio ambiente na Amazônia: elementos para uma abordagem interdisciplinar*. Belém: NAEA/UFPA, 1998.
- FAIRCLOUGH, Norman; WODAK, Ruth. Critical discourse analysis. In: VAN DIJK, Teun A. (org.). *Discourse studies: a multidisciplinary introduction*. London: Sage, 2005. p. 258–284.
- FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 25–49, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000300003>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio; JACOBI, Pedro R. Aprendizado social e sustentabilidade: práticas e processos de aprendizagem no Programa Cultivando Água Boa. *Ambiente & Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 91–109, jan./mar. 2012.
- FERRONATO, Marcelo Lucian. *Ideologias de agricultores familiares sobre a restauração e conservação de ecossistemas amazônicos*. 2021. 244 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2021.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- INGOLD, Tim. *The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.
- INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. *Monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal por satélite – PRODES*. 2020. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- LEFF, Enrique. Sociologia y ambiente: sobre el concepto de racionalidad ambiental y las transformaciones del conocimiento. In: VIEIRA, Paulo Freire; MAIMON, David (org.). *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Belém: APED; NAEA, 1993. p. 79–94.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2015.
- METZGER, Jean Paul; BUSTAMANTE, Mercedes M. C.; FERREIRA, Leandro V. Why Brazil needs its Legal Reserves. *Biotropica*, v. 51, n. 2, p. 278–283, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/btp.12663>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 11. ed. Campinas: Pontes, 2020.
- PELLEGRINO, G. Q.; ASSAD, E. D.; MARIN, F. R. Mudanças climáticas globais e a agricultura no Brasil. *Multiciência*, n. 8, p. 139–162, 2007. Disponível em:

[https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-](https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2014/05/mc_agricultura_brasil.pdf)

[content/uploads/sites/36/2014/05/mc_agricultura_brasil.pdf](https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2014/05/mc_agricultura_brasil.pdf). Acesso em: 29 jan. 2020.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1975.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 49–50.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, v. 21, n. 54, p. 505–517, set./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/5664>. Acesso em: 4 maio 2025.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. *Contested frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

Reflexões panorâmicas acerca da linguagem na educação básica numa Amazônia ancestral: a inquietude das pesquisas precisa reinventar o dispositivo escolar

Reflexiones panorámicas acerca del lenguaje en la educación básica en una Amazonia ancestral: la inquietud de las investigaciones necesita reinventar el dispositivo escolar

Marcos André Dantas da Cunha¹

Resumo: Este trabalho apresenta um panorama da pesquisa em linguagem na educação básica, delimitadas a uma orientação teórico-metodológica sobretudo da análise do discurso de vertente foucaultiana. O trabalho traz uma síntese reflexiva acerca de algumas propostas de pesquisa e práticas na escola, delimitando-se a problematizações que refletem acerca da espacialidade amazônica, ressaltando a identidade cultural amazônica paraense como modo de resistências à constituição do sistema escolar, funcionando este como dispositivo do poder colonial (instituído de modo hegemônico os saberes ocidentalizados, focados numa cultura grafocêntrica, medida e classificatória). Assim, considerando-se as diferenças, os desalinhamentos que marcam as relações sócio-históricas atravessando a escola, reflexões se farão a partir dos trabalhos realizados. Os trabalhos orientados trazem propostas de práticas de pesquisa que apontam para a resistência do fazer docente ao alinhamento paradigmático que historicamente pautou a prática pedagógica do ensino.

Palavras-chave: Dispositivo; Escola Básica; Decolonialidade; Amazônia.

RESUMEN: Este trabajo presenta un panorama de la investigación en el lenguaje de la educación básica, delimitado a una orientación teórico-metodológica sobre todo el análisis del discurso de la perspectiva foucaultiana. El trabajo trae una síntesis reflexiva acerca de algunas propuestas de pesquisa y prácticas e en la escuela, delimitado a problematizaciones que reflejan acerca de la espacialidad amazónica, resaltando una identidad cultural amazónica paraense como modo de resistencia a la constitución del sistema escolar, que a la vez funciona como dispositivo del poder colonial (instituido de modo hegemónico los saberes occidentalizados, direccionados en una cultura grafocéntrica, medida y clasificatoria). Así, considerando las diferencias, los desalineamientos que marcan las relaciones sociohistóricas que cruzan la escuela, las reflexiones se alejan de los trabajos realizados. Los trabajos orientados traen propuestas de prácticas de investigación que apuntan para la resistencia del hacer docente al alineamiento paradigmático que históricamente ha pautado la práctica pedagógica de la enseñanza.

Palabras clave: Dispositivo; Escuela básica; Decolonialidad; Amazonía.

Por entre saber/poder: os dispositivos e as heterotopias de resistência

Todo o poder, por mais que se busque absolutista, realiza-se na diferença. A escola brasileira, amazônica, ainda que marcada pelas diferenças, pela presença de sujeitos atravessados pela oralidade, por uma prática discursiva que deveria operacionalizar saberes mais pelo corpo, pela palavra falada, se mantém distante das identidades; ainda privilegiando uma posição discursiva centrada na cultura grafocêntrica. Porém, as oralidades constituidoras de saberes se imprimem nas enunciações que estão para além da escola, as quais na maioria dos casos não são reconhecidas.

¹ Doutor em Linguística pela Unesp/Araraquara. Docente da Universidade Federal do Pará - UFPA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0195316299643772>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-3923-616X>. E-mail: madc@ufpa.br

Com Foucault (2008) mobilizamos uma concepção de poder caracterizada pela fragmentação, que, embora movente, não deixa de apresentar espaços mais efetivos de sua localização na diversidade das diferenças dos espaços sociais. Assim, por esta compreensão do poder, as relações vão se complexizando, e tomar o poder não é algo que se possa realmente se fazer possível. Então, os jogos de poder operam-se de modo alinear, em curvas e dissensões, em repetições, retomadas e dispersões.

Nesse caso, referindo-se à movência, à dificuldade de se lidar com os mecanismos do poder, nos diz Foucault (2008b, p.113): “[...] não poderemos nos ater unicamente à análise dos aparelhos do Estado. [...] o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder”. Justamente, refletindo acerca dos caminhos contraditórios, paradoxais aos quais o poder se tece em vários espaços sociais, busquemos compreender como a linguagem/ os discursos se movimentam nas pesquisas voltadas para o ensino em salas de aulas da educação básica. Isso, a partir da análise panorâmica dos discursos dos sujeitos, considerando-se a dispersão do poder, pois ora alguém é tomado pelo poder, ora alguém gerencia uma ordem do poder; ora simultaneamente em distintas posições alguém sofre e exerce o poder vigente, ou seja, numa fragmentação.

O sistema escolar – mesmo que se apresente com muitas outras possibilidades de atenuação –, ao reunir sujeitos de diferentes espaços sociais, surge com um objetivo uniformizador, promovedor de hegemonias, instituidor da ascensão social. Essa ascensão pode significar o acúmulo de capital, numa sociedade caracterizada pela manipulação da natureza em propriedade, um caminho de prosperidade, alinhado a uma visão de meritocracia.

Referindo-se às relações de poder, pode-se falar acerca dos embates que constituem as práticas discursivas. Assim se diz, “Nesse sentido, há “práticas divergentes” que disciplinam as atitudes dos indivíduos. Tem-se um sujeito constituindo-se no embate dessas microrrelações de poder (Gregolin, 2004a, p. 55). Nessa relação entre saber e poder, aborda-se a governamentalidade em Foucault, “essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (Oliveira, 2020, p.2).

A escola se constitui como um privilegiado tecido de instituição do poder, um modo eficiente de operar diante de pequenos coletivos em uma sala de aula, e maiores espaços, talvez mais adensados como o da sociedade. Nas escolas, os sujeitos são persuadidos a buscarem-nas como um espaço de conquista de uma possível e anunciada/enunciada liberdade. Os corpos são taticamente controlados pela arquitetura das salas de aulas em que as carteiras se dispõem em hierarquia, por onde os alunos são levados a focalizarem o professor como aquele que detém o saber. Dessa maneira, percebe-se a escola como efetivação de um modo de saber o mundo, de reconhecer a realidade a partir de delimitação de poder mais efetivamente comprometida com a tradição hegemônica do privilégio.

Desse modo, na relação implicada entre saber e poder se focaliza a escola, considerando-a como um espaço que ao se instituir como saber simultaneamente se faz poder; podemos a partir das noções de arqueologia e genealogia em Foucault, discutir a noção de arqueogenealogia. Não seria o poder que se confere ao saber, mas poderia ser o fato de o próprio discurso já se realizar enquanto saber como modo de exercer-se poder.

Foucault trata primeiramente da arqueologia uma visão que esquadrinha o saber em diversas camadas: o saber não se constituiria somente numa limitada perspectiva, poderia aparecer sobreposto. Ou seja, os saberes são condicionados e tensionados por uma série de variáveis temporais e espaciais. Na arqueologia teríamos o saber como objeto do mundo. Esses diversos saberes ocupariam posições no mundo. As posições apontam para relações de hierarquizações.

Então, a relação entre saber e poder confere capilaridade à escola, ou seja, a escola é um espaço potencial de relações de objetividade e subjetividade. Essa relação nos faz buscarmos na obra foucaultiana o conceito de arqueogenealogia. Pela arqueogenealogia teríamos simultaneamente tanto um distanciamento objetivo do objeto, do discurso a ser investigado; quanto uma prática tomada do discurso “que parte do interior das práticas discursivas e culturais” (Ferreira; Paixão; Oliveira, 2022, p. 3) não separando a objetividade da subjetividade, tomando a posição como ponto de partida do lugar que o discurso, que os saberes irão se constituir.

Isso ressaltando-se a implicação entre os modos de se realizar a escola e o exercício contínuo da pergunta, da problematização de uma escola em práticas de questionamentos. Assim, teríamos uma relação de implicação não exatamente do

discurso para o poder, dos saberes para os poderes, mas dos poderes, do poder para o saber “as práticas discursivas podem ser tomadas como estratégias de governamentalidade, a ordem do discurso passa a ser compreendida também como processos de normalização [...], as políticas que envolvem o corpo ganham centralidade nas análises dos enunciados” (Neves; Gregolin, 2021, p. 11).

Dos trajetos metodológicos em torno de pesquisas

Temos neste exercício reflexivo a busca de uma posição atenta, de se olhar, espreitar as similaridades e diferenças, daí se focalizar os discursos que não se fazem hegemônicos na escola. Então, trazer os sujeitos alunos para práticas que questionam os saberes ressaltados como paradigmas. Desse modo, realçando-se os saberes que se colocam como dispensáveis, que geralmente ocupam posições periféricas na escola². É preciso buscar colocar em destaque tudo que traz como foco os corpos ainda negligenciados ou mesmo silenciados na escola, mas é necessário buscar o paradoxo da diferença incômoda:

Pensando a genealogia dos saberes, Foucault se aproxima da temática da insurreição dos saberes dominados. Por meio da hierarquização dos saberes, apresentam-se dois entendimentos do que sejam saberes dominados: “[...] blocos de saber histórico que estavam presentes e mascarados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos [...] uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados” (Foucault, 2007, p. 170).

Na delimitação dos estudos discursivos foucaultianos, considera-se ainda uma visão hierárquica dos discursos colocados enquanto minorias arregimentadas por uma normalização de perspectivas hegemônicas. Nesse movimento reconhece-se a diversidade, a série que tende a não ser realçada. Há um outro que destrona o eu, que coloca esse eu em cheque. Esse diferente que foge ao controle do si pelo si mesmo; coloca em problemática esse eu. Nesse sentido, a escola marca-se como um espaço que vai protocolar de maneira sistemática os saberes que roteirizam uma visão de mundo, vai

² Este artigo resulta de uma fala realizada no LETRASVIVAZ2 (I Encontro dos Egressos do Profletras da UFFA-2022) e retomada no I Congresso Panamazônico dos Professores da Educação Básica-1º CLLIMAZ/LETRASVIVAZ2/ eventos de grande porte financiado pelo PAEP CAPES, reunindo mais de mil participantes entre professores da educação básica da Amazônia e pesquisadores da Panamazônia (Amazônia brasileira, peruana e colombiana), do Brasil e Chile. Evento engendrado no tripé Linguagens/Humanidades, Responsabilidade climática/ambiental e Educação básica.

ser representativa de um outro que, além de representar uma dinâmica de poder de uma ordem mais oficial, traz à tona uma série de ordens vigentes.

O poder estatal se faz delineado pelo poder econômico, marcado pelo poder que dita as leis, que institui os mecanismos de vigilância, em que as subjetividades e singularidades devem se tornar mais enunciadas e visibilizadas. Sobre esse papel da instituição escolar como fomentação do poder mais vigente, busquemos com Agamben (2009, p. 40) a noção de dispositivo, “[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões dos seres vivos”. Esse autor parece ampliar mais, o já largo e complexo conceito foucaultiano. Além de delimitá-lo pelas características, pelas operações, mais do que pelos meios, espécies de substâncias aos quais se instituem:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 2000, p. 244).

Ainda que a escola possa ser enunciada, se configurar como um espaço de resistências das minorias de algum modo, podendo resultar numa mobilidade daqueles que estão às margens; pouco muda a ordem do acúmulo desigual e mesmo violento numa sociedade historicamente organizada para a manutenção do capital. Uma sociedade que aponta a priorização de uma formação que dicotomiza o racional, o intelecto do humanístico, do artístico, da empatia de relações mais coletivizadas.

Parece que temos ainda uma escola que pouca vazão dá para a diversidade, mesmo apontando para o individual, como se fosse o singular, o diverso, encara o individual (pela ótica do individualismo), subalternizado pelos ditames do consumo. Neste trabalho fazemos o exercício da reflexão teórica em torno de práticas metodológicas que delinearemos de modo panorâmico em algumas experiências de pesquisa-ação em escolas amazônicas; experiências a partir da reflexão de uma prática, resultante da constatação da necessidade de se focar nas singularidades amazônicas. A busca de operações metodológicas que ressaltem os saberes que focalizem as experiências culturais tendem a apontar para uma ancestralidade amazônica.

Acerca de uma racionalidade científica que separa o ser humano da natureza, a razão da emoção, registre-se que isto se verifica não somente no domínio da educação ocidentalizada para os não indígenas, os que tem na educação escolar seu centro geracional; como também se espraia na implementação de uma escola dirigida aos indígenas brasileiros, amazônicos. Sobre isso nos fala Baniwa (2019, p.3):

A ciência ocidental induz os estudantes indígenas ao exercício de isolamento do homem do mundo e da natureza, ainda que como estratégia metodológica e isso provoca profundos dilemas existenciais, cosmológicos e epistemológicos aos indígenas que acreditam e se sentem membros inseparáveis e interdependentes da natureza cósmica.

Então, pela dicotomização dos sujeitos humanos relativa à natureza, acaba-se por implementar uma agenda que planifica as diferenças e reconhece relações contínuas, previsíveis, onde o novo, o descontínuo, a imprevisibilidade, a possibilidade da criatividade geralmente é pouco convocada, mesmo quando exerce algum modo de presença, se faz coadjuvante. Embora devamos reconhecer os conhecimentos metrificados, delimitados a abstração, difundidos pela tradição ocidental, estes que são determinados pela cultura escrita. A necessidade premente é que seja bem mais além.

Assim ainda que se deva considerar “a importância histórica das grandiosas conquistas do conhecimento humano do ocidente europeu para toda a humanidade” (Baniwa, 2019, p.4), é preciso levar em consideração, numa posição de alteridade necessária para a sobrevivência humana que tais conhecimentos “não são os mais verdadeiros ou superiores e não são os únicos a produzirem tais proezas humanas no mundo”, conforme Baniwa (2019, op. cit., p.4)

Numa leitura discursiva, inter cruzada do espaço amazônico com o espaço escolar, podemos buscar a noção de heterotopia foucaultiana. “Utopias são sítios sem lugar real, que possuem relação de analogia direta ou indireta com o espaço real da sociedade” (Foucault *apud* Pires & Meireles, 2024). A escola pode se realizar tanto enquanto um lugar outro que pode se distanciar da vivência cotidiana para sobrepujá-la, apreendê-la, ou refleti-la; quanto a Amazônia pode se efetivar como esse lugar outro que se coloca distante, exótico, primitivo de civilidade, ou o éden sagrado, mesmo pode surgir como o infindável fosso para a extração de riquezas. Então, nesse espaço outro em Foucault, pode-se tomar a Amazônia e as escolas. Como se apreende como se pode apreender o espaço amazônico pela escola? Questões que nos interessam nessa reflexão.

Na escola ocupada em possibilitar uma ascensão social na ordem proeminentemente capitalista há sempre uma falta que tende a ser profunda e que movimenta o anseio dilacerado do acúmulo. Por uma prática arqueogenealógica pode-se simultaneamente perceber os mecanismos de poder, que tendem a ter na escola a operacionalização de uma ordem do poder quanto ir-se compreendendo os saberes em disposição no espaço escolar, no caso de uma escola amazônica. A escola amazônica, indígena, mesmo que possa ser resistência, como dissemos, traz ainda que de maneira camuflada, um ideário de mundo constituinte de sua história majoritária, tendo na escrita e na promoção das mentalidades que se distanciam dos corpos, sua âncora delineadora.

Sobre isso, vimos “[...] que jamais seja possível assinalar, na ordem do discurso, a irrupção de um acontecimento verdadeiro [...] que além de qualquer começo aparente há sempre uma origem secreta, que jamais poderemos nos reapoderar inteiramente.” (Foucault, 2008a, p. 27). Mas a defesa nefastamente secreta de uma ordem à narrativa de um viver, ainda que traga acentos vividos de um passado, aventura-se no presente, lutando-se para que as enunciações possam acontecer nas frestas, conforme nos chama atenção também Foucault (2008a, p. 28): “Todo discurso manifesto repousaria secretamente num já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um jamais-dito.”

Mesmo que marcada pela diferença, outras tecnologias mantêm-se na escola atual. Pensando-se nessas tecnologias em grande parte comprometida com a priorização de determinados saberes, diríamos, mais do que se priorizar determinados saberes, a escola desvaloriza ou nega outras formas de saber, que nos parecem cada vez mais necessários, mesmo para a sobrevivência humana, ou seja, para a manutenção saudável da vida humana sobre a terra. Isso por outras atitudes relativas à natureza, no caso da Amazônia, ao modo de lidar do ser e fazer-se ser na floresta.

A Amazônia: outros dizeres para a escola

Trazemos algumas intervenções no processo de ensino aprendizagem de escolas delimitadas aos espaços paraenses. Ao se tratar da educação na Amazônia deve-se buscar encampar as identidades, a estética de um corpo, de corpos que se circunscrevem aos biomas, não seguindo as linhas hierárquicas da natureza como serva, da negação das relações inclusivas, dos distanciamentos da presença respiratória do espaço. Nossas

enunciações aqui se farão a partir de uma compreensão que se tonifica numa concepção embalada nos saberes ancestrais amazônicos, tecidos numa oralidade que faz o corpo ser linguagem que se compartilha com o bioma que é a floresta.

Então, nesse sentido, falar das sociedades indígenas é buscar o que se chama de Bem viver. Entre algumas perspectivas do que seria o Bem viver, conceito que poderia ser relacionado a três perspectivas, não excludentes, mas com delimitações, a indigenista e pachamamista, a socialista/estadista e segundo Alcântara e Sampaio (2017, p.4)

[...] a corrente post-desenvolvimentista e ecologista, caracterizada por relevância que se dá a construção participativa do Bem Viver, com a inclusão de aportes indigenistas [...] Falam do Bem Viver como uma alternativa ao desenvolvimento, como uma utopia em construção

Ressalte-se talvez a possível viabilidade desta visão, o que se pode chamar de sustentabilidade.

Trajetos de pesquisas com sujeitos: para uma escola outra

Neste trabalho, propomos dialogar com algumas experiências de pesquisa voltadas para o ensino da linguagem na educação básica, exercitando-se uma fala de resistência. Fazemos um passeio por essas vozes num processo de identificação com tais enunciados, que também se fazem nossos. Fazendo um trajeto em torno das enunciações dos sujeitos estudantes que tratam do Pará: “O povo paraense é um povo cheio de cultura, músicas, comidas, estilos e jeitos os identificam. [...] A identidade paraense é composta por vários ritmos, costumes e jeitos é uma cultura um pouco diferente e ao mesmo tempo normal porque é todo misturado”. (Fernandes, 2018, p. 85)

O sujeito estudante demonstra a dimensão singular dos ritmos marcados pelo ecletismo. Fica ressaltada na enunciação do sujeito a inter-relação entre as linguagens, isso quando diz que as letras e a dança ‘falam’. Os dizeres dos estudantes constroem em sala de aula, enunciados que resistem à ordem vigente, colocando em outros espaços, a escola que tende a se pautar na cultura hegemônica, que em matéria do Brasil, ainda se concentra no centro sul, e naquilo que aparece mais sistematicamente enunciado pela mídia.

No caso da pesquisa que aborda as mulheres escalpeladas, há toda uma situação sócio-histórica, o fato de ser mulher, ser moradora das margens de rios paraenses e

necessitar fazer a mobilidade diária em embarcações não salubres em canoas motorizadas (com motor descoberto), na maioria das vezes em busca da educação formal.

Ressalte-se a identidade étnica que aponta para o preconceito e o estado de condições históricas que possibilitam o acidente e lhes impõe sequelas físicas e de auto estima irreparáveis. A condição histórica de serem mulheres de cabelos longos, um traço da condição amazônica, étnica, muitas vezes indígenas “o anúncio fala do escalpelamento e de que devemos evitar todo tipo de jeito pra não sofre esse acidente afinal como fala o anuncio estamos todos no mesmo barco e devemos proteger não só a nós mais todas as pessoas em nossos meios (aluna 35).” (Neri, 2018, p. 145)

Trazemos, em seguida, nosso exercício de reflexivo, a memória do presente de uma estudante da EJA do município de Portel no Marajó:

Quando eu comecei a estudar, tinha sete anos de idade, quando ainda morava no interior. Lembro do meu primeiro dia de aula, eu ia numa canoa para a escola. Cheguei ao porto e, quando eu ia subir, caí na água. Foi uma vergonha, todos riram, justo no primeiro dia. Naquele dia não estudei de tanta vergonha (estudante V.B.P) (Baia, 2020, p.114)

A realização dessa enunciação apresenta uma relação de reconhecimento por outros estudantes. A mobilidade dos estudantes moradores do interior, geralmente quando residiam fora da sede, era de canoa. Nesse caso o sentimento de ‘vergonha’ por parte diante da queda da canoa, aponta simultaneamente para uma identidade de mobilidade em canoa quanto a insalubridade que isso pode representar. Também uma temporalidade singular dos moradores de margens ribeirinhas na Amazônia marajoara.

Vejamos agora a estudante Valentina (nome fictício) “Não frequento festas de aparelhagem nem bailes da saudade, porém diariamente estamos sendo expostos com o tecnobrega graças aos carros de som, ao vizinho, na rádio, e em outros lugares pois é um ritmo paraense”.

Vimos na enunciação dessa estudante a presença de uma cultura que se espalha por Belém, sendo representativa da periferia da capital, isto embora seja indicado pela presença de sons automotivos talvez mais identificados com a periferia, cada vez mais se mostra representativo de diversas localizações da cidade, nos postos de combustíveis, nas vias intermediárias entre o centro e a cidade. A estudante é aluna de uma escola localizada numa via central, acessível a inúmeras linhas de ônibus da cidade de Belém.

A chuva se faz um fenômeno meteorológico que provoca inundações e vários acidentes, incidentes numa urbanidade que historicamente não foi em sua arquitetura pensada para seu escoamento. Onde o aprisionamento, o aterramento dos rios impediu o fluxo da água de modo mais natural e fluído. O modo como os rios são tratados na Amazônia violenta o caminho das águas. Ainda a chuva encarna Belém em texturas, cheiros e sabores, segundo a voz de uma estudante: “A cidade fica brilhante e linda” (Santiago, 2020, p. 123).

Finalmente vejamos as enunciações dos meninos do Rio Canaticu no município de Curralinho no Pará: “Manoel era pescador criança Seu sonho sempre pois viver no mar por isso se tornou marinheiro” (Mario, 6º ano) (Lopes, 2023, p.99)

Entre as relações do que vem de fora e da identidade mais próxima de sua realidade, vimos a enunciação delimitando o pescador e o marinheiro. Nesse movimento se estabelece o tensionamento entre uma identidade circunscrita ao espaço e a identidade de todo um movimento que pode retratar a colonização. Mas o marinheiro não é somente o colonizador, faz-se aquele que se circunstancializa entre a floresta, os rios e o mar, ou mesmo o mar que é rio.

Sujeitos que gritam uma fala da inquietude

É preciso trazer uma fala que não seja de um passado, não seja de um futuro, não seja de um presente, mas se constitui numa temporalidade do ilimitável. Por isso não deixa de ser das planejadas arquiteturas de nossos suntuosos prédios religiosos e culturais, processos sub-humanos da força de trabalho daqueles corpos quase sempre alijados de brilharem seus olhos, cantarem suas vozes; celebrarem seus ritos ancestrais de uma linguagem, oralidade em que o corpo se fez inteireza. Pela nova história temos o passado no presente. Isso a partir de uma educação escolar que invisibiliza os corpos e o espaço, mas que deve trazê-lo à tona.

Nesse embate necessário para pensar outras temporalidades, um tempo necessário e pendente de um espaço que se deve preservar. Uma temporalidade em que se verificam a fluidez dos sentidos, o movimento das perspectivas que cortam as estruturas sólidas de uma epistemologia ocidental marcada por um conjunto de práticas e interesses. Assim, que age por separar o homem da natureza, colocando-se acima dela como dominador, consumidor ou “predador”.

Penso numa temporalidade submetida aos lugares estabelecidos e ainda materializados pelo milho que não é pão, mas ainda é lugar de castigo. A escola voa, transcende, vocaciona o mito humano, mas ainda é majoritariamente disciplina em seus dispositivos, na regência determinada de uma ordem de poder negada de lucidez. Mas ainda na ousadia da crise do insólito, não se negue: a escola é respiração de sons em diferenças, a escola é pororoca da floresta trazendo a inquietude dos corpos da mata densa. Para quem não sabe, a escola é força de maresia pelos furos de rios e igarapés que se confrontam, se tensionam com o projeto de urbanidade e negação dos saberes dos povos originários.

A escola ainda funciona pela sanção, pela ênfase no mérito, na recompensa, por ela se hierarquizam os sujeitos, se efetivam valorações do trabalho que fragmentam corpo e mente, centrada na cultura da escrita, delimitada pelo grafocentrismo. A escola coloca o lugar do fazer em posição de subalternidade. O espaço de quem pensa e planeja subalterniza os corpos que fazem. Por essa escola esses sujeitos devem continuar fazendo, distantes das decisões e dos pensamentos que se fazem abstratos. Os sujeitos que operam o trabalho, devem se fazer mecanizados em atitudes que se repetem ao acaso.

A escola é possibilidade do argumento que não precisa ser lido no dissertado, pode ser descoberto no embalo do ritmo que sintetiza o caribe e sons que dizem numa morfologia aquilo possível de ser performatizado. A linguagem em sons que significam sem serem linguísticos e que falam a pele e aos poros. A escola é espaço metonímico, potente, da metáfora criativa que amplia os mundos pela linguagem. É estranhamento dos sentidos. Constatação inevitável de que a contemplação é a leitura que promove a presença do espetáculo de nossas ancestralidades que somos. Ainda que nos abandonamos em nossas construídas regências internas. Numa escola que se mergulha límpida e distante, ainda seríamos os imperadores de nossas salas? Nossas vozes ainda corporificam os dizeres das capitânias?

Não, a escola não é o lugar do convencimento, a partilha do pão na escola deve se fazer provocadora de paladares singularizados pelos sujeitos que são históricos e daí se repetem em seus saberes, mas também se desconfortam e buscam. A escola é a argúcia de ver o figurativo no temático: o corpo se deixa falar.

Assumamos vez por outras; vez por outra; quase sempre o olhar dos nossos alunos meninos que vêm dos asfaltos dilapidados de nossas metrópoles ribeiras; que se

enfileiram em nossos furos, igarapés soterrados. Esses sujeitos já trazem nos tecidos de seus corpos, de seu sangue vermelho, de seus olhos a linguagem que ainda muito a escola não aprendeu.

Os meninos e meninas do rio Canaticu de Currálinho no Marajó sabem falar do matapi e usar a peconha e encontram-se identificados nos jogos de outras margens distantes; as meninas indígenas resistentes das águas do Tocantins escalpeladas pelos motores desumanizados não deixam da luta em novas paragens de vozes que carregam no corpo as vozes de mutilação. Os garotos e garotas da cidade Mairi, a cidade do império e das tensões cabanas; continuam na ‘peleja’ diária de uma mobilidade urbana sofrida do caldeirão.

Trazemos posicionamentos discursivos que se instauram no lugar das diferenças, nos espaços de não se estranhar os discursos que se constituem para fazer ser voz aquilo que aparece como acidente de dizer. É preciso pensar a escola como um espaço de privilegiamento das identidades, que os saberes ancestrais possam ser mais considerados. Pensar numa mais singular escola atenta às identidades amazônicas. Isso não deve significar uma visão purista que não corresponda à perspectiva dos analistas do discurso.

Pense-se nos discursos o jogo tensionado das letras que se mobilizam em textos que se fazem tecidos em ecos de intertextualidade. As enunciações de nossos homens do além-atlântico, mas em muito carentes, insensíveis e nefastos da sensibilidade relativo às singularidades amazônicas.

Assim, não se deixe calar o firmamento das estrelas que falam, enunciam pelo grande acontecimento inevitável de comprometimento com a vida, que não pode ser dispensado para que em outras brevidades nossos pulmões não peçam mais socorro de afogamento (tal como a Pandemia Covid-19). A Amazônia é sim um brinquedo de miriti com a sutil delicadeza de quem pode garantir a vida.

Então, venham com a escola, venham com o acontecimento da diferença, dos silêncios das senzalas, venham com a dança dos pajés. Venham com os saberes que se tensionam nas diferenças, nas palavras grafadas do além-mar. Venham fazerem-se encontrar no desafio problematizador da escrita que não se pode fazer hiato de nossos corpos em diferenças. Venham e deixem o sol ardente brilhar em profusão de sementes de nossos trópicos úmidos, aparecer altivo, iluminando as samaumeiras suntuosas da floresta cobiçada e saqueada dos saqueadores inescrupulosos.

A escola vai e vem, vai e vem, no ritmo de nossas marés sempre desejoso de enunciações, onde os sujeitos estarão dispostos aos movimentos em inscritos e inscrições de saberes e possibilidades.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Trad. Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- AGUIRE ROJAS, C. A. *A história da civilização latino-americana*. In: LOPES, M. A. (org.). Fernand Braudel: Tempo e história. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- ALCÂNTARA, L.C.S; SAMPAIO, C.A.C. *Bem viver: uma perspectiva (des)colonial das comunidades indígenas*. Rupturas. Revista do Sistema de Informacionan Cultural da Universidade Estatal a Distância da Costa Rica. San Pedro de Monte de Oca, volume 7, n. 2, 2017.
- ARAÚJO, Antônio Aprígio Fernandes de. *A argumentação no discurso de sujeitos alunos do ensino fundamental: a construção de identidade regional mediada pelo gênero canção nos estilos Musica Popular Paraense e Tecnobrega*. Dissertação de Mestrado. Profletras-Ufpa, Belém, 2019.
- BAIA, Jacira da C. *Leitura numa perspectiva discursiva e memórias de sujeitos - o tempo do presente- em Portel Pará*. Profletras-Ufpa. Belém, 2020.
- BANIWA, G. Educação para o manejo do mundo. Revista Articulando e Construindo saberes. *Revista da UFG*, Goiânia, v. 4, 2019.
- CUNHA, M. *Tão longe, tão perto: a identidade paraense construída na mídia do sudeste brasileiro*. Tese de doutorado: Unesp-Araraquara, São Paulo, 2011.
- FERREIRA, Michel de Vilhena, PAIXÃO, Carlos José & OLIVEIRA, Damião Oliveira. Elementos de linguagem e arqueogenealogia em Michel Foucault. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, v. 53, n. 2, p. 85-99, maio-ago., 2022.
- FOUCAULT, M. Sobre a História da sexualidade. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do discurso*. 17. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2008b.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 24. ed. São Paulo: Ed. Graal, 2007.
- GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos & duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.
- LOPES, R. dos S. *Jogos de RPG na mediação educacional: uma análise discursiva sobre a identidade cultural em uma escola ribeirinha marajoara, no rio Canaticu, em Currallinho – Pará*. Profletras-Ufpa. Belém, 2022.
- NERI, T.F. *Propaganda de violência simbólica-regional contra a mulher: discurso e identidade na escola*. Dissertação de Mestrado. Profletras-Ufpa. Belém, 2019.

NEVES, I & GREGOLIN, M.R. A arqueogenealogia foucaultiana como lente para a análise do governo da língua portuguesa no Brasil: continuidades e rupturas. *Moara*. Revista da Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará. PPGL. UFPA. Belém, volume 2, número 57, 2021.

OLIVEIRA, L. S. O conceito de governamentalidade em Michel Foucault. *Itaca*. Revista dos Discentes da Pós-Graduação em Filosofia. UFRJ. Rio de Janeiro, n. 34, p. 48-72, 2019.

PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani... et al. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1983, p. 311-318.

PIRES, F. C. V. & MEIRELES, I. A(s) heterotopia(s) de Foucault: análise de um conceito interrompido. *POIESIS*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos das Artes da UFF. Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, 2024.

SANTIAGO, M.do C. da S. *Discursos e identidade regional*: práticas de letramento sobre os rios, a chuva e os ritmos do Pará. Dissertação de Mestrado. Profletras-Ufpa. Belém, 2020.

Perspectivas sobre o ensino digital em revistas especializadas: uma análise do discurso da revista Educação & Realidade

Perspectives on digital education in specialized journals: a discourse analysis of the journal Educação & Realidade

Dairles Vieira Mendes¹
Ana Lúcia Rocha da Silva²

Resumo: O presente artigo analisa o discurso veiculado sobre o ensino digital em artigos publicados na revista Educação & Realidade, com o objetivo de compreender as representações, perspectivas e tendências construídas no período pós-pandêmico (2022 e 2023). Para alcançar o referido objetivo, inicialmente, apresenta uma revisão conceitual sobre discurso, mídia, práticas sociais de linguagem e educação digital, mobilizando os aportes teóricos de Patrick Charaudeau, Fairclough, e autores que discutem as relações entre tecnologia e educação. Em seguida, delimita o corpus da pesquisa e descreve os critérios de seleção dos artigos, explicitando os descritores temáticos utilizados e as estratégias metodológicas adotadas para a formação do material de análise. Por fim, apresenta a análise crítica dos artigos selecionados, evidenciando como o discurso acadêmico sobre o ensino digital influencia a percepção e a adoção dessas práticas educacionais, especialmente no que se refere à formação docente, à acessibilidade tecnológica e às desigualdades educacionais. Conclui que o discurso analisado tende a reforçar perspectivas hegemônicas de modernização tecnológica, ao mesmo tempo em que evidencia tensões estruturais relacionadas à inclusão, à formação crítica e às desigualdades educacionais no acesso às tecnologias digitais.

Palavras-chave: Ensino digital; Análise do Discurso; Educação & Realidade; Tecnologia educacional. Inclusão digital.

Abstract: This article analyzes the discourse conveyed about digital education in articles published in the journal Educação & Realidade, with the aim of understanding the representations, perspectives, and trends constructed in the post-pandemic period (2022 and 2023). To achieve this objective, it first presents a conceptual review of discourse, media, social language practices, and digital education, drawing on the theoretical contributions of Patrick Charaudeau, Fairclough, and authors who discuss the relationship between technology and education. Next, it defines the research corpus and describes the criteria for article selection, detailing the thematic descriptors used and the methodological strategies adopted for constructing the analysis material. Finally, it presents a critical analysis of the selected articles, highlighting how academic discourse on digital education influences the perception and adoption of these educational practices, particularly in relation to teacher training, technological accessibility, and educational inequalities. The study concludes that the analyzed discourse tends to reinforce hegemonic perspectives of technological modernization, while also revealing structural tensions related to inclusion, critical teacher training, and unequal access to digital technologies.

Keywords: Digital education; Discourse Analysis; Educação & Realidade; Educational technology; Digital inclusion.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem e Práticas Discursivas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2797702286848354>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-2789-1283>. E-mail: dairlesmendes@gmail.com.

² Professora Doutora titular da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Departamento de Letras, membro do quadro permanente do programa de Pós-Graduação em Letras. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3800306677912442>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5435-9890>. E-mail: ana.rocha@ufma.br.

Introdução

O presente artigo é fruto da reelaboração de uma dissertação que buscou realizar a análise de artigos científicos publicados na revista Educação & Realidade, como parte da pesquisa realizada pela autora no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem e Práticas Discursivas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). A dissertação original teve como foco a investigação dos discursos sobre o ensino digital, produzidos em 2022 e 2023 (período após as fases mais críticas da pandemia), por meio da aplicação dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso, conforme propostos por Patrick Charaudeau.

A incorporação do ensino digital no contexto educacional pós-pandêmico apresenta uma série de desafios que vão além da simples disponibilização de recursos tecnológicos. A implementação efetiva dessas práticas esbarra em barreiras estruturais, pedagógicas e sociais, incluindo as desigualdades de acesso às tecnologias, a falta de formação adequada dos docentes para o uso crítico de ferramentas digitais, e as limitações das políticas públicas de inclusão digital. A análise crítica dos discursos acadêmicos sobre o ensino digital torna-se fundamental para compreender como essas dificuldades são representadas, naturalizadas ou problematizadas nos textos científicos.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o discurso veiculado em revistas especializadas sobre o ensino digital, a partir da seleção de artigos publicados na revista Educação & Realidade nos anos de 2022 e 2023.

No que concerne aos objetivos específicos, o estudo pretende: a) selecionar os principais temas e enfoques abordados em revistas especializadas sobre ensino digital, buscando compreender as narrativas predominantes e as nuances presentes nos discursos; b) examinar as diferentes perspectivas adotadas nos artigos analisados, destacando pontos de convergência e divergência no discurso sobre o ensino digital; e c) avaliar como as representações e os discursos veiculados nas revistas especializadas podem influenciar a opinião pública e a percepção social acerca do ensino digital.

Metodologicamente, este estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na Análise do Discurso de Patrick Charaudeau. Para a construção da análise, foram utilizados textos acadêmicos disponíveis publicamente no periódico, selecionados com base em descritores temáticos relacionados ao tema em estudo.

Os pressupostos teóricos e empíricos adotados compreendem que os discursos veiculados em revistas especializadas constroem representações sobre o ensino digital que tendem a reforçar determinadas perspectivas hegemônicas, frequentemente associadas à inovação, modernização e eficiência, ao mesmo tempo em que atenuam ou silenciam tensões relacionadas à formação docente, às desigualdades no acesso às tecnologias e às condições estruturais do sistema educacional brasileiro. Supõe-se, portanto, que tais discursos influenciam a forma como o ensino digital é percebido e incorporado nas práticas e políticas educacionais, contribuindo para a legitimação de determinadas agendas e excluindo outras.

Corpus da pesquisa

O corpus da presente pesquisa foi constituído por artigos científicos publicados na revista Educação & Realidade, vinculada à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)³. Foram selecionados textos disponíveis no site oficial da revista, organizados em volumes correspondentes aos anos de 2022 e 2023. A formação do corpus visou delimitar o conjunto de materiais a serem analisados no âmbito do estudo sobre os discursos relacionados ao ensino digital no cenário educacional contemporâneo.

A revista Educação & Realidade é um periódico científico vinculado à UFRGS. Seu objetivo é publicar e divulgar resultados de pesquisas científicas que contribuam para o desenvolvimento do conhecimento na área da educação, com publicações que apresentem contribuições relevantes para o campo educacional, estimulando debates teóricos e metodológicos que ultrapassem relatos descritivos ou meramente aplicados.

Assim, a escolha da revista Educação & Realidade como corpus da pesquisa justifica-se por sua expressiva relevância no cenário acadêmico nacional. Trata-se de um periódico com avaliação Qualis A1 na área de Educação, conforme a classificação da CAPES, o que atesta seu elevado padrão editorial e rigor no processo de avaliação por pares, qualificação que confere maior robustez à análise empreendida.

³ As informações sobre o perfil e as diretrizes editoriais da revista Educação & Realidade foram retiradas da seção "Sobre" disponível no site oficial do periódico. A utilização dessa fonte justifica-se por se tratar do canal institucional da revista, onde constam dados oficiais e atualizados acerca de seus objetivos, escopo, política editorial e compromisso com a divulgação científica em educação. Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Educação & Realidade: informações sobre a revista. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/about>. Acesso em: 13 abr. 2025.

Além disso, a Educação & Realidade adota práticas de acesso aberto, garantindo a gratuidade para autores e leitores, e não cobra taxas para submissão, avaliação ou publicação dos trabalhos. Os artigos publicados estão disponíveis sob licença *Creative Commons*, o que garante a ampliação do alcance e da circulação dos discursos científicos, promovendo a democratização do conhecimento e favorecendo a difusão ampla das ideias e resultados de pesquisa.

É necessário reconhecer que os discursos estudados emergem de um espaço de autoridade acadêmica, o que influencia diretamente a construção dos sentidos sobre o ensino digital. Por outro lado, a própria missão da revista, que enfatiza a diversidade de abordagens teóricas e a crítica às práticas educacionais, abre a possibilidade de que coexistissem, em suas publicações, discursos que não apenas reforçassem consensos, mas também tensionassem o uso indiscriminado de tecnologias na educação.

Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica desta pesquisa estrutura-se em torno de conceitos centrais sobre discurso, mídia, educação digital e práticas sociais de linguagem. O principal referencial adotado é o pensamento de Patrick Charaudeau, cuja teoria do contrato de comunicação e análise do discurso midiático oferece subsídios essenciais para compreender a construção dos sentidos no ensino digital abordado em revistas especializadas.

Desde a instalação das primeiras redes de computadores, na década de 1990, a sociedade tem sido rapidamente transformada pelas facilidades trazidas pelo mundo digital. Como observado por Mello e Teixeira (2007), essas tecnologias vêm alterando o comportamento das pessoas em nível individual e coletivo, sendo que a comunicação, hoje, ocorre predominantemente através do ciberespaço. Esse fenômeno é conhecido como “era digital”.

Gómez (2015, p. 14) afirma que, "na era da informação digitalizada, o acesso ao conhecimento tornou-se relativamente simples, imediato e universal". Marcon e Teixeira (2009) corroboram essa perspectiva ao apontar que as tecnologias de rede tornam os processos diários mais flexíveis e colaborativos, transformando os indivíduos em agentes ativos nesse novo ambiente. Isso reflete no desenvolvimento de uma pedagogia que é inseparável das novas tecnologias.

Embora o novo possa gerar receios, o momento representa uma era de transformações. Até mesmo os alunos, que já nasceram no contexto digital, necessitam da orientação dos professores para selecionar conteúdos seguros e de qualidade, já que nem tudo o que está disponível na internet é confiável. Segundo Gabriel (2013, p. 104), esse cenário exige uma redefinição do papel do professor:

[...] o professor, que antes funcionava como um filtro de conteúdo, passa a ter um valor essencial como interface, para auxiliar a navegação no mar de informações. A validação da informação e reflexão para analisá-la e construir significados, na realidade, passa a ser uma das principais habilidades da era digital.

A mediação do educador permanece essencial para evitar que os alunos sejam prejudicados, pois o professor deve atuar como um guia para seus estudantes. Isso se deve ao fato de que ele passou por processos formativos antes e, por essa razão, tem maior capacidade para avaliar a veracidade das informações. Além disso, o educador domina as estratégias didáticas necessárias para explicar os conteúdos e criar situações que possibilitem ao aluno assimilar o conhecimento, já que o simples acesso à informação não garante sua aprendizagem. A sociedade está cada vez mais imersa na era digital, e a escola não pode se isolar dessas inovações se quiser captar o interesse dos alunos e despertar sua curiosidade pelos conteúdos programáticos. Cabe ao professor assumir um papel central ao transformar sua percepção e interação com o mundo digital.

Os desafios na educação aumentam à medida que a tecnologia se integra cada vez mais ao cotidiano das escolas e universidades. Um dos primeiros obstáculos é adaptar o currículo para os alunos digitais. De acordo com Morin (2000), a complexidade do conhecimento na sociedade atual exige uma abordagem transdisciplinar e integrada, o que desafia os currículos tradicionais. Isso demanda uma reformulação curricular que incorpore habilidades digitais, pensamento crítico e aprendizagem baseada em projetos, alinhando o conteúdo educacional às exigências do século XXI.

Outro grande desafio é equilibrar a tecnologia com os métodos tradicionais de ensino. Papert (1993) defende que, embora a tecnologia ofereça novas oportunidades para o aprendizado, é crucial não negligenciar as abordagens pedagógicas que fomentam o pensamento crítico e a interação humana. A tecnologia deve ser utilizada como um complemento, e não como substituta das práticas pedagógicas tradicionais. Isso requer que os educadores saibam integrar os recursos digitais de forma a enriquecer

a experiência educacional, sem substituí-la completamente. Além disso, a questão da atenção e concentração dos alunos em ambientes digitais representa outro desafio significativo.

Também é importante promover a competência digital tanto de alunos quanto de professores. Prensky (2001) cunhou os termos "nativos digitais" e "imigrantes digitais" para ilustrar essa divisão geracional no uso da tecnologia. Muitos educadores, sendo imigrantes digitais, precisam adquirir habilidades para utilizar as ferramentas digitais de maneira eficaz, a fim de se conectar com os nativos digitais (os alunos) e tornar o aprendizado mais envolvente e eficiente.

Um outro desafio crucial é a equidade no acesso à tecnologia. Warschauer (2003) aponta que a mera disponibilidade de tecnologia não garante igualdade de acesso ou de oportunidades educacionais.

Segundo Ferreira e Monteiro (2009), as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) tornaram-se parte essencial da vida cotidiana e são consideradas fundamentais para o sucesso das instituições de ensino. Os jovens crescem em um ambiente tecnológico e se tornam dependentes dessas tecnologias. No entanto, é crucial oferecer uma educação que aborde os riscos associados ao uso das TIC. Nesse contexto, cabe às escolas, pais e à sociedade em geral alertar e orientar os jovens sobre como usar essas tecnologias de forma segura. Para enfrentar esses riscos e desafios, é essencial adotar uma abordagem multidimensional e colaborativa.

A respeito da temática que evoca sobre as revistas especializadas e o discurso sobre educação, é essencial contextualizar a importância dessas publicações como veículos de disseminação do conhecimento educacional e de debates sobre práticas pedagógicas. As revistas especializadas em educação servem como plataformas para compartilhar pesquisas, teorias e práticas inovadoras, influenciando diretamente o campo educacional. Segundo Alves e Lopes (2024), essas publicações são essenciais para a construção de um saber pedagógico coletivo, permitindo a troca de experiências e promovendo a reflexão crítica entre educadores.

A educação digital, por sua vez, é uma área em crescente destaque dentro dessas publicações, especialmente em um contexto global que valoriza a integração de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. O ensino digital envolve não apenas o uso de plataformas digitais e ferramentas tecnológicas, mas também implica uma transformação no papel do professor e do aluno, bem como na dinâmica de sala de aula.

Revistas especializadas frequentemente abordam essas mudanças, conforme apontam Conceição e Ghisleni (2023), ao afirmar que as publicações oferecem uma perspectiva crítica sobre como a tecnologia pode tanto ampliar as oportunidades de aprendizagem quanto reforçar desigualdades existentes, dependendo de sua implementação.

As revistas educativas desempenham um papel crucial na formação do discurso sobre o ensino digital, muitas vezes funcionando como intermediárias entre a academia e a prática docente. A análise do discurso dessas publicações revela como determinadas abordagens tecnológicas são legitimadas ou questionadas. Segundo Fairclough (1992), o discurso é uma prática social que reflete e molda as relações de poder e ideologias subjacentes. Portanto, é relevante analisar como as revistas especializadas constroem o discurso sobre a adoção de ferramentas digitais na educação, influenciando a percepção de professores e formuladores de políticas públicas.

Outro aspecto importante abordado pelas revistas especializadas é o impacto do ensino digital na inclusão educacional. Segundo Alves e Lopes (2024), a tecnologia pode ser um importante catalisador para ampliar o acesso à educação, especialmente em contextos de exclusão social. As revistas frequentemente exploram o potencial das ferramentas digitais para democratizar o ensino, mas também alertam para o risco de acentuar desigualdades quando o acesso à tecnologia é limitado. O discurso sobre inclusão digital, portanto, está imbricado em discussões mais amplas sobre justiça social e equidade educacional, como evidenciado por esses veículos.

Patrick Charaudeau (2008) apresenta, em *Linguagem e discurso*: modos de organização, uma reflexão sobre a linguagem como prática social situada, caracterizada por sua complexidade e pela multiplicidade de sentidos que emergem dos atos de comunicação. Para o autor, o ato de linguagem é encenado no teatro da vida social, envolvendo sujeitos que, ao mesmo tempo, produzem e interpretam sentidos, num processo intersubjetivo permeado por condições situacionais específicas. O discurso é compreendido não apenas como transmissão de informações, mas como um espaço de negociação de sentidos, marcado por dinâmicas de poder, intenções comunicativas e jogos de posicionamento entre os interlocutores.

A teoria semiolinguística proposta por Charaudeau (2008) enfatiza que a comunicação não pode ser reduzida a uma relação linear entre emissor e receptor, pois envolve sempre uma tensão entre o que é explicitamente dito e o que é sugerido de maneira implícita. O discurso é construído a partir dessa dualidade, e a compreensão dos

sentidos produzidos exige a análise tanto do conteúdo manifesto quanto das camadas de sentido latentes, que dependem das condições históricas, sociais e situacionais em que o ato de linguagem se realiza. O autor destaca que, ao considerar a interdependência entre as intenções do locutor e as interpretações do destinatário, a análise do discurso deve levar em conta a multiplicidade de leituras possíveis, reconhecendo o discurso como um objeto dinâmico e polissêmico.

Denominamos Contrato de comunicação o ritual sociolinguageiro do qual depende o Implícito codificado e o definimos dizendo que ele é constituído pelo conjunto das restrições que codificam as práticas sociolinguageiras, lembrando que tais restrições resultam das condições de produção e de interpretação (Circunstâncias de Discurso) do ato de linguagem. O Contrato de comunicação fornece um estatuto sociolinguageiro aos diferentes sujeitos da linguagem. Assim, as estratégias discursivas mencionadas anteriormente devem ser estudadas em função desse Contrato (Charaudeau, 2008, p. 60).

Charaudeau (2008), ao final da obra, ressalta a importância de considerar o discurso como testemunho das especificidades culturais de uma sociedade. Ao analisar os discursos que circulam na esfera pública, o autor aponta que eles não apenas refletem a realidade social, mas também a constroem, influenciando representações, valores e práticas.

Partindo da compreensão de que o discurso é sempre uma prática situada, atravessada por condições sociais, históricas e comunicativas específicas, é possível perceber que nenhuma forma de enunciação ocorre de maneira neutra ou isolada de suas circunstâncias de produção. Ao tratar dos discursos no campo científico, não se pode ignorar que também esses são atravessados por contratos comunicativos próprios, que lhes conferem características específicas.

Nesse contexto, a análise do discurso científico revela um conjunto de particularidades que o distingue de outras práticas discursivas, sem, contudo, afastá-lo das dinâmicas sociais que permeiam toda produção de sentido. Charaudeau (2016) propõe que o discurso científico, ao ser divulgado fora de seu contexto original, passa por um processo de transformação que não pode ser considerado mera tradução ou simples reformulação. A divulgação científica, quando transposta para a mídia, torna-se uma construção discursiva específica, condicionada pelas características da situação comunicativa midiática e pelas estratégias de encenação que visam tanto informar quanto captar a atenção do público.

O autor diferencia claramente o discurso científico original do discurso de divulgação e do discurso midiático. Enquanto o primeiro busca a demonstração rigorosa e o convencimento baseado em provas entre pares, o segundo precisa se adaptar às exigências da transmissão pública de saberes, operando simplificações, analogias e estratégias de captação emocional para tornar o conteúdo acessível e interessante a audiências amplas e heterogêneas (Charaudeau, 2016).

Metodologia

A metodologia desta pesquisa busca analisar o discurso veiculado sobre o ensino digital em revistas especializadas, tendo como objeto de estudo a revista Educação & Realidade, a qual, conforme explanado anteriormente, foi escolhida como objeto de estudo por sua relevância no cenário acadêmico brasileiro.

A coleta de dados desta pesquisa seguiu uma abordagem sistemática e bem estruturada, com o objetivo de identificar e analisar o discurso sobre o ensino digital nas edições da Educação & Realidade publicadas nos anos de 2022 e 2023, período escolhido do por representar uma fase de transição no ensino, após o período mais agudo da pandemia de COVID-19, no qual muitas escolas passaram a adotar modelos híbridos de ensino e integraram novas tecnologias educacionais de forma mais consolidada. Embora este trabalho não tenha como foco central a pandemia de COVID-19, é inevitável reconhecer sua influência decisiva na intensificação do uso de tecnologias de comunicação no campo educacional.

Em 2022, a revista publicou o Volume 47, destacando o dossiê intitulado "Sandra Mara Corazza: uma vida...", reunindo textos que, ainda que não focados exclusivamente no ensino digital, possibilitaram a identificação de artigos pertinentes às práticas educativas mediadas por tecnologias. Em relação ao ano de 2023, a seleção considerou o Volume 48, cuja seção temática foi dedicada ao tema "A Fauna, a Flora, os Outros Seres Vivos e os Ambientes no Ensino de Ciências e de Biologia".

A seleção dos materiais seguiu critérios rigorosos para garantir que os textos incluídos estivessem diretamente relacionados ao tema central da pesquisa – o discurso sobre o ensino digital. Esses critérios visam a assegurar a representatividade e a pertinência dos dados coletados. Foram incluídos na seleção os artigos científicos que abordassem diretamente o ensino digital em suas diversas dimensões. Nesse critério,

consideraram-se produções que discutissem o uso de plataformas digitais, as inovações tecnológicas aplicadas à educação, a formação docente para o ensino mediado por tecnologias e a implementação de modelos híbridos de aprendizagem.

A coleta de dados contemplou exclusivamente artigos acadêmicos. Foram priorizados textos que discutissem criticamente a digitalização do ensino, os desafios e oportunidades da educação online e os impactos das tecnologias digitais sobre as práticas pedagógicas e o desempenho dos estudantes, a partir dos descritores: digital, tecnologia, pandemia, Covid, remoto, híbrido, inclusão e plataforma. Foram considerados termos equivalentes ou variações do descritor inicial, a exemplo de tecnologia / tecnológico, respeitando a pertinência temática. A presença de ao menos um desses termos no título do artigo indicou sua potencial inclusão ao corpus da pesquisa.

Após a seleção inicial com base nos títulos, os resumos dos artigos foram analisados para confirmar (ou não) a adequação temática. Em seguida, foi realizada a leitura integral dos textos selecionados, a fim de assegurar que tratassem diretamente do ensino digital ou das práticas educacionais mediadas por tecnologias de comunicação. Foram excluídos os textos que, embora relacionados à área da educação, não tratassem diretamente do uso de tecnologias digitais no contexto educacional.

Com a aplicação dos descritores, foram encontrados e utilizados 2 artigos no ano de 2022 (descritores: covid-19; remota), enquanto em 2023 foram encontrados 06 resultados, mas apenas 05 foram utilizados após a aplicação dos critérios de exclusão (descritores: Remoto; Pandemia; Covid-19; Pandemia; Tecnologias; Tecnológicos).

Após a coleta dos artigos, foi realizada a organização inicial dos dados, etapa em que as informações extraídas dos textos foram sistematizadas. Em seguida, foi realizada a análise crítica dos dados, fundamentada na metodologia da Análise do Discurso de Patrick Charaudeau. Nessa fase, o foco foi compreender os modos de construção do discurso nos artigos, examinando a posição dos locutores, os contratos de comunicação estabelecidos, as estratégias discursivas empregadas e os efeitos de sentido produzidos sobre o ensino digital.

Cabe destacar ainda que, por não haver coleta de informações pessoais nem contato direto com sujeitos humanos, não se configurou a necessidade de submissão do projeto a Comitês de Ética em Pesquisa, conforme as normativas vigentes. No entanto, o tratamento dos dados respeitou o princípio do uso responsável de informações

publicamente disponíveis, resguardando a finalidade estritamente acadêmica da pesquisa.

Análise do Discurso sobre o ensino digital na Revista Educação & Realidade

O artigo de Anjos et al. (2022) adota como metodologia principal a análise documental de um relatório técnico produzido pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), baseado em um levantamento realizado com estudantes de cursos presenciais. De modo semelhante, o artigo de Astudillo et al. (2022) também adota uma abordagem de natureza quantitativa descritiva, desta vez aplicada a uma realidade mais ampla, envolvendo 333 professores de doze países ibero-americanos. A metodologia baseia-se na aplicação de um questionário validado, composto por 28 itens, distribuído de forma digital para uma amostra não probabilística incidental.

O artigo de Andrade et al. (2023) adota uma abordagem qualitativa, estruturada a partir da aplicação de um questionário online a dez professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município de João Pessoa/PB. A interpretação dos dados foi realizada com base na Análise Crítica do Discurso (ACD). Na sequência, Garcia et al. (2023) desenvolveram um estudo de natureza quantitativa exploratória, utilizando questionário online aplicado a 150 professores da Universidade Federal de Roraima (UFRR). A coleta foi realizada a partir de adesão voluntária e a análise contemplou técnicas estatísticas descritivas.

O estudo de Gomes et al. (2023) emprega uma abordagem qualitativa, com apoio de dados quantitativos auxiliares, fundamentada em entrevistas semiestruturadas realizadas com 73 crianças de 4 a 12 anos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Para a composição da amostra, recorreu-se à técnica de rede de familiaridade, e a análise interpretativa considerou as linguagens oral, corporal e pictórica, focalizando sentimentos e projeções de futuro expressos pelas crianças.

Por sua vez, o artigo de Oliveira et al. (2023) assume uma perspectiva teórica e ensaística, desenvolvendo uma revisão crítica da literatura especializada com foco nas reflexões de Simondon e Hui sobre tecnologia, alienação, cultura técnica e tecnodiversidade. Não houve coleta empírica de dados nem aplicação de procedimentos estatísticos, o que se coaduna com o caráter conceitual da proposta.

Por último, o artigo de Sena et al. (2023) adota uma metodologia qualitativa exploratória, com pesquisa de campo realizada em uma escola estadual em Timon (MA). Foram utilizados questionários semiabertos, observação participante de práticas pedagógicas e levantamento bibliográfico. A análise recaiu sobre a experiência com jogos digitais elaborados em PowerPoint voltados para a aprendizagem de estudantes surdos no ensino médio.

Nos estudos analisados, o *contrato de comunicação*, nos termos de Charaudeau (2008), é construído a partir de uma situação de produção científica-institucional, orientada pela expectativa de credibilidade acadêmica e de rigor metodológico. Em todos os artigos, os autores se posicionam como especialistas legitimados, vinculados a instituições de ensino superior ou pesquisa, dirigindo-se a um público modelizado composto por pares acadêmicos.

No entanto, observa-se uma diferenciação interna no modo como esse contrato é operacionalizado. Em Anjos et al. (2022), Astudillo et al. (2022), Andrade et al. (2023) e Garcia et al. (2023), o contrato adota predominantemente a forma de um discurso analítico-relatorial, centrado na exposição objetiva dos dados coletados e em análises estatísticas ou descritivas, com pouca inserção da subjetividade dos agentes envolvidos. A relação com o destinatário é construída sob o princípio da demonstração e da evidência, com forte ancoragem metodológica.

Por outro lado, nos estudos de Gomes et al. (2023) e Sena et al. (2023), embora o contrato de cientificidade também esteja presente, percebe-se uma abertura maior para a dimensão interpretativa e subjetiva dos sujeitos pesquisados. Gomes et al. (2023), ao trabalhar com crianças, valoriza os sentidos atribuídos por elas à experiência pandêmica, enquanto Sena et al. (2023) explora as percepções de estudantes surdos sobre o uso de tecnologias no processo de aprendizagem. Nesse caso, o contrato de comunicação se complexifica, incorporando elementos de testemunho e narratividade, em articulação com a análise acadêmica.

Em relação a Oliveira et al. (2023), o contrato de comunicação assume feição ensaística e teórico-reflexiva. A relação enunciativa não se organiza em torno da apresentação de dados empíricos, mas da construção de um percurso argumentativo crítico, ancorado em referenciais filosóficos. O interlocutor modelizado é, nesse caso, um leitor especializado, capaz de acompanhar discussões conceituais mais abstratas e reconhecer os deslocamentos teóricos propostos.

Embora todos os artigos compartilhem um contrato de cientificidade e legitimidade acadêmica, as estratégias enunciativas específicas variam conforme o objeto de estudo, a metodologia empregada e o grau de abertura para a subjetividade dos sujeitos sociais pesquisados.

A *construção da imagem do locutor* nos artigos analisados revela a preocupação dos autores em consolidar um *ethos* de credibilidade e competência acadêmica, conforme proposto por Charaudeau (2008). Em todos os estudos, os locutores constroem sua imagem discursiva de maneira a apresentar-se como especialistas, detentores de saber sobre os fenômenos investigados.

Em Anjos et al. (2022), Astudillo et al. (2022) e Andrade et al. (2023), essa construção de *ethos* ocorre predominantemente pela ênfase na exposição metodológica detalhada. Os autores assumem uma postura de objetividade e distanciamento analítico, reforçando sua autoridade científica por meio da descrição rigorosa dos procedimentos de coleta e análise de dados. A imagem construída é a de pesquisadores comprometidos com a exatidão empírica e com a produção de resultados verificáveis, o que se coaduna com a expectativa de cientificidade do campo educacional.

Garcia et al. (2023), embora adote uma abordagem quantitativa com uso de questionário estruturado e aplicação de testes estatísticos, constrói seu *ethos* de forma mais discreta, com ênfase na exposição dos resultados e na contextualização institucional da pesquisa. Por sua vez, Gomes et al. (2023) e Sena et al. (2023) operam uma construção de imagem discursiva mais complexa. Embora mantenham o *ethos* de cientificidade, ambos os artigos incorporam também um *ethos* de sensibilidade social e interpretativa. Os locutores se apresentam não apenas como analistas técnicos, mas como mediadores atentos às experiências dos sujeitos pesquisados (crianças e estudantes surdos, respectivamente). Essa estratégia discursiva confere maior densidade ética ao discurso, ao legitimar a voz dos participantes e ao reafirmar o compromisso dos pesquisadores com a compreensão dos sentidos atribuídos pelos próprios atores sociais. No caso de Oliveira et al. (2023), a imagem do locutor é construída majoritariamente a partir da autoridade teórica.

A *imagem do destinatário*, ou interlocutor modelizado, na perspectiva de Charaudeau (2008), é construída como aquela de um leitor pertencente ao meio acadêmico-científico, dotado de competência para compreender textos técnicos, avaliar metodologias de pesquisa e interpretar dados ou conceitos de modo crítico.

Todos os artigos pressupõem um destinatário que compartilha do mesmo contrato de cientificidade que rege o locutor, isto é, que valoriza a fundamentação teórica rigorosa, a clareza metodológica e a exposição analítica dos resultados. É, portanto, de um destinatário especializado, que se move no interior das normas discursivas próprias à esfera acadêmica da educação.

Nos estudos de Anjos et al. (2022), Astudillo et al. (2022) e Andrade et al. (2023), a imagem do destinatário é majoritariamente a de um leitor interessado em dados empíricos, políticas educacionais e avaliação de impactos sociais relacionados ao ensino remoto. No caso de Garcia et al. (2023), o destinatário modelizado é igualmente concebido como um leitor pertencente ao campo educacional, com interesse em compreender os efeitos do ensino remoto no contexto institucional da Universidade Federal de Roraima. No entanto, diferentemente dos demais estudos que visam maior alcance interpretativo, o texto se dirige prioritariamente a um público interessado em diagnósticos situados e em subsídios para ações locais.

Em Gomes et al. (2023) e Sena et al. (2023), o destinatário é modelizado não apenas como um intérprete de dados, mas como alguém capaz de valorizar os sentidos subjetivos expressos pelos sujeitos pesquisados. Em Oliveira et al. (2023), o destinatário modelizado é ainda mais específico: trata-se de um leitor com elevado domínio teórico, apto a acompanhar discussões filosóficas abstratas e a refletir criticamente sobre a relação entre tecnologia, cultura e sociedade.

Mesmo que todos estejam ancorados no contrato de cientificidade, as *estratégias discursivas* mobilizadas pelos autores variam em função da natureza do objeto investigado, dos objetivos pretendidos e do tipo de destinatário modelizado.

Nos textos de Anjos et al. (2022), Astudillo et al. (2022) e Andrade et al. (2023), prevalece a estratégia discursiva da exposição analítico-descritiva. Os autores priorizam a objetividade, a clareza metodológica e a neutralidade enunciativa, utilizando tabelas, dados quantitativos, estatísticas descritivas e descrições metodológicas minuciosas como recursos para construir um *ethos* de rigor científico.

Em Garcia et al. (2023), a estratégia discursiva também se ancora na exposição de dados empíricos, com predominância de uma linguagem objetiva e informativa. Embora o detalhamento metodológico não seja tão aprofundado quanto nos estudos de Anjos et al. (2022) ou Astudillo et al. (2022), o discurso busca conferir legitimidade por meio da apresentação de estatísticas descritivas e da aplicação de testes de hipótese.

Nos trabalhos de Gomes et al. (2023) e Sena et al. (2023), observa-se uma inflexão discursiva que incorpora estratégias interpretativo-narrativas. A exposição dos dados é mediada por interpretações que valorizam os sentidos produzidos pelos sujeitos pesquisados, com a inclusão de citações diretas de falas, descrições de situações vivenciadas e construção de cenas enunciativas que aproximam o leitor dos contextos empíricos. A estratégia discursiva dominante é a da valorização da experiência vivida, o que confere aos textos uma tonalidade mais sensível e dialógica, mesmo sem romper com o compromisso de cientificidade.

No artigo de Oliveira et al. (2023), a estratégia discursiva é eminentemente argumentativo-reflexiva. Em vez de apresentar dados empíricos, o autor articula conceitos teóricos em uma lógica de problematização contínua, utilizando recursos como a construção de hipóteses, a contraposição de ideias e a mobilização crítica de autores de referência.

A produção de sentidos nos artigos analisados está intimamente vinculada às condições de produção de seus discursos e aos contratos de comunicação estabelecidos em cada texto. Segundo a perspectiva de Charaudeau (2008), o sentido não é apenas um dado linguístico, mas é resultado da interação entre locutor, destinatário e a cena enunciativa.

De modo geral, todos os artigos operam a produção de sentidos a partir da ancoragem em um espaço de legitimidade acadêmica e da busca por interpretar fenômenos educacionais em tempos de crise sanitária e tecnológica.

Nos textos de Anjos et al. (2022), Astudillo et al. (2022) e Andrade et al. (2023), o sentido produzido é orientado para a denúncia e a problematização das desigualdades sociais e educacionais, exacerbadas pelo ensino remoto emergencial. No estudo de Garcia et al. (2023), a produção de sentidos está orientada para a identificação de obstáculos concretos enfrentados por docentes no contexto do ensino remoto emergencial, com foco na realidade institucional da Universidade Federal de Roraima.

Em Gomes et al. (2023) e Sena et al. (2023), a produção de sentidos se desloca para uma dimensão mais subjetiva e experiencial. Através da valorização das narrativas de crianças e de estudantes surdos, os artigos constroem sentidos que enfatizam a importância do reconhecimento das vozes sociais silenciadas ou invisibilizadas nas análises tradicionais. No artigo de Oliveira et al. (2023), a produção de sentidos assume um caráter fortemente crítico e filosófico.

Considerações Finais

A análise dos artigos selecionados permitiu identificar tendências, convergências e especificidades quanto aos efeitos do ensino digital, profundamente marcado pelo cenário da pandemia de Covid-19, sobre o campo educacional. De modo geral, os estudos revelam que a migração para o ensino remoto emergencial exacerbou desigualdades sociais, educacionais e digitais já preexistentes, impactando de forma significativa a permanência e o aproveitamento dos estudantes.

À luz da teoria de Charaudeau, a análise permitiu evidenciar a diversidade de estratégias discursivas mobilizadas na construção dos sentidos, dos contratos de comunicação e das imagens dos locutores e destinatários.

Em termos de contrato de comunicação, todos os estudos se ancoram em uma cena de cientificidade acadêmica, voltada à produção de discursos legítimos e reconhecíveis dentro da comunidade científica. Entretanto, observam-se variações na configuração interna desse contrato: enquanto Anjos et al. (2022), Astudillo et al. (2022) e Andrade et al. (2023), adotam majoritariamente uma estrutura de exposição analítica e técnica, Gomes et al. (2023) e Sena et al. (2023) valorizam a dimensão subjetiva e experiencial dos sujeitos pesquisados, e Oliveira et al. (2023) opera em um registro argumentativo-reflexivo, voltado para a problematização teórica.

A construção da imagem do locutor, nos diferentes textos, é marcada pela busca de autoridade científica. Nos estudos empíricos, o *ethos* discursivo se ancora na apresentação de rigor metodológico e na objetividade da análise de dados. Nos estudos qualitativos interpretativos, soma-se a esse *ethos* uma dimensão ética e sensível, que legitima o olhar sobre as vozes sociais emergentes. Já no texto ensaístico, o locutor constrói sua imagem a partir da competência teórica e da habilidade crítica de articulação conceitual.

A imagem do destinatário é modelizada de forma consistente em todos os artigos como um leitor especializado, apto a reconhecer e validar discursos acadêmicos. Todavia, variam as exigências de competência interpretativa: alguns textos pressupõem um destinatário técnico e analítico, enquanto outros requerem um destinatário sensível às experiências narrativas ou capaz de operar com abstrações filosóficas.

Em relação às estratégias discursivas, prevalecem, nos estudos quantitativos, a exposição empírica e a demonstração de evidências. Nos estudos qualitativos e no ensaio teórico, predominam estratégias interpretativo-narrativas e argumentativo-críticas, que ampliam a produção de sentidos para além da objetividade estatística.

Finalmente, quanto à produção de sentidos, os discursos convergem para a crítica às desigualdades sociais e educacionais, mas divergem nas formas de problematização: enquanto alguns enfatizam a denúncia de condições materiais desiguais, outros destacam a potência da resistência simbólica dos sujeitos sociais, e outros ainda questionam os paradigmas contemporâneos da relação entre tecnologia e cultura.

Assim, a análise dos discursos revela a complexidade e a riqueza das estratégias enunciativas mobilizadas, demonstrando como, mesmo sob o pacto comum da cientificidade, diferentes modos de dizer constroem sentidos específicos e posicionam locutores e destinatários de maneira diferenciada no espaço social da educação.

A análise realizada ao longo do artigo confirma em grande medida a hipótese inicialmente formulada. Ao examinar os discursos veiculados nos artigos da revista Educação & Realidade, observou-se que há, de fato, uma tendência predominante de reforço a perspectivas hegemônicas associadas à inovação tecnológica, à modernização dos processos educativos e à eficiência institucional. A construção discursiva em torno do ensino digital, nos textos analisados, valoriza majoritariamente os avanços técnicos e a incorporação de novas ferramentas, com destaque para narrativas que associam o uso de tecnologias à melhoria da qualidade da educação. Contudo, a análise crítica também evidenciou que tensões estruturais, como a formação docente insuficiente, as desigualdades de acesso às tecnologias digitais e as limitações impostas pelas condições materiais do sistema educacional brasileiro, embora não sejam completamente silenciadas, recebem um tratamento discursivo secundário.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Lynn; LOPES, David. *Educação e plataformas digitais: popularizando saberes, potencialidades e controvérsia*. Salvador: EDUFBA, 2024. 287 p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/39372/3/Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20plataformas%20digitais-digital.pdf>. Acesso em: 11 out. 2024.
- ANDRADE, Ana Carolina de Farias et al. Desafios no ensino remoto de idosos na educação de jovens e adultos em tempos de pandemia da covid-19. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 48, e119072, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236119072>. Acesso em: 17 abr. 2025.

- ANJOS, Hellen Vivian Moreira dos et al. Covid-19, desigualdades e privilégios na educação profissional brasileira. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 47, e109351, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236109351>. Acesso em: 17 abr. 2025.
- BOSI, Alfredo. Cultura Brasileira. In: MENDES, D. T. (org.). *Filosofia da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 135-177.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 08 abr. 2025.
- _____. *Sobre o discurso científico e sua midiatização*. Calidoscópio, v. 14, n. 3, p. 550-556, set./dez. 2016. DOI: 10.4013/cld.2016.143.18. Tradução de Maria Eduarda Giering e Luciana Cavalheiro.
- CONCEIÇÃO, Elizete de Fatima Veiga da; GHISLENI, Taís Steffenello. Do conceito de letramento digital à sua inserção no ambiente acadêmico. *Revista Educação e Linguagens*, Campo Mourão, v. 12, n. 23, p. 1-20, jan./jun. 2023. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/join/2019/TRABALHO_EV124_MD4_SA6_ID_614_23082019231702.pdf. Acesso em: 11 out. 2024.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. Tradução de Izabel Magalhães. 1. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FERREIRA, P.; MONTEIRO, A. F. *Riscos de Utilização das TIC*. EDUSER: Revista de Educação, v. 1, 2009.
- GABRIEL, M. *Educ@r - A (r)evolução digital na educação*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- GARCIA, Rafael Vilas Boas et al. Ensino remoto emergencial: práticas educacionais e percepções docentes. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 48, e124612, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236124612vs01>. Acesso em: 17 abr. 2025.
- GOMES, Alana Barros et al. Sentimentos e utopias infantis em tempos de pandemia: escutando as crianças. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 48, e129672, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236129672vs01>. Acesso em: 17 abr. 2025.
- MELLO, Elisângela FF de; TEIXEIRA, Adriano C. Um processo de inclusão digital na hipermodernidade. *Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação - SBIE)*, v. 1, n. 1, p. 462-471, 1 nov. 2007.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jenane Sawaya. Revisão Técnica Edgard de Assis Carvalho. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
- PAPERT, S. *The children's machine: rethinking school in the age of the computer*. Basic Books, 1993.
- PRENSKY, M. Digital natives, digital immigrants. *On the Horizon*, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001.
- SENA, Lílían de Sousa et al. Recursos tecnológicos na educação bilíngue de estudantes surdos. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 48, e120615, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236120615vs01>. Acesso em: 17 abr. 2025.
- TEIXEIRA, A. C.; MARCON, K. *Inclusão digital: experiências, desafios e perspectivas*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Educação & Realidade: informações sobre a revista*. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/about>. Acesso em: 13 abr. 2025.

VÁSQUEZ ASTUDILLO, Mario et al. Educación remota emergencial: satisfacción y competencias de los profesores. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 47, e110781, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236110781>. Acesso em: 17 abr. 2025.

WARSCHAUER, M. *Technology and social inclusion: rethinking the digital divide*. MIT Press, 2003.

Entre estigma e resistência: discursos sobre HIV em *Drag Race Brasil* e as políticas de saúde

Between stigma and resistance: discourses on HIV in Drag Race Brasil and health policies

Yuri Rutchere Mineiro Soares¹

Maria Angélica de Oliveira²

Resumo: Este artigo propõe-se a analisar discursos sobre HIV no reality show *Drag Race Brasil*, compreendendo-o como um espaço de circulação de sentidos que dialoga diretamente com as políticas de saúde pública no país. Partindo da Análise de Discurso, com aporte em Michel Foucault (2016; 2010; 2014; 2020), investiga-se como enunciados sobre HIV produzem regimes de verdade que, ao mesmo tempo, podem reproduzir estigmas ou instaurar discursos de resistência. Nesse sentido, a pesquisa demonstra como um produto cultural midiático, ao tematizar questões de saúde, torna-se também dispositivo de subjetivação e arena de disputas discursivas acerca da soropositividade. A análise busca evidenciar os modos pelos quais saber, poder e linguagem se entrecruzam na constituição de sentidos sobre HIV, revelando tanto a manutenção quanto a contestação de desigualdades sociais que atravessam as políticas de saúde no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: HIV; Estigma; Regimes de Verdade; Drag Queen; Poder.

Abstract: This article aims to analyze discourses about HIV on the reality show *Drag Race Brasil*, understanding it as a space for the circulation of meanings that directly engages with public health policies in the country. Drawing on discourse analysis, with insights from Michel Foucault (2016; 2010; 2014; 2020), the article investigates how statements about HIV produce regimes of truth that can simultaneously reproduce stigmas or establish discourses of resistance. In this sense, the research demonstrates how a media cultural product, by addressing health issues, also becomes a device of subjectivation and an arena for discursive disputes about HIV status. The analysis seeks to highlight the ways in which knowledge, power, and language intersect in the construction of meanings about HIV, revealing both the maintenance and the contestation of social inequalities that permeate health policies in contemporary Brazil.

Keywords: HIV; Stigma; Regimes of Truth; Drag Queens; Power.

Introdução

Nas últimas décadas, a mídia tem desempenhado um papel importante na produção e disseminação de informações sobre saúde, no entanto, é fundamental reconhecer que tais informações não circulam de maneira neutra: elas se articulam a discursos que produzem subjetividades, classificações e formas de vida. De acordo com Foucault (2020, p. 114) não há “enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um

¹ Mestrando bolsista da Capes no Programa de Pós-graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE) na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3048366526498822> Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-8237-2220>. E-mail: yurirutchere@gmail.com

² Doutorado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Pós-doutorado em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Professora titular da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6111110627092405> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1284-4564> E-mail: maria.angelica@professor.ufcg.edu.br

enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo”. O *reality show Drag Race Brasil*, versão nacional da franquia internacional *RuPaul’s Drag Race*, insere-se nesse contexto como um espaço relevante de visibilidade LGBTQIAPN+ e de circulação de discursos sobre saúde sexual.

Por se tratar de uma franquia televisiva com forte presença midiática e com um formato consolidado globalmente, torna-se fundamental descrevê-la tanto em sua qualidade midiática quanto como prática discursiva. Essa caracterização permite compreender o modo como o programa organiza modos de falar, visibilizar e regular significados sobre corpos dissidentes, performances drag e, especificamente, sobre HIV/Aids. Mais do que um produto de entretenimento, *Drag Race Brasil* se destaca por abordar temas urgentes que atravessam a experiência de pessoas LGBTQIAPN+, como rejeição familiar, violência, racismo, identidade de gênero e saúde mental. Dentro desse leque, merece especial atenção a forma como o referido programa lida com questões de saúde pública, especialmente o HIV. Ao abrir espaço para relatos pessoais de participantes convivendo com o vírus e ao incluir discussões sobre prevenção, tratamento e estigma, o *Drag Race Brasil* contribui significativamente para a conscientização sobre o HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana), promovendo informação acessível, empatia e desmistificação, considerados elementos fundamentais no combate e enfrentamento ao preconceito e à desinformação.

O HIV é um vírus que ataca o sistema imunológico humano, mais especificamente as células linfócito T-CD4+, resultando assim numa redução na proteção natural do corpo e dando abertura para que outras infecções que seriam comumente combatidas pelo corpo, como uma gripe, que pode se tornar infecções severas e de difíceis tratamento. Segundo Schreder (2023, p. 7), o vírus age no corpo multiplicando seu DNA nas células linfócito T-CD4+, e assim buscando novas células e se espalhando até o ponto onde toma todo o sistema imunológico de um ser humano.

Quando não tratado, o HIV se transforma em AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida). Nesse ponto não existe tratamento que supere o avanço da imunodeficiência e muitas pessoas sucumbem a ela. Ao longo dos últimos anos, o HIV e a AIDS são tratados como problemas de saúde pública não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Infelizmente, no Brasil, a desinformação sobre o vírus ainda é um problema significativo, tanto no que se refere à prevenção quanto ao tratamento adequado. As

políticas públicas, por vezes falhas e incoerentes, contribuem para a manutenção do tema como um “tabu”, deixando espaço para a propagação de informações incorretas entre a população. Há aquelas pessoas que já convivem com o vírus e possuem conhecimento necessário para seu tratamento, não sofrem, pois, os efeitos nefastos do vírus. No entanto, sofrem os efeitos do preconceito e dos estigmas sociais causados pela visão equivocada sobre a transmissão (Schreder, 2023).

As pessoas que convivem com o vírus HIV/AIDS são atravessadas por diversas exclusões em todas as esferas da sociedade, seja no campo econômico, social, político e cultural. De acordo com Santos (2007, p. 101) “[...] a exclusão desencadeada pela condição de soropositividade e doentes de AIDS leva o sujeito a experienciar uma nova condição social”. Assim, o *Drag Race* Brasil se insere em um conjunto de produções que mostram o potencial transformador da cultura ao informar, desconstruir preconceitos, além de fortalecer o diálogo entre saúde pública e representações midiáticas.

Considerando o exposto, o presente estudo encontra-se situado no campo dos estudos discursivos sob perspectiva teórica foucaultiana, tendo como objetivo analisar como o *reality show* *Drag Race* Brasil mobiliza discursos que tensionam regimes de verdade sobre o HIV, revelando disputas entre saberes estigmatizantes, biomédicos e afirmativos sobre a vida com o vírus. Seus objetivos específicos são: a) Identificar os discursos presentes no programa que reforçam estigmas associados ao HIV, analisando seus efeitos na produção de subjetividades marginalizadas; b) Analisar os enunciados que tratam o HIV sob a perspectiva biomédica, considerando como os jogos de poder-saber produzem efeitos de normalização da patologia como condição crônica; c) Investigar os discursos que afirmam a possibilidade de viver bem com o vírus, observando como exercem práticas de poder e resistência na construção de modos de cuidado.

Inicialmente, faz-se necessário especificar as concepções de linguagem e de discurso adotadas pela vertente dos estudos que fundamentam a discussão aqui proposta. A partir desses pressupostos teóricos, a linguagem é considerada existindo em um “dado enunciativo”, determinado e não infinito, o que permite que possamos decompô-la, descrevê-la e analisá-la (Foucault, 2020). O discurso, para Foucault (1996), é uma prática social que regula o que pode ser dito, quem pode dizer, com que autoridade e em que condições.

A análise também considera que os discursos não são apenas instrumentos de dominação, mas também campos de resistência. Os relatos das participantes de *Drag Race Brasil* podem ser compreendidos como práticas de resistência que operam por meio da visibilidade, da quebra de silêncio e da produção de novas narrativas. Nesse sentido, é útil mobilizar a noção de subjetivação, pela qual os sujeitos se constituem a partir das relações de poder e das práticas discursivas às quais estão expostos (Foucault, 2016).

Assim, ao pensarmos o poder em Foucault (2021), não o entendemos como algo localizado em uma instância central, mas como uma rede capilar que atravessa os discursos e os corpos, configurando modos de ser e de se reconhecer. A linguagem, nesse sentido, não apenas transmite informações, mas participa ativamente da produção de verdades que orientam comportamentos e subjetividades. O reality show, ao articular narrativas sobre HIV, prevenção e vivências LGBTQIAPN+, mobiliza regimes de verdade que, ao mesmo tempo em que podem reforçar normatividades, também abrem espaços de resistência e reconfiguração dos sentidos sobre saúde sexual e sobre a experiência de viver com HIV.

Portanto, a forma como nos relacionamos com as regras vigentes em cada contexto histórico determina os modos e os processos de subjetivação. O modo de subjetivação refere-se ao tipo predominante dessa relação em determinada época, enquanto o processo de subjetivação diz respeito à maneira singular com que cada indivíduo estabelece essa relação em sua própria experiência de vida (Nardi, 2006). De acordo com Ramminger e Nardi (2008, p. 5)

[...] quando falamos dos modos de subjetivação de uma categoria de trabalhadores, estamos nos referindo ao modo predominante e a como os trabalhadores relacionam-se com o regime de verdades que atravessa seu trabalho (os discursos da qualidade total, da eficiência, do "vestir a camiseta"), vendo-se ligados ao cumprimento de determinadas regras estabelecidas por esse discurso que, ao mesmo tempo, permitem seu reconhecimento enquanto trabalhador. Já o processo de subjetivação seria como cada trabalhador vivencia essa relação em sua trajetória particular.

Desse modo, a análise dos discursos vai além da simples descrição do que é dito; envolve a compreensão de como esses discursos se formam e se transformam ao longo do tempo. Isso implica o estudo do sistema de formação e transformação de enunciados, incluindo a definição de uma prática discursiva que faz emergir múltiplos enunciados. Essa abordagem teórica permite uma compreensão mais profunda das relações entre

discurso e sujeito, bem como do papel do poder na formação e transformação dos discursos.

Para dizer uma “verdade”, é preciso entrar na ordem (arriscada) dos discursos (Foucault, 2020), é preciso se haver com o que há de categórico e decisivo, ou seja, é preciso se haver com outros discursos considerados fundamentais, fazendo com que sejam reutilizáveis. Quem fala precisa saber entrar no jogo dessas regras, de suas definições, de suas técnicas e de seus instrumentos. Portanto, a verdade que estabelece os crivos do HIV é constituída a partir do saber e do poder dominante e a resistência surge como uma forma de questionar e desconstruir essas verdades construídas e estabelecidas sobre as pessoas soropositivas.

Este estudo inscreve-se no campo da Análise de Discurso sob a perspectiva teórica de Michel Foucault (2016; 2010; 2014; 2020), compreendendo o discurso não apenas como expressão da linguagem, mas como prática que produz saberes e subjetividades. A análise aqui proposta parte da compreensão de que os discursos não são neutros ou transparentes, mas atravessados por relações de poder, saber e por regimes de verdade que delimitam o que pode ser dito, pensado e vivido em determinados contextos históricos.

A pesquisa tem caráter qualitativo e exploratório, com foco na problematização dos discursos sobre HIV mobilizados no reality show *Drag Race Brasil*, compreendido como um espaço midiático de visibilidade dissidente e, ao mesmo tempo, atravessado por normatividades. O *corpus* da análise é um recorte de uma pesquisa maior, uma dissertação de mestrado também sobre discursos a respeito do HIV, mas em mais de uma franquia *Drag Race*, e é composto por enunciados proferidos pelas drag queens Hellena Malditta e Miranda Lebrão no *reality show Drag Race Brasil*, selecionadas por abordarem diretamente questões relacionadas ao HIV durante sua participação no programa. Tais falas foram transcritas a partir do terceiro e do sexto episódio da primeira temporada do reality show, respeitando o contexto de enunciação em que ocorreram.

A análise foi conduzida por meio da identificação de enunciados que se relacionam a três eixos discursivos principais, definidos a partir dos objetivos específicos do estudo: (a) discursos que reforçam estigmas associados ao HIV, (b) discursos que abordam o HIV sob a perspectiva biomédica e (c) discursos que afirmam a possibilidade de viver bem com o vírus, com foco na construção de práticas de cuidado e resistência. Para isso, foram mobilizados conceitos foucaultianos como regimes de verdade, vontade de

verdade, biopoder e resistência, os quais permitem problematizar as disputas entre saberes-poderes que emergem nas falas analisadas.

A seleção e categorização dos enunciados considerou, ainda, seus efeitos de sentido na constituição de subjetividades marcadas por atravessamentos de gênero, sexualidade e sorologia. Desse modo, busca-se evidenciar como os discursos proferidos por Helena Malditta e Miranda Lebrão tensionam normas, desafiam estigmas e reconfiguram possibilidades de existência para pessoas que vivem com HIV. A análise será apresentada de forma articulada com os aportes teóricos, priorizando a problematização dos efeitos políticos e subjetivos dos discursos em questão.

O *corpus* não foi compreendido como um conjunto de falas transparentes, mas como um campo de possibilidades discursivas delimitado por regras de formação. O procedimento envolveu a identificação das cenas em que as participantes mencionam vivências, informações ou opiniões relacionadas ao HIV/AIDS; em seguida, realizou-se o recorte dessas falas, considerando também o contexto comunicativo no qual emergem (interações com outras queens, juradas, narrativas de edição). Enunciados que não se articulavam diretamente à problemática do estudo — seja por irrelevância temática, repetição ou ausência de função discursiva — foram excluídos. Esse processo respeita o entendimento do arquivo como um sistema de enunciabilidade, e do recorte como um gesto analítico que revela as condições de emergência dos discursos.

Resultados e discussão

Entre discursos estigmatizantes: o HIV como marca de exclusão

A articulação discursiva jornalística biomédica-midiática no surgimento da AIDS validou a doença como um “câncer/peste gay”. Importa reconhecer que os discursos sobre HIV/AIDS, desde a década de 1980, foram historicamente produzidos na confluência entre a cobertura jornalística, os saberes biomédicos e as mediações feitas pelos meios de comunicação de massa. Essa rede discursiva consolidou modos específicos de nomear, explicar e enquadrar a epidemia, estabelecendo séries enunciativas que reforçaram sentidos de risco, vigilância, responsabilidade individual e gestão populacional. A partir da consigna científica *Gay Related Immune Deficiency - GRID* (Imunodeficiência Relacionada a Gays), tem-se um conjunto de desdobramentos que funcionaram para responsabilizar o HIV e a AIDS a determinados grupos que eram

combatidos e assassinados rotineiramente. Como consequência, consolidou-se um processo de moralização, racialização e homossexualização do HIV, que intensificou a exclusão social, a discriminação e o estigma. (Cazeiro *et al.* 2021, p. 5363)

Estigma refere-se a atributos profundamente depreciativos que se estabelecem através da relação de linguagens. Os estigmatizadores constroem uma ideologia para justificar e exemplificar uma inferioridade de determinados indivíduos com o objetivo de controlar o “perigo” que eles representam, propagando, assim, a crença de que alguém que possui um estigma não seria “verdadeiramente humano”. A noção de “ideologia”, pode ser compreendida, à luz de Foucault, não como um conjunto de crenças falsas ou distorcidas, mas como parte de um regime de saber que produz e legitima determinadas formas de ver e classificar os sujeitos. O estigma não opera apenas no plano das representações, mas se sustenta em redes de saber-poder que organizam aquilo que é reconhecido como verdadeiro sobre certos corpos, comportamentos e identidades.

Como aponta Edson Cardoso (2001), a negação da humanidade da população negra é um dispositivo central da sociedade brasileira, sustentado por práticas discursivas e institucionais que transformam a diferença em sinal de ameaça, e a identidade negra em marca do excluído. Nessa mesma linha de pensamento, Soares (2002) aponta que o impacto do HIV/AIDS no imaginário social contribuiu para a construção de um valor social negativo atribuído às pessoas soropositivas, consolidando o conceito de “grupo de risco”. Esse conceito visava associar o “mal” da doença a sujeitos considerados desviantes, como homossexuais e usuários de drogas. Apesar das mudanças ao longo do tempo, o estigma relacionado ao HIV/AIDS permanece, manifestando-se de forma multifacetada e articulando-se a noções de morte, doença, condutas morais, preconceitos, discriminação, silenciamentos e omissões (Soares, 2002).

Assim, os discursos estigmatizantes sobre HIV/AIDS não são simples opiniões preconceituosas, mas efeitos de uma vontade de verdade, que é o conjunto de procedimentos, regras e práticas que fazem com que certos enunciados sejam reconhecidos como verdadeiros e outros sejam desqualificados (Foucault. 1996). Trata-se de uma força histórica que orienta o discurso, valorizando determinados modos de dizer em detrimento de outros, e que, historicamente, associou a doença a moralidades, riscos e desvios. Essa matriz discursiva normatiza o olhar social, define quem pode ser considerado perigoso, irresponsável ou vulnerável e produz sujeitos marcados pela “veracidade” do estigma.

Tais implicações psicológicas são ainda mais imbricadas no tecido social quando se considera que HIV/AIDS trata-se de uma questão social, na qual questões de gênero, raça e sexualidade, se ligam à desigualdade social, desempenhando papel de produção e reprodução de dominador e dominado, das relações de poder e de controle social (Parker; Aggleton, 2012). Nesse contexto, o conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 2002) permite compreender como esses marcadores sociais não atuam de forma isolada, mas se entrecruzam, potencializando os efeitos da estigmatização e da exclusão, especialmente entre populações historicamente marginalizadas, como mulheres negras, pessoas trans e a população LGBTQIA+.

Nesse contexto, os discursos que circulam sobre o HIV/AIDS são validados por vontades de verdade que operam em consonância com as relações de poder. Esses discursos, quando reconhecidos como verdadeiros, não apenas descrevem o mundo, mas o organizam: definem sujeitos, delimitam identidades e estabelecem classificações que reforçam hierarquias sociais. Cada sociedade institui seu regime de verdade, através do qual normatiza os corpos e regula comportamentos, distinguindo, por exemplo, quem ocupa posições centrais de legitimidade e quem é lançado às margens — processo que afeta de forma particularmente intensa aqueles marcados por cruzamentos entre gênero, raça, sexualidade e classe social. (Costa, 2023)

Iniciamos a análise com o primeiro recorte (R1), que traz a fala de Hellena sobre HIV:

R1: A drag também é minha blindagem, porque eu **comecei a fazer drag** com 17 anos, que foi quando, enfim, toda essa minha vida, **acabei despirocando**, e acabei ficando com várias pessoas, eu contrai HIV. Sou uma pessoa soropositiva. (destaque nosso)

No início do seu relato, Helena compartilha que começou a se montar³ aos 17 anos, em um momento em que “despirocou”, termo que carrega um julgamento moral internalizado, evocando um imaginário social de descontrole sexual. Contudo, o verbo “despirocar” vai além de uma simples referência à desordem sexual: sua etimologia e uso coloquial indicam uma ideia mais ampla de rompimento com normas, perda do controle convencional e explosão de comportamento intenso e imprevisível. Etimologicamente,

³ “Se montar” é uma expressão do universo drag que designa o processo de transformação corporal e estética, envolvendo maquiagem, figurino, perucas e a construção performativa da identidade drag. Esse ato vai além da simples aparência, funcionando como uma performance de gênero que desafia e subverte normas sociais sobre identidade e expressão (Bailey, 2013; Butler, 1990).

“despirocar” deriva do verbo “pirocar”, de origem popular brasileira, que tem sentidos variados dependendo da região, mas que geralmente se relaciona a explosões, estouros ou “perder a cabeça” em termos emocionais ou comportamentais.

Ao revelar que foi nesse contexto que contraiu HIV, ela se insere em uma narrativa marcada por culpabilização individual, um efeito causado pelo estigma construído na sociedade. Segundo Foucault (2021), os discursos de saúde frequentemente associam a doença à conduta, criando uma lógica disciplinar que transforma o corpo doente em “corpo culpado”. O HIV, nesse sentido, ainda carrega o peso de uma “culpa moral” atribuída ao comportamento sexual, sobretudo de sujeitos considerados “dissidentes da norma”.

Quando a participante afirma que a drag é sua “blindagem”, ela aciona um discurso de resistência: o corpo drag torna-se dispositivo de proteção contra o estigma, mas também de visibilidade. Nesse gesto, há a inscrição de uma subjetividade que se constitui dentro de relações de poder: se, de um lado, a sociedade produz discursos que marginalizam pessoas vivendo com HIV (associando-as à promiscuidade, ao descontrole e à culpa), de outro, essa fala reverte a lógica e reinscreve o corpo drag como espaço de potência e reconfiguração identitária.

Hellena fala em seguida:

R2: [...] Quando eu descobri, **guardei isso por muito tempo**. Foi **um peso que eu carreguei**, mas eu decidi que é o momento de se falar sobre, de se expor isso. Então, para além de falar: **'Sou** uma pessoa afeminada. [...] Tinha um cabelão. Então, tipo assim, a pessoa já me via lá no aplicativo: "Ah, muito afeminada." **Então já tinha um corte**. Quando começava a falar: **"Sou drag."** E ainda havia um ponto: **"Sou soropositivo."** Então **muitos blocks**, muitas palavras tensas. Mas, também, assim, eu decidi não levar para o pessoal e tratar isso como... [ri] como um filtro.

O enunciado “Quando eu descobri, guardei isso por muito tempo. Foi um peso que eu carreguei, mas eu decidi que é o momento de se falar sobre, de se expor isso “[...] sou soropositivo” pode ser compreendido como uma prática de produção de verdade sobre si. O ato de “guardar” a soropositividade remete às tecnologias disciplinares (Foucault, 2021) que produzem o silêncio e o segredo em torno do HIV, associando-o à vergonha e ao peso moral. Contudo, ao decidir “falar” e “expor”, a drag desloca essa relação, produzindo uma nova forma de subjetivação: de sujeito envergonhado para sujeito que se enuncia publicamente.

A menção ao silêncio, destacada em R2 – “[...] guardei isso por muito tempo, foi um peso que eu carreguei, [...]” – evidencia a estratégia de ocultamento que muitas pessoas vivendo com HIV adotam como forma de sobrevivência frente ao estigma. Esse silêncio não é apenas uma escolha individual, mas uma tecnologia de poder, que, de acordo com Foucault (2021), opera sobre os corpos, moldando o que pode ou não ser dito, e quem pode falar. O momento em que a *drag* decide expor sua condição de soropositividade, configura-se um gesto de resistência discursiva e na sua subjetividade: ela passa a ocupar um lugar de fala que rompe com o regime do silêncio e da vergonha.

A sequência “muito afeminada”, “sou drag”, “sou soropositivo” revela um acúmulo de marcadores sociais que, na lógica do estigma, se somam negativamente. Esses atributos – longe de serem neutros – são tratados como fatores de exclusão, como fica evidente nos “*blocks*” (bloqueios) e “palavras tensas” que ela menciona ao interagir em aplicativos de relacionamento. Isso revela o funcionamento de um regime de verdade afetivo-sexual que naturaliza certas rejeições como “preferência”, quando na verdade reproduz hierarquias normativas entre os corpos. O aplicativo se torna um espaço de microfísica do poder (Foucault, 2021), que se refere ao modo como o poder funciona em uma dimensão capilar, cotidiana e dispersa, operando nos pequenos gestos, práticas, normas e interações. Trata-se de um poder que não está concentrado no Estado ou em uma autoridade central, mas circula entre os sujeitos, atravessando seus corpos, comportamentos e relações, produzindo efeitos de vigilância, controle e normalização no nível mais íntimo da vida social. No aplicativo, os corpos são regulados e selecionados com base em padrões de aceitabilidade, reforçando o estigma da soropositividade e da feminilidade.

Contudo, ao rir e dizer que passou a encarar os bloqueios como um “filtro”, há uma reformulação subjetiva desse sofrimento: ela transforma a dor da rejeição em ferramenta de autoafirmação e enfrentamento. Isso é um exemplo de resistência, pois tenta romper com a expectativa de vergonha ou vitimização, ou seja, ela se fortalece na exposição, subvertendo o jogo da vergonha imposto pelo estigma.

Em **R3**, Hellena revela que:

R3: E os outros relacionamentos que eu tive, foi tipo assim: **[voz embargada]** 'Ah, você devia dar graças a Deus, porque eu estou com uma pessoa que é soropositiva, sabe?

A frase, dita por um parceiro anterior, carrega um estigma relacional, em que a pessoa vivendo com HIV é percebida como um fardo que exige “compaixão” ou “sacrifício” do outro. Aqui, o estigma se expressa como “benevolência tóxica”, conceito que se aproxima a atitudes aparentemente empáticas, mas que reforçam desigualdades e preconceitos ao posicionar o outro como alguém digno de pena, e não de reconhecimento pleno (Ribeiro, 2021). Trata-se de uma forma de poder que regula a afetividade, determinando quem merece amor e em que condições.

O enunciado “Ah, você devia dar graças a Deus, porque eu estou com uma pessoa que é soropositiva”, narrado em tom de dor e com voz embargada, materializa de forma clara como o poder se manifesta nos discursos que regulam os modos de viver com HIV no Brasil. A frase expressa uma hierarquização relacional: a pessoa que não vive com HIV se coloca em posição de superioridade, transformando a relação em uma concessão, como se estar com alguém soropositivo fosse um ato de caridade.

Através de Foucault (2016), percebe-se o funcionamento de um regime de verdade que associa o HIV à falta, à sujeira e ao risco, inscrevendo a pessoa soropositiva como alguém de “menor valor” dentro da lógica afetivo-sexual. Esse regime de verdade não se dá apenas no campo biomédico, mas é sustentado por discursos religiosos, morais e sociais que reproduzem o lugar da soropositividade como desvio.

Novos regimes de verdade: o HIV entre cuidado, visibilidade e resistência

A verdade que define os critérios em torno do HIV é produzida por relações entre saber e poder dominantes; a resistência, por sua vez, emerge como forma de questionar e desconstruir essas verdades estabelecidas sobre as pessoas soropositivas. No contexto do *Drag Race* Brasil, os discursos proferidos pelas participantes acerca do HIV instauram deslocamentos significativos nos regimes de verdade historicamente consolidados sobre a soropositividade. Ainda no terceiro episódio, Hellena, apesar da situação relatada, é um exemplo de força frente ao preconceito e afirma:

R4: [...] e tô no "*Drag Race*", né, gata? Sendo uma bi soropositiva, *gender fluid*, **nada disso pôde me limitar** e me parar e não vai. Se isso estiver acontecendo com você ou com alguém próximo de você, dê acolhimento, porque não é nada mais do que uma patologia que tem tratamento, e você pode ter uma vida normal e muito longa.

Ao se apresentar como uma pessoa “bi soropositiva” e “*gender fluid*”⁴ que não se deixou limitar pela condição sorológica, como vê-se em R4, a participante desafia a associação normativa entre HIV e fragilidade, reafirmando sua existência plena e afirmativa como forma de resistência discursiva (Foucault, 1996). Esse gesto evidencia aquilo que Foucault (1996) denomina de *vontade de verdade* — um conjunto de procedimentos que seleciona, legitima e autoriza certos discursos em detrimento de outros, funcionando como um mecanismo de controle sobre o que pode ser dito e reconhecido como verdadeiro. Ao reivindicar a possibilidade de uma vida longa, normal e digna vivendo com HIV, a enunciação desafia os discursos hegemônicos que associam o vírus à morte e à marginalidade, propondo uma nova verdade possível sobre a existência soropositiva. Trata-se, portanto, de uma disputa no campo dos saberes e das normatividades, na qual o sujeito tensiona as fronteiras do dizível ao inscrever sua experiência como válida e digna de reconhecimento.

A segunda parte da fala — “Se isso estiver acontecendo com você ou com alguém próximo de você, dê acolhimento, porque não é nada mais do que uma patologia que tem tratamento, e você pode ter uma vida normal e muito longa” — reinscreve o discurso biomédico dentro de uma lógica de cuidado e acolhimento. O HIV é nomeado como “patologia com tratamento”, isto é, reconhecido sob o regime de verdade da medicina, mas deslocado de seu lugar estigmatizante para um lugar de normalização da vida. O poder, nesse ponto, manifesta-se na medicalização (reconhecer a condição sob a ótica clínica), distribui-se nas práticas sociais que se constroem em torno desse saber biomédico (tratamento, acolhimento, suporte comunitário) e se dissimula quando o discurso médico aparece como neutro, apagando as relações de poder que atravessam quem pode ou não acessar tratamento e acolhimento.

R5: Se isso estiver acontecendo com você ou com alguém próximo de você, **dê acolhimento, porque não é nada mais do que uma patologia que tem tratamento, e você pode ter uma vida normal e muito longa.**

Temos no conselho expresso em R5, uma evidência sobre a emergência de novos vontades de verdade sobre o HIV nesse espaço midiático. Ao inscrever o HIV como uma condição tratável e compatível com uma vida longa e plena, esse enunciado rompe com

⁴ “Gender fluid” refere-se a uma identidade de gênero que não é fixa, podendo variar ao longo do tempo entre diferentes expressões ou identidades de gênero. Pessoas gender fluid podem se identificar ora como homem, ora como mulher, ou como ambos, ou como nenhum dos dois, dependendo do momento ou contexto.

discursos históricos que associam a soropositividade à morte, à marginalidade e ao isolamento. Trata-se de um deslocamento discursivo que, conforme Foucault (2021), atua na constituição de novos saberes e práticas, reconfigurando os modos de percepção e de relação com o corpo soropositivo. O apelo ao acolhimento, por sua vez, convoca afetos e redes de cuidado, tensionando a lógica da exclusão que historicamente marcou a trajetória das pessoas vivendo com HIV.

Nesse contexto, a fala se apresenta como um gesto de resistência e de reexistência que desafia os efeitos de poder sustentados por discursos biomédicos e morais que, por décadas, produziram e naturalizaram a figura da pessoa soropositiva como perigosa ou abjeta. Ao afirmar a normalidade e a tratabilidade do HIV, esse dizer, atravessado por discursos não hegemônicos, não apenas reposiciona o saber médico sob outra ótica, mas também atua na constituição de subjetividades dissidentes — que não se conformam aos padrões normativos do adoecer e do viver. Assim, *Drag Race Brasil* opera como um dispositivo de visibilidade e transformação, no qual novos enunciados sobre o HIV são legitimados e passam a circular, abrindo espaço para outras verdades e outras formas de vida.

Observa-se a distribuição do poder nos tecidos sociais: ao se enunciar em rede nacional, a drag não apenas fala de si, mas interpela espectadores, convocando-os a repensar suas práticas sociais diante da soropositividade. O acolhimento, nesse caso, emerge como prática política e ética que confronta as formas de exclusão sustentadas pelo estigma. Assim, a fala ilustra como os discursos sobre HIV não se esgotam no campo médico, mas circulam em diferentes esferas — afetiva, cultural, política — e como, a partir de tais deslocamentos, sujeitos podem resistir e reconfigurar as formas pelas quais o poder se inscreve nos corpos e nas vidas.

Ao falar sobre seu look no sexto episódio, Hellená começa a contar sobre como foi o momento de infecção e como ela teve o diagnóstico, conforme podemos ler no recorte abaixo:

R6: E aí **eu peguei** esse boy, só que, do beijo, a gente foi acabar no banheiro. E, do banheiro, **a gente acabou sem proteção**. E, no dia seguinte, eu acordei: "**Acho que deu merda. Acho que deu babado.**" Aí eu fui fazer o exame, e deu negativo, claro, porque tem janela imunológica de três meses, quando você é exposta. Só que aí é isso, a enfermeira falou: "Volta em três meses." Mas não me deu mais nenhuma informação sobre. E aí eu esperei os três meses, e deu o resultado positivo.

O relato de sua experiência com a janela imunológica e a ausência de orientação médica sobre a PEP⁵ expõe o funcionamento de um regime de verdade que restringe o acesso à informação e, por consequência, às estratégias de cuidado, especialmente para corpos dissidentes. Ao tornar público esse percurso de descoberta e negligência institucional, a *drag queen* rompe com o silêncio e a culpabilização historicamente impostos à vivência com HIV, desnaturalizando a ideia de que a prevenção depende apenas da “responsabilidade individual”. A conduta da profissional de saúde — ao limitar-se a dizer “volta em três meses” — silencia frente a uma situação de vulnerabilidade e medo, deixando de oferecer os recursos disponíveis e necessários para prevenir a infecção, como a PEP, indicada em até 72 horas após a exposição. Tal postura desresponsabiliza o serviço e transfere para o paciente toda a carga de gestão do risco e da prevenção, num movimento que reflete o discurso biomédico normativo, centrado justamente na culpabilização individual.

Hellena é perguntada por outra participante: **R7** “Tem alguma coisa que você acha que teria adiantado pra depois da exposição que você teve?”. A partir dessa pergunta descreve ela descreve:

R8: Quando você **tem uma relação de risco, até 72 horas, você pode tomar o PEP**, [...] Que, se eu tivesse essa informação, eu poderia entrar com isso no dia seguinte, porque eu sabia do risco. **Eu só não sabia que tinha alternativa.** Tipo assim, **eu já estava fodida e é isso. E a médica não tinha informação sobre isso.**

O enunciado **R8** evidencia como os discursos biomédicos e institucionais produzem subjetividades e modos de viver com HIV no Brasil. A relação sorodiscordante, frequentemente marcada pelo estigma social, é reinscrita aqui como experiência possível e viável graças ao acesso às tecnologias de cuidado fornecidas pelo Sistema Único de Saúde.

Miranda Lebrão, também participante do *reality show*, intervém e contribui com informações relevantes sobre o HIV ao exemplificar o seu caso. Ela diz:

R9: Eu vivo uma **relação sorodiscordante**, e, desde o dia que meu marido teve o diagnóstico, **o SUS cuida do tratamento dele e também**

⁵ A PEP (Profilaxia Pós-Exposição) é o uso emergencial de medicamentos antirretrovirais após uma possível exposição ao HIV, por via sexual ou acidentais com material biológico contaminado.

me oferece a oportunidade de ter a PREP pra que a gente possa ter cada vez mais vida que segue.

Ainda nesse movimento de ruptura, há falas que enaltecem o papel do SUS (Sistema Único de Saúde) na oferta de tratamento antirretroviral e na disponibilização da PREP⁶ para relações sorodiscordantes reinscrevem o sistema público de saúde como agente de cuidado e garantia de direitos, contrariando discursos neoliberais que desvalorizam a saúde coletiva. Ao tornar visível o acesso universal ao tratamento e à prevenção como condição para a vivência plena do afeto e da sexualidade, a fala desloca sentidos historicamente produzidos em torno da sorodiscordância, que costuma ser marcada pelo medo, pela culpa e pela segregação.

Hellena, após a fala de Miranda, diz:

R10: “Eu quero trazer e enaltecer o **Sistema de Saúde Brasileiro** porque, **se não fosse por ele, eu não estaria aqui**, belíssima.”

R10 significa uma resistência estética e política, na medida em que articula cuidado, beleza e dignidade em um corpo marcado historicamente pela exclusão. Ao dizer que está “belíssima”, a drag queen ressignifica a identidade soropositiva, contrapondo a imagem de decadência e morte historicamente ligada ao HIV/AIDS. O corpo soropositivo, geralmente associado ao sofrimento e à marginalidade, é agora apresentado como saudável, belo e digno de admiração. Isso rompe com o regime de verdade dominante sobre a “degeneração” da pessoa com HIV. Em um cenário em que o SUS é frequentemente desvalorizado ou atacado, especialmente por discursos neoliberais e privatistas, elogiar publicamente o sistema de saúde é um gesto político. É uma enunciação que resiste à ideologia dominante que busca deslegitimar direitos sociais.

Miranda retoma e conclui sua fala se direcionando ao público afirmando que

R11: “A gente tem informação, a gente tem **novas oportunidades**, a gente tem **formas de tratar outras ISTs também**, e isso é importante pra que a gente **viva com saúde**, que a gente **viva bem** e que a gente **viva sem preconceitos**.”

⁶ A PrEP (Profilaxia Pré-Exposição) é o uso preventivo de medicamentos antirretrovirais antes da exposição ao vírus HIV, com o objetivo de reduzir o risco de infecção. Para fins de compreensão, é como tomar um comprimido anticoncepcional todo dia para prevenir gravidez.

Em sua fala, Miranda se ancora numa vontade de verdade que atualiza o campo da saúde para além do medo e da culpabilização, promovendo um saber mais acessível, pedagógico e inclusivo. Tais enunciados operam como práticas de resistência, conforme compreendido por Foucault (1979), ao se constituírem como contra-condutas que não apenas contestam as verdades dominantes, mas produzem outras formas de subjetivação possíveis, outras formas de reexistir.

Ainda assim, o tom celebrativo das falas reinscreve esse regime em chave de resistência. Ao “enaltecer” o SUS e reivindicar o direito de viver “com saúde, bem e sem preconceitos”, as drags deslocam a soropositividade do campo da falta e da vergonha para o da potência e da dignidade. Esse movimento ressignifica o discurso biomédico, não como dispositivo exclusivo de normatização, mas como ferramenta para reivindicar cidadania e combater o estigma.

Considerações Finais

Como enunciamos no início desse artigo, produções audiovisuais como essas podem funcionar como dispositivos para a educação em saúde, ao promoverem narrativas que ressignificam vivências com o HIV, desafiando estigmas historicamente associados à soropositividade. Ao longo de sua primeira temporada, *Drag Race Brasil* exibiu falas de drag queens que relataram suas experiências com o HIV, oferecendo não apenas representatividade, mas também formas de conscientização voltadas ao autocuidado, ao combate ao preconceito e à valorização da vida com HIV.

Ao integrar temas de saúde em sua narrativa de forma espontânea, recorrente e sensível, *Drag Race* demonstra os discursos em torno do HIV não são neutros, mas atravessados por relações de poder que produzem tanto exclusão quanto resistência. É nesse entrecruzamento que *Drag Race Brasil* se torna um espaço de enunciação potente: ao trazer à cena televisiva narrativas sobre soropositividade, desestabiliza o regime de silêncio e reinscreve o HIV como parte das tramas de subjetivação e de produção de verdade nos corpos dissidentes brasileiros.

A presença de personagens reais, com histórias de vida marcadas por experiências com o HIV, permite que a informação vá além do dado técnico e ganhe dimensão humana. Isso gera identificação, empatia e, sobretudo, aprendizado. Em um cenário onde o estigma ainda é um dos maiores obstáculos no enfrentamento da

epidemia de HIV, (SOARES, 2002) ver pessoas soropositivas vivendo com dignidade, talento e afeto é um gesto político, pedagógico e transformador.

Sob a perspectiva foucaultiana, compreendemos que os discursos veiculados no programa não se limitam à reprodução de saberes biomédicos, mas mobilizam também enunciados de resistência que reconfiguram as formas de subjetivação de pessoas vivendo com HIV. Além disso, ao valorizar o papel do Sistema Único de Saúde e ao promover informação acessível sobre prevenção e tratamento, o *Drag Race Brasil* posiciona-se como um importante vetor de educação em saúde, sobretudo em um cenário marcado por silenciamentos, desinformação e desigualdades estruturais.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Dictionary of Psychology*. Washington, DC: APA, 2022. Disponível em: <https://dictionary.apa.org/gender-fluid>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- ANDRADE, Hugo Boechat. Universidade Federal Fluminense. *UFF Responde: PrEP e PEP*. Niterói: UFF, 18 fev. 2025. Disponível em: <https://www.uff.br/18-02-2025/uff-responde-prep-e-pep/>. Acesso em: 6 jun. 2025.
- BAILEY, Marlon M. *Butch Queens Up in Pumps: Gender, Performance, and Ballroom Culture in Detroit*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013.
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.
- CAZEIRO, Felipe; SILVA, Geórgia Sibeles Nogueira da; FERNANDES, Emilly Mel. *Necropolítica no campo do HIV: algumas reflexões a partir do estigma da Aids*. Ciência & Saúde Coletiva, 2021.
- COSTA, Anilaury Maria Batista da. “Strong black woman” – uma análise discursiva da mulher negra e a performance da força em *how to get away with murder*. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Ensino) – Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. In: UNIFEM. *Gênero, raça e pobreza: perspectivas feministas para políticas públicas*. Brasília: UNIFEM, 2002. p. 49–59.
- Drag Race Brasil*; WOW Presents Plus, 2023.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *É preciso defender a sociedade*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- FOUCAULT, Michel. *Subjetividade e verdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

- NARDI, Henrique Caetano. *Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- PARKER, Richard; AGGLETON, Peter; *HIV e AIDS, desigualdade social e mobilização política*. In: Paiva, V.; Franca Junior, I. & Kalichman, A. O. (orgs.), Coletânea: Vulnerabilidade e Direitos Humanos - Prevenção e promoção da saúde / Livro IV: Planejar, fazer, avaliar. 1a. ed. Curitiba: Juruá Editora, pp. 21-48, 2012.
- RAMMINGER, Tatiana; NARDI, Henrique Caetano. *Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault*; Interface (Botucatu), Jun, 2008.
- RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- SANTOS, Regina Maria dos. *A Problemática Da Exclusão/Inclusão Social Dos Portadores De Hiv/AIDS No Brasil*. In: INTERFACE - Natal/RN, v. 4, n. 1 - jan./jun. 2007.
- SCHREDER, Magno de Paula. *Desestigmatizando o HIV: uma campanha educativa audiovisual*. 2023. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Design) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.
- SOARES, Rosana de Lima. *Estigma da AIDS, em busca da cura*. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Salvador/BA, 2002.

Jogando com a Confiança: a construção do ethos de influenciadores na publicidade de casas de apostas online

Miser sur la Confiance: la construction de l'ethos des influenceurs dans la publicité des sites de paris en ligne

Karen Hany da Conceição¹
Marize Barros Rocha Aranha²

Resumo: Este artigo analisa a construção do ethos discursivo em campanhas publicitárias de casas de apostas *online* no Brasil, com foco nos influenciadores Vinícius Jr. (Betnacional) e Virgínia Fonseca (Esportes da Sorte). Esta pesquisa se fundamenta no ethos discursivo, na perspectiva de Maingueneau (2016) e de Amossy (2016), em diálogo com Patrick Charaudeau (2010) no que concerne ao discurso propagandista. O objetivo é investigar como as campanhas mobilizam estratégias persuasivas para legitimar o ato de apostar e promover a adesão do público. De natureza qualitativa, descritiva e indutiva, a metodologia ancora-se nas categorias de ethos pré-discursivo e discursivo, na cenografia e na caracterização do discurso propagandista. Os resultados demonstram a construção de um ethos carismático e íntimo, articulado à cenografia que atua como mecanismo de adesão do público ao discurso das apostas.

Palavras-chave: Ethos; Cenografia; Discurso propagandista.

Résumé: Cet article analyse la construction de l'ethos discursif dans les campagnes publicitaires de sites de paris en ligne au Brésil, en mettant l'accent sur les influenceurs Vinícius Jr. (Betnacional) et Virgínia Fonseca (Esportes da Sorte). Cette recherche s'appuie sur les travaux de Dominique Maingueneau (2020) et de Ruth Amossy (2016) relatifs à l'ethos discursif, en dialogue avec Patrick Charaudeau (2010) concernant le discours propagandiste. L'objectif est d'examiner comment ces campagnes mobilisent des stratégies persuasives afin de légitimer l'acte de parier et de favoriser l'adhésion du public. De nature qualitative, descriptive et inductive, la méthodologie repose sur les catégories d'ethos pré-discursif et discursif, sur la scénographie et sur la caractérisation du discours propagandiste. Les résultats montrent que la construction d'un ethos charismatique et intime, articulé à la scénographie, fonctionne comme un mécanisme central d'adhésion du public au discours des paris.

Mots-clés: Ethos; Scénographie; Discours propagandiste.

Introdução

As apostas esportivas no Brasil apresentam uma trajetória marcada por ciclos de legalização, proibição e funcionamento clandestino. Desde os primeiros jogos introduzidos no período colonial até a criação da Loteria Federal, em 1917, passando pelo Decreto-Lei nº 9.215, que proibiu a prática, e pela popularização do “Jogo do Bicho”, o país manteve uma relação ambígua com os jogos de azar.

¹ Mestranda em Linguística no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7268460312631094>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3859-7132>. E-mail: hany.karen98@gmail.com

² Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9941662848304415>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2148-621X>. E-mail: aranha.marize@ufma.br

Mesmo diante das restrições legais, o setor continuou ativo na clandestinidade, adaptando-se às transformações tecnológicas, à crescente demanda por entretenimento e à busca por ascensão social em um país desigual. Somente em 2023, no governo Lula, com a sanção da Lei nº 14.790/23, o mercado foi legalizado: a norma regulamentou as casas de apostas online, estabeleceu a tributação de empresas e apostadores, além de impor medidas de segurança, monitoramento e proteção aos jogadores, conforme dados do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR).

Com a institucionalização do setor, verificou-se um processo de expansão acelerada. Dados do Banco Central³ indicam que, em 2023, cerca de 24 milhões de brasileiros realizaram apostas via Pix, movimentando entre 20 e 30 bilhões de reais por mês. Com impactos que atingem principalmente públicos mais vulneráveis, como beneficiários do Bolsa Família, jovens adultos e pessoas de baixa instrução.

A adesão massiva às plataformas de apostas não ocorre, no entanto, de forma espontânea, trata-se de um processo produzido e sustentado por um ambiente midiático estrategicamente planejado, estruturado a partir de investimentos milionários e de campanhas amplamente veiculadas em redes sociais, rádio, TV e demais mídias. Dados da Kantar IBOPE Media revelam que, apenas entre janeiro e maio de 2024, as casas de apostas destinaram mais de R\$ 600 milhões à publicidade televisiva, consolidando-se como o terceiro setor que mais investe em anúncios no Brasil, ficando atrás apenas do varejo e das instituições financeiras.

Nesse cenário, um dos recursos mais mobilizados pelas campanhas publicitárias é a associação da prática do jogo à imagem de influenciadores digitais e celebridades. Longe de serem apenas rostos conhecidos, esses sujeitos funcionam como chamarizes que legitimam a prática do jogo por meio de um *ethos* encenado (Maingueneau, 2016). Artistas, jogadores de futebol e *influencers* protagonizam campanhas em que a aposta aparece não como risco, mas como extensão natural de uma vida de conquistas. Ao lado deles, o público não apenas consome, mas os busca imitar.

Apesar da envergadura, dos impactos dessa indústria e do interesse midiático crescente, a produção científica sobre o tema no contexto brasileiro ainda é limitada. A fim de contribuir para o debate acadêmico, este artigo analisa duas campanhas publicitárias de casas de apostas veiculadas nas redes sociais: uma protagonizada pelo jogador Vinícius Jr., para a Betnacional, e outra pela influenciadora Virgínia Fonseca, para

³ Segundo dados do Uol: <https://encurtador.com.br/xQLtn>. Acesso em 10 de agosto de 2025.

a Esportes da Sorte. Cabe destacar que ambas as plataformas atuam de acordo com a legislação vigente, possuindo autorização para operar concedida pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, em conformidade com a Portaria SPA/MF nº 2.0.

O estudo, de natureza qualitativa, busca compreender como o ethos discursivo (Amossy, 2020) desses influenciadores é construído e quais recursos são mobilizados para a adesão do público às apostas. Para tanto, propomo-nos a responder a seguinte questão: *quais recursos discursivos e persuasivos são mobilizados na construção do ethos dos influenciadores nos casos analisados de campanhas de apostas online?* Para responder a essa questão, a pesquisa se fundamenta no conceito de ethos discursivo, na perspectiva de Maingueneau (2016) e de Amossy (2016), em diálogo com Patrick Charaudeau no que concerne ao discurso propagandista.

Este artigo está estruturado da seguinte maneira: após a introdução, a segunda seção, “Ethos e persuasão”, apresenta os fundamentos teóricos da análise, com ênfase na construção do ethos discursivo e seu papel na adesão do auditório. A seção seguinte explicita “O discurso propagandista”, conceito proposto pelo Charaudeau (2010). A quarta seção, “Procedimentos metodológicos e Análise dos Dados”, seguida das “Considerações Finais”, apresenta os resultados das análises.

Ethos e persuasão

A noção de *ethos* pertence à tradição retórica, em especial à Retórica de Aristóteles. Para o filósofo, a credibilidade do discurso depende não apenas da lógica argumentativa (*logos*) ou das emoções suscitadas (*pathos*), mas também da confiança que o orador inspira enquanto sujeito. Muitas vezes traduzido de maneira incorreta como caráter, o ethos diz respeito à imagem de si que o locutor constrói por intermédio do discurso, com o propósito de incitar confiança no auditório.

Nesse sentido Ruth Amossy (2016), citando Roland Barthes, ressalta que “(...) são os traços de caráter que o orador deve mostrar ao locutor (pouco importando sua sinceridade) para causar uma boa impressão. [...] O orador enuncia uma informação e, ao mesmo tempo, ele diz: eu sou isto, eu não sou aquilo”. A fala, nesse sentido, é sempre performativa, pois projeta uma certa imagem, ainda que essa projeção não coincida com a realidade empírica do sujeito.

Amossy (2020), no âmbito da Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), aprofunda essa reflexão ao indagar como o locutor se inscreve discursivamente perante seu auditório. A autora salienta que a construção do auditório não é uma abstração mental, mas um processo enunciativo, no qual o orador projeta uma imagem de seu público, ativando crenças compartilhadas. Essa imagem aparece por meio de índices linguísticos (como pronomes, vocativos, descrições e evidências culturais), e permite ao locutor antecipar reações, despertar adesões e orientar a recepção do auditório.

Como observa Amossy (2020, p. 60), “[...] o locutor tem de seu parceiro uma imagem simplificada que ele esquematiza levando em conta os objetivos e as necessidades da troca”. Desse modo, o auditório não é apenas destinatário do discurso: ele é um elemento constitutivo da cena enunciativa, que molda o que pode ou não ser dito, e de que forma pode ser aceito. E é nesse jogo de imagens – entre quem fala e para quem se fala – que se constroem os sentidos e se realiza a persuasão. Essa compreensão do auditório, como construção discursiva, abre caminho para reflexões mais amplas sobre a constituição da imagem do locutor.

Nesse ponto, torna-se indispensável retomar a articulação entre *ethos* e *pathos*. Amossy (2020) sublinha que:

[...] não se pode subestimar a importância do *ethos*, a saber, a imagem que o orador projeta de si mesmo em seu discurso e que contribui fortemente para assegurar sua credibilidade e sua autoridade. [...] É preciso também atribuir um espaço ao *pathos*, isto é, à emoção que o orador busca suscitar em seu auditório, pois é importante tanto comover quanto convencer, caso se queira conseguir a adesão e modelar comportamentos. (Amossy, 2020, p. 18)

Assim, *ethos* e *pathos* funcionam como dimensões complementares: o primeiro orientado à credibilidade do orador, o segundo à mobilização do público. Ambos se configuram como elementos indissociáveis da construção dos sentidos e da conquista da adesão do auditório.

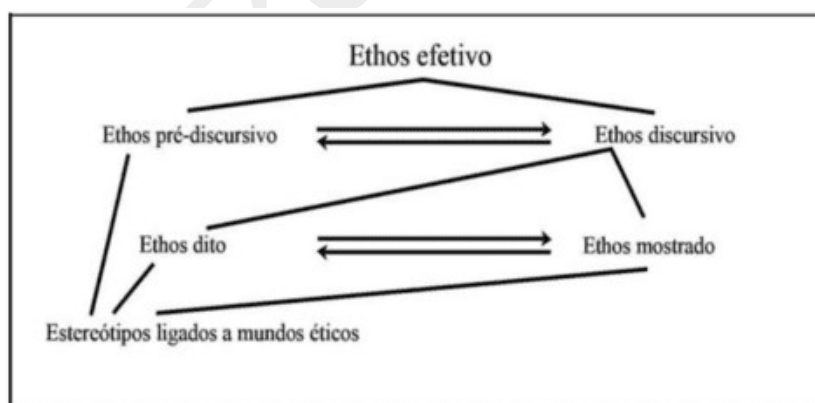
Dominique Maingueneau (2005; 2016) estende a perspectiva sobre *ethos*, deslocando-a da tradição retórica para os estudos discursivos, e passando a considerá-lo não apenas como uma característica individual do sujeito, mas como um efeito produzido na interação entre enunciador, coenunciadores e interdiscurso. Sob essa perspectiva, o interdiscurso permite compreender que o enunciado não se produz de

maneira isolada, mas sempre em relação a outros discursos previamente existentes (Pêcheux, 1990a; 1990b).

Para Maingueneau (2004), essa relação é operacionalizada por meio de três categorias analíticas: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. Enquanto o campo discursivo indica conjuntos de formações discursivas em concorrência, os espaços discursivos correspondem aos subconjuntos que o analista considera relevantes para estabelecer relações entre discursos. Assim, a identidade enunciativa do sujeito se define não apenas por suas escolhas linguísticas, mas também pela posição que ocupa em relação a esses campos e espaços.

Nesse quadro, Maingueneau (2016) propõe uma leitura ampliada do ethos, dividindo-o, com fronteira tênue, em ethos pré-discursivo – construído a partir de saberes sociais e reputações anteriores à enunciação – e ethos discursivo, que emerge na própria enunciação. O ethos pré-discursivo corresponde à reputação e às representações sociais que o coenunciador já possui sobre o sujeito, funcionando como referência interpretativa; em discursos midiáticos, cada nova enunciação é avaliada à luz dessas expectativas e estereótipos culturais. Já o ethos discursivo emerge na e pela própria enunciação, por meio de escolhas linguísticas, tonalidade, gestualidade etc, podendo reforçar, contestar ou transformar as representações prévias.

Figura 1: Processos discursivos do ethos



(MAINGUENEAU, 2016)

Além disso, o ethos discursivo, para Maingueneau (2005), se distingue ethos dito e ethos mostrado. O dito corresponde à forma como o enunciador apresenta diretamente suas características, explicitando quem é ou deseja parecer; o mostrado, por sua vez, não é declarado de maneira direta, mas reconstituído pelo coenunciador a partir de pistas

presentes no discurso. Essa distinção evidencia que o público interpreta o sujeito tanto antes quanto durante a enunciação: “se o ethos está crucialmente ligado ao ato de enunciação, não se pode negar, no entanto, que o público constrói representações do ethos antes mesmo que ele (o enunciador) fale” (Maingueneau, 2005, p. 71).

Nessa esteira, cabe salientar que ethos discursivo emerge sempre dentro de cenas de enunciação (Maingueneau 2016; 2005). A distinção entre cena englobante, cena genérica e cenografia permite compreender como os discursos se situam em diferentes níveis de expectativas e normas: a cena englobante refere-se ao tipo de discurso e ao setor social em que circula; a cena genérica associa-se às normas, papéis bem como às expectativas dos coenunciadores; e a cenografia materializa o espaço específico da enunciação.

O próprio termo “grafia” reforça que a cenografia não é um cenário prévio ou mero pano de fundo (Maingueneau, 2016), mas um dispositivo que se instaura e se transforma no ato de enunciar. Ela atua, simultaneamente, como quadro e processo: organiza o espaço e o tempo da fala, legitima o discurso e modela a imagem do sujeito enunciador, articulando ethos pré-discursivo e ethos discursivo. É, portanto, na cenografia que se definem as condições de possibilidade e de reconhecimento do dizer.

À vista disso, neste artigo, mobilizaremos as noções de Maingueneau de ethos pré-discursivo e ethos discursivo, bem como a de cenografia, como categorias analíticas fundamentais para compreender a dinâmica do discurso propagandista, em especial o publicitário, que se vale desses recursos para produzir adesão entre locutor (aquele que promove) e auditório (aquele que consome).

O discurso propagandista

A palavra “propaganda” tem origem no latim “propagare”, que significa “propagar”, “multiplicar” ou “espalhar”. Inicialmente, esteve associada ao campo agrícola, mais especificamente à prática de reproduzir plantas, especialmente videiras. O termo foi ressignificado em 1622, quando o Papa Gregório XV criou a “Congregatio de Propaganda Fide” (Congregação para a Propagação da Fé), com o objetivo de difundir o catolicismo em territórios não cristãos. A partir dessa associação com a missão de disseminar a fé, a noção de “propaganda” passou a designar todo e qualquer esforço de divulgação doutrinária - religiosa, política, ideológica ou comercial.

Patrick Charaudeau (2010), em seu ensaio *Discurso propagandista*, apresenta chaves teóricas que permitem compreender essa prática discursiva. Para o autor, o discurso propagandista deve ser compreendido como um tipo ideal de discurso de incitação à ação, cuja função central é o *fazer crer*, ou seja, colocar o alocutário em posição de *dever crer*, independentemente da autoridade do locutor. Trata-se, portanto, de um discurso que nasce de um ato voluntário de uma instância locutora (individual ou coletiva), que assume responsabilidade sobre o que é enunciado e visa alcançar um auditório específico.

Esse tipo de discurso se estrutura a partir de dois esquemas cognitivos principais: o narrativo e o argumentativo. O esquema narrativo é mobilizado para seduzir o interlocutor ao propor uma história de busca e realização. Apresenta-se, assim, uma falta a ser preenchida, uma jornada desejável e o produto como auxiliar necessário para atingir esse objetivo. Já o esquema argumentativo visa a persuadir diretamente, impondo razões, refutando possíveis objeções e consolidando a ideia de que não há outro caminho senão aquele proposto pelo enunciador.

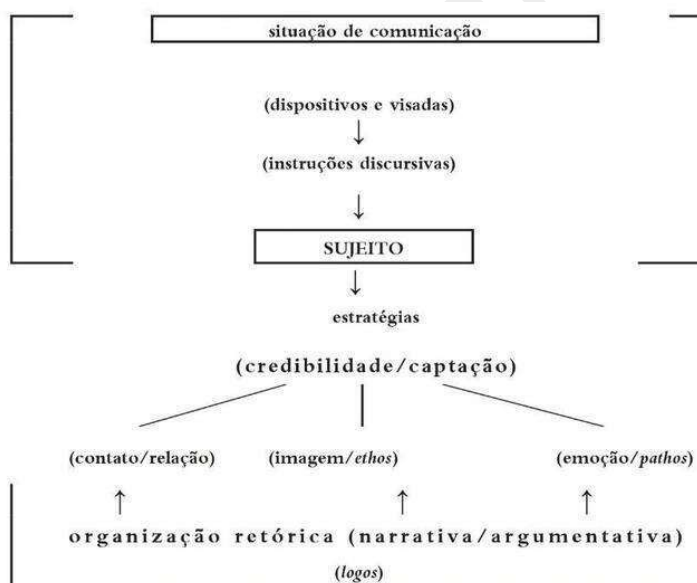
Dentro desse quadro, mais especificamente no *esquema narrativo*, o discurso publicitário se configura como um tipo de discurso propagandista, que tem como fim a promoção de produtos e/ou serviços. De acordo com Charaudeau (2010), ele opera por meio de um dispositivo triangular entre três instâncias: o anunciante (instância publicitária), os concorrentes e o público. A legitimidade do anunciante decorre de sua inserção na lógica da economia de mercado, que o autoriza a promover seu produto em detrimento dos concorrentes. Em sua estratégia discursiva, o produto é apresentado não apenas como um bem de consumo, mas como o meio privilegiado para alcançar uma idealidade: um sonho ou desejo de realização subjetiva (a instância benfeitora).

O público, por sua vez, é interpelado de duas maneiras: como consumidor potencial, é levado a crer que possui uma carência e que somente aquele produto é capaz de preenchê-la; como espectador da publicidade, é convidado a apreciar a estética da encenação e a tornar-se conivente com a instância publicitária construída pelo anúncio. A tensão entre esses dois papéis dá origem ao que Charaudeau chama de “contrato de semi-engodos”. Nesse contrato, todos os participantes sabem que o discurso publicitário é, em certa medida, hiperbólico – mas ainda assim desejam acreditar na promessa tácita, onde “[...] todo mundo sabe que o *fazer crer* é apenas um fazer crer, mas desejaria, ao mesmo tempo, que ele fosse um *dever crer*”. (Charaudeau, 2010)

Sob essa perspectiva, tendo como referência o quadro abaixo apresentado por Charaudeau (2010), compreende-se que a criação de uma peça publicitária (situação de comunicação) consiste também na construção de uma representação do mundo que se pretende propor ou impor ao consumidor. Nela, pode-se descrever um estilo de vida, narrar experiências com o produto ou serviço, ou ainda explicar por que ele é necessário, como ele funciona e o que o torna desejável. Para isso, o anunciante recorre a modos específicos de organização discursiva, utilizando estratégias narrativas e argumentativas.

Essa construção responde a uma organização discursiva vinculada ao *logos*, na medida em que busca justificar escolhas e apresentar benefícios de forma lógica e convincente. Mas esse processo não opera isoladamente: articula-se com outros, como a construção de uma imagem confiável (*ethos*) e a mobilização de emoções e desejos do auditório (*pathos*).

Figura 2: Quadro de situação Comunicação



(Charaudeau, 2010)

Assim, compreender essas dimensões discursivas é fundamental para sustentar as análises que serão desenvolvidas a seguir, razão pela qual, no próximo momento, delineia-se o percurso metodológico que orienta a investigação do *corpus* desta pesquisa.

Percurso Metodológico

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho descritivo e explicativo (Gil, 2008), voltada à interpretação de fenômenos discursivos em contextos sociais específicos. Esse tipo de estudo busca não apenas descrever características e ocorrências dos fenômenos observados, mas também compreender as razões subjacentes e as relações entre seus elementos, sem pretender quantificar dados ou estabelecer relações causais estritas.

Seleção do corpus

O corpus selecionado é composto por duas campanhas publicitárias veiculadas em 2024 nas redes sociais: uma da Betnacional, protagonizada pelo jogador de futebol Vinícius Júnior, e outra da Esportes da Sorte, pela influenciadora digital Virgínia Fonseca. As campanhas foram escolhidas devido à recorrência com que as figuras públicas são mobilizadas, bem como pelos altos índices de engajamento e amplo alcance das publicações. Ademais, ambas as plataformas estão legalizadas no Brasil e autorizadas a operar pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, conforme estabelece a Portaria SPA/MF nº 2.0.

Análise dos dados

A fim de compreender como se constrói discursivamente o ethos, perpassando pela persuasão por meio do discurso propagandista e da cenografia, passamos à análise do *corpus* selecionado para este estudo.

O primeiro corpus é composto por campanhas da casa de apostas online BetNacional, protagonizadas pelo futebolista brasileiro Vinícius José Paixão de Oliveira Júnior, conhecido como Vinícius Júnior, que atua como ponta-esquerda no Real Madrid e na Seleção Brasileira. Além de seu desempenho esportivo, Vinícius tem se destacado por sua atuação pública contra o racismo⁴, o que fortalece sua imagem como figura de credibilidade e de engajamento social.

O ethos pré-discursivo de Vinícius – construído a partir de sua reputação e prestígio no futebol – confere credibilidade às campanhas da BetNacional, tornando sua imagem um elemento chave na persuasão da peça publicitária.

⁴ Segundo dados do Jornal Globo: <https://i-cliq.com/bXUfNC>

Figura 3: Campanha publicitária da Bet Nacional de 2022



Fonte: <https://i-cliq.com/307axw>. Acesso em 12 de outubro de 2025.

Nos últimos anos, a BetNacional investiu massivamente em marketing esportivo. Em 2022, lançou a campanha “A bet dos brasileiros é a bet do Vini Jr.” A campanha que será analisada, intitulada “Velocidade”, estreou em 2024 durante o intervalo da Globo, enfatizando a representatividade de Vinícius Júnior como atleta nacional.

A peça publicitária inicia com Vinícius Júnior sentado em um sofá, antes de se levantar e dominar uma bola no peito. Em seguida, o jogador aparece usando o celular para apostar na BetNacional, e, por fim, surge rapidamente o aviso legal: “Proibido para menores de 18 anos. Jogue com responsabilidade.”

No anúncio, a cena englobante é publicitária, trata-se de um video *advertisement* oficialmente produzido para um grande meio, com sua primeira exibição ocorrendo durante o intervalo de um jogo de futebol nacional. A BetNacional trabalha com o gênero comercial de massa, com montagem cinematográfica, e a peça circula em múltiplas mídias – TV, redes sociais, rádio e publicidade externa (OOH).

Figura 4: Campanha publicitária da Bet Nacional de 2024



Fonte: <https://www.youtube.com/shorts/RJGtwqAjZ-E>. Acesso em 21 de julho de 2025.

Transcrição: *"Eu não sou muito de falar da minha vida pessoal, mas decidi me declarar ao Brasil inteiro. Me declarar pra ela, que eu aprendi a tratar com muito carinho. Ela, que é do tipo detalhista, mas, pra ser sincero, eu gosto. Aquela companheira fiel, que topa tudo. Quase todo brasileiro já se apaixonou por ela. (nessa hora aparece a bola e ele a domina no peito). Você também é apaixonado por futebol? Vem pra Bet Nacional. São milhares de jogos e mercados pra você palpitar. Bet Nacional, a bet dos brasileiros. "Proibido para menores de 18 anos. Jogue com responsabilidade."*

O vídeo inicia com uma estratégia discursiva de aproximação, na qual o locutor simula um momento de confissão: *"Eu não sou muito de falar da minha vida pessoal."* A primeira pessoa do singular (*"eu"*) confere à enunciação um tom confessional e íntimo, enquanto o uso da segunda pessoa (*"você"*) opera como índice direto de alocação, construindo um pathos que conecta emocionalmente o espectador/alocutário ao enunciador. Essa autoapresentação sugere que o jogador está disposto a compartilhar algo sensível. Este efeito, contudo, não é acidental: a apelação afetiva faz com que o público se sinta incluído na narrativa, predispondo-o à adesão às apostas. A emoção aqui evocada decorre da simulação de proximidade, da partilha de experiências e do estabelecimento de um vínculo de confiança com o seu auditório.

A esse respeito, Amossy (2020) nos lembra que a construção do auditório passa também pela mobilização de evidências compartilhadas e estereótipos culturais. Nesse caso, o locutor ativa um imaginário nacional que associa o futebol à identidade brasileira

– “*Quase todo brasileiro já se apaixonou por ela*”, diz ele, antes de revelar a bola como objeto de afeto. Apreende-se, então, um topos cultural: o brasileiro como sujeito afetivamente vinculado ao futebol, predisposto a se emocionar com narrativas que misturam paixão e nacionalismo esportivo.

Com base nisso, percebe-se que Vinícius Júnior constrói seu ethos discursivo ao se apresentar como alguém próximo ao público, “gente como a gente”: um brasileiro que compartilha paixões comuns, como o amor pelo futebol, e que também participa da experiência de apostar. Trata-se, portanto, de uma esquematização do auditório (Amossy, 2020) na qual o público é representado como nacionalista e afetivamente conectado ao esporte e seduzido por narrativas de pertencimento.

A sequência que se segue sustenta-se em uma rede metafórica de afeto ambígua. Vinícius Jr. se “declara” para uma figura inicialmente indefinida, com traços idealizados e afetivos: “*ela, que é do tipo detalhista... companheira fiel... quase todo brasileiro já se apaixonou por ela*” – até que a imagem da bola surge em cena revelando a verdadeira destinatária da declaração: o futebol.

Essa estrutura narrativa, descrita por Charaudeau (2010), organiza-se segundo um esquema de *falta > promessa > preenchimento*. A “falta” aqui está no desejo compartilhado por milhões de brasileiros de alcançar o reconhecimento ou a emoção vivida por um ídolo; a “promessa” é a possibilidade de participar dessa paixão (por meio das apostas); e o “preenchimento” se realiza quando o sujeito receptor é convidado a aderir à plataforma: “Você também é apaixonado por futebol? Vem pra Betnacional”.

Assim, a aposta *online* é apresentada não como risco ou como prática marginal, mas como extensão natural de um amor nacional legitimado por um herói popular. Ao encenar sua relação com o futebol de forma emocional, Vinícius Jr. procede ao que Patrick Charaudeau denomina como processo de dramatização, típico do discurso propagandista. Diante de um auditório, com vistas a gerar identificação, credibilidade e, por seguinte – confiança.

O ethos discursivo que emerge da campanha constrói Vinícius Jr. como um herói nacional, exibindo confiança e integridade em seu ethos mostrado e dito na peça, e se apoia em seu ethos pré-discursivo, consolidado por talento em campo e engajamento social. A peça mobiliza doxas, já familiares ao público, evocando sua trajetória em campanhas anteriores (“a bet dos brasileiros é a bet do Vini Jr.”), vinculando o atleta à identidade nacional, articulando o orgulho esportivo à legitimação do ato de apostar, e

transferindo credibilidade e valores positivos à marca, com a cenografia que associa o ato de apostar à experiência de assistir a uma partida.

Figura 5: Campanha publicitária da Esportes da sorte com a Virginia



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=tcZ6_tCqPB0&ab_channel=CentraldosStories. Acesso em 21 de julho de 2025.

A segunda campanha analisada é a da casa de apostas Esportes da Sorte, protagonizada por Virginia Fonseca. Com mais de 52 milhões de seguidores no Instagram, a influenciadora ocupa um lugar de destaque na mídia brasileira. Sua visibilidade nas redes a torna mais seguida do que os perfis somados do atual e do último presidente do Brasil. Esses dados indiciam o ethos pré-discursivo da locutora: sua visibilidade, influência e reputação nas redes sociais conferem credibilidade e autoridade ao discurso publicitário antes mesmo de sua enunciação. A representação prévia de Virgínia – influenciadora, mãe, empreendedora e musa *fitness* – constrói expectativas sobre sua personalidade e estilo de vida no auditório.

O *corpus* consiste em uma sequência de stories publicados em 2024, em que Virgínia aparece em uma sala de estar, com familiares, gravando vídeos curtos no formato vertical, em tom informal e direto. Ela utiliza um celular secundário para filmar outro aparelho, que exibe a interface do jogo da plataforma.

A cena englobante é publicitária, mas marcada pela lógica de influência pessoal, inserindo-se no tipo de discurso *advertiser/influencer* que valoriza autenticidade aparente e tom conversacional. A cena genérica corresponde ao gênero story do Instagram, efêmero, rápido e dirigido diretamente a seguidores, impondo coerções como duração curta, estilo informal, expressões coloquiais, apelo visual e chamadas para ação. Virgínia

atende a essas expectativas, usando linguagem de bate-papo com o público, emojis e evitando vinhetas publicitárias, criando a impressão de uma experiência pessoal, mesmo sendo conteúdo patrocinado.

A narrativa dos stories segue a seguinte progressão: Virgínia apresenta o jogo, comenta que é parecido com outro (*“aquele da mina”*), convida a mãe e outros dois familiares (Manu e um rapaz não identificado) a jogarem junto, e expressa surpresa a cada ganho: *“Apostei R\$8,00 já tô com R\$24,00, vou sacar!”*. Em seguida, a Manu explica que é possível “parar” o jogo e sacar o dinheiro, o que gera mais espanto na influenciadora: *“Eu não sabia disso! Caraca!”*. A câmera acompanha o desenrolar da partida, e ela comemora: *“Ganhamos mais R\$16,00”*. Logo após, ela passa a ensinar aos seguidores como jogar, dizendo: *“Deixa eu mostrar pra vocês... aqui você aposta a quantidade que quiser, 1 real, 2 reais...”*.

Os stories combinam oralidade espontânea, imagens móveis, gestualidade e elementos visíveis do aplicativo – valores de aposta, multiplicadores, botões de saque, visores e cursores do jogo –, além de legendas, emojis e link de acesso à plataforma. O gesto de mostrar o celular e ensinar o uso do app funciona como um tutorial, e a repetição de expressões como *“vai, mãe!”*, *“nossa, eu não sabia!”*, *“tira, tira, tira”* constrói uma cena lúdica na qual o risco da aposta é diluído.

Essa cenografia simula intimidade e naturalidade com o público. Por exemplo, a legenda de um story – *“Pra jogar em família é TOP demais, Natal amanhã vai torar ta□”* – reforça a atmosfera de diversão e proximidade, mobilizando pathos e sentimentos de identificação com o ambiente familiar. Essa estratégia dialoga com tendências da publicidade digital, que buscam se integrar ao fluxo de conteúdo editorial: segundo Asquith e Fraser (2020)⁵, *native advertising e influencer marketing* procuram “combinar a aparência, a sensação e o comportamento com o conteúdo não publicitário ao redor”, evitando interromper a experiência do usuário. Em outras palavras, anúncios em redes sociais são concebidos para parecer espontâneos, atraindo o público sem sinalizar abruptamente uma promoção comercial.

Assim, a campanha exemplifica o discurso propagandista de esquema narrativo, no qual publicidade e conteúdo pessoal se entrelaçam. A distinção entre narrativa pessoal e incitação ao consumo é diluída pelo formato dos stories, naturalizando a aposta como parte da rotina performática da influencer.

⁵ Fonte: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/16123>

A propaganda de Virgínia, portanto, ecoa discursos de consumo digital e de ascensão social ilusória – o espectador é levado a crer que um pequeno esforço (clicar, arriscar) leva a resultados imediatos. O enunciado soa legítimo por remeter a cenas familiares bem-sucedidas. Nesse sentido, o “ethos dito” – o que ela fala sobre si mesma, ao afirmar ter ganhado com facilidade – entrelaça-se ao “ethos mostrado” – sua imagem se divertindo e ganhando dinheiro.

Dessa forma, o ethos discursivo de Virgínia se constrói na própria narrativa dos stories, em que ela se apresenta inicialmente como leiga e curiosa diante das funcionalidades do jogo, criando a impressão de estar “descobrimdo” a experiência junto ao público. Entretanto, essa postura estratégica de aparente desconhecimento funciona como um recurso de persuasão: ao se colocar como alguém que aprende junto ao espectador, ela engaja o público e constrói uma relação de confiança, manipulando sutilmente a percepção do auditório. Logo em seguida, a Virginia, outrora leiga, assume o papel de instrutora, ensinando os seguidores a jogar: *“Deixa eu mostrar pra vocês... aqui você aposta a quantidade que quiser, 1 real, 2 reais...”*

No entanto, é curioso notar que essa postura leiga e curiosa performada por Virgínia Fonseca nos stories contrasta com a forma como a mesma influenciadora aparece em peças publicitárias oficiais da Esportes da Sorte, nas quais é apresentada como embaixadora da marca. Nesses materiais (exemplo abaixo), Virgínia assume um ethos de autoridade, funcionando como rosto legitimador/oficial da empresa.

Figura 6: Campanha publicitária da Esportes da sorte com a Virginia



Fonte: <https://encurtador.com.br/N9w8J>. Acesso em 13 de outubro de 2025.

Considerando os dois casos analisados em conjunto, nota-se que as campanhas de Vinícius Jr. e Virgínia Fonseca constroem um ethos carismático e confiável,

projetando-se como modelos de identificação. Enquanto Vinícius recorre à produção cinematográfica e aos afetos patrióticos ligados ao futebol, Virgínia simula espontaneidade ao reforçar seu “desconhecimento” da plataforma. As diferenças tornam-se também evidentes no campo de enunciação: o *story* de Virgínia cria co-participação com seu público, gerando adesão por identificação, enquanto o anúncio de Vinícius Jr. mobiliza uma emoção coletiva em um campo midiático mais amplo, através do esporte.

No entanto, essas estratégias não interpelam um público homogêneo. De um lado, o ethos de Vinícius Jr. legitima a aposta como extensão da paixão nacional pelo esporte, direcionando-se majoritariamente a um público masculino ligado ao futebol. De outro, o ethos de Virgínia Fonseca normaliza a prática como um atalho cotidiano para a ascensão econômica, interpelando um público fortemente feminino e jovem.

Ao mesmo tempo, o ethos discursivo, articulado ao *pathos*, materializa a eficácia do discurso propagandista, mostrando que, mesmo com recursos diversos (verniz caseiro *versus* produção profissional), a identificação e a persuasão se dão pela encenação e pelo envolvimento emocional, mais do que pela argumentação lógica (logos).

Em última análise, as campanhas promovem a incitação à ação, não por meio de um discurso direto ou racional, mas através de uma encenação narrativa que convida o alocutário a se projetar na situação: se Virgínia e Vinícius (*gente como a gente*) estão ganhando dinheiro com isso, por que não tentar também?

Considerações Finais

Este artigo buscou responder à seguinte questão: *quais recursos discursivos e persuasivos são mobilizados na construção do ethos dos influenciadores nos casos analisados de campanhas de apostas online?*

A partir das análises, foi possível identificar como diferentes estratégias constroem um ethos discursivo altamente persuasivo, sustentado pela presença de celebridades e influenciadores que disseminam a “boa nova” do consumo. Como demonstrado, a construção de um ethos carismático e próximo – no caso de Vinícius Jr. e Virgínia Fonseca – articula-se à inscrição estratégica de um auditório interpelado por doxas compartilhadas, como o amor nacional pelo futebol ou o desejo de ascensão econômica.

Observou-se ainda que esse ethos não se limita ao pré-discursivo, ancorado no prestígio e no reconhecimento social dos influenciadores, mas envolve também um ethos

discursivo, construído na própria enunciação. Esse processo combina recursos de intimidade simulada, articulando o ethos ao pathos, apoiados em cenografias distintas: de um lado, a produção roteirizada e cinematográfica que acompanha a performance de Vinícius Jr.; de outro, a espontaneidade encenada e a atmosfera doméstica presente nos stories de Virgínia Fonseca.

Contudo, nem todos os indivíduos respondem da mesma forma, uma vez que há a heterogeneidade da interpelação: a recepção do discurso depende de fatores sociais, culturais e das formações discursivas e ideológicas que atravessam o sujeito.

Consequentemente, aqueles mais suscetíveis, especialmente jovens e pessoas de baixa renda ou com menor acesso à informação, podem ser impactados negativamente, como indicam os dados apresentados anteriormente, transformando a promessa de ascensão econômica em armadilha, com risco de endividamento e frustração.

Por fim, conclui-se que o poder persuasivo dessas campanhas reside menos no produto anunciado e mais na força discursiva de seus porta-vozes e de sua cenografia. O ethos dos influenciadores – aspiracional e afetivamente próximo – funciona como mediador entre o consumo e a subjetividade, legitimando as apostas como expressão de desejo, mérito e prazer. Nesse processo, a publicidade reconfigura valores coletivos, transformando a promessa de liberdade econômica em narrativa de pertencimento e sucesso. Assim, o ethos construído por essas figuras não apenas promove o jogo, mas também reproduz, em escala simbólica, a lógica de um sistema capitalista que mercantiliza afetos e naturaliza a desigualdade, disfarçando, sob o brilho de vitrines publicitárias, os mecanismos de sedução e controle que sustentam o mercado.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto, 2018.
- AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no Discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2016.
- ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- CHARAUDEAU, Patrick. O discurso propagandista: uma tipologia. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. *Análises do Discurso Hoje*, vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna), 2010, p.57-78.
- COSTA, Natanael.; ARANHA, Marize B. R. *et al.* Da retórica clássica à teoria da argumentação no discurso: breve panorama das teorias argumentativas. *Cuadernos de*

- Educación y Desarrollos. v.16, n.1. Portugal: Europub European publications, 2024, p.3.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- Instituto Brasileiro de Jogo Responsável. *História das apostas no Brasil e regulamentação* – IBJR – Instituto Brasileiro de Jogo Responsável. Disponível em: <<https://ibjr.org.br/historia-apostas-brasil/>>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- B. J. Jr.,; Medina, A. *Como as bets produziram a pandemia do vício*. Revista Piauí. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/como-as-bets-produziram-a-pandemia-do-vicio/>>. Acesso em: 1 jul. 2025.
- MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no Discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 69-92.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005
- MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Tradução de Fabiana Komesu (Coord.). São Paulo: Contexto, 2004. p. 392-393.
- MOTOIRYN, Paulo. *Tigrinho, bicheiros e influencers: os interesses por trás da CPI das bets*, Intercept Brasil. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2024/11/19/tigrinho-bicheiros-e-influencers-os-interesses-por-tras-da-cpi-das-bets/>>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- MIRA, E. *Apostas Esportivas: Como Milhões Estão Perdendo Dinheiro, Saúde e Futuro*. Forbes Brasil. Disponível em: <<https://forbes.com.br/colunas/2025/05/eduardo-mira-apostas-esportivas-como-milhoes-estao-perdendo-dinheiro-saude-e-futuro/>>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- OLGA, J. *Apostas Geram Crises de Dívida e Saúde Mental no Brasil*. Forbes Brasil. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-money/2024/09/apostas-geram-criises-de-divida-e-saude-mental-no-brasil/>>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- PÊCHEUX, M. A análise do discurso: três épocas. In: GADET, F.; HARK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990a. p. 311-318.
- PÊCHEUX, M. *O Discurso. Estrutura ou acontecimento*. Tradução de E. P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990b.
- SACCHITIELLO, Bárbara. *Influenciadores e bets: o que sustenta essa delicada relação?* Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/midia/influenciadores-e-bets-o-que-sustenta-essa-delicada-relacao>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

Empoderamento feminino e afirmação étnico-racial negra na escola: discursos de resistência no audiovisual *Ana*

Women's empowerment and black ethnic-racial affirmation in school: discourses of resistance in audiovisual media Ana

Neiva de Souza Miranda¹

Douglas Lima Rodrigues²

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo apresentar uma análise de discurso do curta-metragem *Ana* (2017), por meio dos conceitos de formação discursiva e ideológica, conforme as produções do teórico francês Michel Pêcheux. Como base analítico-epistemológica, o trabalho apoia-se nos estudos Antirracistas e Decoloniais para pensar nas formações discursivas e ideológicas presentes no audiovisual *Ana* (2017), investigando, na materialidade verbo-visual, possíveis efeitos de sentido que promovem o empoderamento feminino e a afirmação da identidade étnico-racial negra na escola. A metodologia desta pesquisa segue os procedimentos da Análise do Discurso, a partir das contribuições de Eni Orlandi (2020). A análise demonstrou a relevância das formações discursivas e ideológicas na compreensão de como os discursos produzem efeitos de sentidos que podem promover o empoderamento feminino e a afirmação identitária étnico-racial negra na escola, através de uma educação que paute a descolonização e o antirracismo enquanto teoria e prática na desconstrução de formações discursivas racistas.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Decolonialidade; Educação Antirracista.

Abstract: This research aims to present a discourse analysis of the short film *Ana* (2017), using the concepts of discursive and ideological formation, according to the works of the French theorist Michel Pêcheux. As an analytical-epistemological basis, the work relies on Anti-racist and Decolonial studies to consider the discursive and ideological formations present in the audiovisual work *Ana* (2017), investigating, in the verbal-visual materiality, possible effects of meaning that promote female empowerment and the affirmation of Black ethnic-racial identity in schools. The methodology of this research follows the procedures of Discourse Analysis, based on the contributions of Eni Orlandi (2020). The analysis demonstrated the relevance of discursive and ideological formations in understanding how discourses produce meanings that can promote female empowerment and the affirmation of Black ethnic-racial identity in schools, through an education that is guided by decolonization and anti-racism as both theory and practice in the deconstruction of racist discursive formations.

Keywords: Antiracist Education; Decoloniality; Discourse Analysis.

Primeiras Palavras

A presente pesquisa tem por objetivo apresentar uma análise de discurso do curta-metragem intitulado *Ana* (2017), produzido pelas Oficinas Querô³, adotando os conceitos de “formação discursiva” e “formação ideológica” presentes na Análise de Discurso de orientação francesa, embasada nos estudos de Michel Pêcheux.

¹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0427935685100512>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5629-4544>. E-mail: avienantunes@gmail.com

² Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0144185165804748>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9781-3099>. E-mail: msdouce19@gmail.com

³ As “Oficinas Querô” são um projeto sociocultural e educativo brasileiro, criado com foco na formação audiovisual, cidadã e profissional de jovens, especialmente em situação de vulnerabilidade social: <https://institutoquero.org/sobre/>.

A questão-problema que impulsiona a produção desta pesquisa, em seu caráter analítico, decorre do imperativo contemporâneo para a produção de análises discursivas a partir de um *corpus* diverso, a exemplo das materialidades verbo-visuais disponibilizadas em mídias sociais, plataformas *on-line* e serviços de *streaming*. Nesse sentido, investiga-se, no curta-metragem *Ana* (2017), as formações discursivas e ideológicas que produzem efeitos de sentidos capazes de promover o empoderamento feminino e a afirmação da identidade étnico-racial negra na escola.

Dessa forma, pretende-se, enquanto objetivo geral, analisar como se materializa as formações discursivo-ideológicas em torno do empoderamento feminino e da afirmação da identidade étnico-racial negra no audiovisual *Ana* (2017). Os objetivos específicos visam (i) identificar as formações discursivas e ideológicas presentes no curta *Ana* (2017); (ii) descrevê-las a partir dos pressupostos da Análise do Discurso de vertente francesa, conforme Michel Pêcheux; (iii) analisar como ocorrem as relações de ruptura, resistência e adoção dessas formações no curta-metragem *Ana* (2017), articulando-as aos estudos decoloniais para compreender os efeitos de sentido e as práticas antirracistas que emergem da obra audiovisual.

Este estudo justifica-se por articular a Análise de Discurso a perspectivas epistemológicas decoloniais e antirracistas, ao propor a análise das formações discursiva e ideológica representadas como discursos políticos que geram efeitos de sentidos relacionados ao empoderamento feminino e à afirmação étnico-racial negra na escola, especificamente no contexto da educação básica, tal como ambientado no curta-metragem *Ana* (2017).

Análise de discurso e audiovisual: diálogos possíveis na contemporaneidade

A Análise de Discurso de matriz francesa, formulada por Michel Pêcheux (1938-1983), surge com a obra *Análise automática do discurso*, publicada em 1969, articulando o estruturalismo, o pós-estruturalismo, a psicanálise de Jacques Lacan (1901-1981), o marxismo de Louis Althusser (1918-1990) e a linguística de Ferdinand Saussure (1857-1913). O objetivo era demonstrar o caráter político, ideológico e subjetivo da linguagem. Seu surgimento se inscreve no contexto francês dos anos 1960, marcado por lutas de classes, movimentos sociais e correntes científicas revolucionárias (Gadet; Hak, 2001).

Expandindo-se da França para outros países do Ocidente, a Análise de Discurso foi diversificando-se em diferentes contextos, autores e culturas, abrangendo não apenas a linguagem verbal, mas também outras materialidades não verbais, audiovisuais e imagéticas. Nesse sentido, compreende-se o discurso, a partir de Votre (2019, p.18), como a “realização concreta, material, sonora ou escrita de enunciados, com atenção particular para o contexto de sua produção e recepção”.

No Brasil, a disseminação da AD se dá pela obra de Eni P. Orlandi (2020), na década de 1970, em plena ditadura militar (1964-1985). Trabalhos como os de Janaína de Jesus Santos (2014) e Sidnay Fernandes dos Santos (2014) exemplificam a aplicação da Análise de Discurso em materialidades audiovisuais e imagéticas, sobretudo em espaços midiáticos e digitais.

Nesta pesquisa, para analisar a linguagem verbo-visual dentro de materialidades audiovisuais, investe-se no conceito de “formação discursiva” elaborado por Michel Foucault, reformulado por Pêcheux e, posteriormente, desenvolvido como “formação ideológica”. Segundo Pêcheux (1995), as formações discursivas articulam linguagem, ideologia e poder, delimitando historicamente o que pode ser dito em uma sociedade. Assim, o autor as define como “aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” (Pêcheux, 1995, p.160).

Já a formação ideológica é definida por Pêcheux e Fuchs (1997, p. 65-166) “como conjunto complexo de atividades e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente às posições de classes em conflito umas com as outras”.

Com efeito, as contribuições dos pensamentos decoloniais⁴ visam, por meio de um investimento científico, político e epistemológico, propor uma cosmovisão de mundo capaz de reparar as consequências históricas impostas pelos processos da modernidade/colonialidade aos países ocidentais não-europeus, sobretudo aqueles localizados nos continentes americano e africano, rompendo com formações discursivas

⁴ “A teoria decolonial [...] criticamente reflete sobre nosso senso comum e sobre pressuposições científicas referentes a tempos, espaço, conhecimento e subjetividade, entre outras áreas-chave da experiência humana, permitindo-nos identificar e explicar os modos pelos quais sujeitos colonizados experienciam a colonização, ao mesmo tempo em que fornece ferramentas conceituais para avançar a descolonização” (Bernardino-Costa *et al.* 2020, p.29).

e ideológicas de um sistema-mundo que ainda sustenta estruturas de discriminação racial, isto é, o racismo⁵ enquanto sistema de opressão e desigualdade sociorracial.

Desse maneira, a Análise do Discurso, alinhada aos Estudos Decoloniais, possibilita compreender as formações discursivas (FD) e formações ideológicas (FI) em diferentes tempos e espaços, físicos ou virtuais. Essa perspectiva permite lidar com variadas manifestações enunciativas, considerando relações de poder, condições de produção e contextos históricos, políticos e ideológicos, promovendo reflexões críticas, ações práticas e proposições para uma decolonização do discurso moderno/colonial sustentado em sistemas de hierarquização, opressão e marcação racial.

Na seção seguinte, apresenta-se um panorama sobre como os Estudos Decoloniais podem contribuir para reflexões e práticas antirracistas na educação básica, por meio de ações pedagógicas que atendam às Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, instituídas pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que determinam o ensino obrigatório da história e cultura dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas em todas as instituições de ensino, do nível básico ao superior no Brasil.

Decolonizar: por uma educação antirracista

A decolonização, em curso e em construção, configura-se como um projeto intelectual, científico, teórico-metodológico, crítico, político, estético e pedagógico que se propõe a elaborar cosmovisões de mundo capazes de romper com o sistema-mundo moderno/colonial eurocêntrico e com suas vicissitudes estruturais de opressão. Ao subverter as lógicas colonialistas que regulam as manutenções de inúmeras violências, de diversas ordens, a decolonização tensiona marcadores sociais que, em desacordo com as normas hegemônicas de raça, gênero, sexualidade, território, religião etc., foram impostos a partir do colonialismo moderno.

Torna-se, portanto, necessário empreender uma Análise do Discurso alinhada aos estudos decoloniais na educação básica, como possibilidade de promover processos de conscientização que resultem em práticas educacionais-pedagógicas insurgentes e antirracistas, voltadas ao enfrentamento do sistema de discriminação racial. Essa interlocução permite analisar as formações discursivas e ideológicas presentes nos

⁵ Moreira (2019, p. 40) define o racismo como “uma ideologia e uma prática que está em constante transformação, razão pela qual ele pode assumir diferentes formas em diferentes momentos históricos [...] sendo o racismo um tipo de dominação social que procura manter o poder nas mãos do grupo racial dominante”.

discursos, nos currículos e documentos, nas práticas pedagógicas e nos ambientes educacionais, bem como suas representações e reverberações em diversos contextos nos quais a educação se faz tema, especificamente, neste estudo, no curta-metragem *Ana* (2017).

Por conseguinte, bell hooks (2017, p. 55) destaca, para que práticas fundamentadas nos estudos decoloniais resultem em condutas antirracistas na educação, “o corpo docente [precisa] desaprender o racismo para aprender sobre a colonização e a descolonização”. Paralelamente, Bernardino-costa *et al.* (2020, p.36, grifo nosso) compreendem a descolonização como os “momentos históricos em que os sujeitos coloniais se insurgiram contra os ex-impérios e reivindicaram a independência; a **decolonialidade** refere-se a luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos”.

Para uma melhor compreensão de como a decolonialidade e a descolonização operam enquanto campo de estudos e como contraprojetos ao sistema moderno/colonial eurocêntrico e norte-cêntrico (Estados Unidos), é necessário definir os termos “colonialismo”, “colonialismo moderno” e “colonialidade”:

colonialismo pode ser compreendido como a formação histórica dos territórios coloniais; **colonialismo moderno** pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a “descoberta”; e a **colonialidade** pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais (Maldonado-Torres, 2020, p. 36-37, grifo nosso).

No Brasil, observa-se a permanência da “colonialidade”, que dificulta a consolidação de um Estado democrático pleno e sem desigualdades sociorraciais. Essa condição resulta de processos históricos, como as invasões coloniais, o imperialismo eurocêntrico e norte-cêntrico e, sobretudo, a escravização e o tráfico de povos indígenas, africanos e afro-brasileiros. Mesmo após a abolição formal, a exploração desses povos intensificou-se com o capitalismo, impedindo a formação de classes médias e altas de origem afrodescendente e indígena.

O Estado brasileiro, ao adotar mão de obra europeia após a escravização, excluiu os povos negros e indígenas do processo cívico, marginalizando-os e construindo representações pejorativas e estigmatizantes no imaginário social. Conforme Castiel Vitorino Brasileiro (2022), a importação de mão de obra europeia, com direito a terras,

visava promover o embranquecimento e a extinção da população afrodescendente, além de instituir políticas que restringiam o acesso dessa população a direitos básicos e reforçavam o racismo como critério de hierarquização humana a partir de traços fenotípicos, como, por exemplo, a cor da pele, a textura do cabelo e o tamanho da cabeça/crânio⁶.

No entanto, sabe-se, por meio do Projeto Genoma, que tal informação não é verídica. Não há a existência de raças humanas em termos biológicos e naturalistas. Contudo, “os estudiosos das ciências sociais justificam o uso do conceito [raça] como realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão” (Rodrigues, 2015, p. 49).

Portanto, sendo a raça uma construção que historicamente opera processos de diferenciação, hierarquização, desumanização e exclusão de pessoas negras do âmbito da vida social humana, institucionalizada por séculos após a abolição da escravização pelo Estado brasileiro, os movimentos afro-brasileiros se impõem como forças de resistência social. De cunho político, ideológico, epistemológico e científico, esses movimentos se organizam através de manifestações, protestos e reivindicações por reparações nos mais diversos espaços e instituições da sociedade brasileira contemporânea, tensionando rupturas na estrutura social do país, na qual o racismo se constitui como um sistema opressivo e discriminatório que operacionaliza múltiplas violências (física, simbólica, emocional e psíquica) contra a população afro-brasileira.

Moreira (2019, p.173) pontua algumas consequências, dentre inúmeras, que a população afro-brasileira pode desenvolver ao vivenciar experiências racistas, tais como

baixa autoestima, diminuição de aspiração pessoal e comportamentos depressivos [...] os danos psicológicos decorrentes de tratamentos discriminatórios legitimados por estereótipos são significativos porque essas [pessoas] podem internalizar o ódio expresso nas representações racistas.

⁶ “A história da população negra no Brasil, que, após séculos de escravização, viram imigrantes europeus receberem incentivos do Estado brasileiro, inclusive com terras, enquanto a negritude formalmente liberta pela Lei Áurea era deixada à margem. Os incentivos para imigrantes fizeram parte de uma política oficial de branqueamento do país, com base na crença do racismo biológico de que negros representariam o atraso. Essa perspectiva marcou a história brasileira, valorizando culturas europeias em detrimento da cultura negra, segregando a população negra de diversas formas, inclusive por leis e pela esterilização forçada de mulheres negras, prática que o Estado brasileiro manteve até um passado recente, comprovado pela CPI da Esterilização de 1992, proposta pela deputada federal Benedita da Silva e resultado da pressão feita por feministas negras nos anos 1990” (Ribeiro, 2018, p. 78).

Uma vez que sujeitos de determinado grupo sociorracial se percebem através de processos de identificação sócio-histórica materializados em práticas e discursos de ódio, bem como em representações negativas, depreciativas e estereotipadas, torna-se evidente que esses fatores implicam na negação de sua humanidade. Isso culmina numa “sociedade que permite a circulação de discursos de ódio que negam a humanidade de um grupo de pessoas [e] permite que eles possam ser discriminados, segregados e exterminados porque propaga a ideia de que eles não são merecedores de empatia” (Moreira, 2019. p. 171).

Não obstante, uma sociedade construída a partir do processo de colonização europeia, marcada por um passado histórico secular de escravização e tráfico de povos africanos e de seus descendentes, impactaria de modo expressivo no imaginário contemporâneo. Nesse contexto, a colonialidade opera como um poder regulador das relações e posições sociais hierárquicas entre sujeitos, identificando-os e atribuindo-lhes valor a partir de traços fenotípicos associados à descendência do colonizador ou do colonizado. Essa lógica sustenta e retroalimenta um interdiscurso racista inscrito na memória coletiva, assentado numa pseudosuperioridade de um grupo racial em detrimento do outro.

Segundo Oliveira e Candau (2010, p. 19), “o colonizador destrói o imaginário do outro, invisibilizando-o e subalternizando-o, enquanto reafirma o próprio imaginário” de superioridade, processo que contribui para a internalização, pela população afrodescendente, de sentimentos de autonegação, acarretando na produção de sofrimentos de ordem sociopsíquica. Tais sofrimentos são analisados por Frantz Fanon (2008), Grada Kilomba (2020) e Neusa Santos Souza (2021), que demonstram como o sujeito negro brasileiro, ao vivenciar as violências da colonização e da modernidade/colonialidade, pode aspirar a ocupar a identidade e a posição do sujeito branco, percebendo em si, de modo consciente ou não, os traumas perpetrados contra as populações racializadas:

Opera-se, então, a naturalização do imaginário do invasor europeu, a subalternização epistêmica do outro não-europeu e a própria negação e o esquecimento de processos históricos não-europeus. Essa operação se realizou de várias formas, como a sedução pela cultura colonialista, o fetichismo cultural que o europeu cria em torno de sua cultura, estimulando forte aspiração à cultura europeia por parte dos sujeitos subalternizados. Portanto, o eurocentrismo não é a perspectiva cognitiva

somente dos europeus, mas torna-se também do conjunto daqueles educados sob sua hegemonia (Oliveira; Candau, 2010, p.19).

Como forma de resistência a esse sistema de discriminação racial, a educação alinhada aos estudos decoloniais e aos discursos antirracistas pode promover a conscientização e ações-práticas, tornando-se uma ferramenta indispensável e determinante para romper com a estrutura de violência racial moderna/colonial, a partir da formação do sujeito desde sua tenra idade, sobretudo ao adentrar no espaço escolar.

hooks (2017) aponta que a educação, quando conduzida como prática de libertação, torna-se um ato revolucionário e empodera sujeitos acerca da sua história, da sua cultura e origem, tornando-os protagonistas para atuação ativa na promoção de mudanças positivas e efetivas na sociedade. Para além, hooks (2017, p. 20) acrescenta que suas “práticas pedagógicas nasceram da interação entre as pedagogias anticolonialista, crítica e feminista, cada uma das quais ilumina as outras [...] implicam diretamente a preocupação de questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação (como o racismo e o sexismo)”.

Vale ressaltar que a proposta de bell hooks (2017) é um chamado para interseccionalizar⁷ a luta contra o racismo com os demais sistemas de opressão advindos da mesma gênese moderna/colonial eurocêntrica, que forja discriminações não apenas a partir da raça/etnia, mas também do gênero, da sexualidade, da classe e da religião. A decolonialidade não visa interromper apenas o racismo, mas propiciar o fim de um modelo de vida eurocêntrico e norte-cêntrico desigual, violento e desumano, ainda em curso.

Para tanto, os movimentos, protestos e organizações de resistência, desde o Brasil colônia, possibilitaram, no século XX, estudos de cunho antirracista por intelectuais negros(as), tornando a decolonialidade um horizonte possível de revolução. Brasileiro (2022, p. 26) cita intelectuais responsáveis por essas conquistas ao afirmar que:

sim, os esforços foram validos, e hoje devemos comemorá-los e honrar os sacrifícios que essas pessoas negras executaram, em especial aquele de iniciar a disputa epistêmica contra a supremacia da intelectualidade de branca. Carolina Maria de Jesus, Neusa Santos Souza, Lélia Gonzalez, Mercedes Batista, Sueli Carneiro e tantas outras que, no século passado,

⁷ “A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2020, p.19).

construíram as bases para o que, nos últimos 20 anos, viemos articulando como enegrecimento/empreendimento no Brasil.

O processo histórico de resistência e pesquisa das populações afro-brasileiras frente a um Estado-nação colonialista, escravagista, moderno e capitalista/neoliberalista evidencia como “ a formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional” (Hall, 2020, p. 30). Os estudos decoloniais e as práticas antirracistas já se anunciavam como propostas para romper com o sistema de discriminação racial, buscando uma sociedade menos injusta e investindo no conhecimento para compreender e aprimorar as potencialidades positivas da capacidade relacional humana.

Nesse contexto, a decolonialidade propõe empoderar sujeitos afrodescendentes pela educação, ciência e informação, valorizando estética, cultura, filosofia e tradição de origem africana e afro-brasileira, a fim de que ocupem espaços de saber e poder historicamente negados pelo Estado brasileiro à população afro-brasileira e indígena.

Compreendido enquanto elemento interligado às dimensões políticas, históricas, ideológicas, sociais e científicas, o discurso configura-se como um campo de disputa por vontades de verdade e relações de poder, o que permite inscrever o empoderamento a partir uma formação discursiva e ideológica.

A próxima seção apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa, visando mostrar como as formações discursivas e ideológicas representadas no curta-metragem *Ana* (2017) foram identificadas, descritas e analisadas, para compreender discursos e ideologias de empoderamento feminino e afirmação étnico-racial negra na escola, a partir de estudos decoloniais que resultem em práticas antirracistas e empoderem crianças negras quanto à sua etnia/raça e gênero.

Procedimentos metodológicos: identificar e descrever para analisar

Para analisar como se materializam as formações discursivas (FD) e as formações ideológicas (FI) que geram efeitos de sentidos de empoderamento feminino e afirmação étnico-racial negra no contexto escolar, representadas no curta-metragem *Ana* (2017), o estudo adotou os procedimentos da Análise de Discurso, conforme propostos por Eni

Orlandi (2020). De acordo com a autora, para empreender a Análise de Discurso, é necessário constituir um *corpus* ou, nos termos técnicos da AD, um *arquivo*, no qual,

à natureza da linguagem, devemos dizer que a análise de discurso se interessa por práticas discursivas de diferentes naturezas: imagem, som, letra, etc [...] não se objetiva, nessa forma de análise, a exaustividade que chamamos horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico. Ele é inesgotável (Orlandi, 2020 [1999], p. 60).

As etapas metodológicas delineadas iniciaram-se com o recorte do objeto de análise, a saber, o audiovisual *Ana*⁸, produzido em 2017 pelas oficinas do projeto Querô, sob a direção de Vitória Felipe dos Santos. A obra encontra-se disponibilizada no canal da instituição em uma plataforma de compartilhamento *on-line* de vídeos (YouTube). Cabe ressaltar que o curta-metragem surgiu no Instituto Querô, localizado em Santos, que forma adolescentes de baixa renda para trabalharem no mercado audiovisual.

A segunda etapa consistiu na identificação e extração dos enunciados verbo-visuais do curta *Ana* (2017), selecionados para esta pesquisa em formato de imagens e obtidos por meio do recurso de edição computacional *print*. Nesses recortes, foi possível identificar enunciados que representam relações identitárias do processo de adoção de formações ideológicas (FI) e formações discursivas (FD) de empoderamento feminino e a de afirmação étnico-racial.

A terceira etapa destinou-se à descrição dos enunciados verbo-visuais extraídos das imagens recortadas pelos pesquisadores, selecionadas pelos critérios de expressividade e alinhamento com a temática adotada neste estudo. A descrição foi realizada a partir das cenas, explorando-se os aspectos descritivos que as compõem, de modo a possibilitar a quarta e última etapa da pesquisa: a apresentação da análise de como se estabelecem as relações de ruptura, resistência e adoção de formações ideológicas e discursivas de empoderamento feminino e afirmação da identidade étnico-racial negra, representada no curta-metragem *Ana* (2017), alinhando-as aos estudos decoloniais na promoção de efeitos de sentidos de afirmação feminina e empoderamento étnico-racial enquanto práticas antirracistas.

⁸ ANA. Direção: Vitoria Felipe dos Santos. Wolo tv: Oficinas Querô, 2017. (16:38 mim). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=MO1f8n3gMG8&t=346s>>. Acesso em 01 de ago. 2025.

Análise discursiva do curta-metragem *Ana* (2017)

Partindo do objetivo de analisar as representações das formações ideológicas (FI) e discursivas (FD) que produzem efeitos de sentidos de empoderamento feminino e afirmação da identidade étnico-racial negra na escola, representadas no curta-metragem *Ana* (2017), apresenta-se brevemente o enredo das protagonistas Ana e Jeannette, seguido das etapas metodológicas de identificação, descrição e análise dos enunciados verbo-visuais.

O filme narra a história de Ana, criança negra e aluna de escola pública de uma capital brasileira, que, numa atividade escolar (autorretrato solicitado por uma professora branca), rejeita sua identidade étnico-racial negra ao se desenhar como menina branca, de cabelo louro e liso e olhos azuis, identificando-se assim em comparação com a colega que possui tais características.

Jeannette, mulher negra de pele preta retinta, professora de origem congoleza refugiada no Brasil, atua como auxiliar de serviços gerais na escola de Ana. Durante seu trabalho, presencia episódios de racismo, *bullying* e perseguição contra Ana, cometidos por colegas brancos durante o recreio. Os ataques incluem enunciados verbais de imposição e adjetivos depreciativos sobre a aparência e o cabelo da menina, usando verbos no modo imperativo, como: “[...] e aí! Cabelo duro! Olha só esse cabelo! Penteia isso! Cabelo feio!” (Santos, 2017, 00:16:38).

Esses enunciados verbais materializados no curta-metragem indiciam uma, dentre as inúmeras ocorrências racistas, vivenciadas por sujeitos negros/afro-brasileiros/afrodescendentes, que são submetidos a inúmeras formas de violência racial desde os primeiros estágios da vida em sociedade, iniciando a partir das relações interpessoais no espaço escolar⁹ e se reproduzem em outros âmbitos sociais.

De acordo com Kilomba (2020), enunciados, a exemplo daqueles proferidos contra Ana, são heranças de formações ideológicas coloniais/escravagistas e modernas contra os sujeitos não-brancos:

Historicamente, o cabelo único das pessoas negras foi desvalorizado como o mais visível estigma da negritude e usado para justificar a subordinação de africanas e africanos. Mais do que a cor da pele, o

⁹ Gomes (2020, p. 227) ressalta que “existem alguns espaços e instituições sociais nos quais ela [a colonialidade] opera com maior contundência. As escolas da educação básica e o campo da produção científica são alguns deles”.

cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização. Uma vez escravizadas/os, a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores brancos, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de “primitividade”, “desordem”, inferioridade e não civilização (p. 126-127).

Formações discursivas baseadas em ideologias racistas e coloniais possibilitam que, na contemporaneidade, grupos raciais em situação de privilégio social oprimam grupos raciais minorizados por meio de discursos de ódio, os quais operam, regulam, discriminam e violentam sujeitos não-brancos, submetendo-os à “não condição de humano”. Em uma sociedade estruturalmente racista, esses sujeitos são educados para a autonegação e autorrejeição de sua identidade étnico-racial. As condições de produção de enunciados racistas, como aqueles representados no curta-metragem *Ana* (2017), refletem as formações sócio-históricas e ideológicas coloniais, modernas e racistas ainda vigentes na sociedade brasileira, bem como evidenciam como essas formações regulam discursivamente as relações de poder, a partir da manutenção de estereótipos e a inferiorização de determinados grupos raciais.

Figura 8 - Ana se compara à colega branca.



Fonte: *Ana*, 2017, 00:03:21.

No enunciado visual destacado a seguir, é possível analisar como os enunciados racistas podem impactar na autoestima de sujeitos(as) negros(as), a exemplo da personagem Ana, que entra em conflito consigo mesma ao ter que lidar com a sua imagem/identidade no processo de autorrepresentação no exercício do autorretrato. Isso demonstra o desejo de conformar sua imagem àquela socialmente valorizada, com o objetivo de alcançar a mesma condição de respeito atribuída ao sujeito fenotipicamente branco.

No enunciado visual que compõe a cena destacada acima, o foco da câmera está em Ana, que observa a colega branca, de cabelos lisos e louros e olhos azuis, após a professora solicitar a realização da atividade do autorretrato. Nesta cena, o curta-metragem apresenta a contraposição de dois sujeitos que ocupam posições sociais

distintas no que se refere às identidades étnico-raciais. A observação de Ana para com a colega-branca não é proposital, e possui um objetivo específico.

Ana realiza, após ter suas características fenotípicas – em específico, o cabelo – alvo de enunciados de cunho racista, o exercício de produzir um autorretrato no qual nega sua própria imagem/identidade. Ao se desenhar, a garota adota como referência o ideário construído de sujeito universal¹⁰, associado a fenótipos tipicamente vinculados à branquitude¹¹, representados no curta-metragem pela imagem da colega branca, espelhando-se, assim, nesse modelo normativo de representação.



Figura 9 - Ana desenhando seu suposto “autorretrato” com qual gostaria de se identificar e ser identificada de acordo com os padrões fenotípicos raciais sociais.
Fonte: Ana, 2017, 00:00:00.



Figura 10 - O autorretrato feito por Ana.
Fonte: Ana, 2017, 00:00:00.

O autorretrato (enunciado imagético) produzido por Ana, personagem negra que se desenha como “branca, loira, de cabelo liso e de olhos azuis”, evidencia a inscrição de uma formação ideológica que reproduz um padrão de beleza hegemônico, social, arbitrário e historicamente convencional, de origem europeia. Esse padrão, imposto como diferenciador de povos “civilizados” e “primitivos”, foi consolidado pelos processos históricos de colonização e escravização europeia de povos africanos, americanos e asiáticos.

A formação ideológica que molda Ana resulta de condições sócio-históricas, políticas e ideológicas que sustentam um sistema desigual, estruturado na desqualificação da condição humana com base numa suposta inferioridade étnico-racial, promovendo violências racistas contemporâneas, especialmente no ambiente escolar,

¹⁰ “O homem colonizador cis, ocidental, branco, cristão e heterossexual se entendeu como universal, transformou suas singularidades em padrões universais e subjugou as demais identidades.” (Nascimento, 2021, p. 45).

¹¹ A branquitude é definida como “uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade” (Schucman, 2015, p.56 *apud* Almeida, 2019, p. 48).

onde se observa a sustentação da colonialidade¹². A colonialidade determina as relações hierárquicas de poder a partir de um ideário de sujeito prescrito e imposto de forma forçosa como padrão a ser aceitável, refletindo os valores de um determinado grupo racial dominante, isto é, a população branca, de ancestralidade europeia, sobre como se deve ser, o que se deve saber e qual poder se pode exercer de acordo com a sua identidade étnico-racial¹³.

Tal formação ideológica (moderna/colonial/racista), ainda presente na sociedade brasileira contemporânea, fere os princípios do Estado democrático de direito e deslegitima o artigo quinto (5º) da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece, em caráter legislativo, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988)¹⁴.

Nesse sentido, a representação audiovisual inscrita no curta *Ana* (2017) demonstra como a escola, enquanto instituição atravessada por formações ideológicas coloniais e racistas, pode operar em contradição aos princípios constitucionais de igualdade, ao reproduzir práticas e discursos que afetam diretamente a constituição subjetiva de alunas negras. Ao interpelar Ana conforme a lógica do sujeito eurocêntrico/universal, o espaço escolar contribui para a negação de sua identidade étnico-racial e para a internalização da identidade racial dominante (branquitude).

Com efeito, o enunciado produzido por Ana poderia ter sido interpretado de outra maneira pela professora branca que, ao receber a atividade, advertiu a aluna de forma não pedagógica, afirmando que o autorretrato não correspondia à identidade étnico-racial negra da aluna e que deveria refazê-lo de modo “correto”, sob pena de não ser exposto no mural da sala. Em uma perspectiva de macroanálise, a professora poderia ter adotado uma postura pedagógica antirracista, compreendendo que o enunciado produzido por uma garota negra está inscrito em um discurso atravessado por ideologias e formações discursivas de origem racista/colonial, refletindo o racismo e o ódio que Ana vivencia, especialmente no ambiente escolar.

¹² “A colonialidade é o resultado de uma imposição do poder e da dominação colonial que consegue atingir as estruturas subjetivas de um povo, penetrando na sua concepção de sujeito e se estendendo para a sociedade de tal maneira que, mesmo após o término do domínio colonial, as suas amarras persistem” (Gomes, 2020, p. 227).

¹³ “A gramática colonial opera de forma sofisticada na produção de não existências, na hierarquização de saberes e nas classificações sociais. O racismo é a força motriz do colonialismo” (Rufino, 2019, p. 30).

¹⁴ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > . Acesso em: 05 ago. 2025.

O enunciado em análise pode ser interpretado como: (i) não uma negação de si, mas uma comunicação de que a sociedade não aceita sua identidade, razão pela qual, seja em virtude da discriminação racial ou do *bullying*, Ana opta por se autorretratar com uma identidade socialmente aceitável, a fim de evitar violências; (ii) uma forma de informar à professora sobre seus marcadores social e as consequências de ser menina e negra, intersecção que afeta autoestima, saúde psicoemocional e compreensão de si como sujeito, pois, conforme Woodson (2018, p. 14), “prejudicar o aluno ensinando que seu rosto negro é uma maldição e que não há esperança na luta para mudar sua condição é o pior tipo de linchamento”; (iii) um pedido de ajuda, já que Ana sabe que seu autorretrato não condiz com sua aparência fenotípica, mas escolhe se representar como branca, revelando a inscrição em uma formação ideológica racista/colonial e seu reflexo em uma formação discursiva de ódio contra afrodescendentes.

Essas análises reforçam a necessidade de uma formação em educação antirracista e interseccional para professores, para que, diante de situações como as de Ana e com base nos estudos decoloniais, possam atentar-se às manifestações enunciativas de estudantes negros(as) que, mesmo sem declarar explicitamente que sofrem racismo, podem ser identificadas e trabalhadas pedagogicamente, promovendo conscientização e respeito mútuo entre sujeitos de diferentes identidades étnico-raciais.

A personagem Jeannette, inscrita em formações ideológicas de resistência, afirmação feminina e empoderamento étnico-racial negro, ao observar as situações vividas por Ana, intervém pedagogicamente e de forma antirracista para acionar formações ideológicas e discursivas que empoderam a menina quanto à identidade de seu grupo racial, promovendo reflexão sobre si, sua condição de cidadã e de ser humano digno de valorização e reconhecimento.

Desse modo, Jeannette ensina Ana a aprender a olhar para si com amor, porque “tal solidariedade não precisa estar embasada na experiência compartilhada. Pode estar enraizada no entendimento ético e político do racismo e da rejeição à dominação de alguém” (hooks, 2019, p.44).

No enunciado visual destacado a seguir, é apresentada a cena em que Jeannette, com uma feição que pode ser interpretada como expressão de afeto, encontra-se na biblioteca, sentada ao lado de Ana. Mesmo não ocupando formalmente a posição de professora, Jeanette intervém de modo pedagógico ao desamarrar, com as próprias mãos e o auxílio de uma flor, o cabelo da menina — anteriormente alvo de discriminação

racista — para fazer um penteado que, por meio do contato e dos diálogos estabelecidos, acaba fortalecendo a conscientização da beleza e do empoderamento étnico-racial negro de Ana. Para reforçar esse gesto, Jeannette também solta seus cabelos, possibilitando que Ana reconheça, nela, o orgulho da identidade que compartilham enquanto mulheres negras.

Figura 11 - Jeannette conscientiza Ana sobre a importância da afirmação étnico-racial feminina.



Fonte: Ana, 2017, 00:11:16.

Neste mesmo tempo e espaço, Jeannette encontra, nas condições de produção sócio-históricas de resistência, possibilidades de materializar formações ideológicas de empoderamento feminino e de afirmação da identidade étnico-racial negra. Através de formações discursivas verbalizadas e imagéticas, produzem-se efeitos de sentidos de valorização, dignidade e respeito, capazes de despertar na aluna a autoestima, o autocuidado e, sobretudo, a afirmação de si enquanto menina negra.

Partindo de sua representatividade enquanto mulher negra, Jeannette conduziu, através de uma prática antirracista, outras representações sociais positivas com as quais Ana, até então, não tinha tido contato no ambiente escolar. A representatividade tornou-se um recurso/artifício para que Jeannette estabelecesse, primeiramente, um vínculo de igualdade de raça e gênero e, a partir desse momento, pudesse estabelecer formações ideológicas que resultassem em formações discursivas de afirmação feminina e de empoderamento étnico-racial negro na escola:

Devemos, também, considerar, independentemente do nível de consciência racial que o indivíduo negro apresenta, a reafirmação de sua estética ancestral africana, que é invariavelmente um incentivo ou uma fonte de inspiração poderosa capaz de fazer o chamado simbólico para todas as pessoas negras para a beleza real que as características estéticas da negritude tem, dispondo inconscientemente da mesma prática usada pelos meios de comunicação de massa para inserir no

senso comum dos espectadores que apenas a aparência branca é admirável, aceitável e desejável (Berth, 2019, p. 81).

O enunciado visual da figura 5 do curta-metragem apresenta, como resultado da intervenção de Jeannette, uma formação discursiva constituída por um novo autorretrato feito pela personagem/aluna Ana, que demonstra uma mudança referente à representação da sua imagem e de sua identidade. Essa transformação ratifica que, a partir do contato com novas formações ideológicas, o sujeito pode operar e produzir novas formações discursivas alinhadas ou em tensão com as já existentes, gerando enunciados que sustentam uma e/ou mais formações discursivas.

Neste sentido, a interseccionalidade demonstrou-se como um fator importante de análise do curta-metragem, visto que ambas as personagens ocupam espaços identitários socialmente subalternizados, o do gênero e o da raça, e, através dessa perspectiva, contribuiu para processos de identificação entre ambas as personagens.

Figura 12 - Jeannette conscientiza Ana sobre a importância da afirmação étnico-racial feminina.



Fonte: Ana, 2017, 00:12:53.

O impacto da personagem Jeannette na vida da personagem Ana proporcionou um posicionamento político que passou a produzir novos enunciados inscritos em outra formação ideológica e, portanto, em formações discursivas de empoderamento e afirmação feminina e étnico-racial negra. Como aborda Pêcheux (1995, p. 213), “toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas”.

De uma forma breve, pode-se compreender que, na relação entre as personagens (os sujeitos Ana e Jeannette), ocorre o atravessamento de formações ideológicas e discursivas de uma sobre a outra, isto é, um processo de identificação e afetação. Esse movimento se dá por meio da representatividade discursiva desempenhada por Jeannette, ao apresentar a Ana formações ideológicas que a empoderaram em relação

à sua posicionalidade social e identidade enquanto aluna, menina e negra, no espaço escolar.

Considerações para (não) finalizar

A análise discursiva evidenciou que as formações discursivas e ideológicas são centrais para compreender como os discursos produzem sentidos capazes de promover o empoderamento feminino e a afirmação da identidade étnico-racial negra no contexto escolar, a partir de uma educação decolonial e antirracista. A análise do curta-metragem *Ana* (2017) mostrou que os enunciados verbo-visuais permitem ao professor identificar e problematizar camadas ideológicas que atravessam os sujeitos, contribuindo para a desconstrução de discursos racistas. Nesse sentido, a educação antirracista se configura como uma prática coletiva e contínua, voltada à formação de sujeitos críticos, reflexivos e comprometidos com a libertação e o empoderamento, articulando diálogo, afeto e escuta, conforme bell hooks afirma: “escolhemos amar, escolhemos nos mover contra o medo, contra a alienação e a separação. A escolha por amar é uma escolha por conectar, por nos encontrarmos no outro” (hooks, 2021, p. 84).

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2020.
- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Editora Pólen Livros, 2019.
- ANA. Direção: Vitoria Felipe dos Santos. Wolo tv: Oficinas Querô, 2017. (16:38 mim).
- BERNARDINO-COSTA, J. et al. (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.
- BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988.
- BRASIL. *Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003*. Inclui a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Poder Executivo Brasília, 2003.
- BRASIL. *Lei nº. 11.645/08, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece o estudo da História e da Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2008.
- BRASILEIRO, C. *Quando o sol aqui não mais brilhar*: a falência da negritude. São Paulo: N-1 edições; Editora Hedra, 2022, 100p.
- FRANZ, Fanon. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

- GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.
- GOMES, N. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 223-246.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 12. ed. Tradução por extensão de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.
- hooks, b. *Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- hooks, b. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.
- hooks, b. *Tudo sobre o Amor*. novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.
- MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J. et al. (Orgs.) *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.
- MOREIRA, A. *Racismo Recreativo*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019, 223p.
- NASCIMENTO, L. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- OLIVEIRA, L; CANDAU, V. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educ. Rev.* Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 15-40, abr. 2010. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010246982010000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 01 ago. 2025.
- ORLANDI, E. *Análise de Discurso*: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, Editora Unicamp, 1995.
- PÊCHEUX, M. *Análise automática do discurso (AAD-69)*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp
- RIBEIRO, D. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Cia das Letras, 2018, 135p.
- RUFINO, L. *Pedagogia das Encruzilhadas*. Mórula Editorial, 2019.
- SANTOS, Janaina de Jesus. Produções discursivas do horror: materialidade fílmica e memória na trilogia de Zé do Caixão. 2014. 220 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014. Acesso em: 10 out. 2025.
- SANTOS, S. *Uma história de Dilma Rousseff em imagens na mídia*. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- SOUZA, N. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal, 2021 [1983].
- VOTRE, S. *Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2019. 160p.

Discurso pictórico e resistência feminina em *Mátria Livre* de Marcela Cantuária

Pictorial discourse and female resistance in Marcela Cantuária's Mátria Livre

Clara Morghana Pereira Silva¹

Francisco Vieira da Silva²

Resumo: O trabalho busca analisar enunciados materializados em pinturas que figuram no conjunto *Mátria Livre* da artista plástica Marcela Cantuária, que constituem um lugar de resistência aos discursos autoritários e convocam visibilidade para o sujeito mulher na disputa pela memória cultural da ditadura civil-militar. Para isso, recorre-se à perspectiva arquegenealógica, conforme a obra de Michel Foucault. O *corpus* compreende duas pinturas do conjunto *Mátria Livre*, de Marcela Cantuária. As análises permitem assinalar que o discurso pictórico convoca outros olhares sobre a figura feminina na luta contra o autoritarismo do regime militar, de modo a dar visibilidade a trajetórias de vida apagadas da história oficial.

Palavras-chave: Discurso; Pintura; Ditadura civil-militar; *Mátria Livre*; Marcela Cantuária.

Abstract: This work seeks to analyze statements materialized in paintings that are part of the "*Mátria Livre*" series by the visual artist Marcela Cantuária. These works constitute a place of resistance to authoritarian discourses and bring visibility to the female subject in the dispute over the cultural memory of the civil-military dictatorship. To achieve this, the analysis draws on an archegenealogical perspective, based on the work of Michel Foucault. The corpus comprises two paintings from Cantuária's "*Mátria Livre*" series. The analyses indicate that the pictorial discourse invites alternative perspectives on the female figure in the struggle against the authoritarianism of the military regime, thereby giving visibility to life trajectories that have been erased from official history.

Keywords: Discourse; Painting; Civil-military dictatorship; *Mátria Livre*; Marcela Cantuária.

Introdução

Nos últimos anos no Brasil, a irrupção da direita política, com contornos mais extremos e antidemocráticos, trouxe consigo o fenômeno do negacionismo em relação a períodos fundamentais da história do país, como a ditadura civil-militar (1964-1985). Como corolário, considerando a tônica do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), vivenciamos o recrudescimento de diversas formas de violência, dentre as quais podemos mencionar a questão de gênero e do reforço de estruturas que buscam manter as mulheres em posição de submissão ao poder masculino.

¹ Mestra em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Docente da rede municipal de Educação de Encanto/RN. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8441471887892825>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-3816-5046>. E-mail: morghanapereira4@gmail.com.

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8730615940772209>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4922-8826>. E-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br.

A partir desse período, mais especificamente após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT), a artista carioca Marcela Cantuária³ começa a desenvolver o estudo para a formulação do conjunto de pinturas, que viria a ser conhecido como *Mátria Livre*. No seu *site* oficial, Cantuária afirma que *Mátria Livre* elabora narrativas visuais que retomam figuras femininas de luta contra o colonialismo, o patriarcado e o capital. O objetivo que subjaz a tamanha empreitada diz respeito a uma vontade de afirmar a “[...] identidade de mulheres latino-americanas invisibilizadas pelas narrativas hegemônicas, quanto como uma contribuição para a fabulação de outras possíveis” (Cantuária, s.d, online).

Em *Mátria Livre*, a artista, munida de um “vocabulário” próprio, oferece visibilidade, de maneira lúdica e artística, aos sujeitos femininos e as práticas de si que elaboraram contra as violências simbólicas e físicas que atingiram seus corpos e foram perpetradas pelo regime militar, como Ranusia Alves Rodrigues, Elizabeth Teixeira, Margarida Alves, Dinalva Oliveira Teixeira, Ana Maria Nocinovic, Helenira Resende de Souza Nazareth, Jane Vanini Capozzi, dentre outras. Essas mulheres são as detentoras de corpos que negaram a condição de “dóceis” e forjaram maneiras próprias e criativas de se conduzirem, constituindo uma vivência autêntica e, a partir do trabalho de Cantuária, inauguram insurreições feministas no campo do visível (Tvardovskas, 2017).

Nesse ínterim, a artista constitui ainda uma forma de resistência contra o discurso antidemocrático na história do presente (Bauer, 2024), que mobiliza enunciados sobre a intervenção militar, o machismo, o neoliberalismo, os apelos antidemocráticos, autoritários e ofensivos contra as mulheres. Como lembram Fernandes Júnior e Borges (2023), trata-se de um protogolpe que, na história do Brasil, está sempre em gestação, na iminência de ser efetivado, reforçado pelas ações antidemocráticas que predominaram na cena nacional entre 2019 e 2022, com a conclamação de um autogolpe, culminando no ataque do dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília.

Partindo disso, este trabalho busca analisar enunciados materializados em pinturas que figuram no conjunto *Mátria Livre* da artista Marcela Cantuária, que

³ Marcela Cantuária (1991-) é uma artista plástica cuja obra baseia-se na construção de narrativas visuais que recuperam histórias de resistência, especialmente aquelas lideradas por mulheres no Sul Global. Formada em Pintura pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBA/UFRJ), desenvolve uma pesquisa que articula política, espiritualidade e ativismo. Apesar da pintura ser predominante no âmbito da sua produção artística, outros meios também são contemplados pela obra de Cantuária, como murais, instalações têxteis e peças cerâmicas. Informações disponíveis em: <https://www.marcelacantuarria.com.br/sobre>. Acesso em: 07 maio 2025.

constituem um lugar de resistência aos discursos autoritários e convocam visibilidade para o sujeito mulher na disputa pela memória cultural da ditadura civil-militar.

O estudo justifica-se pela sua relevância social e política, sobretudo em um momento histórico em que a memória discursiva sobre a ditadura civil-militar se encontra em disputa entre a extrema direita e a esquerda progressista. O regime militar no Brasil foi marcado pela repressão política e pela aniquilação de sujeitos que se opunham ao regime, pela interrupção de um projeto coletivo construído arduamente nas lutas cotidianas dos brasileiros (Sousa; Fontineles, 2025), especialmente em relação aos grupos historicamente subalternizados, como as mulheres.

Nesse cenário, o papel feminino muitas vezes foi invisibilizado ou dado como sem importância, mesmo quando as mulheres desempenharam papéis fundamentais na resistência e na articulação de movimentos sociais. Assim, a compreensão de como esses sujeitos (re)apareceram nos enunciados pictóricos analisados, não apenas põe luz às suas trajetórias apagadas da ordem do discurso vigente, mas também fazem aparecer os mecanismos que moldam a construção de gênero e de saber/poder na sociedade.

Esse estudo se justifica também pela natureza inovadora que apresenta, ao tratar sobre temas pouco explorados na academia, a saber, o discurso pictórico e, principalmente, o trabalho potente e simbólico de Marcela Cantuária. Ao empreendermos uma revisão bibliográfica com o objetivo de buscar trabalhos acadêmicos que versavam sobre os referidos objetos, atestamos que, embora haja uma tendência nas produções acadêmicas voltada a reflexão sobre textos verbo-visuais ou imagéticos, principalmente no contexto digital, existe uma carência de análises que oferecem visibilidade ao discurso pictórico.

A situação se torna ainda mais crítica quando observamos a escassez de estudos nos quais o ofício de Cantuária foi alvo de profundas confabulações⁴. Além disso, constatou-se também a ausência de pesquisas nas quais o pensamento foucaultiano direciona a dissecação do enunciado pictórico, notadamente sobre a obra de Cantuária, tendo como pano de fundo o papel de mulheres guerrilheiras no contexto da ditadura civil-militar. Nesse sentido, apresentamos essas possibilidades para que outras (des)continuidades sejam propostas por pesquisadores interessados nas pinceladas, formas e cores que compõem o discurso artístico.

⁴ No entanto, é fundamental mencionar o trabalho de Schiffner (2024), que analisa a obra *Os mortos não estão mortos* de Marcela Cantuária, e o estudo de Martinez e Martins (2023) sobre o feminismo decolonial na arte de Rosana Paulino e Marcela Cantuária.

O percurso metodológico que seguiremos para analisar os enunciados fundamenta-se no aporte teórico desenvolvido por Michel Foucault, que associa a dimensão arqueológica e genealógica. Entendemos essa lógica como uma abordagem analítica voltada para a investigação das condições históricas e de poder que possibilitam a emergência dos discursos e dos sujeitos em diferentes épocas. Este método não busca reconstruir a história linear de um saber, mas, sim, identificar as descontinuidades, rupturas e regularidades que o atravessa.

Em relação à organização deste trabalho, vale ponderar que se encontra dividido em três seções, além destas considerações iniciais. No tópico a seguir, discutimos, de modo breve, acerca dos conceitos que embasam as análises e, posteriormente, apresentamos o estudo de duas pinturas da série *Mátria Livre*. Em seguida, faremos algumas considerações com efeitos conclusivos.

Breves pinceladas sobre a arqueogenealogia e o discurso pictórico

Quando focalizamos os enunciados sob as lentes do saber/poder, associamo-nos ao pensamento do filósofo moderno ávido por verdades que legitimam condutas e relações de poder, Michel Foucault. Em *A arqueologia do saber*, por exemplo, podemos nos defrontar com um arcabouço teórico indispensável para a compreensão das dinâmicas de poder e saber em contextos sociais e históricos específicos, inclusive nas obras analisadas nesse escrito. A arqueologia foucaultiana é uma forma de analisar os discursos, investigando as condições históricas que tornam possível o surgimento de determinados saberes em épocas específicas. Não se trata de buscar a verdade por trás dos discursos, mas de examinar as regras que regem a sua produção, seleção, organização e exclusão.

O enunciado é a unidade mínima de investigação na arqueologia foucaultiana. Essa instância é regulada por regras específicas relacionadas com práticas discursivas, portanto, serve a uma ordem do discurso. Borges e Cazumbá (2020), ao mobilizarem os dizeres de Foucault, afirmam que o enunciado pode ser definido como uma formulação que mantém relações com enunciados precedentes ou sucessores e, por causa desse funcionamento, os atualiza. Dessa forma, um domínio da memória se impõe como condição existencial e de atualização de um enunciado. Constata-se, então, um caráter

singular referente ao enunciado, pois ao mesmo tempo em que se abre para a repetição, ele também condiciona outros dizeres.

Essa complexidade do enunciado é regulada pela Formação Discursiva e preconizada pelo arquivo. Enquanto o primeiro conceito diz respeito às regularidades que podem se flagradas em um regime de dispersão, o segundo conceito em específico define as regras que permitem certas formulações – e outras não – em condições temporais e sociais específicas, ao mesmo tempo que determina a conservação do enunciado para futuras retomadas, mas também para atualizações, pois eles não são inertes (Foucault, 2010). Nesse ponto, não podemos ser indiferentes a categoria arquivo, pois engloba todos os sistemas de enunciados (acontecimentos e coisas).

Segundo Foucault (2008, p. 148), o arquivo aparece a partir das dispersões e das regularidades condicionadas pelos jogos de saber/poder numa cultura ou sociedade. O arquivo é a lei do que pode ser dito – ou visto – nessa sociedade. Foucault (2008, p. 148), então, continua em sua incursão através da delimitação do arquivo:

A análise do arquivo comporta, pois, uma região privilegiada: ao mesmo tempo próxima de nós, mas diferente de nossa atualidade, trata-se da orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade; é aquilo que, fora de nós, nos delimita [...]. Ele estabelece que somos diferença, que nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras. Que a diferença, longe de ser origem esquecida e recoberta, é a dispersão que somos e que fazemos (Foucault, 2008, p. 148).

Nesse sentido, constatamos que o arquivo é um mecanismo de produção de memória e história, que funciona através de relações de saber/poder. O arquivo produz/impõe a verdade: as vezes iluminada num tempo, as vezes carcomida noutros. É a orla do tempo, que captura o presente, munindo-o com discursos e “máscaras”. Assim, determinadas culturas nascem num imaginário social. Assim nasce a história: por meio de uma memória.

Ao estabelecer os critérios de visibilidade e legitimidade dos enunciados, o arquivo não apenas articula o passado, mas também orienta o presente e projeta o futuro do saber. Nesse sentido, *A Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault, põe os pesquisadores e analistas do discurso diante da necessidade de refletir criticamente sobre os regimes de memória e esquecimento que moldam o campo discursivo, reconhecendo que toda

história do saber é, também, uma história das exclusões, das discontinuidades e das disputas por legitimidade.

A partir do arquivo, vimos deslindar as relações de poder e as estratégias de controle. Assim, se o poder é produtivo e, principalmente, capilar, presente em todas as relações, não é possível que a verdade seja neutra, impassível ao poder. Foucault (1989, p. 10) acredita que a verdade é produzida graças a múltiplos procedimentos coercitivos. E continua:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 1989, p. 10).

Saber é poder e parece que para Foucault poder dizê-lo também o é. Quando se disserta sobre o arquivo foucaultiano, entende-se que nem todos os dizeres (enunciados) adentram num determinado regime de verdade: alguns morrem, sobrevivem, renascem. Nem tudo pode ser dito; se forem ditos, não de qualquer forma; de uma determinada forma nem todos podem dizer. O poder impõe regularidades, identidades, verdades e condutas. De certa forma, disputa-se o poder; disputa-se a possibilidade de constituir a própria existência. Ante essa conclusão, Foucault (1989, p. 9) enuncia que:

O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir e à menor manifestação fá-lo-ão desaparecer — sejam atos ou palavras (Foucault, 1989, p. 9).

Sendo assim, os discursos estão imersos em estratégias de poder que legitimam certos saberes enquanto silenciam outros. O saber, nesse sentido, não apenas propõe descrições das coisas, mas as moldam. Ao produzir verdades, o poder estabelece normas, delimita o que é aceitável e exclui o que é considerado desviante ou perigoso. Assim, o saber funciona como uma ferramenta do poder, mas também é um campo de disputa, onde diferentes formas de poder se enfrentam para definir a “verdade”. Esclarecendo que, para Foucault (1989, p. 11), não se trata de “um combate em favor da

verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha”. A disputa é pelo “regime de verdade”.

Entendemos, então, que a história é uma disputa de narrativas; uma disputa pelo discurso e tudo o que ele vem a conjurar em sua teia; pela vontade da verdade. Nesse sentido, chama-se de Genealogia, um método de análise empreendido por Foucault e inspirado em Friedrich Nietzsche, que desloca o foco para a dimensão histórica e contingente dos acontecimentos. Em obras como *Vigiar e Punir* e *História da Sexualidade*, Foucault aplica a genealogia para explorar como práticas, instituições e discursos emergem e se consolidam em contextos de poder. A genealogia rejeita a ideia de uma origem única e essencial dos fenômenos, preferindo investigar os processos históricos que constroem e legitimam certas verdades, práticas e normas.

Pensando essas questões no âmbito da pintura, compreendemos que os saberes das técnicas, teorias, processos e movimentos artísticos estabelecidos historicamente pelas condições do poder em cada época ganham corpo, através do arquivo da arte, nos objetos artísticos formulados pelo gesto do pintor. Além disso, para que os efeitos enunciativos sejam formulados, é necessário que o analista do discurso e o próprio artista recorram a imagens previamente estabelecidas numa memória cultural, afinal, uma das grandes questões postas pelas análises arqueológicas é, segundo Foucault (2008, p. 30): “[...] como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”. Dessa maneira, mobilizamos o conceito de intericonicidade, alçado por Jean-Jacques Courtine (2011).

A pintura demanda um dicionário - uma sintaxe - mas é uma organização diferente: é icônica. Dessa forma, para a leitura dessa configuração, é necessário se buscar uma noção que abarque as particularidades do referido objeto. Esse gesto de leitura nos vem com a alcunha de intericonicidade, que, segundo Courtine (2011, p. 160) apresenta a seguinte definição:

A intericonicidade supõe, portanto, dar um tratamento discursivo às imagens, supõe considerar as relações entre imagens que produzem os sentidos: imagens exteriores ao sujeito, como quando uma imagem pode ser inscrita em uma série de imagens, uma arqueologia, de modo semelhante ao enunciado em uma rede de formulação, em Foucault; mas também imagens internas, que supõem a consideração de todo conjunto da memória da imagem no indivíduo e talvez também os sonhos, as imagens vistas, esquecidas, ressurgidas ou fantasiadas que frequentam o imaginário (Courtine, 2011, p. 160).

Milanez (2013, p. 351) acredita que para constituir um gesto de leitura de uma pintura, recorreremos a imagens dentro de nós que são produzidas, compartilhadas, modificadas, reproduzidas e apagadas pelo seio sociocultural-histórico. Essas imagens não são particulares, mas integram uma coletividade da qual fazemos parte:

[...] a memória é uma noção que intervém tanto em nosso próprio pensamento quanto no dos outros. Essa forma de relação é um tipo de imposição. Assim, o fato de as imagens se ligarem umas às outras se dá na medida em que elas fazem parte de um conjunto de pensamentos, portanto, de saberes, comuns a um grupo com o qual estamos em relação em um momento dado de nossa história. [...] um quadro de memória coletiva, então, nos imprime sua força e nos liga uns aos outros pelas memórias mais íntimas (Milanez, 2013, p. 351).

Milanez (2013, p. 351) pontua que “[...] uma imagem sempre subsistirá a outra imagem”. Assim, analisar as formas plásticas é reconstituir o discurso lá onde ele estava destituído de palavras”, ou, como explicam Mazzola e Gregolin (2013, p. 172), trata-se de “compreender a fala sem palavras dos traços, das cores, das superfícies, dos matizes” através das visualidades estabelecidas num arquivo constituído histórica e coletivamente, seja ele estético ou não.

Portanto, entendemos que os elementos plásticos (o espaço, a distância, a profundidade, a cor, a luz, as proporções, os volumes, os contornos), se transformados, ao longo do tempo, em técnicas e teorias em uma prática discursiva, podem ser objetos de análise arqueológica. Por meio dessa investigação, é possível aparecer uma determinada regularidade de um saber em domínios diferentes daqueles das figuras científicas e epistemológicas. Verdades historicamente construídas e as relações de poder que as determinam também podem encontrar nas visibilidades enunciativas a materialidade que precisam para estabelecer-se em uma época. Aliás, a arte pode constituir seu próprio regime de verdade.

Nesse sentido, o método arqueogenealógico é operacionalizado, nos limites deste estudo, a partir da descrição das pinturas de Marcela Cantuária, da articulação com os conceitos fundamentais, como de intericonicidade, cotejando com as condições históricas do regime militar brasileiro.

Análise de pinturas da série Mátria Livre: discurso pictórico e resistência feminina

Neste tópico, analisamos duas pinturas da série *Mátria Livre*, de autoria de Marcela Cantuária. As duas obras retratam mulheres perseguidas durante a vigência do regime militar no Brasil e evidenciam, pois, como as mulheres atuaram na luta contra o autoritarismo do regime, rompendo com o lugar de silenciamento a que estavam submetidas⁵.

O título *Mátria Livre* dado ao conjunto de pinturas condiciona, por si mesmo, uma ruptura semântica e política com a noção vigente de pátria (historicamente associada ao pater, a um imaginário patriarcal), propondo uma apropriação do ideal de território, em que se privilegia um ponto de vista feminizado, plural e insurgente. A série é apresentada como um ciclo que enfatiza o papel das mulheres nas lutas sociais latino-americanas, destacando outras maneiras de pertencimento nacional e de exercício patriótico. Além disso, “*Mátria Livre*” circula também em registros militantes, pois o termo foi utilizado por coletivos como as Brigadas Populares, o que reforça o caráter contra-hegemônico e politicamente situado das escolhas estéticas e ideológicas de Cantuária.

Ranusia Alves Rodrigues: bandeiras vermelhas erguem-se no horizonte

Figura 1: Marcela Cantuária. *Ranusia Alves Rodrigues*. Óleo sem tela. 160 x 120 cm. 2020.



Disponível em: <https://www.marcelacantuaria.com.br/matria-livre?pgid=k9havpsd-0a365bca-3383-4dda-a020-8967d4fdcf7f>. Acesso em: 20 mar. 2025.

⁵ Para este texto, selecionamos duas pinturas de um conjunto de oito que foram analisadas em estudo mais amplo. Vale destacar que, em todas as pinturas, há a referência a mulheres que lutaram contra a ditadura civil-militar brasileira.

Partimos, inicialmente, para uma descrição do enunciado pictórico em questão. No primeiro plano, é possível distinguir um rosto feminino, em que os olhos, a boca, o nariz, o ouvido esquerdo e o cabelo estão dispostos. Destacam-se também no enunciado, misturas cromáticas que distorcem as feições da mulher representada: azul, verde, laranja, rosa, branco, preto, cinza. As cores se destacam na visualidade descrita.

Figurativamente, percebemos a presença de uma outra mulher, que segura firme um bebê, aparentemente recém-nascido. A parte inferior do corpo dessa figura feminina está submersa em uma representação da água. Ao invés da coloração normal de um ser humano, essa forma apresenta tonalidades que vão desde um intenso vermelho ao preto, que colorem seus cabelos e vestimentas. O bebê encontra-se pigmentado com a cor azul com pinceladas brancas. Acima do nariz e dos olhos do rosto, visualizamos bandeiras vermelhas hasteadas com o auxílio de mastros marrons.

Mediante essa descrição geral dos elementos presentes na materialidade, podemos entrever o atravessamento da intericonicidade, ou seja, retomamos outras imagens que integram memória cultural. Isso significa dizer que, dentro de um arquivo possível, uma imagem pode manter relações direta ou indiretamente com outras, produzidas ou não no campo discursivo da arte. Nesse sentido, o enunciado analisado parece remeter, primordialmente, a uma fotografia de Ranusia Alves Rodrigues, (re)enunciada através do aparato estético disponibilizado pelo “dicionário artístico” do sujeito artista. Abaixo, é possível visualizar um fragmento da foto em questão:

Figura 2: parte de fotografia de Ranusia Alves Rodrigues.



Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/ranusia-alves-rodrigues/>. Acesso em 20 dez. 2025.

A fotografia foi tirada quando Ranusia, estudante do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), integrante do Partido Comunista (PCBR) e participante ativa do Diretório Acadêmico (DA) havia sido presa pela Ditadura Militar enquanto assistia ao Congresso Nacional da UNE em São Paulo. Essa não seria a última vez que experimentaria a dureza dos chamados “Anos de Chumbo”. Em 1973, Ranusia e mais três militantes do Partido Comunista foram presas e submetidas a sessões de torturas até a morte perpetradas por militares do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações da Defesa Interna (DOI-CODI). Seus corpos foram jogados em um carro vermelho, posteriormente alvejado e queimado pela ação de uma bomba. O incidente forjado ficou conhecido como “A chacina da Praça Sentinela”. Apesar de constar dos documentos oficiais, a filha de Ranusia passou anos sem informações sobre a sua mãe.

Primeiramente, é representativo que toda a narratividade proposta pela interação dos operadores visuais escolhidos estejam conjurados na região facial do sujeito pintado. Ligamos essa escolha compositiva a necessidade de tornar esse sujeito o protagonista do enunciado. No enunciado, todos os elementos comprimem-se nesse espaço que corresponde ao rosto; esse protagonismo dá o impulso para qualquer salto interpretativo e constitui os efeitos de verdade subsidiados pela composição.

A partir dessa compreensão, enquadramos esse enunciado, e os próximos que serão analisados, numa Formação Discursiva (FD) associada à pintura histórica, pois ela engloba, num arquivo estético, enunciados pictóricos que desempenham um papel fundamental na construção da memória coletiva e na definição da identidade nacional. Segundo Pereira (2012), desde os primeiros registros visuais feitos por artistas da Missão Artística Francesa no Brasil no início do século XIX, até as produções encomendadas pelo Estado, a pintura histórica foi utilizada como uma ferramenta para consolidar valores, registrar acontecimentos marcantes e exaltar heróis nacionais, majoritariamente homens, diga-se de passagem.

A referida FD condensa as técnicas e teorias acadêmicas sobre a arte, que eram ensinadas em prestigiadas academias, como a Academia Imperial de Belas Artes. O sujeito artista que produz o enunciado que está sob análise, primeiro subverte essas técnicas, quando utiliza cores marcantes, vibrantes e desarmônicas, em detrimento da sobriedade e da harmonia prezadas pelo academicismo. Além disso, uma figura feminina, como vimos, domina a composição. Operadores visuais que viabilizam uma

representação plástica sobre sua história são utilizados. Ela é a heroína. Como o sujeito artista opera para que tudo isso seja possível?

Vejamos a representação plástica das bandeiras vermelhas. O vermelho é a cor predominante do elemento. Costa (2019, p. 11-12) defende que, dentre outras simbologias, o vermelho, ao longo do tempo, ganhou conotações revolucionárias, políticas e sociais, como símbolo da luta por melhores condições de vida e de trabalho. Durante a Revolução Francesa, mais especificamente a partir do Massacre do Campo de Marte, a cor parece ganhar essa significação:

A partir desse momento, a população francesa começou a usar a bandeira vermelha como símbolo da revolta popular, pronta para se erguer diante de toda tirania. A história continua, essa bandeira prosseguiu sendo usada pelos franceses em diversas manifestações e protestos. [...] se tornou símbolo dos movimentos trabalhistas e, posteriormente, dos seus sindicatos e partidos. Vários partidos socialistas foram criados nesse período, levando o vermelho nas suas bandeiras, espalhando essa simbologia pela Europa [...]. [...] com a Revolução Russa, o vermelho alcançara um novo patamar no imaginário popular, tornando quase um imperativo ser a bandeira do regime soviético. É evidente, portanto, que a escolha dos partidos políticos, países e sindicatos que tinham seus ideais alinhados com os ideais comunistas, seria utilizar o vermelho nas suas bandeiras, sendo adornada com símbolos ou não [...]. No Brasil, essa cor foi adotada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pelo Movimento dos Sem-terra (MST), pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outros (Costa, 2019, p. 11-12).

Dessa forma, compreende-se que o vermelho em uma bandeira simboliza luta, batalhas e, conseqüentemente, sangue. Essa cor é representativa das lutas por melhores condições de existência pessoal e profissional, pois vimos que essa cor atravessa também questões políticas ligadas a partidos e governos alinhados com o ideário comunista ou socialista. O enunciado pictórico, como explicitado, faz referência a uma militante de um partido de orientação comunista, em um período de perseguição sanguinária a estudantes e defensores de ideologias a margem das concepções, diga-se de passagem, liberais e pró-mercado, do regime militar. Lembramos, pois, do apoio indiscriminado de organizações financiadas por empresários e setores burgueses ao golpe de 64 (Reis, 2004).

No enunciado, as bandeiras estão dispostas na altura dos olhos e da cabeça do sujeito. Infere-se, enquanto efeito de sentido, que o sujeito enxerga a ideologia comunista como uma alternativa de mudança e de subversão da política de morte perpetrada pelo Estado autoritário.

A figura da mulher agarrada a um recém-nascido sem feições definidas também apresenta uma coloração vermelha, embora seu cabelo e vestimentas sejam de outras cores. Acreditamos que essa figura alude ao próprio sujeito protagonista do enunciado pictórico, pois é de conhecimento público que a maternidade foi uma realidade em sua curta história de vida. No enunciado em questão, a coloração funde-se ao seu corpo, afinal, numa obra de arte, submetida a um trabalho criativo, a subjetividade e a originalidade convertem aquilo que é real a uma representação subjetiva e estranha. O vermelho é sua pele, marcada por lutas do próprio sujeito e de outros. O bebê esbranquiçado efetiva a longevidade dessa história. Ele é a página em branco que pode ser preenchida com outras vivências comuns ou não. Ele não tem rosto, é disforme, até enfim formar-se e transformar-se. É a história fadada a encerramentos, esquecimentos, mas renascimento.

O sujeito-mãe encontra-se com a parte inferior quase totalmente submersa na representação da água. Podemos associá-la ao líquido incolor através da predominância do azul e das linhas oscilantes brancas. Chevalier e Gheerbrant (2001, p. 15) explicitam que a água tem certa potência simbólica, pois pode estar associada com as seguintes significações culturais e religiosas:

As significações simbólicas da água podem reduzir-se a três temas dominantes: fonte de vida, meio de purificação, centro de regenerescência. [...] As águas, massa indiferenciada, representam [...] a quantidade dos possíveis, contêm todo o virtual, todo o informal, o germe dos germes, todas as promessas de desenvolvimento [...] é retornar as Origens [...] (Chevalier; Gheerbrant, 2001, p. 15).

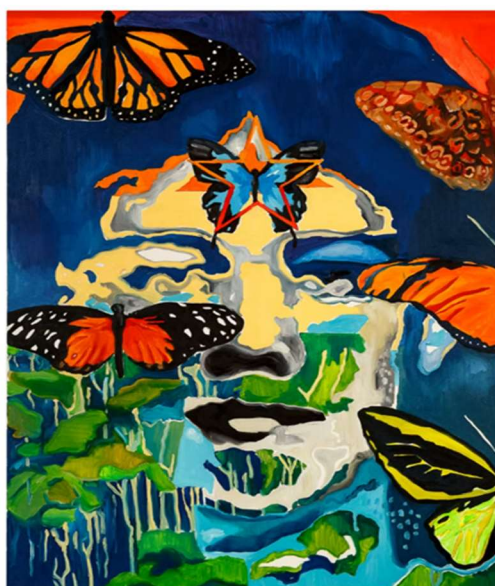
Dessa forma, esse elemento dentro do enunciado pictórico constitui um efeito de imortalidade desse sujeito, morto pelo Estado necropolítico (Mbembe, 2018) e invisibilizado pela história hegemônica, que também é construída através do discurso patriarcal. As águas trazem a possibilidade; trazem o germe que foi semeado nas gerações anteriores de guerrilheiros e combatentes de qualquer forma de governo que ameace a integridade física, sexual e política dos indivíduos. Não é à toa que as águas plásticas no enunciado analisado recobrem, aliás, banham a face do sujeito. Essas águas

são uma garantia que esse germe ainda está aí, latente. O sujeito morto e torturado (re)ergue-se, banhado pela “fonte da vida”.

A trajetória política e intelectual do sujeito mulher revela com força as práticas de si entendidas como exercícios ético-políticos por meio dos quais ele se constitui e resiste aos dispositivos de poder. É notório que, por meio do engajamento em espaços e reflexões de teores críticos, o sujeito mulher constitui um posicionamento ético caracterizado pela dissidência política, pela instrução crítica e pela reprodução de discursos socialistas. O sujeito também demonstrou desprendimento dos medos, das afetações e do próprio cuidado para consigo mesmo a fim de confrontar um poder que o queria morto.

Dinalva: a borboleta escondida nas matas do Araguaia

Figura 3: Marcela Cantuária. *Dinalva*. 160 x 120 cm. Óleo sobre tela. 2020.



Disponível em: <https://www.marcelacantuaria.com.br/matria-livre?pgid=k9havpsd-01a39d94-b83c-444f-a650-a68e3743552a>. Acesso em: 20 mar. 2025.

Partimos, inicialmente, para uma descrição geral dos elementos que compõem a materialidade em questão. A figura central é o rosto de uma mulher, descaracterizado pela presença dos elementos dispostos em sua fisionomia: borboletas, árvores e manchas com tonalidades de amarelo, azul, verde e cinza. Percebemos também, em alguns espaços da pintura, a presença de representações de borboletas de tamanhos,

formas e cores diferentes. Na parte correspondente a testa, notamos uma estrela na mesma altura de outra borboleta.

Logo que apreciamos a pintura, nossos olhares são direcionados para a figura central: o rosto de uma mulher, quase imperceptível. Identificamos, mediante o efeito da intericonicidade, relação entre a materialidade pictórica analisada e a fotografia de Dinalva Oliveira Teixeira, umas das guerrilheiras mais respeitadas e admiradas. Resgatamos abaixo, a referida foto:

Figura 4: Dinalva de Oliveira Pereira



Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/alem-de-eunice-paiva-5-mulheres-que-enfrentaram-a-ditadura/>. Acesso em: 20 dez. 2025

Para compreender a predominância das borboletas no enunciado “Dinalva”, recorremos a representações imagéticas e mitológicas elaboradas pelas comunidades ribeirinhas do rio Araguaia, que viviam uma relação próxima com os guerrilheiros. Teles (2014) afirma que o imaginário social da Amazônia mantém relações estreitas com o sobrenatural. A violência social e a forte repressão militar a que eram submetidas essas comunidades com a instalação dos guerrilheiros, criou a demanda por representações simbólicas que dessem sentido a essa realidade. Dessa maneira, personalidades marcantes como Dina passaram por um processo de mitificação.

Dinalva destacou-se pelo exímio manuseio de armas, consagrando-se como subcomandante do destacamento C da Guerrilha do Araguaia, única mulher a alcançar esse posto de liderança. Entretanto, Dina parecia ter uma habilidade “mística”: escapar facilmente de cercos militares. A guerrilheira, grande conhecedora da mata, foi associada, então, à borboleta pelos moradores das comunidades ribeirinhas, que simbolizava, em

algumas culturas, características como agilidade e rapidez. Esse animal também é associado à metamorfose e à transformação, o que nos leva a refletir também sobre a facilidade de escapar das emboscadas militares, pois, transformada em borboleta, não poderia ser reconhecida nos confins da floresta (Teles, 2014).

No enunciado, a presença das borboletas em consonância com as manchas que despersonalizam o rosto, gera o efeito de perda de visibilidade em meio a floresta representada pelas árvores. Percebemos que o rosto é translúcido em alguns pontos, tanto que podemos visualizar as árvores através dele, ressaltando mais intensamente o efeito de ocultamento e dissimulação prescritos por meio dos elementos já citados da composição.

Portanto, o sujeito representado no enunciado “Dinalva” se elabora a partir do enfrentamento ao poder estatal vigente. Teles (2014) afirma que era comum que discursos patriarcais e machistas fossem enunciados pelos próprios companheiros de guerrilha. Nesse contexto, a visão historicamente assentada defendia que era difícil converter mulheres em soldados, e por isso, a presença feminina na luta armada era encarada, muitas vezes, como um peso.

Entretanto, a “borboleta” se destacava no manuseio de armas e na habilidade de ocultar-se na mata amazônica. A guerrilheira também foi capaz de fugir de armadilhas construídas pelo exército, além de resistir bravamente aos violentos ataques dos agentes estatais. Dessa maneira, o sujeito constituiu práticas de si, influenciadas pelas verdades e ideais que defendia. Esse sujeito buscou, então, através de modos próprios de subjetivação, resistir aos efeitos coercitivos e normatizadores do poder, embrenhado até mesmo na luta armada, nos discursos sexistas reproduzidos pelos próprios companheiros de guerrilha.

Para Swain (2008), frente a possibilidade de existência de mulheres guerreiras, a ordem patriarcal, caracterizada pelo uso da força e da violência masculina em detrimento da passividade e fragilidade feminina, poderia ser questionada e desconstruída. Nesse sentido, o enunciado rememora a trajetória de luta desse sujeito contra uma forma de governo assentada no autoritarismo, no patriarcalismo e no capitalismo emergente na América latina.

Considerações Finais

As obras de Marcela Cantuária, particularmente o conjunto *Mátria Livre*, emergem como enunciados pictóricos que não apenas reconstroem visualmente a história de mulheres invisibilizadas, mas que também se configuram como práticas de resistência, pois entram em conflito com a formação de uma nova configuração da direita no Brasil, marcada pela tentativa de reabilitação dos discursos do autoritarismo militar.

Ao retomar figuras femininas revolucionárias e guerrilheiras por meio da linguagem plástica, que margeia entre o simbólico e o político, as pinturas de Cantuária produzem contranarrativas visuais que lutam pelo campo da memória. Elas não apenas ilustram um passado de resistência, mas elaboram um novo lugar para essas mulheres na história do presente.

Na análise da pintura de Ranusia Alves Rodrigues, percebeu-se que as bandeiras vermelhas aludem a memória do ideário socialista e às mobilizações populares inflamadas por esses preceitos. Ao erguerem-se na altura dos olhos, a representação dessas bandeiras demonstra que o sujeito também acreditava que o desmantelamento do estado necropolítico, deveria perpassar por vias radicais e populares.

Além disso, visualizamos na materialidade em questão representações figurativas (mulher de coloração vermelha e o bebê de coloração branca) que se relacionam simbolicamente com a continuidade da luta e a regeneração da vida. A água produz um efeito de sentido, quando associada às significações culturais ou religiosas, de purificação, de regeneração. A referida figura feminina segura um bebê, que comumente associa-se ao nascimento de um novo ciclo. O recém-nascido apresenta a coloração branca por todo seu corpo, literalmente uma página em branco que pode ser preenchida por outras histórias e vivências. Constatou-se, por intermédio desses desvios, que as lutas travadas contra o regime militar continuam vivas e ressoantes em um contexto que insiste em negá-las em favor de movimentos revisionistas (Avelar, 2025).

A borboleta “Dinalva” veio logo após a Medusa para nos mostrar suas táticas de combate. Na pintura, percebemos a presença incessante das borboletas, que resgatam as histórias contadas pelas comunidades ribeirinhas do Araguaia, repletas de simbologias anímicas para se referirem aos guerrilheiros. Dinalva era associada a borboleta que, por sua vez, conjurava características como agilidade e rapidez. A capacidade de transformação desse animal referenciava a imagem mítica da guerrilheira, munida de conhecimentos sobre as matas, o que possibilitava fugas impressionantes em

emboscadas e armadilhas. Dessa forma, a fisionomia do sujeito torna-se gradualmente invisível no quadro; ela também nos escapa em meio às cores e formas.

Concluimos, portanto, que os enunciados pictóricos, longe de serem neutros ou decorativos, tornam-se instrumentos de luta política e de uma conduta ética de resistência. No conjunto *Mátria Livre*, a arte passa a ser um ato de insurgência contra as formas de controle que insistem em serem acionadas ainda no presente. A reescrita visual do passado que incide diretamente sobre o presente abre lacunas nas narrativas do poder, possibilitando outras maneiras de existir e lembrar. Como frisam Braga e Sá (2020, p. 70), “como dizer do horror da tortura e da prisão, senão pelo viés que afronta o poder? Não se trata, é certo, de apagar o horror, mas se trata, principalmente, de continuar nas trincheiras, trata-se de encampar, com afeto, a resistência possível”.

REFERÊNCIAS

- AVELAR, Alexandre de Sá. Negação da ditadura e governamentalidade negacionista no Brasil contemporâneo. *Varia História*, Belo Horizonte, e25033, 2025.
- BAUER, Caroline Silveira. Jair Messias Bolsonaro e suas verdades: o negacionismo da ditadura civil-militar em três proposições legislativas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 82, 2024.
- BORGES, Carla Luzia Carneiro; CAZUMBÁ, Renailda Ferreira. Foucault escritor: o arquivista e o eu-enunciado na arqueologia. *Moara*, Belém, v. 1, n. 57, p. 163-180, dez. 2020.
- BRAGA, Amanda; SÁ, Israel de. Resistir hoje como resistimos ontem: memórias da ditadura civil-militar e o documentário Torre das Donzelas. In: BRAGA, Amanda; SÁ, Israel de. *Por uma microfísica das resistências: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade*. Campinas, SP: Pontes, 2020. p. 47-72.
- CANTUÁRIA, Marcela. *Mátria Livre*. Disponível em: <https://www.marcelacantuarria.com.br/matria-livre>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionários de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- COSTA, Gêrda Lívia. *Vermelho pra que te quero? a simbologia da cor nos movimentos sociopolíticos na história do Brasil*. 2019. 27 f. TCC (Graduação) - Curso de Design de Moda, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.
- COURTINE, Jean-Jacques. Discursos e imagens para uma arqueologia do imaginário. In: SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzamara (org.). *Discurso, semiologia e história*. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 145-162.
- FERNANDES JÚNIOR, Antônio; BORGES, Bruno Gonçalves. Do discursivo e do não-discursivo no protogolpismo brasileiro. In: BUTTURI JUNIOR, Atílio; FERNANDES, Cleudemar Alves; BRAGA, Sandro. *Cartografias do contemporâneo: crises de governamentalidade?* Campinas, SP: Pontes, 2023. p. 15-42.

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Porto Alegre: Editora Graal, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Resposta a uma questão. In: FOUCAULT, M. *Repensar a política*. Trad. Ana Teresa Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 1-24. (Coleção Ditos e Escritos, v. VI).
- MARTÍNEZ, Elias de Sousa; MARTINS, Isabela Capinzaiki Silveira. Feminismo decolonial e arte contemporânea nas Américas. *Farol*, Vitória, v. 19, n. 28, 2023.
- MAZZOLA, Renan Belmonte; GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Análise do discurso diante de estranhos espelhos: visualidade e (inter)discursividade na pintura. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 2, n. 8, p. 157-176, dez. 2013.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte*. São Paulo: N - 1 Edições, 2018.
- MILANEZ, Nilton. Intericonicidade: funcionamento discursivo da memória das imagens. *Acta Scientiarum: linguagem e cultura*, Maringá, v. 35, n. 4, p. 345-355, dez. 2013.
- PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Imagem, nação e consciência nacional: os rituais da pintura histórica no século XIX. *Cultura Visual*, Salvador, v. 1, n. 17, p. 93-105, maio 2012.
- REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. (Org.). *O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 29-52.
- SCHIFFNER, Tiago Lopes. As vísceras abertas da América Latina, ou não podemos deslembrar nossas perdas. *Revista-Valise*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaValise/article/view/135405/92411>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes; FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. “Operação Limpeza”: o golpe civil-militar de 1964, as esquerdas e a repressão política no Piauí. In: NASCIMENTO, Francisco Assis de Sousa et al (orgs). *60 anos do golpe: a ditadura militar no Piauí e as disputas de poder*. Teresina: Cancioneiro, 2025. p. 253-276.
- SWAIN, Tânia Navarro. Para além do sexo, por uma estética da liberação. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUSA FILHO, Alípio (org.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 393-405.
- TELES, Janaína de Almeida. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). *História Unisinos*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 464-480, dez. 2014.
- TVARDOVSKAS, Luana Saturnino. Visões do passado, insurreições no imaginário: história, gênero e raça em Rosana Paulino e Adriana Varejão. In: RAGO, Margareth; GALLO, Sílvio (Orgs). *Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?* São Paulo: Intermeios, 2017. p. 337-350.

Discurso de resistência do PSB Tocantins: uma arqueogenealogia discursiva da formação política para pessoas LGBTQIAPN+

The PSB Tocantins' discourse of resistance: a discursive archaeogenealogy of political education for LGBTQIAPN+ people

Damião Francisco Boucher¹

Thiago Barbosa Soares²

Resumo: Este artigo empreende uma análise arqueogenealógica do discurso para investigar a apropriação política dos enunciados de resistência da comunidade LGBTQIAPN+ pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Tocantins. A investigação, além de mobilizar as noções de enunciado, formação discursiva, dispositivo e episteme, concentra-se no dispositivo de memória e poder impresso no material de divulgação partidária, como o evento de “Formação Política para pessoas LGBTQIAPN+”, no qual o discurso institucional opera um processo de abdução da posição discursiva de resistência. Sob o pretexto de promoção da “política plural”, o partido se insere no lugar do emissor do saber político, objetificando/subjetificando a comunidade ao sugerir sua carência de “formação” e de capacitação para a participação cívica. A análise demonstra como essa estratégia discursiva apaga a densidade política e a agência inerentes ao próprio movimento LGBTQIAPN+, que se configura, em sua essência, como uma política efetiva e autônoma. O estudo mapeia a emergência desses enunciados apropriadores, ao mesmo tempo que expõe as relações de poder que sustentam a instrumentalização da luta por representatividade.

Palavras-chave: Arqueogenealogia do Norte; Discurso Político; Discurso de resistência; LGBTQIAPN+.

Abstract: This article undertakes an archeogenealogical analysis of discourse to investigate the political appropriation of LGBTQIAPN+ resistance statements by the Brazilian Socialist Party (PSB) in Tocantins. The investigation, in addition to mobilizing the notions of statement, discursive formation, apparatus, and episteme, focuses on the apparatus of memory and power printed in the party's promotional material, such as the “Political Training for LGBTQIAPN+ People” event, in which the institutional discourse operates a process of abduction of the discursive position of resistance. Under the pretext of promoting “plural politics,” the party inserts itself into the position of the emitter of political knowledge, objectifying/subjectifying the community by suggesting its lack of “training” and capacity for civic participation. The analysis demonstrates how this discursive strategy erases the political density and agency inherent in the LGBTQIAPN+ movement itself, which is configured, in its essence, as an effective and autonomous politics. The study maps the emergence of these appropriative statements, while also exposing the power relations that underpin the instrumentalization of the struggle for representation.

Keywords: Archaeogenealogy of the North; Political Discourse; Discourse of resistance; LGBTQIAPN+.

Considerações iniciais

A memória não é somente um repositório do passado; é um campo de batalha no qual ocorre uma luta constante entre o esquecimento forçado e a lembrança almejada.

¹ Mestre em Letras pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4815591282019412>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8325-1603>. E-mail: boucherplace@gmail.com

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Docente da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8919327601287308>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>. E-mail: thiago.soares@mail.uft.edu.br

No Brasil, a trajetória de grupos minoritários, como a comunidade LGBTQIAPN+, tem sido muitas vezes caracterizada por um processo de silenciamento e apagamento, que se manifestou por meio de discursos e ações que buscavam tornar esses grupos invisíveis e negar suas existências e subjetividades. Segundo Michel Foucault (2014, p. 9), o discurso produz “[...] o tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala”. Assim o discurso não é apenas aquilo que manifesta ou oculta o desejo, mas também o que é, em si mesmo, objeto de desejo; o discurso é poder. Diante dessas condições de possibilidade da exclusão e da interdição, a luta pela inclusão e pelo reconhecimento desses grupos envolve a apropriação do discurso e a dispersão de seus próprios enunciados, dispositivos, “verdades”.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo examinar o discurso político-partidário no Tocantins e como ele se torna um espaço fundamental para essa contraofensiva discursiva. Para situar a produção de conhecimento sobre o assunto, recorre-se a autores desse campo epistemológico, tais como Achille Mbembe (2001, p. 9), que considera a história um campo de disputa memorialista, afirmando que “a teoria social sempre buscou legitimar-se enfatizando sua capacidade de construir gramáticas universais³”; e Judith Butler (1990), que aborda a performatividade de gênero e a forma como os discursos sobre o corpo criam realidades sociais. É nesse encontro de pontos de vista que o material de divulgação examinado se apresenta como um testemunho essencial, uma denúncia dos apagamentos e um tributo à resistência.

Entretanto, é importante ressaltar que a comunidade não é um bloco homogêneo. Como indica Judith Halberstam (2011), os mundos sociais em que se vive, não são inevitáveis, nem sempre estiveram destinados a ser dessa forma, e também “no processo de produção desta realidade, muitas outras realidades, campos de conhecimento, e modos de ser foram descartados⁴” (Halberstam, 2011, p. 147) e, por assim dizer, desqualificados. Nesse sentido, o movimento LGBTQIAPN+ ainda tem como figura central o homem branco gay, enquanto outras identidades, como lésbicas, bissexuais, trans e não-binárias, além de pessoas negras e indígenas, são colocadas à margem. Essa hierarquia interna é perceptível nos discursos e nas imagens criadas, mostrando que a resistência também ocorre de dentro para fora, entre os próprios grupos.

³ Tradução do original: social theory has always sought to legitimize itself by stressing its capacity to construct universal grammars.

⁴ Tradução do original: in the process of producing this reality, many other realities, fields of knowledge, and ways of being have been discarded.

Portanto, para tal propositura analítica, este artigo é organizado em três seções, a saber, **Considerações teórico-metodológicas**, **Análise** e **Considerações finais**. Na seção **Considerações teórico-metodológicas**, elege-se a arqueogenealogia para examinar a apropriação política das declarações de resistência da comunidade LGBTQIAPN+ pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Tocantins. Ainda nessa seção, explana-se o funcionamento dos conceitos de enunciado, formação discursiva, dispositivo e episteme. Na seção **Análise: entre a objetificação e a subjetivização**, a pesquisa foca no dispositivo de memória e poder impresso no material de propaganda partidária, como o evento de “Formação Política para pessoas LGBTQIAPN+”, publicado em 16 de junho de 2025, em que o discurso institucional realiza um processo de abdução da posição discursiva de resistência. Na seção **Considerações finais**, procura-se compreender como, sob o pretexto de promoção da “política plural”, o partido se insere no lugar do emissor do saber político, objetificando/subjetificando a comunidade ao sugerir sua carência de “formação” e de capacitação para a participação cívica, quando o próprio movimento LGBTQIAPN+, que se configura como uma política efetiva e autônoma. Após essas considerações apresenta-se o instrumental teórico-metodológico.

Considerações teórico-metodológicas

Para entender os regimes de saber-poder que permeiam o discurso político do PSB Tocantins, é necessário, em primeiro lugar, utilizar uma ferramenta que permita investigar os mecanismos de memória e poder presentes no material de divulgação do partido. Desse ponto, cabe ressaltar, assim como Soares (2025a, p. 65) que essa análise “se volta para o discurso, uma vez que é por meio desse e do entrelaçamento de suas tramas que se pode empreender o exame arqueogenealógico”. Assim, para esse movimento, são escolhidos como conceitos fundamentais: enunciado, formação discursiva, dispositivo e episteme. Dito isso, é preciso iniciar afirmando que o discurso aqui é concebido como “uma prática fundada no sentido em que lhe é orientada uma direção em conformidade ou em desconformidade com práticas paradigmáticas em um dado período” (Soares; Boucher, 2024, p. 20). Feita essa consideração, passa-se a apresentação dos princípios e procedimentos analíticos.

A noção de enunciado é significativa para a análise arqueogenealógica. Diante disso, Foucault (2017, p. 105) afirma que “o enunciado é uma função de existência que

pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou intuição [...]”. Por outro lado, não se trata da unidade significativa em si, mas de sua presença como uma função enunciativa, atravessando o domínio do concreto (estruturas e unidades) existente no espaço/tempo. Assim, o enunciado transcende a estrutura gramatical da frase, transformando-se em uma entidade repleta de significados; por causa de sua ligação accidental com outros enunciados em uma dinâmica social de saber-poder. Deleuze (2005), ao declarar que o enunciado é uma repetição de si mesmo, ele torna explícita essa dimensão relacional, mesmo que o que “repita seja outra coisa” (Deleuze, 2005, p. 23).

Nesse mesmo ponto de vista, Foucault (2017, p. 133) afirma ainda que “[...] o enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto”. Isso indica que o enunciado não aparece como evidência imediata nem como mistério a ser revelado, mas como uma regularidade discursiva que surge ao se examinar as condições para sua ocorrência (Soares, 2019). De outro modo, a análise do enunciado requer deixar de lado a busca por sentidos ocultos e focar nas regras de formação as quais possibilitam a ocorrência de certos dizeres, como os enunciados sobre a comunidade LGBTQIAPN+, em determinadas condições de possibilidade. Segundo Deleuze (2005, p. 23), “Foucault mostra então que uma curva, um gráfico, uma pirâmide são enunciados”. Assim, o enunciado possui uma identidade que não se limita à sua materialidade linguística, mas se forma nas conexões que estabelece com outros enunciados multimodais, isto é, verbais e não verbais, com formações discursivas e com condições históricas específicas.

Em relação ao conceito de formação discursiva (doravante FD), conforme Soares e Boucher (2024, p. 46), esta “pode ser entendida como um guarda-chuva no interior do qual se ancoram os enunciados”. Alternativamente, quando for possível caracterizar um conjunto de enunciados e um sistema análogo de dispersão em que existem regularidades entre os enunciados, os objetos e as escolhas temáticas, estará se tratando “de uma *formação discursiva*” (Foucault, 2017, p. 47). Nessa perspectiva, essa ideia é fundamental para entender como os sentidos são direcionados e controlados (Soares, 2019). Assim, a formação discursiva não consiste em um conjunto aleatório de enunciados, mas em um sistema controlado de disseminação que define e impõe uma ordem sobre o que pode ou não ser dito (Foucault, 2014).

Ademais, conforme Soares e Boucher (2024, p. 46), a FD “é a própria possibilidade de emersão desses enunciados, segundo uma restrição complementar cujo impacto é

uma segmentação discursiva das eventuais regras de funcionamento do enunciado”. Dessa forma, a FD define as condições necessárias para que alguns enunciados possam surgir e outros permaneçam proibidos (Foucault, 2014). Portanto, identificar uma formação discursiva implica seguir as regularidades que organizam a dispersão dos enunciados, as normas que estabelecem os objetos passíveis de discussão, as modalidades enunciativas autorizadas, os conceitos utilizáveis e as estratégias teóricas que podem ser desenvolvidas. Com esse entendimento, é importante destacar que as FDs estão sempre vinculadas aos seus dispositivos de regulação e dispersão.

Diante dessa perspectiva, os dispositivos geram uma variedade de enunciados e sujeitos, enquanto os controlam, determinando o que é permitido, o que se torna legítimo e o que é silenciado. Com base nessa descrição inicial, entende-se que a ideia de dispositivo se refere ao conjunto diverso de práticas discursivas e não discursivas, como o conhecimento e as instituições, discursos e materialidades, que formam uma rede estratégica de saber-poder. Foucault (2018, p. 367) caracteriza a natureza do dispositivo como uma formação de “estratégias de relações de força que sustentam tipos de saber e são sustentadas por eles”. Por esse motivo, entende-se que “o dispositivo, conforme seu domínio de atuação, coloca em marcha uma ou mais formações discursivas, a depender das relações de poder segundo as quais seu funcionamento dá-se no circuito social” (Soares; Boucher, 2024, p. 47). Em outros termos, o dispositivo não é uma estrutura estática, mas uma rede dinâmica que mobiliza formações discursivas específicas para atender a demandas históricas particulares.

Ao entender que os dispositivos são formados por um conjunto de práticas não discursivas, como instituições, organizações arquitetônicas e decisões regulamentadas, além de práticas discursivas, que englobam leis, medidas administrativas, enunciados científicos e proposições filosóficas (Foucault, 2018), deixa explícito que essas últimas práticas oferecem um conjunto de conhecimentos que compõem um regime geral de regulação conhecido como episteme. No caso a ser analisado, a ideia de regulação e formação política para a comunidade LGBTQIAPN+ é uma ramificação de uma episteme mais ampla que permeia vários campos do conhecimento e é considerada uma verdade incontestável, a saber, “a politização do cidadão”, como se esta não pudesse ser aprendida na prática ou a partir da resistência a um saber dominante. Essa episteme é reforçada por práticas discursivas, como leis, normas, diretrizes, práticas pedagógicas difusão midiática etc.; e não discursivas, como as instituições partidárias, os agentes

públicos, como políticos diplomados, as instituições midiáticas e seus colaboradores etc. Assim, essa “verdade” dominante refere-se ao conjunto de relações que, em um determinado período, estabelece as condições para a possibilidade de todo conhecimento. Soares e Boucher (2024, p. 47) afirmam que “a episteme pode ser descrita como um conjunto de crenças, cuja ocorrência dá-se a partir de sentidos estruturantes dos dispositivos que orientam as formações discursivas e materializam-se nos enunciados circulantes na sociedade”. Por esse motivo, a episteme não é simplesmente um conjunto de conhecimentos, mas a estrutura que possibilita o surgimento de saberes, sustentados por dispositivos e suas funções estratégicas predominantes (Foucault, 2018) em um determinado período histórico. Depois de realizar o recenseamento dos instrumentais teórico-metodológicos, inicia-se a seção de análise.

Análise: entre a objetificação e a subjetivização

A análise se deterá na forma como o discurso político se entrelaça com o discurso de resistência, domesticando, ou melhor, institucionalizando a conduta LGBTQIAPN+ que emerge originalmente de convulsão social, cooptada no ambiente político-partidário, capturada pelo material de divulgação do evento “Formação Política para pessoas LGBTQIAPN+”, do PSB Tocantins, enunciado que consiste no corpus de reflexão. A partir desse exame, busca-se perceber como esses enunciados se integram e se associam a outros, formando uma regularidade histórica constituinte das formações discursivas (Deleuze, 2005). Paralelo a essa verificação, serão apontados os dispositivos que possibilitam a difusão e manutenção dessas FDs e a regulação da episteme vigente (Soares, 2025a). Cabe ainda ressaltar que nessa seção será utilizado o itálico para a apresentação dos microenunciados em análise, evitando confundir com as prováveis citações diretas. Após essa breve explicação, passa-se ao exame do enunciado.

Figura 1: Formação Política para Pessoas LGBTQIAPN+



Fonte: <https://www.canal63.com.br/>

A partir da observação desse enunciado multimodal, percebem-se seu gênero e função respectivamente: um *banner* de propaganda partidária, associada à função de informação de um evento. Além disso, o referido texto está inserido em uma plataforma midiática digital, a saber, Canal63, um site de notícias e anúncios tocantinense. Dessa forma, o efeito de inerência à informatividade, produzido pela materialidade discursiva do PSB Tocantins se reforça pelo dispositivo de saber-poder midiático. Como Foucault (2017) ratifica, são esses dispositivos que sustentam os enunciados políticos que, associados à mídia, produz sentidos os quais afetam seus leitores. Soares (2022, p. 37) destaca que “mais do que divertir e informar, a mídia gerencia os discursos circulantes ao ponto de se tornar uma espécie de reguladora dos discursos”.

Diante dessa perspectiva, este enunciado multimodal opera na materialidade discursiva da aceitação, mas com uma inversão de poder. Em outros termos, o discurso político do PSB se apropria da visibilidade dos movimentos ditos minoritários para colocar-se como o agente formador. O detalhe reside no objeto de apropriação, isto é, se em um dado comercial a aceitação é impulsionada pela lógica do mercado, na

propaganda político-partidária, a inclusão se dá por meio da tutela. Portanto, ao invés de meramente reconhecer esse público como politicamente ativo, isto é, produzindo uma política realmente efetiva, o PSB o insere em um programa de *Formação Política*, abduzindo⁵ a autonomia política inerente ao movimento e recriando uma dependência hierárquica que esvazia o poder da resistência.

Diante dessas considerações, esta análise foca na materialidade discursiva demonstrada no material de divulgação do evento *Formação Política para pessoas LGBTQIAPN+*, organizado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Tocantins. Com base nas ferramentas arqueogenealógicas descritas nas considerações metodológicas (Foucault, 2014, 2017, 2018), analisa-se como o discurso político-partidário funciona não só como um meio de inclusão, mas como uma mecânica complexa de poder que, ao acolher, disciplina; e ao dar visibilidade, captura (Soares, 2025a, 2025b, 2025c, 2025d). A imagem de divulgação (Figura 1) funciona aqui não como mero convite, mas como um monumento (Foucault, 2014, 2017, 2018), a saber, um rastro que cristaliza relações de saber-poder. Nela, o enunciado *Formação Política*, direcionado especificamente para *pessoas LGBTQIAPN+*, emerge como o ponto nodal, no qual se entrecruzam estratégias de saber-poder (Foucault, 2017) que merecem um exame mais rigoroso.

Conforme Foucault (2017) e Deleuze (2005), o enunciado não é a frase gramatical, mas uma função de existência que recorta um campo de saber. Ao estampar o título *Formação Política para pessoas LGBTQIAPN+*, assim como o microenunciado *COM AS PRESENCAS DE:*, em letra capital, o PSB emite um enunciado que performa uma cisão ontológica fundamental: ele pressupõe, *a priori*, um vazio, uma falta ou uma carência no sujeito LGBTQIAPN+. Ora, como salienta Soares (2025c, p. 7), “entre o que se enuncia e o que se silencia, ou mais precisamente, entre a palavra que emerge à luz e o murmúrio que permanece nas dobras do indizível, ergue-se o discurso como território simbólico de disputas, inscrição e reinscrição do real”. Então, por esse motivo, entende-se que o silêncio inserido sob a enunciação *Formação Política* é o do apagamento da capacidade de agência e da historicidade política autônoma do movimento LGBTQIAPN+. Nesse sentido, o que é enunciado? A necessidade de formação política. O que é silenciado? O fato de que a própria existência e articulação da comunidade já é uma força política e uma formação efetiva.

⁵ Este termo é utilizado aqui no sentido de afastar, desviar de um ponto, de um alvo, de uma referência com violência simbólica, diferendo do sentido amplamente divulgado, geralmente associado ao suposto ato de ser levado por alienígenas.

Além disso, para que a oferta de *formação* faça sentido e tenha validade, o enunciado se apresenta como regularidade enunciativa. Assim é necessário que, antes, se estabeleça, na diametralidade oposta, a *não formação* ou a “deformação” política do público-alvo. Por essa razão, é possível perceber que o enunciado opera objetificando o sujeito LGBTQIAPN+ como um corpo politicamente incompleto, um “vir-a-ser” cívico que necessita da intervenção externa para se realizar plenamente. Ora, há aqui uma violência simbólica sutil, a saber, o apagamento da historicidade dos movimentos de resistência que, desde Stonewall⁶ (Lau da Silva; Santos da Silva, 2025) até as paradas locais em Palmas, constituem-se como atos políticos de alta densidade para reproduzir os discursos de que a política “verdadeira” e “válida” é aquela ensinada, chancelada e transmitida pela instituição partidária.

Ao retomar os enunciados *COM AS PRESENCAS DE*: juntamente com a rubrica de Tathiane Araújo, Carlos Amastha e Bianca Machiore [SIC]⁷ e suas respectivas posições, Secretária Nacional do Movimento LBGTSocialista, Presidente do Partido Socialista Brasileiro do Tocantins e Pré-candidata a vereadora em Palmas, são engendrados efeitos de autoridade a partir de sujeitos de alto prestígio social (Soares, 2022). Os efeitos de autoridade mencionados partem de duas instâncias discursivas, a saber, as posições supracitadas e o processo histórico de subjetivação de cada sujeito enunciado. Sobre esse último, os próprios agentes políticos da formação representam os dispositivos de difusão e dispersão dos enunciados de resistência institucionalizados. Ora, Tathiane Araújo não é só uma mulher eleita *Secretária Nacional do Segmento LBGTSocialista*, mas uma “mulher trans”, um corpo de resistência institucionalizado, docilizado por um cargo partidário. Carlos Amastha, não é somente o *Presidente do Partido Socialista Brasileiro do Tocantins*, mas, desde a sua primeira candidatura, destacou ações de combate ao preconceito à orientação sexual (Conexão Tocantins, 2012). Por fim, Bianca Machiori [SIC], não é somente uma Pré-candidata a vereadora, mas mulher transexual e presidente da Associação de Travestis e Transexuais do Estado do Tocantins (Atrato).

⁶ Ocorrida em Nova York em junho de 1969, é geralmente apontada como o marco mais importante na luta pelos direitos civis da comunidade LGBTQIAPN+, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer/questionando, intersexo, assexuais/arromânticas/agênero, pan/pôli, não-binárias e outros.

⁷ No banner do partido está escrito Bianca Machiori, no entanto em diversos outros enunciados midiáticos seu nome é escrito como Byanca Marchiori, presidente da Associação de Travestis e Transexuais do Estado do Tocantins (Atrato)

Como percebido, esses enunciados não emergem isoladamente. Eles são amparados por dispositivos não discursivos (Foucault, 2017) que se apresentam como instituições que sustentam o saber sobre a resistência LGBTQIAPN+. São dispositivos capazes de sustentar, pôr em manutenção e difundir, de forma eficiente, os dizeres acerca dos direitos desse movimento no Tocantins. Assim, esses enunciados, sustentados por práticas discursivas (e não discursivas) se repetem e se reforçam na relação com outros dizeres institucionais que posicionam o partido como detentor da *techné* política. Os sujeitos de alto prestígio (2022), apontados como agentes dessa transformação, por vias da *Formação política*, são sujeitos associados à diversidade sexual e de gênero e chancelados por suas respectivas instituições. Assim, eles convocam esta população LGBTQIAPN+ não como um ator político pronto, com quem se dialoga horizontalmente, mas como um estudante, um discípulo em potencial que deve ser “formado”. Desse ponto, o discurso político se entrelaça com o discurso pedagógico de viés autoritário (Soares, 2025a, 2025b), porquanto os enunciados produzem efeitos de hierarquia de saber, isto é, o partido sabe o que é política, como atuar, como legislar, e a comunidade aprende.

Diante dessa percepção, ao observar o conjunto de microenunciados que representam uma repetição histórica sobre a *Formação Política*, é possível vislumbrar o sistema de dispersão que regula o que pode ser dito e quem pode falar com autoridade (Foucault, 2017). A FD em questão é a do partidarismo progressista (Soares, 2025c), que se apropria de léxicos dos movimentos sociais, tais como *Política plural*, *LGBT*, *resistência*, *lugar de fala*, *empoderamento*, mas os reordena sob a lógica da institucionalidade. Nesta FD, a resistência deixa de ser um ato de ruptura ou de enfrentamento às normas, incluindo as normas estatais e partidárias, para se tornar um *segmento*. Soares (2025c, p. 7) ratifica que “[...] é nesse interstício tenso e fértil que o Tocantins se deixa entrever não apenas como constructo geopolítico, mas como campo de produção discursiva, onde identidades são forjadas, apagamentos operam e sentidos se engendram”.

Nessa mesma perspectiva, o termo *Segmento LBGTSocialista*, comum na estrutura do PSB, é revelador, porquanto a identidade dissidente é fragmentada e reorganizada como um departamento burocrático. A FD impõe regras claras, ou seja, os dizeres legítimos não são mais o grito da rua, a performance do corpo transviado ou a denúncia visceral, mas sim o discurso ordenado, a pauta legislativa, o “projeto de lei”,

enfim, a *Formação Política* para os despolitizados. Ao inserir o sujeito LGBTQIAPN+ nesta formação discursiva, o PSB Tocantins opera o que é chamado de abdução da resistência. O partido sequestra a potência subversiva das identidades dissidentes a partir de uma violência silenciosa e pedagógica, engendrada no léxico *Formação Política*, e as devolve higienizadas, vestidas com a roupagem da “cidadania comportada”. A FD define que, para ser ouvido, o sujeito deve se alinhar ao ideal discursivo do partido. O evento de *Formação* é o ritual de passagem para essa nova ordem discursiva, a saber, o do dizer controlado, interditado e, às vezes, excluído (Foucault, 2014). Em outros termos, quem não passa pela formação, quem permanece na margem da “política não-institucional”, é tacitamente deslegitimado como ator político ineficaz ou desorganizado.

Diante desse aspecto, entende-se que a imagem do cartaz e o evento que o PSB anuncia são peças de um dispositivo intrincado. Foucault (2018) descreve o dispositivo como a rede que conecta discursos, instituições, arquiteturas e leis. Aqui, o dispositivo político-partidário conecta a vulnerabilidade social da população LGBTQIAPN+ (muitas vezes carente de espaços de socialização seguros e de perspectivas de poder) com a máquina eleitoral. Nesse sentido, este dispositivo funciona por meio de uma relação de saber-poder muito específica: a *pastoral política*. Ou seja, o partido assume a função de pastor que guia o rebanho, isto é, a comunidade para a salvação, ou melhor, a representatividade, o mandato. Por essa razão, admite-se que o poder não é exercido apenas pela repressão, mas pela incitação e pela produção de subjetividade. Assim, o dispositivo diz: “venha, forme-se, participe”, como um convite sedutor à politização.

No entanto, essa sedução oculta a mecânica de controle. De outro modo, ao oferecer a *Formação Política*, o dispositivo estabelece os limites do pensável. O saber transmitido nessa formação não é neutro; é um saber estratégico que ensina como operar *dentro* do sistema, e não como implodi-lo ou transformá-lo radicalmente, o que historicamente marcou a vocação dos movimentos *queer* (Lau da Silva; Santos da Silva, 2025). Por essa razão, o poder do partido se manifesta na capacidade de definir a agenda. Como ressalta Foucault (2014, p. 37) “o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam”. Diante dessa afirmação, entende-se que o ritual político pode e deve escolher quais pautas LGBTQIAPN+ são “estratégicas” e quais são “radicais demais”. Assim, nessa profusão de enunciados, dispositivos e atravessamento/alinhamento entre formações discursivas antagônicas, o sujeito que entra no evento pode sair subjetivado como um “militante partidário”, uma figura que deve

lealdade à sigla, muitas vezes em detrimento da lealdade à sua própria comunidade ou experiência vivida.

Por fim, toda essa articulação repousa sobre uma episteme moderna que naturaliza a democracia representativa liberal como o único horizonte possível da política. Essa episteme estabelece a “verdade” de que a mudança social só ocorre através do voto, do mandato, da lei que se inicia a partir da *Formação Política*. Nesse sentido, a imagem da propaganda do PSB, com sua estética limpa, logomarcas institucionais e linguagem corporativa (*Formação*), reitera essa episteme. Ela desqualifica, por omissão, outras formas de saber político, como, por exemplo, o saber da sobrevivência nas ruas, o saber das redes de afeto, o saber das casas de acolhimento autônomas, o saber da vigilância e proteção grupal nas redes sociais. Esses saberes, fundamentais para a existência LGBTQIAPN+ no Brasil, o país com altíssimos índices de assassinato desses sujeitos, são considerados “pré-políticos” dentro dessa episteme.

Ademais, o partido se coloca como o guardião da *Techné* Política, a técnica superior de governar. Ao sujeito LGBTQIAPN+ resta a posição de objeto de intervenção ou, no máximo, de sujeito subalterno que precisa ser “capacitado” para ascender à categoria de cidadão pleno. A episteme opera o fechamento do imaginário político: fora do partido, não há salvação; fora da formação institucional, não há política séria. Ora, antes mesmo que o movimento LGBTQIAPN+ se configurasse como tal, uma longa cadeia de enunciados sobre a sexualidade e o gênero já operava como matriz de inteligibilidade dos corpos dissidentes (Foucault, 2022), seja sob a égide médico-jurídica que patologizava (Foucault, 2017; 2018) e criminalizava a homossexualidade, seja sob o moralismo religioso que a marcava como desvio a ser corrigido (Foucault, 2022), compondo um regime de verdade no qual a dissidência era, ao mesmo tempo, objeto de saber e alvo de correção. De outro modo, como o próprio Foucault (2022, p. 86) declara: “a questão sobre o que somos, em alguns séculos, uma certa corrente nos levou a colocá-la em relação ao sexo nem tanto ao sexo-natureza [...], mas ao sexo-história, ao sexo-significação, ao sexo-discurso”. Dessa forma, ao concebê-lo como um campo de historicidade, significação e disputa discursiva, produz-se sujeitos e regimes de verdade específicos como a necessidade de *Formação Política para pessoas LGBTQIAPN+*. Consequentemente, as implicações disso são decisivas para a análise da sexualidade. Isso significa que o foco se desloca da essência para os modos como o sexo é discursivizado, regulado e administrado por saberes e instituições, permitindo

compreender a sexualidade como efeito de dispositivos históricos de saber-poder, e não como expressão transparente de uma natureza anterior ao discurso.

Nesse horizonte, as primeiras organizações e redes de sociabilidade LGBTQIAPN+ no Brasil, ainda fragmentadas, clandestinas e atravessadas por dispositivos de segurança e controle (Lau da Silva, Santos da Silva, 2025), emergem como contra-enunciados que deslocam o lugar do *desviante* para o de sujeito *politicamente formado*, reinventando a rua, a boate, a parada e o ato público como cenas de práticas de enunciação e não apenas como espaços de estigma. É justamente essa historicidade de lutas, marcada por prisões, resistências cotidianas, assassinatos e conquistas parciais de direitos, que constitui a condição de possibilidade para que, em um segundo momento, partidos como o PSB, e mais especificamente PSB Tocantins, passem a disputar esse mesmo corpo político. Assim, o partido reinscreve no léxico da *Formação Política para pessoas LGBTQIAPN+* a memória de que só é possível *formar* aquilo que já se mostrou historicamente irreduzível à tutela. É nesse ponto que o enunciado do banner apresenta ao mesmo tempo sua regularidade, ao repetir a velha lógica de discursivizar o desvio em nome de sua integração e sua dispersão ao tentar domesticar, sob a forma de capacitação cidadã, um movimento que se constituiu precisamente pela recusa a ser educado pelos mesmos dispositivos que o silenciaram.

Considerações Finais

Após esse percurso discursivo, foi possível entender que a análise arqueogenealógica da propaganda do PSB Tocantins representa, portanto, um duplo movimento. Por um lado, há a objetificação, ou seja, a comunidade é tratada como dado demográfico a ser trabalhado, *formado* e contabilizado nas urnas. Assim, a comunidade LGBTQIAPN+ é o “outro” que precisa ser civilizado pela política partidária. Por outro lado, e simultaneamente, há uma subjetivização, isto é, o discurso convida o indivíduo a se reconhecer como sujeito de direitos, mas impõe a condição de que esse reconhecimento passe pelo crivo da instituição. O sujeito é fabricado na intersecção entre o seu desejo de mudança e a oferta de poder do partido. Fora disso, o que resta é a exclusão. Soares (2025c) ratifica que:

A exclusão é uma das marcas da sociedade em praticamente todos os períodos. Os anais da história comprovam que a separação entre os

melhores e os menos favorecidos seguia um conjunto de critérios arbitrários e subsidiados pela dinâmica de desintegração coletiva, ou seja, a seletividade, independentemente de seu âmbito de atuação, é uma prática elitista tanto do ponto de vista semântico quanto do mirante social (Soares, 2025c, p. 17).

Ora, ao observar essa percepção acurada sobre a exclusão como prática social dominante pelo saber e pelo poder, Soares (2025c) alerta para o fato de que as regularidades enunciativas denunciam a prontidão histórica dos dispositivos de saber-poder. A formação política, nesse caso é uma estratégia reguladora do movimento efetivo da comunidade LGBTQIAPN+ que nasce já politizada pelas práticas legítimas de resistência. Participar da *formação política* é uma episteme inquestionável para a busca por direitos e poder político, no entanto, com essa análise arqueogenealógica, foi possível perceber a institucionalização e adestramento da resistência como prática de regulação da radicalidade, o ato que historicamente marca as conquistas dessa comunidade.

Desse modo, o que se perde nesse processo é a autonomia radical. Ou seja, a *Formação Política* sugerida, ao invés de empoderar, acaba por impor uma tutela que pode diminuir o movimento social, insinuando que sua extensa trajetória de luta e resistência não constituiu, de fato, uma *formação*. Ao tentar dar voz, o discurso do PSB Tocantins acaba por modulá-la. Isso ocorre quando, por meio de dispositivos de regulação discursivos e não discursivos, a instituição partidária ajusta essa voz, que antes era dissidente e destoante, para um tom moderado e aceitável da burocracia estatal, resultando em um apagamento da diferença em prol da integração. Desse modo, a resistência é apreendida, transformada em código e reentregue na forma de mercadoria eleitoral. Butler (1990) defende que o gênero não é uma essência pré-existente aos sujeitos, mas um resultado gerado pela repetição controlada de ações, gestos e estilos corporais que, ao se consolidarem, criam a sensação de uma identidade estável. Em outros termos, o que entendemos como “ser homem”, “mulher” ou “LGBTQIAPN+” é fruto de práticas constantes que mencionam e reescrevem as normas históricas de gênero. É justamente nessa repetição que surgem oportunidades para a subversão e a reconfiguração política dessas identidades.

Nessa perspectiva, os resultados da análise arqueogenealógica realizada neste estudo indicam que o discurso do PSB Tocantins, ao convidar a comunidade LGBTQIAPN+ para a *Formação Política*, não somente reafirma padrões históricos de controle e exclusão (Foucault, 2014), mas também denuncia a eficácia dos mecanismos

de saber-poder na atualização das estratégias de neutralização da resistência. Ao expor a perda da autonomia radical do movimento e a conversão da resistência em capital eleitoral, a análise ajuda a entender como a linguagem da inclusão pode funcionar como uma estratégia para controlar a dissidência (Soares, 2025a, 2025b, 2025c). Isso oferece uma perspectiva que reatualiza a propaganda partidária como um símbolo de um regime de verdade em relação à cidadania LGBTQIAPN+.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a articulação entre arqueologia, genealogia e a proposta de atualização do acontecimento da Análise do Discurso (Soares, 2025b) representa um deslocamento significativo em relação à abordagem clássica de Foucault. Isso ocorre porque não se limita somente a descrever as condições de possibilidade e as linhas de força que constituem o evento, mas busca reinscrevê-lo no presente como um acontecimento em aberto e em disputa. A inteligibilidade desse evento é produzida a partir de um Norte geopolítico e epistêmico que também gera enunciados e se posiciona a partir de um lugar privilegiado, como laboratório sociolinguístico e sociodiscursivo. Em vez de um gesto de distanciamento reflexivo, a atualização do evento arqueogenealógico (Soares, 2025a; 2025b; 2025c; 2025d) implica uma análise situada que tensiona a arqueologia, a genealogia e o cuidado de si. Isso ocorre ao reposicionar o pesquisador e os sujeitos analisados como coparticipantes de um mesmo campo de lutas (Soares; Boucher, 2024). Como resultado, é produzida uma contribuição teórica que amplia a análise foucaultiana do discurso nas condições de possibilidade do campo acadêmico brasileiro, especialmente no tocantinense.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.
- CONEXÃO TOCANTINS, Amastha destaca ações de combate ao preconceito com representantes do Gama, Conexão Tocantins/Política, 2012. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2012/08/23/amastha-destaca-acoes-de-combate-ao-preconceito-com-representantes-do-gama>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.
- HALBERSTAM, J. *Queer Art of Failure*. London: Duke University Press, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de L. F. B. Neves. São Paulo: Loyola, 2014.

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. – 8 ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 14 ed. – Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2022.
- LAU DA SILVA, Jeferson; SANTOS DA SILVA, Zaqueu Jhônathas. A contribuição da rebelião de stonewall para as políticas públicas de atenção à saúde e o direito LGBTQIAPN+ no Brasil. *Asklepion: Informação em Saúde*, Rio de Janeiro, RJ, v. 4, n. 2, p. e–116, 2025. Disponível em: <https://asklepionrevista.info/asklepion/article/view/116>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- MBEMBE, Achille. *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001.
- SOARES, Thiago Barbosa. Formação discursiva: uma noção com dois fundadores. In: PESSOA, Osalda Maria (org.). *Leitura, discurso e produção dos sentidos: múltiplas abordagens*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2019. p. 37-51.
- SOARES, Thiago Barbosa. *Arqueogenealogias do discurso do Norte: sentidos e sujeitos tocaninenses*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025a.
- SOARES, Thiago Barbosa. *Arquiteturas do Sentido: linguagem, história e simbolismo* / Thiago Barbosa Soares. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025b.
- SOARES, Thiago Barbosa. *Entre o dito e o não dito: o Tocantins nas tramas do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025c.
- SOARES, Thiago Barbosa. *Arqueogenealogias do discurso do tocaninense: saber e poder na configuração midiática do Tocantins*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025d.
- SOARES, Thiago Barbosa; BOUCHER, Damião Francisco. *Projeções discursivas do Norte: Efeitos de resistência, Conscientização e Consolidação Identitária o Tocantins*. São Paulo: Pontes Editores, 2024.

Governamentalidade e Práticas Antidemocráticas: O Controle dos Corpos de Crianças-Meninas no Caso de Aborto em Santa Catarina

Governmentality and Anti-Democratic Practices: The Control of Girls' Bodies in the Case of Abortion in Santa Catarina

Jefferson Campos¹
Ana Beatriz Brandão²
Neil Franco³

Resumo: O artigo analisa como a governamentalidade evidencia práticas antidemocráticas no controle do corpo da criança-menina no caso de aborto legal de Santa Catarina (2022). A pesquisa parte de uma abordagem qualitativa, utilizando o método arqueogenealógico para examinar discursos midiáticos e jurídicos que atravessam o corpo infantil feminino, revelando estratégias de adultização, culpabilização e exclusão social. Fundamentada nos Estudos Discursivos Foucaultianos, especialmente nas noções de biopolítica e corpos dóceis, a análise identifica como o poder disciplinar age sobre sujeitos vulneráveis, restringindo direitos e promovendo práticas antidemocráticas. O objetivo geral é investigar a manifestação da governamentalidade nos discursos em torno do caso, destacando tensões entre proteção e controle. Os resultados apontam que o corpo da criança-menina é transformado em objeto de disputa moral, reforçando desigualdades e limitando a autonomia infantil. O estudo conclui que há urgência em repensar políticas públicas que assegurem direitos, protegendo crianças de violências institucionais mascaradas de cuidado.

Palavras-chave: Infância; Adultização; Controle social; Discurso; Mídia.

Abstract: This article examines how governmentality reveals anti-democratic practices in the control of girls' bodies in the case of legal abortion in Santa Catarina (2022). The research adopts a qualitative approach, using the archaeogenealogical method to analyze media and legal discourses surrounding the female child's body, revealing strategies of adultification, victim-blaming/victim-blaming, and social exclusion. Grounded in Foucauldian Discourse Studies, particularly the notions of biopolitics and docile bodies, the analysis identifies how disciplinary power operates over vulnerable subjects, restricting rights and promoting anti-democratic practices. The general objective is to investigate the manifestation of governmentality in the discourses surrounding the case, highlighting tensions between protection and control. The results indicate that the girl's body becomes a site of moral dispute, reinforcing inequalities and limiting childhood autonomy. The study concludes that there is an urgent need to rethink public policies that ensure rights, protecting children from institutional violence masked as care.

Keywords: Childhood; Adultification; Social control; Discourse; Media.

Considerações iniciais

No Brasil, ser criança, especialmente menina, nunca foi sinônimo de proteção

¹ Doutor em Letras pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Professor do Departamento Acadêmico de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *campus* Porto Velho, e Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UNIR – PPGL/UNIR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4113274256921278>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9525-4104>. E-mail: jefferson.santos@unir.br

² Mestra em Letras pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Revisora e Tradutora independente. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6542051693701388>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1481-5193>. E-mail: anabeatrizsbs19@gmail.com

³ Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Docente do Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias e do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá – PLE/UEM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/818016144372255>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6581-1363>. E-mail: prof.neilfranco@gmail.com

plena. As estatísticas escancaram a dura realidade. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), a cada hora, quatro meninas com menos de 13 anos são estupradas no país. Esses corpos infantis, ainda em formação, são violentados, silenciados e, muitas vezes, culpabilizados. Governar a infância, como aponta Foucault (2008), não é apenas protegê-la, mas direcioná-la, moldando-a para ocupar lugares específicos em uma sociedade marcada por desigualdades estruturais.

A infância feminina é frequentemente sequestrada por discursos que a sexualizam precocemente e a submetem a julgamentos morais. O caso de Santa Catarina, em 2022, no qual uma criança de 11 anos, grávida após um estupro, teve seu direito ao aborto legal questionado publicamente, simboliza as práticas antidemocráticas que permeiam o controle sobre corpos vulneráveis⁴. Mais do que um episódio isolado, esse caso é reflexo de um Estado e de uma sociedade que, sob o véu da moralidade, negam a essas crianças o direito básico de existir sem violência.

A governamentalidade, conceito de Michel Foucault (2008), revela como o poder age sobre a vida, regulando, disciplinando e, muitas vezes, condenando, dado que a gestão da vida, ainda que sob o prisma da positividade de se viver e produzir mais e melhor, constitui condutas que podem, sobretudo no tempo presente, determinar quais vidas importam. Quando uma criança estuprada precisa justificar seu direito de não ser mãe, não estamos apenas diante de uma violação individual, mas de um fracasso coletivo. O discurso jurídico, aliado ao discurso religioso e midiático, torna-se um dispositivo de controle, objetificando o corpo infantil e negando-lhe a própria infância.

Este artigo se insere em um cenário de urgência no qual discutir práticas antidemocráticas significa resistir ao silenciamento imposto a corpos vulneráveis. A análise do caso de Santa Catarina, sob a ótica da governamentalidade, busca evidenciar como o Estado, ao invés de proteger, expõe e subjuga o corpo infantil a partir de um processo complexo de relações de poder. A mídia, que poderia ser um espaço de denúncia, muitas vezes reforça estigmas, culpabilizando a vítima e normalizando o abuso.

A metodologia adotada, a arqueogenealogia, oriunda das teorizações de Michel Foucault lidas no campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos (Navarro, 2020),

⁴ Conferir notícias em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-06/menina-estuprada-em-santa-catarina-consegue-interromper-gravidez> e <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/06/21/o-que-se-sabe-sobre-caso-da-menina-de-11-anos-impedida-de-fazer-aborto-em-sc-apos-estupro.ghtml>. Acesso em: 22 dez. 2025.

permite desenterrar discursos que, embora naturalizados, são produtos de uma história de opressão. O corpus, composto por registros da audiência da criança-menina em questão, publicada pela Intercept Brasil, será analisado para identificar como o poder opera sobre o corpo da criança-menina, transformando-o em um território de disputa moral. Mais do que uma análise acadêmica, este trabalho é um grito por mudança. É uma denúncia contra práticas que negam às crianças-meninas o direito de serem apenas crianças. Governar a infância, quando atravessada por moralismos e violências, torna-se um ato antidemocrático, que perpetua injustiças e destrói futuros.

A negação da infância feminina como espaço de proteção e direitos não é um fenômeno isolado, mas um padrão historicamente construído, que se refaz por meio de discursos jurídicos, midiáticos e religiosos. Como aponta Louro (1997), o corpo da menina é constantemente alvo de um processo de regulação que não apenas dita seu comportamento, mas também estabelece quais violências são toleráveis e quais devem ser punidas. No caso da menina de Santa Catarina, a violação de seu direito ao aborto legal escancara a lógica de um Estado que, em nome da moralidade, abandona suas crianças. Esse abandono não se dá apenas na ausência de políticas públicas eficazes, mas na própria instrumentalização do sofrimento infantil para sustentar uma ordem social conservadora, em que meninas são forçadas a desempenhar papéis maternos mesmo quando ainda deveriam ser reconhecidas como crianças. O processo de adultização e culpabilização dessas vítimas, como demonstra Santana (2021), é um dos dispositivos mais perversos da governamentalidade, pois transforma crianças em agentes responsáveis por violências que, na verdade, foram impostas a elas.

Além da dimensão jurídica e social, é necessário compreender a centralidade do discurso midiático na produção dessas narrativas de controle. A cobertura do caso pela mídia revela disputas sobre quais vidas merecem luto e quais podem ser descartadas em nome de valores morais impostos. Como destaca Butler (2016), a produção de discursos sobre determinados corpos determina sua inteligibilidade dentro do campo social: certas vidas são reconhecidas como dignas de proteção, enquanto outras são enquadradas como problemas a serem administrados. No caso da criança-menina, a imprensa, em vez de destacar o impacto da violência sexual em sua vida, transformou sua gravidez em um espetáculo público, promovendo um debate que desloca a questão do estupro para a moralidade do aborto. Esse fenômeno reforça a tese de que a governamentalidade se manifesta também no plano discursivo, produzindo

subjetividades e regulando as possibilidades de existência dos sujeitos marginalizados.

Portanto, compreender o caso da menina de Santa Catarina dentro da lógica da governamentalidade exige uma reflexão mais ampla sobre como o Estado, as instituições jurídicas e a mídia operam conjuntamente na manutenção de estruturas de opressão. A restrição dos direitos sexuais e reprodutivos de crianças-meninas violentadas não é um acidente ou uma falha do sistema, mas um sintoma de um projeto de poder que se sustenta na submissão de corpos femininos. A articulação entre discurso jurídico, dogmas religiosos e narrativa midiática revela um pacto para silenciar e punir as vítimas, assegurando que determinados corpos permaneçam disciplinados e controlados. Este artigo, ao problematizar esse processo, busca evidenciar que a luta contra a violência institucional não pode se limitar ao campo do direito. Ela deve também questionar os discursos que legitimam essa violência, reivindicando um futuro em que a infância feminina seja reconhecida como um espaço de direitos e não de punição.

Governar a infância: discursos e práticas antidemocráticas

Governar a infância no Brasil contemporâneo implica submeter crianças a mecanismos de controle que, embora muitas vezes justificados como protetores, acabam por limitar sua liberdade, moldar seus corpos e disciplinar suas condutas. A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e diversos tratados internacionais assinados pelo Brasil asseguram direitos à infância, mas a realidade mostra que esses direitos são constantemente violados. Segundo o Unicef (2023), 43% das crianças brasileiras vivem abaixo da linha da pobreza, expostas a violências cotidianas que incluem abuso, exploração e negligência. Esses dados evidenciam a precariedade de um sistema que, sob o discurso de proteção, perpetua desigualdades.

Michel Foucault, em suas discussões sobre governamentalidade, aponta que o poder não se limita ao uso da força, mas se exerce através de práticas discursivas que orientam comportamentos e subjetividades. Governar a infância significa produzir sujeitos dóceis, aptos a ocupar lugares específicos na sociedade. A violência contra a infância feminina no Brasil não é um fenômeno isolado, mas uma expressão de estruturas históricas de opressão que se perpetuam através de discursos e práticas institucionais.

Figura 1: Reportagem sobre menina de 11 anos que realizou aborto



Menina de 11 anos consegue fazer o aborto



Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=NLDN9lqYRo0>>. Acesso em: 29 maio 2024.

Em 2022, no estado de Santa Catarina, uma menina de 11 anos foi violentada e acabou engravidando do seu estuprador. A família, juntamente com a criança-menina, entrou com pedido no Ministério Público para a realização do aborto legal, respaldada e amparada pela lei. Levando em consideração os artigos do Código Penal, existem quatro tipos de aborto, são eles: aquele realizado pela própria mulher (crime); o que é provocado por terceiros - com ou sem consentimento da gestante (crime); o praticado em casos de haver riscos de vida, nos quais as chances de morte da grávida são grandes (legal); quando a gravidez é resultado de estupro (legal). Nos casos em que o aborto é legal, não há restrição de semanas⁵ para a realização do ato, sendo possível no período mais viável para a gestante.

No entanto, embora apontemos que a criança-menina estaria respaldada pela lei, os comentários realizados no vídeo disponibilizado na plataforma no *YouTube* indicam outros movimentos.

⁵ O Código Penal não fixa prazos, embora os agentes de saúde e a justiça indiquem o aborto até, no máximo, a 20ª semana de gravidez.

Figura 2: Comentários realizados no vídeo da reportagem



Fonte: arquivo dos autores

Diante de tais enunciabilidades, percebemos que é como se existissem duas sociedades. Uma dessas sociedades se indigna com esse estado de coisas, reclama ruidosamente e consegue a reforma do discurso oficial, especialmente em um dos domínios mais bem estruturados e guardados da tradição institucional brasileira: o domínio jurídico-judiciário. Essa aparente flutuação dos discursos sustenta o regime de coexistência enunciativa, que demonstra diferentes campos de saber a partir de onde se fundamentam as práticas discursivas sobre o corpo da criança-menina. Enquanto isso, a outra resiste, sub-reptícia e obstinadamente, ao novo modelo, acusado, velada ou abertamente, de proteger “menores”, “pivetes”, “putinhas”, “trombadinhas” e “assassinas”. Quanto a estes, não os reconhece como legítimas crianças e adolescentes, considerando-os, ao contrário, inimigos precoces do bem público, que é preciso conter precocemente, tirando-os de circulação, não importa como.

Nesse momento, o corpo emerge como uma materialidade central para a análise, compreendida não apenas em sua dimensão biológica, mas como superfície de inscrição de relações de poder e saber. Conforme Foucault (2008), os corpos são produzidos e regulados por dispositivos disciplinares e biopolíticos que definem condutas, responsabilidades e formas legítimas de existência. É nesse campo que se fazem aparecer discursos de adultização e culpabilização das crianças-meninas, bem como classificações morais associadas ao posicionamento de decidir pelo aborto.

O corpo infantil feminino passa, então, a ser inserido em uma lógica discursiva

que o destitui de sua condição de vulnerabilidade, atribuindo-lhe características e responsabilidades próprias do mundo adulto. Tal processo de adultização, como apontam Louro (1997) e Santana (2021), constitui um dos mecanismos centrais de regulação dos corpos femininos, especialmente quando atravessados por gênero, sexualidade e moralidade. Nessas circunstâncias, crianças-meninas vítimas de violência sexual são transformadas em figuras passíveis de julgamento moral, como se fossem agentes plenamente responsáveis por situações que lhes foram impostas.

Desse modo, o corpo deixa de ser compreendido prioritariamente como objeto de proteção e passa a ser posicionado como um agente em disputa no campo moral e jurídico. Essa operação discursiva, conforme problematiza Butler (2016), estabelece quais vidas são reconhecidas como dignas de cuidado e quais são submetidas à culpa, à responsabilização e à punição simbólica. A escolha pelo aborto, nesse contexto, é envolta em narrativas morais que deslocam a violência sofrida para a suposta responsabilidade da criança-menina, reforçando práticas antidemocráticas de controle e silenciamento.

O discurso jurídico, midiático e político constrói a criança-menina como um sujeito paradoxal: ao mesmo tempo em que é considerada vulnerável e necessitada de proteção, é responsabilizada por violências que lhe são impostas, sendo tratada como ameaça à ordem moral quando reivindica direitos. Foucault (2008) nos ensina que o poder se exerce por meio de dispositivos que moldam subjetividades e regulam corpos, operando em discursos que naturalizam desigualdades e reforçam estruturas de dominação.

No Brasil, essa governamentalidade se evidencia na forma como crianças-meninas vítimas de violência são expostas a práticas punitivas e humilhantes em nome de uma moral conservadora. O caso da menina de Santa Catarina, forçada a justificar judicialmente o direito ao aborto após um estupro, revela como o Estado, em conluio com setores religiosos e midiáticos, age para desumanizar esses sujeitos, negando-lhes o direito de decidir sobre seus corpos e suas existências. Esse cenário é o reflexo de uma política institucionalizada de violência, em que o discurso de proteção infantil se transforma em mecanismo de controle e opressão, consolidando práticas abertamente antidemocráticas.

A noção de infância, longe de ser um conceito neutro ou universal, é uma construção histórica atravessada por interesses políticos e econômicos que definem

quais infâncias devem ser tuteladas e quais podem ser descartadas. Como demonstram Louro (1997) e Santana (2021), a infância feminina, especialmente a de meninas pobres e racializadas, é continuamente marcada por processos de adultização e culpabilização, que retiram dessas crianças o direito à própria infância. Quando uma menina negra da periferia engravida, o discurso público a responsabiliza por sua situação, negando-se a enxergá-la como vítima; quando a gravidez ocorre em meninas brancas de classe média, o debate muda para a necessidade de assistência e cuidado. Essa desigualdade de tratamento evidencia como a governamentalidade da infância opera seletivamente, garantindo direitos apenas a determinados grupos enquanto submete outros a regimes de coerção e sofrimento.

O discurso de ódio direcionado às crianças-meninas que buscam o aborto, por exemplo, não é apenas uma manifestação isolada de indivíduos moralistas, mas um sintoma de um Estado que historicamente instrumentaliza corpos femininos como territórios de disputa política e moral. Esse controle se expressa de maneira ainda mais brutal em instituições judiciais e médicas que, sob a justificativa de "preservar a vida", ignoram a dignidade e o sofrimento de meninas violentadas, impondo-lhes a continuidade de uma gravidez indesejada como forma de expiação pública.

A governamentalidade da infância, portanto, revela-se como um projeto que se sustenta na restrição da autonomia e no silenciamento de sujeitos vulneráveis. Governar, nesse contexto, não significa proteger, mas punir e disciplinar corpos que fogem à norma. O caráter antidemocrático desse processo é evidente quando a atuação estatal não busca garantir direitos, mas sim produzir corpos dóceis e submissos a uma ordem social patriarcal e misógina.

Como aponta Butler (2016), a exclusão de determinados sujeitos da esfera do reconhecimento humano não é um efeito colateral do poder, mas uma estratégia deliberada de sua manutenção. No Brasil, essa lógica se manifesta na criminalização da autonomia reprodutiva de crianças-meninas, na culpabilização de vítimas de violência sexual e na ausência de políticas públicas eficazes que assegurem sua dignidade e segurança. Diante desse cenário, é urgente não apenas denunciar essas práticas, mas também reivindicar políticas que efetivamente rompam com a lógica punitiva e disciplinar imposta às crianças-meninas. Afinal, governar a infância não deveria significar controlá-la ou puni-la, mas garantir que todas as crianças possam existir plenamente, livres da violência institucional que insiste em restringir suas vidas a uma narrativa de sofrimento

e subjugação.

O Jurídico, a Religião no Controle dos Corpos de Crianças-Meninas: Análise do Caso de Santa Catarina

A legislação brasileira, por meio do Código Penal (artigo 128), permite o aborto em casos de estupro, risco de vida para a gestante ou anencefalia fetal, como mencionamos na seção anterior. No entanto, a aplicação dessa lei está longe de ser um direito garantido, sendo atravessada por barreiras institucionais que reproduzem uma cultura de desrespeito à autonomia e à dignidade das vítimas. Durante a audiência judicial do caso de Santa Catarina, a juíza a interpelou com perguntas moralizantes, como: "Tu sente o bebê mexer?" e "Para você, qual a expectativa que você tem em relação ao bebê?". Essas indagações, longe de se basearem em uma preocupação legal, sugerem um deslocamento do foco da justiça para uma narrativa de culpabilização da vítima. Como destaca Foucault (2008), "o poder não se manifesta apenas por meio de proibições e leis, mas também através da produção de verdades e subjetividades". Nesse caso, o discurso judicial busca transformar a criança-menina em um sujeito moralmente responsável por uma gravidez resultante de violência extrema.

A postura da juíza se ancora em uma visão conservadora que prioriza o feto em detrimento da dignidade e do sofrimento da vítima. Em determinado momento, ela afirma: "O bebê já está completo, ele já é um ser humano. Consegue entender isso?". Essa enunciabilidade, além de ignorar a imaturidade emocional da criança, reforça uma estrutura discursiva em que a sobrevivência do feto se sobrepõe ao direito à infância. Agamben (2004) descreve esse fenômeno como a transformação da vida em "vida nua", ou seja, um estado em que determinados sujeitos perdem sua condição de cidadãos plenos e passam a ser governados exclusivamente pela lógica biopolítica do Estado. No caso da criança-menina, sua existência é subordinada a um discurso que a coloca em função da gestação, apagando sua posição de vítima e negando-lhe qualquer possibilidade de escolha.

O atravessamento religioso no discurso da juíza também se faz presente, evidenciando a influência de dogmas morais na esfera pública. Ao afirmar: "O Brasil não concorda com a eutanásia, o Brasil não tem, não vai dar medicamento para ele, ele vai nascer chorando, não vai se dar medicamento para ele morrer", a magistrada iguala o aborto legal à prática de assassinato, promovendo uma distorção jurídica do conceito de

interrupção voluntária da gestação. Como apontam Corrêa e Petchesky (1994), "a regulação dos corpos femininos através do discurso religioso se baseia na ideia de que a maternidade é um destino natural e inquestionável das mulheres, ignorando suas condições concretas de vida". A associação do aborto à eutanásia, nesse sentido, é um recurso discursivo que busca interditar qualquer discussão sobre os direitos da criança-menina e reforçar a ideia de que a maternidade é imposta mesmo diante de um estupro.

A adultização da criança-menina, um dos dispositivos mais cruéis desse processo, fica evidente na pergunta da juíza: "Quanto tempo você aceitaria ficar com o bebê na sua barriga?". Aqui, a juíza desloca a discussão da esfera legal para um campo de suposta negociação, tratando a menina como se tivesse plena capacidade de tomar decisões complexas sobre sua própria gestação. Esse deslocamento se alinha ao que Pires e Nascimento (2018) descrevem como "a infância negada": um processo no qual crianças em situação de vulnerabilidade são tratadas como adultos prematuros, responsabilizadas por suas próprias condições de vida. A declaração da médica envolvida no caso reforça essa lógica ao afirmar: "Ela vai achar que a gente é querida, que a gente é não sei o quê, e vai dizer 'então tá'". Esse tom paternalista escancara uma postura de condescendência, na qual a menina não é reconhecida como vítima de um crime hediondo, mas como um sujeito a ser conduzido por discursos que desconsideram sua própria dor.

A violência institucional contra a criança também se reflete na omissão do sistema judicial em reconhecer a gravidez como consequência de um crime. A psicóloga Amanda Kliemann, ao questionar "Há esse entendimento de que independente se for [censurado] ou [censurado] a gente está tratando de uma violência?", denuncia a forma como o aparato legal ignora o fato central: a menina não está apenas solicitando um aborto, mas buscando uma reparação mínima diante de uma violação brutal de seus direitos. Butler (2016) nos alerta que "a desumanização ocorre quando certos corpos são tornados invisíveis na esfera do reconhecimento público", e é exatamente isso que acontece nesse caso: a identidade da vítima é apagada, enquanto a existência do feto é elevada a um estatuto superior e a do estuprador nem sequer é questionada.

As práticas antidemocráticas se revelam nesse contexto na medida em que a democracia deveria garantir os direitos fundamentais a todos os cidadãos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. No entanto, o que se observa é a manipulação institucional desses direitos, transformando a justiça em um mecanismo

de coerção em vez de proteção. A juíza, ao questionar e culpabilizar a criança, opera dentro de uma lógica que ignora os princípios democráticos da dignidade e da equidade, reforçando hierarquias sociais que mantêm grupos marginalizados à mercê de uma interpretação moralista do direito.

A democracia se desarticula quando discursos institucionais passam a justificar a negação de direitos em nome de valores que não são universais. Como alerta Fraser (2007), a justiça social exige a redistribuição equitativa de recursos e o reconhecimento de sujeitos historicamente excluídos. No caso da criança-menina, a ausência de proteção estatal é um sintoma de um sistema que permite que dogmas religiosos e concepções conservadoras se sobreponham aos direitos garantidos constitucionalmente, evidenciando um grave retrocesso nas estruturas democráticas.

O silêncio como estratégia de poder: o papel das instituições na omissão da violência

O silenciamento institucional como estratégia de poder se manifesta de diversas formas, e no caso da criança-menina de Santa Catarina, é possível perceber como a omissão e a manipulação do discurso operam para negar direitos. O fato de a juíza conduzir a audiência com perguntas que infantilizam a compreensão da vítima e desviam o foco da violência sofrida demonstra como o Estado, ao invés de garantir proteção, age para silenciar a necessidade de justiça.

Butler (2016) destaca que o poder se expressa tanto naquilo que se diz quanto naquilo que é impedido de ser dito, e aqui a ausência de um reconhecimento explícito do estupro como crime central do caso revela uma estratégia discursiva que encobre responsabilidades institucionais. A menina não é questionada sobre seu sofrimento, sobre sua vontade genuína ou sobre sua segurança, mas sim sobre seu vínculo com o feto, deslocando o debate da esfera legal para uma esfera moral. Esse deslocamento evidencia o funcionamento da governamentalidade, pois é por meio dessas práticas discursivas que o Estado regula não apenas os corpos, mas também as emoções e percepções das vítimas. A ausência de suporte à mãe da menina, que expressa seu desespero na audiência, também reforça esse silenciamento estrutural. Enquanto a justiça deveria assegurar acolhimento e informação clara, o que se observa é a produção de um ambiente em que a falta de compreensão é instrumentalizada para forçar decisões convenientes à ordem moral vigente. Foucault (2008) aponta que o biopoder atua de

maneira a transformar indivíduos em objetos de regulação, e nesse caso, a vítima é reduzida a um corpo gestante cujo direito à infância é anulado.

A imprensa, ao repercutir o caso, também revela a dinâmica do silenciamento institucional, já que a abordagem de alguns veículos minimizou a violência e enfatizou o debate sobre a gestação, reforçando a lógica de que a discussão central não deveria ser a proteção da criança, mas sim a manutenção de uma ordem simbólica conservadora. O silêncio, portanto, não se configura apenas como ausência de fala, mas como um dispositivo ativo de poder que condiciona quais questões podem ou não ser problematizadas.

Figura 3: Matéria jornalística

Menina impedida por juíza de fazer aborto legal deixa abrigo, e defesa diz que pedirá procedimento

Justiça determinou na manhã desta terça-feira (21) que a menina de 11 anos mantida em um abrigo para evitar que fizesse aborto autorizado volte a morar com a mãe.

Por Sofia Mayer e Luana Amorim, g1 SC e NSC
21/06/2022 21h10 - Atualizado há 2 anos

Fonte: < https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/06/21/menina-impedida-por-juiza-de-fazer-aborto-legal-deixa-abrigo-e-defesa-diz-que-pedira-procedimento.ghtml?utm_source=com>. Acesso em: 17 fev. 2025.

Esta reportagem do G1 aborda o caso em questão. A matéria destaca que, apesar de o aborto em casos de estupro ser permitido por lei sem necessidade de autorização judicial, a criança foi mantida em um abrigo para evitar a interrupção da gravidez. A reportagem também menciona a atuação da juíza Joana Ribeiro Zimmer, cuja conduta passou a ser investigada pela Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina. A cobertura do G1 foca nos direitos legais da vítima e nas ações judiciais que impediram o acesso ao aborto permitido por lei, enfatizando a necessidade de cumprimento das leis que protegem vítimas de violência sexual.

Figura 4: Matéria jornalística

| Investigação

Rede pró-aborto distorceu caso de menina grávida de 11 anos, diz relatório de CPI em SC

Por Gabriele Bonat 16/12/2022 às 21:32 Atualizado em 17/12/2022 às 21:50



Fonte: < https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/rede-pro-aborto-distorceu-caso-de-menina-gravida-de-11-anos-diz-relatorio-de-cpi-em-sc/?utm_source=com >. Acesso em: 17 fev. 2025.

Esta matéria da Gazeta do Povo apresenta os resultados de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina para investigar o mesmo caso. O relatório da CPI concluiu que houve uma suposta distorção dos fatos por parte de uma rede de profissionais e veículos de comunicação pró-aborto, que teriam propagado informações falsas para fomentar a interrupção da gravidez. A reportagem destaca que a CPI apontou ausência de protocolos adequados no atendimento à criança-menina e possível vazamento de informações sigilosas.

Diferentemente da primeira matéria, esta enfatiza a perspectiva de que houve manipulação das informações e questiona a atuação de grupos favoráveis ao aborto, sugerindo que a família da menina foi vítima de uma rede que incentiva a prática do aborto de forma indiscriminada. Essas duas matérias oferecem posicionamentos que constituem sentidos sobre o mesmo acontecimento, refletindo diferentes enfoques na cobertura jornalística e nas interpretações dos fatos relacionados ao ocorrido.

A análise das coberturas jornalísticas revela diferenças substanciais na forma como o caso é apresentado ao público. A reportagem do G1, por exemplo, destaca a violação dos direitos da vítima, enfatizando a ilegalidade das ações institucionais que impediram a realização do aborto legal. Em contrapartida, a Gazeta do Povo sugere que houve manipulação dos fatos por grupos favoráveis ao aborto, deslocando a discussão do direito da menina para uma suposta disputa entre formações enunciativas. Esse contraste exemplifica o que Foucault (1971) chama de "ordem do discurso": um regime de verdade que determina quais narrativas podem circular legitimamente e quais são desautorizadas. A imprensa, ao eleger quais vozes serão ouvidas e quais serão silenciadas, também exerce função governamental na regulação dos corpos e subjetividades.

O Estado, ao se omitir diante da violação dos direitos da criança-menina, não apenas silencia a vítima, mas também legitima uma violência institucionalizada. A

governamentalidade, nesse sentido, se expressa na normalização dessas práticas, na medida em que mecanismos legais são manipulados para restringir direitos, ao invés de garanti-los. A ausência de questionamentos sobre o agressor — cuja identidade e responsabilidade são quase sempre invisibilizadas — é um reflexo direto desse silenciamento estrutural. Em nenhum momento, o debate público prioriza a justiça para a vítima, pois o foco é constantemente deslocado para a moralidade da interrupção da gravidez.

O discurso midiático, ao enfatizar a gestação ao invés da violência sofrida, colabora ativamente para a culpabilização da criança-menina. Tal estratégia discursiva permite que o aparato estatal se esquive da responsabilidade de assegurar a justiça e a proteção de menores. Dessa forma, cria-se um ambiente em que o silenciamento não é apenas uma escolha retórica, mas um dispositivo que perpetua estruturas de poder e desigualdade, consolidando uma governamentalidade que submete as crianças-meninas a uma posição de subjugadas no campo político e social.

Considerações finais

As práticas de silenciamento analisadas ao longo deste estudo revelam um mecanismo complexo e estrutural de negação de direitos, que se manifesta através de dispositivos jurídicos, midiáticos e institucionais. A governamentalidade, conforme problematizada por Foucault (2008), emerge como um sistema que não apenas regula e controla corpos, mas também define quais vidas são dignas de proteção e quais serão descartadas pelo Estado. No caso da criança-menina de Santa Catarina, a conjunção entre discurso religioso, judicial e midiático serviu como um dispositivo de naturalização da violência, deslocando o debate do estupro para a moralidade do aborto. Essa estratégia discursiva não é meramente circunstancial; pelo contrário, ela faz parte de um processo histórico de construção da infância feminina como um corpo em disputa, regulado por normas patriarcais e conservadoras.

A análise das narrativas midiáticas permitiu identificar como diferentes veículos de comunicação atuam na conformação do debate público. Enquanto algumas reportagens buscaram evidenciar a violação dos direitos da vítima, outras apostaram na deslegitimação de sua dor, reforçando a ideia de que a questão central não seria a violência sexual sofrida, mas a manutenção da gestação. Essa dissonância revela que o

silenciamento também opera pelo excesso de discurso, ou seja, ao transformar o debate em uma disputa, desvia-se a atenção do que de fato deveria ser tratado: a violência sistemática contra crianças-meninas e a negação de seus direitos fundamentais.

A governamentalidade, nesse contexto, encontra-se na regulação das emoções e percepções sobre o caso. Ao induzir a criança a responder de forma "adequada" às expectativas morais da juíza, a audiência judicial torna-se uma arena de produção de subjetividades. Nesse cenário, a criança-menina foi forçada a se enquadrar dentro de um discurso que nega sua dor e sua própria condição de vítima. Assim, ela não é reconhecida como um sujeito de direitos, mas sim como um objeto de disputa moral e política, submetida às vontades institucionais que a instrumentalizam.

A infantilização da vítima também se apresenta como um elemento central da estratégia. Se, por um lado, ela é tratada como incapaz de compreender a gravidade da violência que sofreu, por outro, é considerada suficientemente apta a tomar decisões sobre a manutenção da gravidez. Esse paradoxo evidencia uma estrutura discursiva que busca deslocar a responsabilidade da violência para a própria vítima, negando a presença de um agressor e retirando do Estado sua obrigação de zelar pelos direitos dessa criança. A omissão do Estado ao permitir que uma criança de 11 anos fosse constrangida publicamente a "aceitar" sua gravidez reforça a existência de um aparato normativo que atua para perpetuar violências, e não para erradicá-las. A análise da governamentalidade demonstra que não se trata apenas de um problema de gestão política, mas de um modelo estrutural que administra vidas de forma desigual, determinando quais corpos são passíveis de proteção e quais podem ser sacrificados em nome da moralidade social.

Dessa forma, deixamos como questionamento: até que ponto a estrutura democrática brasileira consegue garantir a proteção de meninas em situação de vulnerabilidade? O caso da criança de Santa Catarina expõe a fragilidade do sistema jurídico em assegurar direitos já estabelecidos em lei, demonstrando que, na prática, esses direitos são constantemente submetidos a interpretações conservadoras que negam a proteção a determinadas populações. A democracia se esvazia quando suas instituições falham em garantir os direitos dos mais vulneráveis e, pior, quando reproduzem discursos que contribuem para sua revitimização.

A necessidade de um debate crítico e aprofundado sobre essas práticas se impõe como urgência política e social. É fundamental problematizar não apenas a ação isolada

de uma juíza, mas o contexto mais amplo de normalização da violência institucional contra crianças-meninas em situação de vulnerabilidade. Isso implica questionar a atuação do Estado, da mídia, do sistema de assistência social e da própria sociedade civil, que muitas vezes se omite diante dessas violações.

A resistência ao silenciamento precisa vir acompanhada de ações concretas que garantam às crianças-meninas condições reais de existência. Isso passa pela efetiva aplicação da legislação vigente, pela responsabilização de agentes públicos que atuam de forma arbitrária e pela construção de espaços institucionais que assegurem a escuta e o acolhimento das vítimas. Mais do que um problema isolado, o caso da menina de Santa Catarina é um símbolo da violência de gênero enraizada nas estruturas políticas e sociais do Brasil.

Agradecimentos

A pesquisa que originou este artigo foi realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de bolsa de mestrado concedida a uma das pessoas autoras, Ana Beatriz Silva Brandão de Souza, vinculada à Universidade Estadual de Maringá. O financiamento, registrado sob o processo 88887.649934/2021-00, possibilitou uma análise aprofundada sobre a governamentalidade e as práticas antidemocráticas no controle dos corpos de crianças-meninas no Brasil. Expressamos nossa gratidão pelo suporte recebido, que permitiu o desenvolvimento desta investigação sobre um tema tão urgente e necessário. Esperamos que este estudo contribua para o debate acadêmico e social, ajudando a evidenciar e combater práticas que restringem direitos e perpetuam desigualdades.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra*: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BRASIL. *Código Penal*. Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 17 fev. 2025.

- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 17 fev. 2025.
- CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind Pollack. *Direitos Sexuais e Reprodutivos: uma perspectiva feminista*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1971.
- FOUCAULT, Michel. *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. São Paulo: Paz & Terra, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FRASER, Nancy. *Escalas de justiça: repensando a justiça em um mundo globalizado*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.
- NAVARRO, Pedro. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. *Moara*, Belém, v. 1, n. 57, p. 8-33, 2020
- PIRES, Thais; NASCIMENTO, Tânia. *Infância negada: adultização e violências contra crianças pobres no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2018.
- SANTANA, Denise. *Políticas do corpo: biopoder, gênero e violências*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1988.
- UNICEF. *Relatório sobre a infância no Brasil: desafios e desigualdades*. Brasília: UNICEF, 2023.

“[...] vá e honre os verdadeiros homens sanctos, será um herói, será o herói”: incitação ao terrorismo em comentários na *Dark Web* pelo viés da Metalinguística e da Criminologia Cultural

“[...] go and honor the true holy men, you will be a hero, you will be the hero”: incitement to terrorism in comments on the Dark Web from the perspective of Metalinguistics and of Cultural Criminology

Marcos Alexandre Fernandes Rodrigues¹

Resumo: A circulação de discursos de ódio na *Dark Web* tensiona direitos humanos e fundamentais, sobretudo o direito à vida, à igualdade e à liberdade, na medida em que fóruns como o Dogolachan se constituem como espaços de legitimação da violência. A radicalização assume a forma de rituais de iniciação e pertencimento, em que o massacre escolar é simbolizado como ato de purificação, heroísmo e performance subcultural. Este artigo tem como objetivo analisar dois comentários publicados no fórum da organização brasileira Dogolachan na *Dark Web*, a fim de compreender como os locutores expressam relações hierárquicas de poder e legitimação da violência em sua subcultura. O aporte teórico baseia-se no diálogo entre a Metalinguística e a Criminologia Cultural. A abordagem metodológica tem como critérios de seleção dos comentários: i) incitação ao terrorismo; ii) atualidade histórica; iii) potencial analítico-interpretativo. Os resultados indicam que, na subcultura extremista do fórum, o terrorismo é glorificado como ato heroico, e sua realização, para além das ameaças, eleva o sujeito a uma posição hierarquicamente superior nas relações de poder. Logo, realizar o “Actum Sanctum” (ato sagrado) significa se tornar um justiceiro-mártir contra “putas”, “gays” e “traficantes” da escola.

Palavras-chave: Metalinguística; Criminologia Cultural; Dogolachan; *Dark Web*; Massacres escolares.

Abstract: The circulation of hate speech on the Dark Web undermines human and fundamental rights, especially the right to life, equality, and liberty, to the extent that forums like Dogolachan constitute spaces for the legitimization of violence. The radicalization takes the form of rituals of initiation and belonging, in which the school massacre is symbolized as an act of purification, heroism, and subcultural performance. This article aims to analyze two comments published on the forum of the Brazilian organization Dogolachan on the Dark Web, in order to understand how the speakers express hierarchical relations of power and the legitimization of violence in their subculture. The methodological approach uses the following criteria for selecting comments: i) incitement to terrorism; ii) historical relevance; iii) analytical-interpretative potential. The results indicate that, in the extremist subculture of the forum, terrorism is glorified as a heroic act, and its realization, beyond threats, elevates the subject to a hierarchically superior position in power relations. Therefore, performing the “Actum Sanctum” (sacred act) means to become a vigilante-martyr against the school's “whores”, “gays” and “drug dealers”.

Keywords: Metalinguistics; Cultural Criminology; Dogolachan; Dark Web; School massacres.

¹ Doutorando em Letras na área de Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3858818733075901>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9695-229X>. E-mail: rodmaf2@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Introdução

A circulação de discursos de ódio e de incitação à violência em fóruns da *Dark Web* (Internet Obscura) tensiona direitos humanos e fundamentais². Fóruns como o da organização brasileira Dogolachan³, hospedados sob anonimato, funcionam como espaços discursivos em que a vida, a igualdade e a liberdade são relativizadas em nome de provas de pertencimento e lealdade ao glorificar massacres escolares. Por meio dessa radicalização, discursos que reinterpretem homicídios em massa são mobilizados para consolidar a coesão social dessa subcultura.

O anonimato garantido por tecnologias como o Tor, somado à ausência de moderação, contribui para que comentários extremistas se desloquem da *Surface Web* (Internet da Superfície) para a Internet Obscura (Jardine, 2019). Ainda que esse campo digital possa ser utilizado para fins legítimos, como a proteção de jornalistas ou ativistas, também abriga práticas de violência e de incitação a crimes (Kaur et al., 2023). Nesse horizonte, massacres como os de El Paso em 2019, antecidos por manifestos, materializam o potencial destrutivo da radicalização online que se expande para além do digital e se concretiza em eventos de violência letal (Jakubowicz, 2017).

Nesse contexto, o objetivo é analisar dois comentários publicados no fórum da organização brasileira Dogolachan na *Dark Web*, a fim de compreender como os locutores expressam relações hierárquicas de poder e legitimação da violência em sua subcultura. Esta pesquisa se justifica por três motivos: 1) relevância social e jurídica, porque é essencial para explicar como discursos de ódio desafiam direitos humanos e fundamentais; 2) aporte teórico interdisciplinar, pois a integração entre Metalinguística e Criminologia Cultural oferece uma abordagem teórica, analítica e interpretativa diante das relações hierárquicas de poder expressas em atos de linguagem como comentários; 3) impacto prático e preventivo, uma vez que assimilar os mecanismos de incitação à violência possibilita o desenvolvimento de estratégias de monitoramento e prevenção de crimes, especialmente massacres escolares.

² Os direitos fundamentais encontram-se positivados na ordem constitucional interna, a exemplo dos artigos 5º a 17 da Constituição Federal de 1988. Por sua vez, os direitos humanos estão consagrados em instrumentos da ordem internacional, como tratados e convenções. Alguns direitos, como o direito à vida, à igualdade e à liberdade, são simultaneamente fundamentais e humanos, refletindo sua proteção em ambas as esferas.

³ Segundo Rodrigues (2023b), "Dogolachan" está além de um mero fórum: é uma organização que possui relações com os massacres escolares de Realengo e Suzano, visto que, na interação entre membros, fornece manuais de como invadir instituições de educação. Em sua pesquisa, o autor analisou comentários dessa organização relacionados à negação da pandemia, ao estupro de vulnerável, ao estelionato, ao terrorismo, ao racismo e à misoginia.

O referencial teórico propõe uma interface entre Metalinguística de Bakhtin (2018 [1929]), Medviédev (2016 [1928]) e Volóchinov (2018 [1929], 2019), já que subsidiam o estudo da linguagem e do discurso, e Criminologia Cultural de Khaled Jr., e Dimou (2022), Khaled Jr, Linck e Carvalho (2022), Rocha e Silva (2014), Rocha (2013), dado que amparam o estudo do fenômeno criminoso pelos níveis fenomênico, subcultural e estrutural. Em colaboração, convocam-se Jani et al. (2024), Jakubowicz (2017), Jardine (2019), Kaur et al. (2023), tendo em vista que sustentam esta pesquisa em torno do campo digital da *Dark Web*.

A aproximação interdisciplinar entre Metalinguística e Criminologia Cultural torna-se necessária porque o fenômeno analisado consiste em comentários produzidos por uma subcultura criminosa na Internet Obscura, nos quais a prática criminal se materializa discursivamente. A Criminologia Cultural possibilita compreender o crime como performance simbólica, vinculada à produção de sentidos, hierarquias e formas de pertencimento subcultural, enquanto a Metalinguística permite analisar como essas relações se concretizam em enunciados concretos que legitimam a violência e estabelecem relações de poder entre os membros do fórum.

A metodologia adota as orientações de Rodrigues (2023a; 2023b; 2024; 2025) ao investigar, coletar, analisar e denunciar os comentários. Nessa linha, identificou-se a orientação ideológica da organização Dogolachan. Para observar, não houve qualquer interação entre pesquisador e membros, levando em consideração sua relação com massacres escolares. Escolheu-se registrar os comentários com o software *OBS Studio*, a fim de resguardar a fidedignidade do corpus. No fim, protocolou-se uma representação criminal ao Ministério Público Federal (MPF) no início de 2025.

Para esta pesquisa, estes foram os critérios de seleção: 1) incitação ao terrorismo; 2) atualidade histórica; 3) potencial analítico-interpretativo. Os critérios de seleção definidos se balizam diante de atentados escolares constitutivos do contexto nacional, como Rio de Janeiro (2011, RJ), Suzano (2019, SP), Aracruz (2022, ES), Vitória (2022, ES), Sapopemba (2023, SP), Estação (2025, RS), entre outros. Os comentários foram publicados, respectivamente, em 24 de fevereiro e 12 de abril de 2025. Já o potencial analítico-interpretativo assegura que os comentários sejam lidos para além da violação do direito penal, haja vista que se constituem como um fenômeno cultural, histórico e de linguagem, parte de uma subcultura criminal que expressa uma estrutura social.

Por fim, apresentam-se as seções desta pesquisa, além da Introdução e das Considerações Finais. A primeira seção, “Pressupostos da Metalinguística: o discurso como fenômeno dialógico e social”, pretende discutir os fundamentos da abordagem metalinguística do discurso. Em seguida, a seção “Pressupostos da Criminologia Cultural: o crime como fenômeno cultural e histórico” visa a explorar os fundamentos criminológicos da cultura. Por último, a seção “O terrorismo simbolizado como ato heroico: Metalinguística e Criminologia Cultural na análise de comentários da *Dark Web*” tem como finalidade contextualizar a Internet Obscura e analisar os comentários selecionados sob as lentes das abordagens teóricas.

Pressupostos da Metalinguística: o discurso como fenômeno dialógico e social

A Metalinguística, tal como delineada por Bakhtin (2018 [1929]), propõe um estudo do discurso em sua integralidade concreta e viva, distinguindo-se da abordagem da linguística positivista que abstrai certos aspectos da vida do discurso para fins metodológicos. Enquanto a linguística examina a linguagem como sistema e suas unidades – palavras, morfemas, orações –, as “[...] relações dialógicas (inclusive as relações dialógicas do falante com sua própria fala) são objetos da metalinguística” (Bakhtin, 2018 [1929], p. 208). Logo, concentra-se nos aspectos do discurso que ultrapassam esses limites, abrangendo a comunicação dialógica e as relações de posição presentes em cada enunciado.

Uma das noções centrais da Metalinguística é a de “relações dialógicas” (Bakhtin, 2018 [1929], p. 208) que se manifestam entre enunciados integrais e podem atravessar palavras, estilos de linguagem e até dialetos sociais. Essas relações são irreduzíveis às relações lógico-semânticas da língua e só se concretizam quando se tornam discurso, ou seja, quando adquirem autoria e posição semântica específica. Cada enunciado expressa uma posição de seu autor e cria possibilidades de resposta e reação dialógica por parte de outros sujeitos. Assim, a comunicação dialógica constitui o verdadeiro campo da vida da linguagem e impregna toda a atividade discursiva, seja cotidiana, científica ou artística.

A Metalinguística, ao estudar a vida concreta do discurso, reconhece que o enunciado é um fenômeno histórico e socialmente situado. Medviédev (2016 [1928]) enfatiza que a simples análise linguística das palavras e das estruturas gramaticais não é suficiente para interpretar o funcionamento do discurso: é necessário recorrer à

valoração social que transforma as possibilidades abstratas da língua em fatos concretos da realidade discursiva. A valoração social permite explicar por que determinadas palavras e combinações gramaticais são escolhidas em contextos específicos e demonstra como o enunciado se organiza em função das relações sociais e das condições históricas dos grupos que o produzem.

Mesmo que esses grupos sociais compartilhem o mesmo léxico e as mesmas regras gramaticais, as palavras adquirem novos sentidos, valores e hierarquias em cada enunciado, de acordo com as premissas socioeconômicas e culturais que fundamentam suas vidas (Medviédev, 2016 [1928]). Assim, a valoração social atua como mediadora entre a língua enquanto sistema abstrato e o enunciado como realidade concreta, com o fim de orientar tanto a seleção das formas linguísticas quanto a construção dos sentidos. Mesmo o enunciado interno, ou fala interior, é atravessado por essa orientação social, pois se dirige a um auditório hipotético.

A perspectiva de Medviédev (2016 [1928]) evidencia que cada enunciado é inseparável do sentido e da realidade que o atravessa, visto que a valoração social é o elemento que organiza a comunicação social. Dessa forma, a análise metalinguística deve considerar a materialidade do enunciado e sua função social e histórica, permitindo explicar como discursos constroem sentidos, legitimam posições de poder e produzem coesão interna nos grupos que os circulam.

Em continuidade, Volóchinov (2019) observa que todo discurso é dialógico, orientado para outra pessoa, para sua compreensão e resposta real ou possível, e que essa orientação depende inevitavelmente das relações sócio-hierárquicas entre os interlocutores. A posição social do locutor e do interlocutor, bem como as condições concretas do enunciado – incluindo fatores como classe, profissão, título ou capital – influenciam a forma e o conteúdo. Assim, o enunciado deve ser entendido como ato social situado, cuja significação se constrói a partir do contexto de interação e das hierarquias presentes no auditório.

A orientação social do enunciado, portanto, é uma força organizadora que articula a forma e o conteúdo com o contexto social em que ocorre. Volóchinov (2019) enfatiza que o sentido de um enunciado vai além do dito, uma vez que engloba subentendidos e o horizonte semântico compartilhado pelos interlocutores. Esses elementos implicam que a compreensão do discurso requer a apreensão das relações de poder que permeiam o ato de linguagem, isto é, das expectativas e respostas do auditório que (con)formam o

modo como o enunciado se realiza e é interpretado. Dessa forma, o enunciado é um espaço de negociação social e de circulação de valores e sentidos.

Como parte disso, o signo ideológico⁴, nas formulações de Medviédev (2016 [1928]) e Volóchinov (2018 [1929]), manifesta-se em múltiplas materialidades – verbal, vocal e visual – e constitui-se sempre de um processo semântico-axiológico. Nesse horizonte, o signo cumpre uma dupla função: de um lado, o reflexo linguístico que projeta o significado de acordo com as convenções do sistema da língua; de outro, a refração discursiva, pela qual esse significado se reorienta em sentidos concretos situados em contextos sociais e históricos específicos. Essa refração demonstra que a produção de significação não é neutra nem transparente, mas antes objeto de permanente disputa ideológica. É nesse embate que diferentes hierarquias de poder – como o heteropatriarcalismo, o racismo e o capitalismo – se inscrevem e se atualizam na linguagem, fazendo do signo o lugar privilegiado em que se conflitam as tensões sociais. Assim, cada enunciado não apenas reflete uma realidade, mas refrata essa realidade a partir das posições axiológicas de quem o produz e das forças sociais que o atravessam.

Logo, a Metalinguística fornece uma abordagem para analisar discursos como os veiculados em fóruns da Internet Obscura, em que a radicalização e a coesão de subculturas criminosas se manifestam em atos de linguagem que mobilizam enunciados carregados de valoração social e orientação sócio-hierárquica. A abordagem permite explicar como a escolha lexical, a construção sintática e a orientação para o auditório constituem práticas discursivas que reproduzem ou contestam hierarquias, consolidam identidades subculturais e legitimam ações de violência, o que oferece, assim, um quadro interpretativo para a análise dos comentários do Dogolachan.

Pressupostos da Criminologia Cultural: o crime como fenômeno cultural e histórico

⁴ Ao conceber a comunicação como o espaço do fenômeno ideológico, Medviédev (2016 [1928]) estuda que o signo não preexiste à interação social, mas nela se constitui. Quando Medviédev (2016 [1928], p. 50) afirma que “A comunicação é aquele meio no qual um fenômeno ideológico adquire, pela primeira vez, sua existência específica, seu significado ideológico, seu caráter de signo”, ele desloca o signo do plano abstrato da língua para a interação social. Essa mesma orientação teórica é aprofundada por Volóchinov (2018 [1929], p. 98), para quem “A realidade do signo é inteiramente determinada por essa comunicação”, sendo o signo a própria materialização da interação social. Em ambos os autores, portanto, o signo ideológico, além de refletir e refratar a realidade, é compreendido como um fenômeno socialmente situado, inseparável das condições históricas, sociais e valorativas da comunicação, o que fundamenta uma concepção de linguagem dialógica e ideológica.

A Criminologia Cultural é uma abordagem que pretende perceber o crime e o controle da criminalidade como fenômenos essencialmente culturais. Mais do que simples violações do direito penal, os atos criminosos e as práticas de repressão que lhes correspondem são produtos simbólicos e criativos, carregados de significados que ultrapassam tanto o reducionismo jurídico-penal quanto as explicações puramente estruturais. Nesse sentido, como destacam Khaled Jr., Linck e Carvalho (2022), tanto o crime quanto o seu controle devem ser lidos como construções culturais, constituídas por performances, linguagens, estilos e símbolos que traduzem tensões sociais mais amplas.

A perspectiva cultural exige que o pesquisador rastreie os significados do fenômeno criminoso em três níveis interdependentes: o plano fenomenológico (micro), a dimensão subcultural (meso) e o contexto estrutural (macro). Cada um deles contribui para um entendimento mais amplo do crime, de modo que sua análise isolada se torna insuficiente (Khaled Jr., Linck, Carvalho, 2022). No plano fenomenológico, estão presentes as experiências existenciais e emocionais dos sujeitos envolvidos: o risco, a excitação, a humilhação, o desejo de vingança, a indignação ou ainda a arrogância e a busca de reconhecimento. Essas emoções atravessam tanto o praticante quanto a vítima e os agentes de controle, compondo uma dinâmica intersubjetiva que se traduz na performance do crime.

Essa dimensão afetiva foi também salientada por Rocha e Silva (2014) ao sublinharem que compreender o crime implica investigar os estados emocionais de seus protagonistas, marcados por sentimentos de humilhação, excitação ou desejo de vingança. Contudo, como observam os autores, a emoção não pode ser reduzida a um elemento isolado: ela deve ser contextualizada em um horizonte social mais amplo. A dialética entre emoção, (auto)controle e transgressão se manifesta de modo característico na pós-modernidade, marcada pela busca incessante por reconhecimento (Rocha, Silva, 2014). Assim, práticas desviantes passam a funcionar como estratégias de “perda controlada de controle”, nas quais o sujeito arrisca-se justamente para afirmar-se diante da instabilidade estrutural que o circunda.

É nesse ponto que a dimensão subcultural ganha relevo. O crime, consoante Rocha (2013), pode se originar de subculturas (con)formadas por estilos, símbolos e convenções sociais próprias. Longe de serem simples desvios individuais, essas práticas compõem formas coletivas de produção de sentido, reforçando a identidade e o pertencimento dos sujeitos. As subculturas, ao mesmo tempo em que dialogam com a

cultura mais ampla, desafiam-na por meio de estéticas e linguagens próprias – códigos, gírias, imagens, vestimentas e gestos que delimitam fronteiras e sustentam o “status” marginalizado de seus membros. Nessa interação, a transgressão converte-se em experiência compartilhada, em performance estilizada que devolve ao grupo emoções coletivas e sentidos de vida que o sistema dominante tende a negar.

Essa leitura é reforçada por Khaled Jr., e Dimou (2022, p. 92), quando propõem a ideia de “vontade de representação” como chave para analisar o crime. A transgressão, nesse prisma, não é apenas uma violação legal, mas uma encenação performática, excitante e pública, mediante a qual o sujeito afirma sua masculinidade, intimida inimigos simbólicos e reivindica poder dentro de sua subcultura. Trata-se de um espetáculo produzido no interior da modernidade tardia, em meio a crises de democracia e hegemonia, no qual o crime funciona como signo de visibilidade e estratégia de empoderamento.

Contudo, a análise da subcultura não pode se desvincular do pano de fundo estrutural. Khaled Jr., Linck e Carvalho (2022) apontam que os significados do crime são também determinados por condições materiais vinculadas ao capitalismo global, à modernidade tardia e à lógica penal. Rocha (2013, p. 127) reforça esse aspecto ao distinguir entre “emoções morais” (humilhação, vingança, indignação) e “condições materiais” (classe, gênero, etnia) que se entrelaçam na gênese do fenômeno criminoso. Assim, o crime, embora estilizado e ressignificado pelas subculturas, não pode ser compreendido sem referência às desigualdades sociais, às formas de exclusão e à atuação do sistema penal que, por sua vez, deve ser interpretado como produto cultural (Rocha, 2013).

Por conseguinte, a Criminologia Cultural sustenta uma perspectiva que recusa o populismo penal⁵ e, com ele, a hipertrofia da legislação penal para o tratamento do crime. Para Rocha (2013), trata-se de uma disciplina essencialmente interdisciplinar que recorre à sociologia, ao direito penal, à antropologia, à filosofia, aos estudos midiáticos e culturais, à geografia humana, aos estudos urbanos e aos movimentos sociais. Essa abertura

⁵ O populismo penal pode ser definido como uma abordagem político-criminal que utiliza o discurso punitivo de forma simplista e sensacionalista, a fim de atender demandas populares por maior rigor penal, normalmente em resposta a clamores públicos por segurança. Caracteriza-se pela promoção de políticas criminais que privilegiam medidas repressivas, como o aumento de penas e a criação de novos tipos penais, sem necessariamente considerar a eficácia dessas medidas ou suas consequências sociais, visando a conquistar apoio político por meio de apelos emocionais e midiáticos.

teórica e metodológica reflete a complexidade do objeto: um crime que é simultaneamente performance individual, prática subcultural e expressão estrutural.

Nesse horizonte, as práticas desviantes revelam-se como expressões criativas que comunicam identidades e contestam hierarquias. Elas são encenações que, em muitos casos, não se explicam por critérios de nocividade, mas por relações de poder que definem o que é crime e o que não é (Khaled Jr., Dimou, 2022). Em um mundo marcado pela saturação de imagens e espetáculos, o crime torna-se uma linguagem – uma forma de inscrição no espaço social, de afirmação de pertencimento e de resistência cultural.

Portanto, analisar a subcultura criminal implica olhar para as performances que organizam emoções e estilos, para as condições estruturais que produzem desigualdades e para os significados coletivos que emergem desse encontro. A Criminologia Cultural, ao articular os níveis fenomenológico, subcultural e estrutural, oferece uma abordagem capaz de captar o crime não como simples transgressão normativa, mas como ato simbólico, criativo e dialógico com a cultura. O crime e seu controle são expressões das tensões que atravessam a modernidade tardia, de modo a demonstrar as disputas por reconhecimento, poder e identidade que marcam tanto as margens quanto o centro da sociedade contemporânea.

O terrorismo simbolizado como ato heroico: Metalinguística e Criminologia Cultural na análise de comentários da *Dark Web*

Nesta seção, pretende-se discutir a respeito da Internet Obscura e, com esse contexto, analisar os comentários selecionados. Assim, compreende-se que a internet normalmente acessada – Google, Youtube, redes sociais ou *sites* de notícias – é chamada de Internet da Superfície. Contudo, isso não é tudo: existe a *Deep Web* (Internet Profunda) que inclui conteúdos não acessíveis por buscadores, como bancos de dados, sites institucionais internos ou contas protegidas por senha.

Há também a Internet Obscura, que é parte da Internet Profunda, e só pode ser acessada com determinados programas, como o *Tor* (The Onion Router). Outros sistemas, como I2P e Freenet, também existem, mas são bem menos populares. O anonimato proporcionado faz desse espaço digital algo ambíguo: pode ser um refúgio para jornalistas, ativistas e denunciadores em países onde há censura, mas também um território usado para atividades criminosas.

O problema pode ser exemplificado pelo ataque em El Paso, em 2019, quando Patrick Crusius matou 22 pessoas em um Walmart no Texas. Minutos antes, ele havia publicado um manifesto racista no fórum 8Chan, inspirado em discursos extremistas que já circulavam online. Esse caso mostra como discursos de ódio, desinformação e propaganda radical podem começar na Internet da Superfície, ganhar visibilidade e, quando moderados ou retirados, migrar para a Internet Obscura – em que encontram menos barreiras para circular.

Eric Jardine (2019) divide esse processo em três etapas: 1) aparecimento, quando conteúdos radicais surgem em plataformas comuns; 2) moderação, momento em que as plataformas removem o material e os autores buscam alternativas; e 3) deslocamento, fase em que o conteúdo migra para a Internet Obscura, onde há menos controle e mais anonimato.

Pesquisadores como Kaur et al. (2023) e Jani et al. (2024) demonstram que a Internet Obscura constitui um ambiente onde diversas atividades ilegais prosperam devido à dificuldade de identificação de seus usuários. Entre os principais riscos documentados estão: o tráfico de drogas, incluindo cocaína, heroína e opioides vendidos sem prescrição; o comércio ilegal de armas, como pistolas, munição e explosivos; o tráfico de pessoas, com anúncios de exploração sexual e trabalho forçado; cibercrimes, que abrangem a compra e a venda de dados pessoais, a clonagem de cartões e a oferta de serviços de hackers; a distribuição de malware, como vírus e programas concebidos para subtrair informações ou danificar dispositivos; e o extremismo, manifestado em fóruns utilizados por grupos terroristas e neonazistas para divulgar propaganda, recrutar membros e instruir sobre ataques. Essa realidade evidencia que a Internet Obscura opera como um mercado paralelo no qual produtos e serviços ilícitos são comercializados, geralmente por meio de criptomoedas como o Bitcoin.

Um dos maiores debates sobre a Internet Obscura é o equilíbrio entre liberdade de expressão e segurança pública. Como lembram Jani et al. (2024), a mesma estrutura que protege jornalistas e dissidentes também dá espaço para discursos de ódio, exploração infantil ou propaganda terrorista. Regular esse ambiente é um desafio. Como aponta Jakubowicz (2017), a própria lógica da internet – que valoriza a liberdade, o anonimato e a pouca regulação – favorece a circulação de conteúdos nocivos.

Em razão disso, leia-se o enunciado que se apresenta a seguir:

Quadro 1. Quem sabe eu realize meu *Actum Sanctum*.

1	Minha escola está cheia de putas, gays e traficantes. Quem sabe se ano que vem
2	eu realize meu <i>Actum Sanctm</i> .

Fonte: Dogolachan (2025)

Pela abordagem da Metalinguística, esse enunciado não pode ser reduzido a uma simples combinação de unidades linguísticas, porque deve ser entendido como ato social concreto. Conforme Bakhtin (2018 [1929]), Medviédev (2016 [1928]) e Volóchinov (2019), todo enunciado é essencialmente dialógico, orientado para um auditório real ou possível, e atravessado pelas hierarquias sociais que organizam as relações entre os sujeitos. Aqui, o sujeito locutor, mais que descrever um ambiente escolar, refrata ideologicamente esse espaço por meio de determinadas palavras, como “putas”, “gays” e “traficantes” (linha 1), que operam como signos ideológicos. Esses signos refletem, no nível do significado, uma realidade percebida e a refratam no nível do sentido, ressignificando-a como degenerada, impura e indigna em contraste com o ato sagrado referenciado como “*Actum Sanctm*” (linha 2) que o locutor ameaça realizar.

Essa refração discursiva apresenta uma hierarquia implícita que o locutor reivindica: ele se posiciona acima da coletividade descrita, arrogando a si o direito de exercer violência corretiva ou purificadora. Essa orientação valorativa manifesta a função social do enunciado – legitimar, perante um auditório subcultural, a possibilidade de uma ação violenta. A valoração social, como observa Medviédev (2016 [1928]), é aqui decisiva: palavras ofensivas ganham peso não apenas pelo léxico, mas pelo campo axiológico em que circulam, um espaço discursivo extremista em que tais insultos são reforçados, replicados e valorizados como expressões de autenticidade e poder.

A Criminologia Cultural complementa essa leitura ao demonstrar que o enunciado deve ser compreendido como performance simbólica, situada no entrecruzamento dos planos fenomenológico, subcultural e estrutural (Khaled Jr., Linck, Carvalho, 2022). No nível fenomenológico, o comentário carrega uma carga afetiva de humilhação e indignação. A escola – instituição de socialização – é ressignificada como lugar de decadência, povoado por “inimigos” simbólicos. Essa percepção mobiliza emoções intensas, como ressentimento e desejo de vingança, que, conforme Rocha e Silva (2014), são centrais na constituição da experiência criminosa contemporânea.

No plano subcultural, o enunciado opera como marcador identitário que valoriza a violência como espetáculo e forma de reconhecimento. A menção ao “*Actum Sanctm*”

(linha 2) inscreve o locutor em uma estética compartilhada, em que massacres escolares e atentados são ressignificados como rituais de purificação ou de glória. Como observa Rocha (2013), a subcultura oferece um repertório de signos, estilos e símbolos, pelo qual legitima a transgressão como linguagem coletiva. Nesse sentido, a ameaça velada não é dirigida apenas ao ambiente escolar, e sim, sobretudo, ao auditório do fórum da organização Dogolachan que reconhece nesse gesto uma afirmação de masculinidade, poder e pertencimento. Trata-se, como sugerem Khaled Jr., e Dimou (2022), de uma “vontade de representação”: o desejo de encenar, no campo simbólico, um ato que projete visibilidade e intimidação.

Desse modo, no plano estrutural, a ameaça refrata tensões mais amplas da sociedade contemporânea: os signos “putas”, “gays” e “traficantes” (linha 1) não são meras ofensas casuais, mas condensam ideologias dominantes que perpetuam desigualdades sociais, de gênero e econômicas na modernidade tardia. O signo “putas” evoca uma misoginia estrutural enraizada no patriarcado, em que a sexualidade feminina é estigmatizada como ameaça à ordem moral. Já “gays” refrata a homofobia institucionalizada, (con)formada por discursos conservadores e religiosos que marginalizam identidades LGBTQIAPN+. Por último, “traficantes” referencia o narcotráfico como sintoma de desigualdades profundas, pobreza urbana e falência de políticas públicas que transformam jovens em inimigos internos em um cenário de guerra às drogas que serve para gerir populações descartáveis no neoliberalismo.

Na relação entre Metalinguística e Criminologia Cultural, percebe-se que esse enunciado é, simultaneamente, ato discursivo e ato cultural: pela linguagem, o locutor constrói fronteiras simbólicas, inferioriza grupos sociais e projeta uma hierarquia em que ele se coloca como portador da violência legítima. O signo ideológico, aqui, condensa essa operação, funcionando tanto como reflexo linguístico de uma realidade (a escola, os colegas) quanto como refração discursiva que os ressignifica em inimigos a serem eliminados. Nesse processo, o discurso é uma performance subcultural que antecipa e legitima possíveis práticas criminais, reforçando laços de coesão na subcultura digital e reproduzindo, ao mesmo tempo, tensões estruturais da modernidade tardia.

Logo, a análise permite perceber que o enunciado publicado no fórum da organização Dogolachan não é um simples insulto ou ameaça isolada: é um ato simbólico carregado de ideologia e emoção que articula linguagem, poder e subcultura. Ele mostra como a violência, antes de ser ação física, é produzida e legitimada discursivamente,

consolidando hierarquias e identidades que ressignificam o crime como espetáculo e como forma de pertencimento.

Quadro 2. Você sabe muito bem o que fazer.

1	E então, vai ficar por isso mesmo, ou vamos parar com essas falácias e começar
2	a agir? Você sabe muito bem o que fazer. E que sua vida vai ter novo significado
3	limpado essa escória, crie coragem! 'Quem sabe se ano que vem' DEIXE DE SER
4	UMA PUTA MEDROSA, TENHA CERTEZA. Nós sabemos que é capaz, vá e
5	honre os verdadeiros homens sanctos, será um herói, será o herói! Estamos esperando...

Fonte: Dogolachan (2025)

Pela abordagem da Metalinguística, esse enunciado opera como uma resposta que refrata o discurso inicial do interlocutor, reposicionando sua hesitação como fraqueza a ser superada. A orientação dialógica não apenas contesta a inação, chamando o interlocutor de “puta medrosa” (linha 3), mas projeta a violência como única via para a autenticidade. O discurso se estrutura em torno de uma tensão ideológica: de um lado, a “escória” a ser eliminada; de outro, os “verdadeiros homens sanctos” (linha 4), símbolo que confere ao locutor inicial o papel de herói potencial. Essa situação, como aponta Volóchinov (2019), depende de um auditório que compartilha signos e valores, o que torna esse enunciado um chamado à ação.

O signo ideológico, nesse caso, atua em dois níveis: reflexo linguístico com significado – o vocabulário ofensivo, “escória” (linha 2) e “puta medrosa” (linha 3), nomeia o “outro” e o próprio locutor inicial, a fim de instituir papéis dentro da interação; refração discursiva com sentidos – esse vocabulário não apenas insulta, mas ressignifica a realidade ao atribuir ao hesitante a responsabilidade de tornar-se herói e ao ato violento a condição de redenção.

A Criminologia Cultural permite perceber que esse enunciado se constitui como rito de passagem simbólico na subcultura. Se o primeiro comentário era hesitante, este segundo tenta se transformar em ação. No nível fenomenológico, percebe-se a mobilização de emoções intensas: humilhação “puta medrosa” (linha 3), coragem “crie coragem” (linha 3), orgulho e promessa de reconhecimento “será um herói” (linha 5). Essa expressão emocional, como destacam Rocha e Silva (2014), é fundamental para a constituição da experiência criminosa, pois organiza a performance e legitima a transgressão como forma de visibilidade.

No nível subcultural, o enunciado cumpre a função de reprodução de normas internas. O “herói sancto” é um símbolo compartilhado, cultivado e reproduzido no fórum digital extremista. Assim, a resposta inscreve o ato do interlocutor em uma tradição, garantindo-lhe pertencimento e reconhecimento. Como observa Rocha (2013), as subculturas delimitam fronteiras e oferecem repertórios estilizados de ação; aqui, esse repertório é a figura do mártir-justiceiro, o sujeito que mata para “purificar” e que, ao fazê-lo, se converte em espetáculo e referência coletiva.

Já no nível estrutural, a resposta reflete que o ato violento é apresentado como solução para a ausência de sentido: “sua vida vai ter novo significado”. Nesse sentido, o enunciado reforça a perspectiva de Khaled Jr., e Dimou (2022), segundo a qual o crime, na contemporaneidade, opera como “vontade de representação”, uma forma de encenação performática que dá ao indivíduo a ilusão de poder e visibilidade em meio à invisibilidade e precariedade.

Essa análise interdisciplinar das abordagens da Metalinguística e da Criminologia Cultural pode ser aprofundada ao examinar signos-palavras materializados no enunciado. Na afirmação “vai ficar por isso mesmo, ou vamos parar com essas falácias e começar a agir?” (linha 1), a palavra “falácias” critica o enunciado anterior, transformando-o em fala vazia, desprovida de eficácia. Do ponto de vista metalinguístico, esse signo funciona como refração da própria prática discursiva: o falar sem agir é construído como fraqueza, em contraste com a coragem de transformar palavras em ato. Do ponto de vista criminológico da cultura, esse movimento marca a transição da fantasia para a performance: o discurso, considerado insuficiente, deve converter-se em prática violenta como única via de autenticidade e pertencimento subcultural.

Outro signo relevante é a afirmação “você sabe muito bem o que fazer” (linhas 1 e 2). Não há necessidade de detalhar o ato esperado, pois o horizonte semântico compartilhado no fórum já supre essa lacuna. Metalinguisticamente, como observa Volóchinov (2019), esse enunciado só se realiza porque pressupõe um auditório. Do ponto de vista da Criminologia Cultural, o signo reforça a coesão subcultural ao indicar que a norma compartilhada é tácita, evidente, dispensando explicações: o verdadeiro membro sabe o que se espera dele.

Ainda mais significativa é a afirmação “sua vida vai ter novo significado limpando essa escória” (linha 2). O signo “novo significado” projeta o ato violento como rito de passagem. A violência aparece como gesto de redenção pessoal. Aqui, a Metalinguística

permite compreender como a refração discursiva ressignifica a experiência individual em heroica: o sentido do “novo significado” oferece ao sujeito um horizonte de reconhecimento. Na Criminologia Cultural, esse mesmo signo traduz a crença da “vontade de representação” (Khaled Jr., Dimou, 2022), em que o crime é encenado como espetáculo capaz de dar visibilidade e valor a quem, fora da subcultura, vivencia invisibilidade e precariedade.

Merece destaque a repetição enfática de “será um herói, será o herói!” (linhas 4 e 5). O signo “herói” é apropriado e ressignificado. Em vez de designar uma figura tradicional de nobreza ou justiça, ele é convertido em símbolo subcultural. Metalinguisticamente, o uso reiterado e intensificado refrata a hesitação inicial, substituindo a dúvida pela certeza de uma identidade glorificada. No plano da Criminologia Cultural, o signo conecta o ato violento à promessa de pertencimento e status dentro da subcultura, funcionando como dispositivo de sedução simbólica: o reconhecimento coletivo só se concretiza através da performance transgressora.

Finalmente, a análise desses signos permite entender que cada palavra escolhida cumpre a função de deslocar a hesitação para a ação, de transformar a dúvida em certeza, de converter o sujeito comum em “herói sancto”. O discurso, portanto, legitima a violência e a investe de sentido, apresentando-a como via de redenção pessoal, reconhecimento coletivo e afirmação subcultural. Logo, a vida, a igualdade e a liberdade, enquanto direitos humanos e fundamentais, são relativizadas como prova de pertencimento e lealdade.

Considerações Finais

A análise dos enunciados do fórum Dogolachan demonstra como a Internet Obscura opera como espaço de circulação de discursos de ódio e de produção de sentidos que tensionam direitos humanos e fundamentais. O direito à vida, à igualdade e à liberdade encontra-se diretamente afrontado, na medida em que esse fórum permite e estrutura práticas de legitimação da violência.

Os dois comentários examinados permitem compreender a presença de relações hierárquicas de poder internas à subcultura digital extremista. No primeiro enunciado, a hesitação se expressa como dúvida que pretende uma legitimação coletiva antes de agir. Já no segundo, observa-se a intervenção de um locutor que, mobilizando signos de

insulto, heroísmo e purificação, ressignifica a hesitação em exigência de performance, reforçando a coesão grupal e a ideologia subcultural da violência.

Do ponto de vista da Metalinguística, foi possível entender que tais enunciados não são expressões individuais isoladas, mas refratam valores que circulam pelo fórum da organização e se constituem por meio da relação dialógica entre sujeitos. Do ponto de vista da Criminologia Cultural, verificou-se que o crime – em especial o de incitar o terrorismo em ambiente escolar – é simbolizado como ato de performance subcultural, investido de sentidos afetivos e simbólicos que o projetam como rito de passagem, espetáculo e forma de reconhecimento. A violência apresentada oferece o status de justiceiro-mártir, um lugar de visibilidade e prestígio dentro do grupo.

Conclui-se, portanto, que fóruns da Internet Obscura, como o Dogolachan, funcionam como espaços de discursos radicais e de socialização, em que a linguagem atua como dispositivo de incitação, pertencimento e legitimação. A análise demonstra que compreender esses fenômenos exige reconhecer a linguagem como prática social atravessada por relações de poder e por dinâmicas subculturais que tornam o crime signo de poder e identidade.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 5. ed. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018 [1929].
- BERNARDO, André. Massacre de Realengo: os 10 anos do ataque a escola que deixou 12 mortos e chocou o Brasil, *BBC News Brasil*, abr. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56657419>. Acesso em: 24 ago. 2025.
- KHALED JR., Salah; DIMOU, Eleni. Da criminologia crítica à criminologia cultural: explorando novas avenidas de investigação para o desenvolvimento da criminologia crítica brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 193, 2022. Disponível em: <https://www.publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/RBCCCRIM/article/view/200>. Acesso em: 24 ago. 2025.
- GAMA, Guilherme. Aluna que presenciou atentado em escola de Suzano (SP) será indenizada. *CNN Brasil*, jul. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/sp/aluna-que-presenciou-atentado-em-escola-de-suzano-sp-sera-indenizada/>. Acesso em: 24 ago. 2025.
- GUARESQUI, Álvaro. Ex-aluno que invadiu escola em Vitória e o pai são indiciados. *G1 Globo*, set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2022/09/29/ex-aluno-que-invadiu-escola-em-vitoria-e-o-pai-sao-indiciados.gh.html>. Acesso em: 24 ago. 2025.

FILHO, Herculano Barreto. Aracruz: rapaz que matou 4 e feriu 12 é sentenciado a 3 anos de internação. *Uol*, jul. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/12/07/aracruz-sentenca-adolescente-4-mortos-escolas-internacao-3-anos.htm>. Acesso em: 24 ago. 2025.

JAKUBOWICZ, Andrew. Alt-right White Lite: trolling, hate speech and cyberracism on social media. *Cosmopolitan Civil Societies: an Interdisciplinary Journal*, v. 9, n. 3, 2017. Disponível em: <https://search.informit.org/doi/epdf/10.3316/informit.309784538174296>. Acesso em: 24 ago. 2025.

JANI et al. Hidden Networks: A Comprehensive Study of Dark Web Dynamics. *International Journal of Innovative Research in Computer and Communication Engineering*, v. 12, n. 10, 2024. DOI: <http://10.15680/IJIRCCE.2024.1210008>. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/384738181_Hidden_Networks_A_Comprehensive_Study_of_Dark_Web_Dynamics. Acesso em: 24 ago. 2025.

JARDINE, Eric. Online content moderation and the Dark Web: Policy responses to radicalizing hate speech and malicious content on the Darknet. *First Monday*, v. 24, n. 12, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5210/fm.v24i12.10266>. Disponível em: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/10266>. Acesso em: 24 ago. 2025.

KAUR et al. The dark web: A hidden menace or a tool for privacy protection. *IP International Journal of Forensic Medicine and Toxicological Sciences*, v. 8, n.4, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18231/j.ijfmts.2023.034>. Disponível em: <https://ijfmts.com/archive/volume/8/issue/4/article/2352#article>. Acesso em: 24 ago. 2025.

KHALED JR., Salah; LINCK, José Antônio Gerzon; CARVALHO, Salo de. A criminologia cultural e a sua recepção no Brasil: relato parcial de uma história por ser escrita. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 193, n. 193, 2022. Disponível em: <https://www.publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/RBCCRIM/article/view/223>. Acesso em: 24 ago. 2025.

MEDVIÉDEV, Pável. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Américo. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016 [1928].

PATRIARCA, Paola. Após ataque com morte, aulas em escola da Zona Leste de SP retomam com atividades de acolhimento, psicólogos e vigilante. *G1 Globo*, nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/11/06/apos-ataque-com-morte-aulas-em-escola-da-zona-leste-de-sp-retomam-com-atividades-de-acolhimento-psicologos-e-vigilante.ghtml>. Acesso em: 24 ago. 2025.

ROCHA, Álvaro Oxley da. Crime e controle da criminalidade no Brasil: as contribuições da criminologia cultural ao debate. *Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 15, n. 2, 2013. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/11221/2/Crime_e_controle_da_criminalidade_no_Brasil_as_contribuicoes_da_Criminologia_Cultural_ao_debate.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

ROCHA, Álvaro Oxley da; SILVA, Simone Schuck. da. A dinâmica emocional do desvio: uma análise em criminologia cultural. *Revista do CEJUR/TJSC*, v. 1, n. 2, p. 265–283,

2014. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/11225/2/A_Dinamica_Emocional_do_Desvio_uma_analise_em_criminologia_cultural.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.
- RODRIGUES, Marcos Alexandre Fernandes. *Racismo, segregação e morte: análise dialógica do discurso das organizações Ku Klux Klan e White Lives Matter em mídias digitais*. 2023a. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2023a. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/3d820364b0f22760876025fab7fa0cae.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2025.
- RODRIGUES, Marcos Alexandre Fernandes. No submundo do terror e da conspiração no Telegram: a construção estilística do discurso de membros-integrantes da organização Dogolachan. *Revista Heterotópica*, v. 5, n. 1, 2023b. DOI: <https://doi.org/10.14393/HTP-v5n1-2023-68020>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/68020>. Acesso em: 24 ago. 2025.
- RODRIGUES, Marcos Alexandre Fernandes. Exposição de dados íntimos para a humilhação: uma abordagem dialógico-discursiva para um comentário do subfórum /55chan/, do EndChan. *Diálogo das Letras*, v. 13, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22297/2316-17952024v13e02422>. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/6102>. Acesso em: 24 ago. 2025.
- RODRIGUES, Marcos Alexandre Fernandes. O renascimento do Dogolachan na Deep Web: apologia e incentivo ao estupro e ao terrorismo em comentários pelo viés da Análise Dialógica do Discurso e da Criminologia Cultural. *Linha D'Água*, USP, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 424-444, 2025. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v38i2p424-444>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/linhadagua/article/view/234187>. Acesso em: 8 dez. 2025.
- SCOTT, Carolina. Saiba o estado de saúde das vítimas do ataque em escola do RS. *ND+*, jul. 2025. Disponível em: <https://ndmais.com.br/seguranca/como-estao-as-vitimas-do-ataque-em-escola-em-estacao-rs/>. Acesso em: 24 ago. 2025.
- VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018 [1929].
- VOLÓCHINOV, Valentin. *A palavra na vida e a palavra na poesia*: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

Diagnóstico do presente na análise de discursos

Diagnostic du présent dans l'analyse des discours

Sandson de Souza Costa¹

Resumo: Este artigo explora as contribuições de Michel Foucault para a Análise do Discurso (AD), focalizando as concepções de história e diagnóstico do presente como ferramentas para investigar as possibilidades críticas da AD. O objetivo é discutir como empregar o diagnóstico do presente na análise discursiva, tomando o *slogan* bolsonarista “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” como objeto de estudo. Considera-se que esse enunciado emerge de condições de produção específicas, marcadas pela crise institucional e moral que atravessou o Brasil em 2018, pela retomada de discursos nacionalistas e religiosos, e pela circulação massiva de enunciados sacro-políticos nas mídias e nas práticas públicas. O *slogan* é examinado como uma materialidade discursiva que condensa sentidos provenientes de formações discursivas militaristas, religiosas e moralistas. A metodologia proposta é um exercício analítico de base arqueogenealógica, que considera as condições de emergência, os efeitos de verdade e as articulações do enunciado com discursos de poder-saber da racionalidade político-religiosa contemporânea. Demonstra-se que o diagnóstico do presente nos discursos constitui uma atitude crítica que suspende significações naturalizadas e compreende as condições históricas de emergência dos dizeres e seus efeitos de poder nas relações entre saber e política, o que permite uma crítica da experiência democrática.

Palavras-chave: Foucault; Análise do discurso; Política e religião; Poder pastoral; Diagnóstico do Presente.

Résumé: Cet article explore les contributions de Michel Foucault à l'Analyse du Discours (AD), en se concentrant sur les conceptions d'histoire et de diagnostic du présent comme outils pour examiner les potentialités critiques de l'AD. L'objectif est de discuter la manière d'employer le diagnostic du présent dans l'analyse discursive, en prenant pour objet d'étude le *slogan* bolsonariste « Brasil acima de tudo, Deus acima de todos ». On considère que cet énoncé émerge de conditions de production spécifiques, marquées par la crise institutionnelle et morale traversée par le Brésil en 2018, par la reprise de discours nationalistes et religieux, ainsi que par la circulation massive d'énoncés sacro-politiques dans les médias et les pratiques publiques. Le *slogan* est examiné comme une matérialité discursive condensant des significations issues de formations discursives militaristes, religieuses et moralisatrices. La méthodologie proposée est un exercice analytique de base archéogénéalogique, qui prend en compte les conditions d'émergence, les effets de vérité et les articulations de l'énoncé avec les discours de pouvoir-savoir de la rationalité politico-religieuse contemporaine. Il est démontré que le diagnostic du présent dans les discours constitue une attitude critique qui suspend les significations naturalisées et comprend les conditions historiques d'émergence des dires et leurs effets de pouvoir dans les relations entre savoir et politique, permettant ainsi une critique de l'expérience démocratique.

Mots-clés: Foucault; Analyse du discours; Politique et religion; Pouvoir pastoral; Diagnostic du présent.

Introdução

“Que as punições em geral e a prisão se originem de uma tecnologia do corpo talvez me tenham ensinado mais pelo presente do que pela história” (Foucault, 2014b, p. 33). Falar de uma *história do presente*, à primeira vista, pode parecer paradoxal. Não nos enganemos. Trata-se de uma provocação: a genealogia do presente quer abalar os

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/586633633422305>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3505-3869>. E-mail: sandson314@gmail.com.

saberes, os discursos vigentes que fornecem às práticas um suporte para a produção de tecnologias de poder, como as instituições e os mecanismos que ela mobiliza para construção de sujeitos e submetê-los a uma forma específica de poder. É no funcionamento das engrenagens que movimentam o poder, é nas estratégias discursivas, nas práticas disciplinares e de docilização vistas diante de nós, que podemos compreender a materialidade do poder. Contudo, é em termos de sua historicidade, é pelo campo de possibilidade de emergência, ou seja, das condições de produção, dessas práticas que se torna possível desestruturar as verdades que naturalizam a nossa atualidade.

A *caixa de ferramentas* deixada a nós por Foucault fornece um arcabouço teórico-metodológico para compreender as práticas que constituem as sociedades atuais. Dentre as várias áreas do conhecimento humano que se apropriam dessas ferramentas, a Análise do Discurso tem consolidado um estudo da produção do discurso a partir dessas delas, que nos servem como aportes para o exame das formações discursivas, da ordem do discurso, das relações de saber-poder e dos modos pelos quais se faz possível a modulação das subjetividades. No interior das condições de possibilidade de emergência histórica dos dizeres e seus efeitos materializados no enunciado, é possível abordar os objetos do discurso, não pela sua continuidade nem pela origem das verdades que naturalizam determinadas práticas e condutas em detrimento de outras, o modo que vivemos, sentimos, falamos, pensamos e nos comportamos; mas pela irrupção eminente das rupturas e descontinuidades do próprio sentido do objeto e das práticas que nos constitui como sujeitos consituíntes do saber. Esse, pelo qual, ao mesmo tempo, moldamos e por ele somos moldados.

Uma dessas ferramentas é o *diagnóstico do presente*, pelo qual se faz possível historicizar as nossas atualidades. Queremos, portanto, com esse artigo, discutir o manuseio dessa ferramenta tão fundamental para apreensão e compreensão dos nossos dias na Análise do Discurso, tomando como ponto de partida o enunciado “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, *slogan* da campanha presidencial de Jair Bolsonaro em 2018, na análise do discurso. Tal enunciado emerge de um conjunto de condições de produção discursiva: i) a confluência entre o discurso militar e religioso; ii) a circulação midiática de um imaginário moralizante e patriótico; e, por fim, iii) o contexto de crise institucional e afetiva que redefiniu o espaço político brasileiro. Desse modo, ao reinscrever sentidos provenientes do nacionalismo, da moral cristã e da racionalidade

pastoral, o *slogan* manifesta uma materialidade privilegiada para o diagnóstico das formas atuais de exercício do poder e de constituição das subjetividades políticas.

Para tanto, discorreremos sobre a perspectiva genealógica foucaultiana num movimento de afunilamento para as concepções sobre esse diagnóstico como forma de olhar para os objetos do discurso nos eixos transversais que articulam as categorias de análise de enunciados, a fim de compreender como a Análise do Discurso pode operar como um estudo capaz de evidenciar as condições de emergência dos discursos, seus efeitos de verdade e as racionalidades que os sustentam.

Diagnóstico do presente, um movimento genealógico

A genealogia foucaultiana quer mostrar que os objetos do saber, as práticas, as instituições e tecnologias de poder tem uma história. Isto para arrancar a positividade que quer se servir do direito à verdade nos discursos. Essa genealogia liberta saberes enterrados, os vacilos e descontinuidades interditados e esquecidos para mostrar o sentido histórico das coisas (Foucault, 2021). Esse sentido histórico, Foucault traz de Nietzsche² e ele tira o *caráter sério* de qualquer tentativa de universalização da verdade dos discursos – a genealogia requer um riso constante (Foucault, 2014a), não para rechaçá-lo, mas para levá-lo ao extremo (Foucault, 2021).

Dito de outro modo, um sentido histórico que destrói as positivities que dão a nossa realidade o *status* de verdadeira, universal e única; a genealogia não tenta encontrar as raízes da origem da nossa identidade, mas quer dissipá-las: a identidade é uma construção entre muitas outras já construídas; deve-se destruir esse sujeito do conhecimento, o sujeito que desvela a verdade, que se impulsiona a descobrir a verdade. Deve-se sacrificá-lo. Portanto, não tomemos o discurso na nossa atualidade para levar a sério suas verdades: os saberes que subjetivam suas identidades são produções de acontecimentos históricos e, se não há nada de universal nestes, o riso deverá ser nosso guia.

Fazer uma história do presente dos discursos não quer dizer que se quer capturar o seu significado em um tempo passado, não se busca apreender o espírito de uma

² Na *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida* (1873-74), Nietzsche discorre sobre uma compreensão histórica do presente. Para ele “somente na medida em que a história serve à vida queremos servi-la. Mas há um grau que impulsiona a história e a avalia, onde a vida definha e se degrada: um fenômeno que por mais dolorosa que seja, descobre-se justamente agora, em meio aos sintomas mais peculiares do nosso tempo” (Nietzsche, 2003, p. 5).

época, as significações de um indivíduo, instituição, tampouco as leis basilares históricas (Dreyfus; Rabinow, 1995). Portanto não se trata de cometer o erro do anacronismo: não se projeta valores e significados do presente no passado, pois este tem condições de emergência diversas e diferentes. Esse erro resultaria na falácia do *presentismo*, pelo qual se busca, nos interesses, as instituições ou política de hoje para descobrir um paralelo ao passado e investir nele, questões atuais. Outro erro seria partir da ideia de um *finalismo*, como se quiséssemos encontrar a sua origem, a semente que se desenvolveu e resultou numa conjuntura finalizada do que se vê funcionando agora, no passado. Escrever uma história do presente é algo totalmente diferente. A questão é outra.

Para Foucault (2021, p. 80), o sentido histórico abrange três usos que se opõe à história platônica/metafísica:

Um é o uso paródico e destruidor da realidade que se opõe ao tema da história-reminiscência, reconhecimento; outro é o uso dissociativo e destruidor da identidade que se opõe à história-continuidade ou tradição; o terceiro é o uso sacrificial e destruidor da verdade que se opõe à história-conhecimento.

Segundo Dreyfus e Rabinow (1995), a abordagem genealógica começa de forma explícita e auto-reflexiva com um diagnóstico da situação atual. Há uma orientação contemporânea, inequívoca e imperturbável. Isto quer dizer que o historiador da genealogia circunscreve as manifestações de um “ritual” (Foucault, 2014b) específico de aplicação da tecnologias de poder para entender como se deu sua emergência, como tomou forma e como ganhou importância tal maneira de exercício do poder.

Exemplificando com *História da sexualidade*, o gesto investigativo que Foucault realiza é de isolar a confissão como o ritual de poder desenvolvida por uma tecnologia voltada ao corpo. Este gesto é mobilizado para mostrar que a confissão no passado não tem as mesmas significações de hoje. A sexualidade é colocada em discurso regida sob regras de rarefação³ do discurso para mostrar como essas práticas tiveram começos num passado longínquo, com a pastoral cristã. O cristianismo, estrategicamente, usou a confissão como tecnologia de controle e deu a tarefa fundamental de fazer todo o discurso da sexualidade pela palavra, pela confissão.

³ Rarefação no sentido de *ar rarefeito* que sufoca os discursos: as regras de produção, interdição e exclusão do discurso que fazem com que não se possa dizer qualquer coisa de qualquer forma, mas que se deva obedecer a ordem do discurso que se estabelece pela vontade de verdade dos discursos vigentes numa sociedade (Foucault, 2014a).

Com isso, de acordo com Dreyfus e Rabinow (1995), Foucault faz a história de um passado, com o objetivo de escrever uma história do presente. Isto nos coloca diante da ideia de que é necessário voltar aos começos, aos inícios das construções de saberes que permitiram a emergência do discurso no nosso contexto histórico e os mecanismos para o exercício de poder por ele mobilizados: quais tecnologias de controle são mobilizadas?

Dispositivos de poder nas formações históricas do discurso

Na análise da história do presente, Dreyfus e Rabinow (1995) destacam dois pontos importantes. O primeiro deles é que a posição tomada por Foucault não implica o funcionamento de uma construção arbitrária. Ele quer compreender, no exemplo da sexualidade, a confissão. Por isso se perguntou o que era a confissão para o passado e o que ela se tornou nos nossos dias. O que se busca nesse gesto é especificar um aparato de regulação pelo qual nossa experiência atual da sexualidade é construída. Isto é, por um conjunto de normas, saberes, relações de poder e práticas. Esse conjunto de relações Foucault descreveu como sendo um *dispositivo*. A análise desses dispositivos se concentra nas práticas sócio-culturais nas quais os saberes e o poder se entrecruzam. Ela abrange os discursos, instituições e estruturas arquitetônicas, regulamentos e leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas e a moral (Foucault, 1980).

Nesse sentido, é analisado tanto o *dito* quanto o *como* é dito, sua constituição e por onde circula, para entender o sistema de relações que o aparato pode estabelecer. É pensando em encontrar tais dispositivos, seus sistemas de relações instituições, normas e saberes que atravessam e constituem as práticas, que objetivamos diagnosticar a sua atualidade, o que se inscreve de novo e que difere daquilo que já existiu.

Para Deleuze (1990), um dispositivo comporta dimensões distintas, sendo duas delas, as curvas de visibilidade e de enunciação. A visibilidade é formada por linhas de luz que compõem figuras variáveis e, cada dispositivo tem seu regime de visibilidades, isto é, as regras que dão possibilidade de emergência ao aparecimento ou desaparecimento de um objeto. É a historicidade desses regimes de luz/visibilidade que nos compete investigar quanto ao funcionamento do dispositivo. A dimensão de enunciação remete às linhas pelas quais são distribuídas e variadas: os regimes de

enunciados produzem um saber, uma racionalidade, um “espírito epocal, um gênero literário ou um movimento social. Visto isso, é dos

regimes que é necessário definir pelo visível e pelo enunciável, com suas derivações, as suas transformações, as suas mutações. Em cada dispositivo as linhas atravessam limiares em função dos quais são estéticas, científicas, políticas, etc.” (Deleuze, 1990, p. 155).

Em terceiro lugar, o dispositivo comporta também linhas de força. Essas linhas de força dizem respeito às relações de poder que se entrecruzam com as demais dimensões, com as outras linhas, por todo o dispositivo. Elas estabelecem pontos de tensão entre os saberes produzidos e as práticas que exercem poder.

Nesse sentido, devemos levar em consideração que o dispositivo comporta diversas práticas constituintes de regimes, ritualísticos, de produção, não apenas de saberes/verdades, mas de meios para exercício de formas específicas de poder em determinados espaços e relações sociais. Posto isto, para a análise genealógica,

um enunciado não pode ser definido pelo que ele designa ou pelo que ele significa, o enunciado é uma curva que une pontos singulares, isto é, que efetua ou atualiza relações de forças [...], segundo ordens de frequência e de vizinhança. Esses pontos singulares, com suas relações de força, não são o próprio enunciado, são as formações históricas, aquilo que lhe pode ser estranhamente semelhante (Deleuze, 2005, p. 86).

Dito de outro modo: entendemos um discurso a partir da noção histórica da produção de saberes, do sentido histórico na articulação de práticas, instituições e produção discursiva, que devemos encontrar as ferramentas de análise dos enunciados. As formações históricas nos permitem compreender a aparição do dito, de um discurso, das suas linhas de força e de investimento, de visibilidade e enunciação. Compreendendo o enunciado, não pelo significante, mas por suas condições de emergência, podemos verificar o funcionamento de estratégias discursivas e seus efeitos de poder, as suas artimanhas usadas para estabelecer o *status* verdadeiro em um determinado discurso, o esquecimento ou apagamento de outros discursos para validação de um e exclusão do outro.

A crítica do esclarecimento

Fazer uma história do presente do discurso é compreender o funcionamento de suas formações históricas, como dissemos. A filosofia do diagnóstico do presente se caracteriza dessa forma porque faz uma crítica do presente ao se perguntar “o que somos nós hoje?” (Foucault, 2005) para em seguida apontar linhas possibilidades desse diagnóstico, as possibilidades de dispersão, de atualização: os *devires*. Desse modo,

o diagnóstico assim entendido não estabelece a constante de nossa identidade pelo jogo das distinções. Estabelece que somos diferença, que nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras. Que a diferença, longe de ser origem esquecida e recoberta, é a dispersão que somos e que fazemos (Foucault, 2017, p. 160).

Foucault (2005) toma o questionamento de Kant (2010) sobre a *Aufklärung*⁴ para refletir uma atitude crítica e pensar a atualidade. Para isso coloca em questão o que é o Iluminismo, o que são as luzes, a modernidade. Isto porque Kant não busca compreender um fio histórico que leva à uma realização futura ou pensar no presente como uma totalidade de um engendramento histórico linear. O problema é outro. “Ele busca uma diferença: qual a diferença que [o presente] introduz hoje em relação a ontem?” (Foucault, 2005, p. 337). O problema é introduzir uma interrogação filosófica que problematize a relação do presente com o modo histórico de ser e a constituição dos sujeitos autônomos, críticos. Isto é, para Foucault, a atitude crítica da *Aufklärung* está estritamente ligada à figura do intelectual por empregar um modelo investigativo histórico filosófico que tem como objetivo diagnosticar o que somos hoje.

Nesse sentido, buscaremos entender o que há de diferente dos elementos constitutivos do discurso da nossa atualidade em relação aos discursos de outros momentos, de outros lugares. Busca-se, por tanto, descrever e compreender, através dos enunciados, as transformações em diversas épocas e espaços, o que possibilitou rupturas para então analisar o que determina o novo nestas práticas específicas que só encontramos neste presente.

Essa atitude crítica pode ser, segundo Foucault (2005), caracterizada como uma *atitude-limite*: é preciso situar-nos nas fronteiras do agora com o devir, do presente com o vir-a-ser. Faz-se necessário não mais analisar as estruturas, as formas com valores universais, mas fazer uma análise histórica dos acontecimentos que deram possibilidade

⁴ Do alemão, *esclarecimento*.

de surgimento a forma como pensamos, como funcionam as racionalidades, uma análise do que constitui os sujeitos assujeitados de suas próprias atitudes, e os reconhecer no que dizem, entender as práticas presentes no nosso dia a dia, que nos atravessam, em nossas relações diárias com o outro e nós mesmos. Com isso, a crítica não tem por finalidade criar uma metafísica:

Ela é genealógica em seu objetivo: essa atitude crítica será genealógica no sentido de que ela não deduzirá da forma do que somos o que para nós é impossível fazer ou conhecer; mas ela deduzirá da contingência que nos fez ser o que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos (Foucault, 2005, p. 348).

A pesquisa como diagnóstico do discurso e seus efeitos de poder no presente, portanto, não quer instituir novas verdades ou dimensões externas ao histórico; ela procura estar nos limites dos saberes, quer situar-se nas rupturas dos acontecimentos, nas emergências históricas, no que se atualiza para nós, e, por fim, como essas práticas atualizam o presente.

Desse modo, o que a atitude crítica intencionada evoca é a necessidade de compreender em quais medidas o que um discurso produz, para então compreendermos as formas pelas quais o poder se exerce e constituem neste determinado campo de possibilidades de problemáticas e objetividades que define os objetos de discurso, que estabelece certa ordem de funcionamento e modos de operação dos micropoderes e seus efeitos na nossa atualidade. É entender, portanto, a sua forma historicamente singular do presente. Retomando com Deleuze, a prática presente, que “constitui a única continuidade do passado ao presente, ou, inversamente, a maneira como o presente explica o passado. [...] Quais são os tipos de luta, transversais ou imediatos, mais que centralizados e mediatizados? [...] Qual é a nossa luz e qual é a nossa ‘verdade’ hoje?” (Deleuze, 2005, p. 122). Assim, o diagnóstico genealógico não nos fixa em uma identidade, mas nos abre à possibilidade de outros modos de ser, pensar e viver.

Um passado do presente no enunciado *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*

Consideremos o seguinte enunciado: *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*⁵. Os dizeres situam verticalmente duas hierarquias. Ao lançarmos olhar em sua direção

⁵ Slogan da campanha de Jair Messias Bolsonaro em 2018.

uma primeira vez, notam-se as posições de um elemento sobre outro – isto é, em relação à significação que resulta como efeito da disposição das palavras, dos jogos pertinentes à linguagem. É, portanto, possível dizer que há um juízo de valoração: no elemento “Brasil” é posto valor máximo. Está “acima de tudo”. O que seria então esse “tudo”? “Brasil” está acima de quê? Gramaticalmente, essa expressão é composta por um advérbio + preposição, seguida de um pronome indefinido. Considerando que o advérbio funciona como uma palavra intransitiva, necessita-se da presença de um complemento regido pela preposição “de”. No nosso caso, temos o complemento “de tudo”, que é um sintagma preposicional o qual a constituição do núcleo nominal é um pronome indefinido, escolha que ofusca o reconhecimento do referente. Se recorrermos apenas à estrutura ficaremos sem uma resposta satisfatória. A expressão pode parecer imperativa, mas também é sutilmente evasiva.

Contudo, se nos distanciarmos um pouco da forma, levando em conta as condições que deram possibilidade de emergência histórica ao enunciado (Foucault, 2017) a referência se revela. O *slogan* foi amplamente utilizado na campanha presidencial de Jair Bolsonaro em 2018, e nele se condensam efeitos de verdade que articulam três formações discursivas: a militar, a religiosa e a moral-nacionalista. Um texto⁶ escrito pelo Coronel Casali em meio às eleições presidenciais de 2018 discorre sobre um outro momento em que a expressão “Brasil acima de tudo” foi usada. Afirma ele, “o brado ‘Brasil, acima de tudo’ é um dos símbolos de maior vibração e expressão entoado pelos integrantes da Brigada de Infantaria Paraquedista. Seu uso está difundido pelos quartéis do País, mas muitos descobrem sua origem e não entendem o significado do que entoam”. Que significados mencionados são esses que não entendemos? Que origem desconhecida é essa?

O “brado” foi criado por Valporto no período da Ditadura Militar Brasileira para servir como lema de um grupo nacionalista de oficiais de paraquedistas chamado *Centelha Nativista*. O movimento, segundo o texto, buscava resgatar os valores nacionalistas presentes nas Batalhas dos Guararapes⁷ e o combate contra a luta de classes e a ideologia marxista. Trata-se, pois, de um grupo reacionário que tinha como

⁶ Disponível em: http://www.cipqdt.eb.mil.br/download/trabalhos_cientificos/o_brado_brasil_acima_de_tudo.pdf. Acesso em: 05 jun. 2025.

⁷ De acordo com Gondim (2020), as Batalhas dos Guararapes são discursivizadas – sobretudo no período da Ditadura Militar brasileira – como sendo palco para construção da identidade do povo brasileiro. Aconteceu entre 1648 e 1649 na luta contra a investida holandesa no Nordeste do país. As forças que combateram os holandeses eram conhecidas como patriotas. Tais eventos são também considerados, nessa produção discursiva, responsáveis pela criação do exército brasileiro.

objetivo reestabelecer determinados valores e investir numa ofensiva contra comunistas no país. Para Stanley (2018), esse aspecto remete à elementos da racionalidade e política fascistas: não apenas por se tratar de uma conjuntura militar, mas pelo fato de que há também o apreço a um passado mítico, no qual os valores eram superiores e a eleição de um inimigo em comum, estabelecendo uma política extremista, segregacionista, do *nós e eles*. Eis as origens e os significados do lema que brada nos quartéis até os dias de hoje. Seria forçoso se a memória nos levasse à *Deutschland über alles*⁸?

O mesmo acontece quanto à estrutura da segunda parte do enunciado “Deus acima de todos”. “Deus” está acima, aparentemente, de algo indefinido, porém completamente expansivo: “todos”. Nesse momento, o discurso evocado aqui é o religioso – aos moldes fundamentalistas (Santos, 2014). Não é à toa. Marcar em seu lema o pertencimento à crença cristã é um fator fundamental para sua empreitada, visto que cerca de 87% da população brasileira se diz pertencente a alguma vertente do cristianismo⁹. É preciso, pois, não somente elevar a nação ao topo da hierarquia, mas também seus valores. Um apelo ao *pathos* social-religioso se faz necessário, na medida em que esse movimento também expõe o exercício de um *ratio pastoralis*⁸ (Foucault, 2008) como sua razão governamental, motivada pela onda conservadora (Burity, 2018) que, no Brasil, tomava dimensões tão altas quanto o substantivo “Deus” na hierarquia enunciada. A “onda” é aí acolhida e representada, arrastando seus valores à vitória.

No entanto, ambas as partes não estão dissociáveis. Eles (a Centelha) também tinham sua oração: “Assegurai à família e à gente brasileira tranquilidade e vida edificante, segundo a concepção cristã”. Livrai-nos da traição [...] e dos que solapam os valores permantes da nacionalidade”; e mandamentos como: “Incentivar o culto às tradições e o respeito à família, como base da nossa sociedade” e “ser rigoroso e inflexível na punição dos crimes contra o povo, o Estado e a Nação”.

De acordo com Gondim (2020, p. 197), a religião – católica – foi forte motivadora do espírito nacionalista na batalha dos Guararapes: “a fé é o ponto alto na descrição do sentimento patriótico surigido nas guerras de restauração, mais particularmente nas batalhas de Guararapes”¹⁰. Logo podemos visualizar quais valores a Centelha busca a

⁸ Do alemão: “Alemanha acima de tudo”. *Slogan* da Alemanha nazista.

⁹ Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=1&view=noticia>. Acesso em: 05 jun. 2025.

¹⁰ Trechos da oração e dos mandamentos do grupo de paraquedistas *Centelha* presentes no documento regido por Casali.

resgatar dos patriotas.

Nesse contexto, se nos detivermos diante da questão foucaultiana “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?” (Foucault, 2017, p. 31), percebemos que o *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” emerge de um cruzamento entre formações discursivas heterogêneas que se reconhecem mutuamente: o nacionalismo militar e o moralismo cristão. As condições de produção desse dizer envolvem a conjuntura política das eleições de 2018, mas também um conjunto de práticas e instituições que o legitimam – igrejas, mídias religiosas, corporações militares e redes sociais digitais –, as quais configuram o campo de enunciabilidade do bolsonarismo. Por essa razão, pode-se dizer que há um teor belicoso nos dois acontecimentos, à medida em que ambos defendem – seja a nível armado e coercitivo, na Ditadura Militar brasileira, ou das instâncias de confronto político, da campanha ao exercício do governo Bolsonaro – a sustentação de um discurso, de uma produção de verdades, tendo como fundamento a relação política-pátria-moral religiosa. Tal discurso é o alicerce que justifica práticas de exclusão do discurso outro e o ataque a condutas e concepções morais que se distanciam daqueles consideradas ideais para a sociedade. Contudo, os valores que estão representados no *slogan*, embora movimentem essas memórias, têm formas específicas de aparição. Isso, visto que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (Foucault, 2014a. p. 25).

Nessa perspectiva, as condições dos dizeres remetem tanto à materialidade linguística quanto à rede institucional que lhe dá suporte: como dissemos, igrejas, forças armadas, mídias digitais e movimentos de direita que sustentam a narrativa sobre a nação e a fé cristã. Cada uma dessas instâncias funciona como ponto de condensação discursiva que produz efeitos de sentido específicos, como o dever patriótico, a submissão ao divino, o medo da corrupção moral e a purificação da política. Com efeito, compreender o enunciado “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” implica diagnosticar as práticas sociais, as posições-sujeito e os regimes de verdade que o tornam possível e a forma como são materializados na língua.

Dito de outro modo, as condições que possibilitaram a emergência do *slogan* da campanha bolsonarista – isto é, a ascensão do fundamentalismo cristão na política brasileira – configuram-se por um duplo movimento: de um lado, a adesão de atores políticos à linguagem, aos valores e à cosmovisão religiosas, que reconfiguram o espaço social em termos de batalhas espirituais; de outro, o reconhecimento identitário, por parte

dos fiéis-eleitores, de um pertencimento que confere legitimidade moral e afetiva a esse discurso. Tais condições compõem uma roupagem histórica singular, marcada por articulações específicas entre o religioso e o político, que, embora retomem regularidades do passado, instauram novos modos de funcionamento do poder pastoral na esfera pública.

Nessa conjuntura, conforme elaboramos, há indícios de discursos fundamentalistas, tomando o aspecto bélico aí presente, dado que para Armstrong (2001, p. 9), as práticas fundamentalistas “[...] são formas de espiritualidade combativas, que surgiram como reação a alguma crise. Enfrentam inimigos cujas políticas e crenças secularistas parecem contrárias à religião”. Segundo Nietzsche (2009), a moral cristã resulta de um ressentimento para com o mundo, uma vez que não consegue conter as rupturas que ocorrem quanto ao seu domínio sobre a sociedade. Isto parece indicar uma motivação forte para o combate a valores considerados inadequados ou corrosivos pelos discursos fundamentalistas, pois estes, advêm do pecado e condenam o país à “ruína”.

No que diz respeito à política brasileira, a presença do discurso religioso-cristão manifesta demasiada recorrência a essas práticas fundamentalistas. O apelo ao discurso religioso na política ganha força nas últimas décadas e ocupa espaços expressivos, como é o caso da Frente Parlamentar Evangélica que hoje, por exemplo, conta com um número mais alto de representantes que em qualquer outra época¹¹. Com o surgimento de Bolsonaro como candidato a Presidente da República nas eleições de 2018 a extrema direita enxerga a possibilidade de expandir o exercício de *poder pastoral* (Foucault, 2008), tomando um contexto crítico e de crises diversas como palco propício para eleger seu representante.

Com pautas de viés conservador, coadunando com o neoliberalismo e com o discurso religioso, a campanha criou uma atmosfera de campo de batalha entre os valores cristãos de direita e os valores associados à esquerda dos governos anteriores. São discursos e atitudes políticas que, por meio de enunciados que evocam uma moral cristã e nacionalista – como “defesa da família”, “valores de Deus”, “a verdadeira nação” –, produzem efeitos de sentido de universalização do “bem” e do “mal”. O “bem” aparece discursivamente identificado ao que é “de Deus” e “da pátria”, enquanto o “mal” se associa ao que ameaça essa ordem moral, seja o comunismo, o feminismo ou qualquer figura

¹¹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>. Acesso em: 05 jun. 2025.

construída como inimiga. Nessa perspectiva, institui-se uma vontade de verdade baseada na moral e na doutrina fundamentalista, que legitima determinadas condutas e exclui outras tidas como desviantes. Esse contexto, por exemplo, dá as condições de possibilidade de emergência da máxima “Deus, pátria e família” e dos efeitos que ela produz quanto ao exercício do poder, ao naturalizar o vínculo entre fé, moralidade e autoridade política.

Dentre as pautas mais debatidas por essa relação discursiva estão a moral e religião, noções de família, mulher, gênero e questões de sexualidade (Almeida, 2019). Quanto ao tema *aborto*, projetos de lei contrários a essa pauta – que diverge da visão cristã conservadora – vêm batendo recordes¹². Os modos de subjetivação que compõem as minorias são o alvo desses discursos que flertam com o neofascismo (Piovezani; Gentili, 2020), na medida em que há a construção de uma narrativa na qual esses grupos considerados minoritários representam um mal a ser eliminado em nome dos princípios cristãos e da integridade pública – o que também constitui uma prática fundamentalista. Para Armstrong (2001), os fundamentalistas elaboram um plano de ação na luta para ressacralizar o mundo. Trava-se, então, uma guerra escatológica em meio à atuação política, fazendo uso de um discurso universalizante e irreduzível, para delimitar qual a conduta social adequada e, além disso, a conduta inadequada.

Com efeito, observa-se nesses acontecimentos a movimentação de estratégias discursivas que visam impor aquilo que, com base numa instituição da verdade, seria o ideal para a sociedade – a isso, Foucault (2011) coloca como sendo um *regime de verdade*. Nesse sentido, o discurso fundamentalista toma como ferramenta para mobilização de massas, de ideias radicais e excludentes, o campo de atuação política. Bem como afirma Ferreira (2020, p. 61):

Para que esse posicionamento seja legítimo, é construída toda uma performance em torno da maneira como o debate será travado. Os atores religiosos passam a se apropriar de toda uma série de recursos próprios do ambiente político, na qual códigos, linguagens e toda uma gramática performática são construídos e acionados para defender juridicamente uma concepção religiosa, através de uma roupagem política.

Para tanto, o uso do discurso religioso atende a seus interesses e é consideravelmente determinante, posto que há nessa produção discursiva, um benefício

¹² Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010..> Acesso em; 05 jun. 2025.

mútuo: se por um lado a política usa a moral cristã como ferramenta estratégica para ocupar espaços e exercer poder, por outro, uma população, a qual sua esmagadora maioria tem o cristianismo como fundamento de seus valores, pode se sentir acolhida. Sobretudo, aquela parcela mais conservadora que deseja ter sua fé como prisma para estabelecer uma normatização das condutas, do fazer político e dos valores sociais.

O enunciado opera, desse modo, como uma espécie de ponto de convergência de formações discursivas distintas, que se reconfiguram no interior de uma racionalidade governamental de tipo pastoral. A partir dessa imbricação, ao instaurar uma hierarquia entre o sagrado e o profano, o moral e o imoral, o “nós” e o “eles”, o *slogan* produz efeitos de sentido que reforçam a separação entre os que pertencem à comunidade dos “justos” e aqueles que devem ser combatidos em nome da pátria e de Deus. Nessa operação discursiva, a forma sintática “acima de” manifesta, para além da expressão de uma crença, a materialização linguística de uma relação de poder, na medida em que as relações discursivas nela presentes nos permite compreender o funcionamento que ordena o espaço social e moral sob a perspectiva da subordinação e da pureza. Trata-se, portanto, de uma estratégia discursiva pela qual o dizer adquire força política ao mesmo tempo que naturaliza os valores que o sustentam.

O percurso que fizemos em torno do *slogan* bolsonarista até então, serviu-nos para demonstrar como determinadas práticas discursivas atravessam o campo político e religioso e configuram o discurso fundamentalista que se consolidou durante o governo Bolsonaro. Observa-se que o *slogan*, ao articular os eixos “pátria” e “Deus”, condensam-se memórias históricas, sejam elas militares, nacionalistas e/ou cristãs e produz efeitos de sentido que se cristalizam socialmente por meio de sua repetição ritualizada em espaços públicos, templos, manifestações e mídias digitais. Essa repetição, funciona menos como mera reprodução e mais como uma forma de constituir o próprio mecanismo de naturalização do dizer: quanto mais o enunciado circula, mais ele se afirma como evidência moral e verdade política.

Desse modo, o que se deixa ver é como os efeitos do *slogan* não são estáticos; eles se atualizam a cada novo acontecimento discursivo que o reinscreve em diferentes práticas de enunciação, ora numa oração coletiva, num discurso parlamentar, ora num *post* de rede social. É nesse processo de circulação e reatualização que se cristalizam certos modos de ser e de pertencer, na medida em que articulam afetos e identificações em torno da promessa de um Brasil moralmente restaurado. O enunciado “Brasil acima

de tudo, Deus acima de todos” torna-se, com isso, uma forma discursiva de governo das condutas, que opera pela reverberação e pela crença compartilhada, o que permite, nesse caso, legitimar a exclusão do outro e a homogeneização sob a aparente defesa de princípios de fé e do patriotismo.

Considerações finais

O presente artigo buscou compreender como a Análise do Discurso pode operar como ferramenta de diagnóstico do presente, permitindo identificar, nas materialidades linguísticas e políticas, as formas atuais de exercício do poder. Tomando o *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” como objeto de análise, procuramos demonstrar como ele condensa práticas discursivas que articulam o religioso, o moral e o nacionalista, prática que permite o exercício de um regime de verdade no qual a fé e a política se entrelaçam como dimensões indissociáveis da vida pública.

Nesse liame, as condições de emergência desse enunciado remontam à crise institucional e afetiva que atravessou o Brasil em 2018, quando a desconfiança nas instituições e o ressentimento moral criaram terreno propício para o retorno de discursos autoritários e moralizantes. Já as condições de produção vinculam-se ao entrecruzamento de formações discursivas – a saber, militar, pastoral e neoliberal – que possibilitam ao dizer bolsonarista sua gramática de salvação, sacrifício e redenção nacional.

Nessas condições específicas, o *slogan* produz efeitos de sentido que naturalizam uma visão hierárquica e excludente do mundo: o Brasil é elevado a valor supremo e Deus a fundamento moral absoluto. Esses efeitos, entre outras coisas, não se limitam ao plano semântico: eles se materializam na repetição, reverberação, transformação e conservação social do enunciado, em sua circulação por redes religiosas, midiáticas e políticas, nos quais se cristalizam como evidências incontestáveis, vistas as memórias discursivas compartilhadas no interior da formação discursiva analisada.

O discurso, ao operar dessa forma, engendra subjetividades específicas, o “cidadão de bem”, o “povo de Deus”, o “soldado da pátria”, que se reconhecem e se acolhem mutuamente no espelho do *slogan* e passam a agir conforme seus imperativos morais. Tais identidades são, elas mesmas, produtos de uma tecnologia discursiva de governo das condutas, que reconfigura o espaço público em termos de pureza,

pertencimento e combate espiritual.

Por fim, as práticas sociais contemporâneas atravessadas por esse dizer – como cultos, manifestações políticas, campanhas eleitorais e os meios digitais – permitem demonstrar como o *slogan* funciona como operador de coesão e controle. Ele atualiza, sob nova roupagem, velhas, mas atualizadas, racionalidades de poder pastoral, converte crenças religiosas em instrumentos de legitimação política e redefine os limiares do pensável e do aceitável no presente.

Com efeito, compreender o *slogan* como prática discursiva é compreender como discursos do passado retornam para organizar o agora, não como repetições de já-ditos alhures, mas como acontecimentos que instauram novas formas de verdade e de sujeição. O diagnóstico do presente, nesse sentido, possibilita desconstruir o caráter fixo das identidades e das essências, na medida em que concebe o pensamento, as condutas no interior da historicidade dos dizeres e das possibilidades de transformação que emergem quando os discursos dominantes são interrogados em suas condições de produção e em seus efeitos de poder.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP (Online)*, v. 38, n. 1, p. 185–213, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/v38n1/1980-5403-nec-38-01-185.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900010010>.
- ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. Tradução de Hildegard Feist. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.
- BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. p. 15–66.
- DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. In: DELEUZE, Gilles. *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155–161.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução de Cláudia Sant'anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FERREIRA, Manuela Lowenthal. Evangélicos e extrema direita no Brasil: um projeto de poder. *Revista Fim do Mundo*, n. 1, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/10204>. Acesso em: 5 jun. 2025. DOI:

<https://doi.org/10.36311/2675-3871.2020.v1n01.p46-71>

FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? In: *Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Editora Forense Universitária, 2005. p. 335-351.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980: excertos*. Tradução de Bruno Andreotti. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. Roberto Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GONDIM, Amanda Marques. A identidade nacional nas batalhas dos Guararapes. *Revista Fórum Identidades*. Itabaiana-SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 31, n.1, p. 189-204, jun. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/14807>. Acesso em: 5 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião*. Comunicação Social, 29 jun. 2012.. Acesso em: 5 jun. 2025.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que que é “Esclarecimento”? (Aufklärung) In: *Textos Seletos*. Tradução de Floriano de Sousa Fernandes e Raimundo Vier. Petrópolis: Editora Vozes, 2010, p. 63-77.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia do moral: uma polêmica*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: das utilidades e desvantagem da história para a vida*. Tradução: Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

PIOVEZANI, Carlos; GENTILE, Emilio. *A linguagem fascista*. São Paulo: Hedra, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Se Deus fosse um activista dos direitos humanos*. Coimbra: Edições Almedina, 2014.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*. Tradução: Bruno Alexander. Porto Alegre - RS: L & PM, 2018.

O funcionamento da negação no discurso político

The functioning of negation in the political discourse

Alice Vieira Duarte¹

Mônica Ferreira Cassana²

Resumo: O presente artigo propõe uma análise discursiva com o objetivo de compreender o funcionamento da negação no discurso de um parlamentar, observando como esse mecanismo atua na produção de sentidos e na manutenção das relações de poder, bem como analisar a influência do discurso religioso no discurso político. Para isso, o trabalho utiliza os instrumentos teórico-metodológicos da Análise do Discurso materialista, conforme desenvolvida por Michel Pêcheux. O corpus é composto por sequências discursivas selecionadas a partir da ocorrência de negações em um discurso proferido durante uma sessão na Câmara dos Deputados, em 27 de setembro de 2023, cuja pauta foi a discussão e votação do Projeto de Lei 5167/09, que propõe restringir o reconhecimento jurídico da união homoafetiva. Observou-se que as negações, em articulação com outros movimentos discursivos, operaram como forma de disfarçar a filiação do sujeito enunciador a uma formação discursiva religiosa, buscando sustentar a legitimidade do seu discurso, enfraquecer a formação discursiva antagônica e produzir deslizamentos de sentido que constituem um discurso persecutório e profundamente atravessado por uma ideologia político-religiosa dominante.

Palavras-chave: Negação; Discurso político; Discurso religioso; Casamento homoafetivo.

Abstract: This article proposes a discursive analysis aimed at understanding the functioning of negation in a parliamentarian's discourse, examining how this mechanism operates in the production of meaning and in the maintenance of power relations, as well as analyzing the influence of religious discourse on political discourse. To this end, the study employs the theoretical and methodological instruments of materialist Discourse Analysis, as developed by Michel Pêcheux. The corpus consists of discursive sequences selected based on the occurrence of negations in a speech delivered during a session of the Chamber of Deputies on September 27, 2023, whose agenda included the discussion and voting of Bill No. 5167/09, which proposes restricting the legal recognition of same-sex unions. The analysis shows that negations, in articulation with other discursive movements, operate as a means of disguising the enunciating subject's affiliation with a religious discursive formation, seeking to sustain the legitimacy of the discourse, weaken the antagonistic discursive formation, and produce slippages of meaning that constitute a persecutory discourse deeply permeated by a dominant political-religious ideology.

Keywords: Negation; Political discourse; Religious discourse; Same-sex marriage.

Introdução

A luta por direitos no Brasil, quando se pertence a uma minoria social, exige uma postura contínua de resistência, não apenas na busca por novas conquistas, mas também na preservação dos direitos já obtidos. É o caso dos sujeitos que se relacionam homoafetivamente, cuja orientação sexual foi historicamente patologizada, sendo categorizada como desvio pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10) até

¹ Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Mestranda em Letras pela UFRGS. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6234667401374757>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-4518-7910>. E-mail: alicevduarte@gmail.com

² Doutora em Letras, com especialização em Teorias do Texto e Discurso, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5324835582154122>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1541-1374>. E-mail: monicassana@gmail.com

1990, ano em que essa classificação foi revogada. Apesar dos avanços legais e institucionais, como o reconhecimento civil da união de casais homoafetivos pelo STF em 2011, as conquistas permanecem vulneráveis diante das ondas conservadoras que permeiam o cenário político.

Esses avanços representam progressos institucionais, o que não necessariamente implica em reconhecimento social e simbólico das relações afetivas e familiares das pessoas LGBTQIA+. Nesse sentido, compreende-se que direitos formalmente garantidos não eliminam as violências físicas e emocionais/psicológicas que esses sujeitos enfrentam diariamente, ou seja, nem sempre geram mudanças na sua realidade material. Na formação social brasileira, tais violências são frequentemente justificadas a partir de valores morais e religiosos. Dessa forma, a Análise do Discurso de orientação materialista oferece os recursos para investigarmos como, por meio do discurso, ou dos discursos, que se produz e reproduz a ideologia (Pêcheux, 2014 [1975]).

Na formação social brasileira, conforme a Constituição, o Brasil é um país laico, ou seja, não possui uma religião oficial e, teoricamente, deve garantir a liberdade religiosa a todos os cidadãos. Da mesma maneira, as leis que regem o país devem garantir o cumprimento dos direitos garantidos por essa mesma Constituição aos cidadãos, ou seja, não devem ser pautadas em valores morais ou religiosos, visto que isso violaria a laicidade do Estado. Entretanto, na prática, a política brasileira, funcionando como um Aparelho Ideológico, é mais complexa. Um exemplo dessa complexidade é a existência de uma Frente Parlamentar religiosa no Congresso. Isso já é, pelo princípio da laicidade, no mínimo, estranho, se não contraditório. Quando é eleita uma religião, e não outras, que tenha essa representação institucional, confere-se uma posição de dominância, além de formar e fixar um ideal de sujeito. A partir da criação da bancada evangélica, “para além da associação de atributos religiosos cristãos ao sujeito constitucional, existe a reconstrução de uma identidade religiosa para com o Estado” (Carmo, 2025, p. 23).

Sabemos que o Brasil é um país majoritariamente cristão, e sua história é profundamente marcada pela influência da Igreja Católica no Estado desde a colonização, quando os povos originários foram catequizados de forma violenta. De acordo com Carmo (2025), a Igreja Católica exerce seu poder desde o período colonial, utilizando a religião como instrumento de controle social e ferramenta de caráter civilizatório, como aconteceu e acontece, até hoje, com a população indígena. Atualmente, apesar de vivermos em um contexto diferente do período colonial, vemos

que o projeto político de imposição desses valores morais teve sucesso, visto que os valores morais cristãos ainda são impostos de forma violenta se considerarmos, por exemplo, que muitos dos preconceitos ainda perpetuados social e politicamente são justificados a partir desses valores. Apesar desses valores representarem apenas uma religião, são frequentemente discursivizados como verdades concretas e inquestionáveis, como uma ideologia dominante.

Diante do exposto, o presente trabalho propõe uma breve investigação sobre o funcionamento da negação no discurso político, pensando nesse mecanismo especialmente como uma forma de disfarçar a influência do discurso religioso, ou de valores religiosos, num discurso que se propõe a representar a laicidade do Estado, discutindo apenas o que lhe cabe dentro do seu espaço, nesse caso, a Câmara dos Deputados. Além disso, a negação também parece ocorrer como forma de afastar-se e aproximar-se de imagens que se tem de si e do outro. Neste trabalho, propomos uma análise discursiva a partir da Análise do Discurso materialista, conforme os pressupostos teóricos de Michel Pêcheux, sobretudo as noções de discurso, sujeito, formações imaginárias, formação discursiva e condições de produção. A análise recai sobre sequências discursivas extraídas de um discurso político³ feito na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, que ocorreu dia 27 de setembro de 2023 para discutir e votar o PL 5167/09. Esse PL propõe incluir no Código Civil um tipo de contrato específico para a união civil entre pessoas do mesmo sexo, de forma que a união homoafetiva não teria o mesmo *status* de “casamento” que tem a união civil entre um homem e uma mulher.

Considerações teórico-metodológicas

É por meio do discurso, ou dos discursos, que se produz e reproduz a ideologia. Nesse sentido, a análise do discurso oferece os recursos para investigarmos como a ideologia dominante transparece no dizer, e como em um discurso temos diferentes sentidos e formações discursivas em disputa. O discurso religioso em nossa sociedade é naturalizado o suficiente para poder definir o que é “verdade”, mesmo fora dos limites da Igreja, que seria seu espaço de dominância. De acordo com Lima (2002, p. 16), “o discurso religioso é um discurso de coação, porque espera, como resposta, uma

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4lvhikiGQH4&t=10534s>

mudança de comportamento”. Na formação social brasileira, a igreja e o discurso religioso, o qual se realiza também fora dela, mistura-se com a política. Logo, essa realidade compõe as condições de produção dos discursos políticos ao considerarmos, por exemplo, que a bancada evangélica é uma das maiores e mais influentes frentes parlamentares do Congresso brasileiro, e um de seus integrantes é o parlamentar cujo discurso vamos analisar neste trabalho.

Orlandi (2015) afirma que o discurso é a língua acontecendo na prática, e a partir da relação língua-discurso-ideologia, a língua produz sentidos por e para os sujeitos por meio dos discursos. Dessa forma, entendendo que a língua não é transparente e nem unívoca, o discurso também não o é, sendo sempre uma tentativa de construir e fixar sentidos. Essa tentativa de fixar sentidos encontra uma maior urgência nos discursos políticos, visto que frequentemente o objetivo é disputar sentidos para persuadir ou convencer, como o sentido de família e de casamento, por exemplo. Assim, de nosso lugar teórico, assumimos que a disputa política é, essencialmente, uma disputa discursiva.

O discurso religioso e o político se realizam em espaços diferentes e com fins diferentes, nesse caso, a Igreja e o Estado. No discurso que iremos analisar aqui, o sujeito, ao ter conhecimento sobre a impraticabilidade de se misturar religião e política, principalmente numa discussão de decisão legislativa, em alguns momentos, nega o seu posicionamento alinhado a valores religiosos e nega o uso da bíblia como argumento naquele contexto, de forma a tentar distanciar-se desse discurso religioso. A negação serviu como uma tentativa de apagamento da filiação do discurso político a um discurso de caráter religioso. Assim, a negação que o sujeito enuncia leva-nos a recuperar o conceito de denegação discursiva, proposto por Indursky (2012).

Conforme a autora, a denegação discursiva se dá sobre saberes da FD com a qual o sujeito se identifica, e incide “sobre fatos que podem ser ditos, mas que, por razões conjunturais, são denegados” (2012, p. 120). Portanto, considerando que o discurso do sujeito apresenta indícios de inscrição em uma FD religiosa, e que a formação discursiva é o que determina aos sujeitos o que pode e deve ser dito (Pêcheux, 2014 [1975], p. 147), pensamos sobre a hipótese de que, dentro de sua FD, seria possível usar a bíblia e valores morais como argumentos na discussão, mas isso torna-se impraticável por ser um discurso realizado em um contexto político. Assim, esse saber permaneceria

recalcado na FD (Indursky, 2012), e se realiza nesse discurso apenas por meio do enunciado negativo.

Ademais, conforme a autora, existe outro tipo de negação discursiva que mobiliza formações discursivas antagônicas e ocorre quando, no discurso, são materializados pontos de vista que representam posições de sujeitos opostas, ou seja, antagônicas entre si. A chamada negação polêmica (Indursky, 2012, p. 120) tem o efeito polêmico quando o sujeito refuta um saber que é exterior ao de sua FD, mobilizando no discurso uma voz adversa. Diante de duas formações discursivas antagônicas, podemos, enquanto analistas do discurso, observar como o sujeito se posiciona em relação ao outro, de quem ou para quem fala. Ao aprofundar nossas análises, mostraremos que o outro, no discurso analisado, reveste-se de diferentes sentidos. A regularidade observada é que esse “outro” faz parte de uma FD que organiza discursos que defendem o direito ao casamento homoafetivo e rejeita a referência a valores bíblicos numa discussão jurídico-social. Ao recuperar essa voz, portanto, o sujeito a rejeita por meio da negação, e argumenta que não faz aquilo que é acusado de fazer.

Essa mobilização de imagens diz respeito às formações imaginárias, já que o sujeito não só cria uma imagem do outro, como também cria uma imagem sobre a imagem que o outro cria dele (Pêcheux, 1997). Em vista disso, o sujeito antecipa os argumentos que o outro esperaria dele, e, assim, nega esses argumentos em seu discurso, tensionando as forças entre duas FDs opostas para favorecer os efeitos de sentidos filiados à sua formação discursiva.

As formações imaginárias são designadas a partir das posições de sujeitos, ou seja, estão relacionadas com as condições de produção (CP) do discurso. As relações com a exterioridade são constitutivas do discurso, assim como a memória sobre o assunto em pauta, no caso, o direito ao casamento igualitário, e os sentidos acumulados no interdiscurso. Isso faz parte das CP que determinam o lugar em que cada sujeito se situa no discurso. Assim, no processo discursivo, um processo afeta e é afetado pelo outro, ou seja, a posição ocupada pelo sujeito no discurso determina as suas condições de produção e vice-versa (Pêcheux, 2014).

Construção do corpus e análise

Esse trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa em andamento sobre discursos políticos e seus atravessamentos pelo religioso. Para isso, foi realizada a transcrição de parte do discurso de um político brasileiro, na posição de deputado, na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, como mencionado anteriormente, que discutia o Projeto de Lei 5167/09 (doravante PL). Esse PL existe em oposição à decisão do STF de 2011 que reconhece a união homoafetiva como entidade familiar, equiparando-a com a união civil de casais heterossexuais. Essa conquista institucional compõe o horizonte de sentidos acumulados na memória em torno do objeto de discussão, o casamento igualitário. O PL propõe a proibição do casamento igualitário e a criação de um contrato específico para casais homossexuais. Considerando a extensão dos dizeres do deputado, selecionamos dois recortes que constituem as sequências discursivas analisadas aqui. É importante, porém, lembrar que as sequências discursivas fazem parte de condições de produção específicas, que se relacionam tanto à posição ideologicamente assumida por esse sujeito quanto aos acontecimentos na política brasileira, marcados por efeitos de conservadorismo e retrocessos nos direitos fundamentais dos sujeitos de direito, e esse contexto faz parte da análise discursiva em curso, na medida em que compõe suas condições de produção. Segundo Orlandi (1984):

Ao recortar uma sequência discursiva, ele (o analista) recorta uma porção de linguagem em situação, submetendo à análise um recorte discursivo e não uma frase ou um texto. Isso equivale a dizer que sequência discursiva e condições de produção são constitutivos do recorte e o recorte é um fragmento da situação discursiva (Orlandi, 1984, p. 4).

Portanto, apesar dos recortes estarem em evidência nas análises, o gesto analítico recai sobre o objeto de análise como um todo. Em relação à construção das sequências que compõem o corpus, o critério utilizado foi a regularidade observada no discurso do sujeito, nesse caso, a ocorrência das negações. Outras regularidades poderiam ser apontadas e analisadas, no entanto, não seria possível devido à extensão do trabalho. Sendo assim, vamos às análises:

SD1: Não dá para poder tratar um tema assim complexo e que precisa da nossa atenção com argumentos de tipo 'não quer aceitar o casamento homossexual, não case com um' porque esse argumento ele é muito é frágil. Até mesmo porque eu poderia usar o mesmo argumento contrário,

dizer ‘Olha você não quer que legalize as armas, não compre uma arma⁴’ então não faz sentido isso, eu acho que nós somos aqui parlamentares e a gente de fato precisa tratar da maneira mais séria e muitas vezes quando se trata aqui a respeito, por exemplo, dos cristãos, nos chamam, né, de fundamentalistas religiosos etc e dizem que a Bíblia não pode ser utilizada como argumento e saibam que eu não utilizarei hoje a Bíblia como argumento aqui neste nessa discussão mas, ao mesmo tempo, quando nós tomamos uma posição mais firme, até mesmo radical no sentido, né, para o mundo, de defender os nossos valores, eles falam assim ‘você é cristão, a Bíblia diz para poder amar’ aí a bíblia pode ser usada como argumento mas não de maneira total, mas somente parcial [...]

Notamos que o discurso analisado começa numa via de negação. Sobre a negação como processo discursivo, Indursky (2012, p. 121) afirma que “o enunciado negativo é a manifestação de outro, afirmativo”. Podemos verificar esse funcionamento na SD1 nos trechos:

Trecho 1 - “Não dá para poder tratar um tema assim complexo e que precisa da nossa atenção com argumentos de tipo ‘não quer aceitar o casamento homossexual, não case com um’ porque esse argumento ele é muito é frágil.”

Trecho 2 - “não utilizarei hoje a Bíblia como argumento aqui nessa discussão”

No Trecho 1, o sujeito nega um saber de uma formação discursiva antagônica a que se refere em seu discurso. De acordo com Indursky (2012, p. 119), “sendo [FDs] antagônicas, a relação que se estabelece entre os sujeitos por elas afetados também o é, instaurando-se, por conseguinte, uma relação polêmica”. Dizer que uma pessoa não precisa casar com um homossexual, como no argumento mencionado, demonstra a inscrição em uma FD que respeita o desejo do indivíduo, alinhada ao valor de liberdade que, politicamente, é bandeira desse parlamentar (filiação ao Partido Liberal). Portanto, podemos nos perguntar onde estaria a “fragilidade” do argumento que o negaria como válido para essa discussão, já que o sujeito atribui o argumento a um outro e o refuta no seu discurso por meio da negação. Ao iniciar sua fala a partir dessa negação polêmica, o sujeito mobiliza esses saberes antagônicos e se posiciona contrário a essas possibilidades. Ele assume, em um horizonte discursivo, possibilidades contrárias (a de

⁴ Há outras ocorrências de negação nas sequências discursivas que não foram incluídas nas análises por conta da extensão do trabalho.

que o casamento homoafetivo deve ser tratado no campo dos direitos individuais e a de que a Bíblia é usada como argumento no espaço político) e nega essas possibilidades, conflito este que gera o efeito polêmico.

Portanto, a negação empregada pelo sujeito tensiona essas duas posições de sujeito opostas: esse sujeito-parlamentar filiado a uma FD que legitima o emprego de valores religiosos em uma discussão legislativa, e esse outro filiado à FD que opera a partir do princípio da laicidade do Estado. No Trecho 2, observamos esse princípio de laicidade atribuído a esse outro de quem, ou para quem, o sujeito fala; ele antecipa uma imagem que o outro cria dele (a de que ele utilizaria a bíblia como argumento nessa discussão) e tenta se afastar dessa imagem por meio da negação. Porém, neste caso, podemos recuperar o conceito da denegação discursiva (Indursky, 2012), que diz respeito à negação de um saber próprio da sua FD que, por ser negado, permanece recalcado, mas que seria possível de ser enunciado. Se entendemos que o sujeito se filia a uma FD religiosa, seria legítimo utilizar a bíblia como argumento nessa discussão, portanto, essa negação seria apenas uma recusa a um saber próprio da sua FD. O motivo dessa recusa, neste caso, pode ter relação com a tentativa de afastar-se dessa imagem que o sujeito cria sobre a imagem que o outro cria dele.

Já ao olharmos para o enunciado “nos chamam, né, de fundamentalistas religiosos etc. e dizem que a Bíblia não pode ser utilizada como argumento” o sujeito denuncia um outro que faz as afirmações: “nos chamam”, “dizem que”. Ou seja, em seu discurso, não é o sujeito que se reconhece fundamentalista, assim como não é ele que diz que não pode utilizar a Bíblia como argumento. Quando o sujeito denuncia um saber que, em seu discurso, pertence a um outro, proponho duas hipóteses de leitura que podemos fazer de cada um dos dois enunciados (3a, 3b; 4a, 4b):

Trecho 3 - nos chamam né de fundamentalistas religiosos etc.:

- a. [nos chamam de fundamentalistas] - mas não somos
- b. [nos chamam de fundamentalistas] - e nós somos

Trecho 4 - dizem que a Bíblia não pode ser utilizada como argumento:

- a. [dizem que a Bíblia não pode ser utilizada como argumento] - e não pode mesmo
- b. [dizem que a Bíblia não pode ser utilizada como argumento] - mas ela pode

Para pensar nessas hipóteses de leitura, é preciso destacar os marcadores de tempo, espaço e situação que se apresentam na SD1 no trecho anterior: “não utilizarei

hoje a Bíblia como argumento *aqui nessa* discussão”: “hoje”, “aqui” e “nessa discussão”. Ou seja, o sujeito revela em seu discurso que há outros tempos, espaços e situações em que seria possível utilizar a Bíblia como argumento no debate em questão, ou em debates similares. Portanto, na formação discursiva em que se inscreve o sujeito, seria possível sancionar legalmente valores morais da Bíblia, um livro religioso, no congresso de um Estado laico? Isso se aproxima de uma posição fundamentalista, ao se colocar favorável ao uso da Bíblia como argumento no processo legislativo, pregando a obediência de princípios religiosos num espaço em que deveria ser assegurada a separação entre Estado e religião.

Além disso, nas expressões “dizem que” e “nos chamam”, entendemos que não é o sujeito quem diz ou quem chama. Do ponto de vista gramatical, há um sujeito oculto. Do ponto de vista discursivo, há uma dispersão de sentidos ao mobilizar esse outro, mas sem o definir. Esses são enunciados polifônicos em razão de ser possível identificar mais de uma voz num só discurso: a voz do ‘outro’, filiado a uma FD em oposição a do sujeito, contrária ao uso da bíblia como argumento em um espaço político; e a voz do sujeito do discurso, filiado a uma FD que possibilita discursivamente o uso da Bíblia como argumento nesses espaços, e legitima esse posicionamento ao longo de seu discurso.

Portanto, até então, na SD1, o sujeito discursiviza mais de uma vez a existência desse(s) outro(s) ao apontá-los sem dar nomes, e opera uma negação que, a partir de nossa análise, teve o efeito polêmico por mobilizar no discurso uma FD antagônica. Mais uma evidência que possibilita essa leitura é a conjunção adversativa que aparece em seguida deste trecho: “mas, ao mesmo tempo (...)”, em que o sujeito faz um contraponto com o que afirmou anteriormente “dizem que a Bíblia não pode ser utilizada como argumento”. A locução adversativa atua de forma a apresentar posicionamentos opostos, portanto, a sua presença é mais um indício de que a negação pode ter sido uma via para expressar uma afirmação, reforçando nossa hipótese 3b e 4b.

Sendo assim, nesta primeira sequência discursiva, vemos a negação operando no discurso do sujeito como uma maneira de distanciar-se de um posicionamento que, de acordo com a análise, parece ser justamente o posicionamento do sujeito, mas que ele é impedido por questões éticas e legais de sustentar de forma declarada.

SD2: Na escola talvez que seu filho, a sua filha, irá frequentar, que o estado fornece, ele vai encontrar uma prestação de infraestrutura, inclusive, péssima, mas nada disso importa. O que importa é que o Lula diz que tem compromissos com direito LGBT, sendo que você LGBT não

tem, além disso, de falas do presidente, não tem mais nada que o governo possa te oferecer de direitos de fato, saúde, educação, transporte, nada, mas migalhas sendo oferecidas para uma militância que eles utilizam. Até mesmo porque há homossexuais que não concordam com a militância e que são discriminados pelos mesmos, ou seja, não se enganem assim. Quando eles obtiverem o que eles querem, eles irão te descartar. Nós devemos lutar pela tolerância, mas isso não quer dizer que devemos lutar pela normatização de um comportamento ou de uma conduta. Até mesmo porque nós teríamos de normatizar outras condutas e outros comportamentos e isso que eu estou chamando atenção de que isso de fato é perigoso.

Na sequência discursiva 2, percebemos a intensificação de um discurso que, através da negação, estabelece uma cisão entre “nós” e “eles”. A negação é um mecanismo para afastar-se tanto deste “outro” quanto da imagem que este outro cria sobre ele, constituindo um discurso persecutório, como se o sujeito assumisse uma função de arauto dos valores da família, da religião e dos (bons) costumes. Nessa esteira, observamos que o referente “eles” muda diversas vezes ao longo do discurso do sujeito, sendo difícil determinar quem é esse “inimigo” contra o qual o sujeito parece tentar lutar em suas palavras. Porém, notamos que aqui não estão em jogo somente os sujeitos homossexuais⁵ para quem e de quem o sujeito supostamente vem falando até então. Está em jogo também o conflito político partidário, já que o sujeito insere outros referentes como “militância”, “Lula”, “presidente” e “governo”.

O contexto político faz parte das condições de produção dos discursos e, nesse caso, causa efeito direto nas forças que estão atuando nas tensões aqui estabelecidas. Como dissemos, o sujeito é um parlamentar filiado ao Partido Liberal (PL), um partido filiado a valores liberais e conservadores, e majoritariamente alinhado à direita política. Ademais, é oposição declarada do Partido dos Trabalhadores (PT), o partido do atual presidente, a quem o sujeito se refere em sua fala. Portanto, o conflito existe no âmbito do jogo político que existe na exterioridade, e revela-se no interior do discurso do sujeito, mostrando as intrincadas relações que se estabelecem na discussão política.

Nesse sentido, ao retomarmos a discussão apresentada na introdução sobre a presença da religião como força estruturante no jogo político brasileiro, podemos

⁵ No discurso analisado, o sujeito menciona apenas “homossexuais” para tratar da questão do casamento igualitário. Porém, neste trabalho, vamos considerar como um sinônimo para qualquer pessoa de sexualidade dissidente, ou seja, não heterossexuais, aquelas que seriam afetadas pelo PL em pauta. Considerando que é possível localizar o discurso analisado em uma formação discursiva conservadora-religiosa, podemos pensar nessa falta de nomeação para as pessoas LGBTQIA+ como uma forma de apagamento das nuances e identidades, pois tudo é “o outro”, e esse outro é perigoso dentro desse discurso persecutório. Tal discussão daria outro trabalho futuro.

perceber como essa contradição em relação ao princípio da laicidade se materializa no discurso do parlamentar aqui analisado. Esse discurso é atravessado pela marca ideológica de valores morais que, ao mesmo tempo em que deveriam estar apartados do Estado, constituem parte essencial de seu posicionamento. Desse modo, o que aparece como um embate político-partidário demonstra a persistência de uma ideologia político-religiosa dominante que se revela por meio da negação.

Vejamos os trechos a seguir:

Trecho 1 - Na escola talvez que seu filho, a sua filha, irá frequentar, que o estado fornece, ele vai encontrar uma prestação de infraestrutura, inclusive, péssima, mas nada disso importa. O que importa é que o Lula diz que tem compromissos com direito LGBT, sendo que você LGBT não tem, além disso, de falas do presidente, não tem mais nada que o governo possa te oferecer de direitos.

Trecho 2 - Até mesmo porque há homossexuais que não concordam com a militância e que são discriminados pelos mesmos, ou seja, não se enganem assim. Quando eles obtiverem o que eles querem, eles irão te descartar.

O Trecho 1, no contexto do discurso na íntegra⁶, vem de uma série de denúncias na fala do sujeito sobre direitos sociais que não são assegurados aos cidadãos no Brasil, como saneamento básico e segurança pública, como em: “e muitas pessoas aqui não possuem liberdade, por exemplo, um homossexual, assim como um hétero, de andar na rua de maneira segura com celular porque pode ser roubado”. Ou seja, ao afirmar “um homossexual, assim como um hétero”, o sujeito coloca ambos em linearidade em seu discurso. Uma vez que está reivindicando um direito social que os dois grupos deveriam ter, de acordo com sua fala, podemos entender que o sujeito considera que os homossexuais e heterossexuais são cidadãos que exercem, ou deveriam exercer, os mesmos direitos.

Entretanto, ao dizer “mas nada disso importa” (Trecho 1), novamente, há uma dispersão de sentidos, pois não temos como determinar a quem o sujeito se refere: nada disso importa para quem? Podemos analisar este enunciado como algo na ordem da falta e da ambiguidade, pois, ao não preencher essa lacuna, é gerado um deslizamento de sentidos. O sujeito pode estar denunciando a si, dizendo que ele não se importa, pode

⁶ O discurso completo pode ser visto na transmissão da Comissão da qual recortamos o discurso analisado neste trabalho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4lvhikiGQH4&t=10534s>. Acesso em 20 out. 2025.

estar dizendo que o governo não se importa, e também pode estar mobilizando outra voz, atribuída aos homossexuais ou, ainda, à “militância” que aparece em seguida. Nessa última hipótese, é como se a suposta preocupação desses outros sujeitos não fosse de fato com o acesso a direitos básicos, e sim com alguma outra demanda política que o sujeito convenientemente não esclarece em seu discurso.

O outro que é construído a partir do discurso do sujeito assume diversos contornos, a partir das formações imaginárias. Entretanto, essa imagem é construída, convenientemente, de forma ambígua e dispersa nesse discurso, a partir de diversos deslizes de sentidos. Aparentemente, numa primeira leitura, parece que o posicionamento do sujeito é de que as pessoas homossexuais têm todos os direitos que há, ou todos os direitos que as pessoas heterossexuais têm, mas para eles isso “não importa”, pois sua busca, na verdade, não seria por acesso a direitos básicos. Sendo assim, o sujeito nega a existência de direitos a serem reivindicados: “não tem mais nada que o governo possa te oferecer de direitos”.

A negação da existência de direitos que ainda não foram conquistados, ou que não são acessíveis às pessoas homossexuais e à população LGBTQIA+ no geral, mostra-se incompatível com a realidade material dessa população no Brasil. Por exemplo, em 2022, foram registradas mais de 4 mil denúncias de violações de direitos humanos contra pessoas LGBTQIA+, correspondendo a cerca de 11 denúncias por dia. Além disso, 23% das pessoas LGBTQIA+ reportaram sempre enfrentar dificuldades em serviços de saúde, e 72,94% das lésbicas apontaram ter receio ou constrangimento em revelar sua orientação sexual em um atendimento de saúde⁷. Esses índices mostram, na prática, as dificuldades enfrentadas pela população LGBTQIA+ no acesso a direitos básicos, mesmo que estes sejam garantidos por lei. Como discutido na introdução deste trabalho, os avanços institucionais não apagam a realidade material dessa população, e as violências simbólicas que persistem dificultam e, muitas vezes, impedem seu acesso aos serviços básicos.

Além disso, no âmbito do discurso analisado, há uma associação entre as pessoas homossexuais e o governo, mais especificamente, o atual presidente, a quem o sujeito se refere. A essa associação o sujeito atribui o nome de “militância”, a qual vemos no Trecho 2, em que é feita uma separação nominal entre “militância” e “homossexuais”, ou

⁷ Os dados foram retirados do estudo População LGBTQIA+: diversidade, direitos e acesso a serviços de saúde no Brasil, publicado pela UNFPA em 2024. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/2024-10/Sumario_Executivo_Estudo%20LGBTQIA%2B_Web_V5%20%281%29_0.pdf.

seja, entre aqueles, nas palavras do sujeito, que se preocupam com as “migalhas” que podem receber do governo, e os que são utilizados ou cooptados para atenderem a uma agenda política (“quando eles obtiverem o que eles querem”).

A palavra “militância” aparece no intradiscurso e refere-se a um sujeito, ou grupo de sujeitos, no interdiscurso, estabelecendo, portanto, uma relação entre a interioridade e a exterioridade. Entretanto, na materialidade do discurso, tais relações ficam veladas, subjacentes, pois o elemento anaforicamente recuperado (“eles”) parece não encontrar um referente no discurso, ficando disperso a quem se refere quando o sujeito cita “eles” em “o que *e*/es querem” (Trecho 2). Assim, entendemos que o discurso recupera não apenas algo que foi dito nesse discurso, mas em outros discursos possíveis, no âmbito interdiscursivo, e que faz parte de uma formação discursiva que não deseja ver os sujeitos homossexuais como sujeitos de direito. Ao mesmo tempo, deseja criar um inimigo dentro do campo político que seria o responsável por desviar os sentidos constituídos dentro de uma ideologia que, cada vez mais, intersecciona a política e a religião. Sobre essas relações discursivas, Indursky (1997) aponta que:

[...] as relações com a exterioridade são constitutivas do discurso. Com base nesse gesto analítico, o analista de discurso coloca-se em conexão não apenas com as relações intradiscursivas, mas, sobretudo, prioriza as relações do intradiscurso com a exterioridade, isto é, com o interdiscurso. Esse é o domínio da anáfora discursiva (Indursky, 1997, p. 4).

Diante do exposto, a negação presente no Trecho 1 (“não tem mais nada que o governo possa te oferecer de direitos”) parece deslegitimar a reivindicação ao acesso a direitos básicos por uma determinada população. Para dar suporte a esse movimento discursivo de deslegitimação, há uma fragmentação desse grupo no discurso do sujeito: há os homossexuais, e os homossexuais da militância, e não há sempre concordância entre eles. Essa fragmentação também é aproximada do conflito político que existe nas relações com a exterioridade, retomado quando o sujeito cita o governo e o presidente Lula, mas todas essas relações são dispersas e materializadas de forma superficial e difusa.

No Trecho 2, essa fragmentação é discursivizada como uma discriminação (“há homossexuais que não concordam com a militância e que são discriminados por eles mesmos”). A negação em “que não concordam com a militância” cria no discurso uma imagem sobre um certo grupo de homossexuais, novamente, no âmbito das formações imaginárias, e opõe esse grupo ao da militância. Esse movimento reforça o deslizamento

de sentido nesse discurso, já que não é materializado no intradiscurso o posicionamento do sujeito: é uma oposição à militância, aos homossexuais, ou aos dois grupos? Essa posição persecutória de acusações é uma forma de posicionar-se em relação ao objeto de discussão, ou de alimentar uma contradição e ambiguidade que fragmenta e enfraquece a imagem desse outro que aparece revestido de várias formas?

Esses deslizamentos de sentido geram um efeito de obscuridade, como se houvesse enigmas que precisam ser desvendados pelo interlocutor. De acordo com Lima (2002), a obscuridade é uma das características constitutivas do discurso religioso de pregação, e serve para sustentar a hierarquia entre o sujeito que fala e seus ouvintes, já que o sujeito falante teria acesso a informações que os outros não têm. Tal hierarquia, de acordo com a autora, atua no sentido de tensionar os sentidos a favor dos saberes da formação discursiva do sujeito falante, o pregador.

Essa obscuridade aparece também no enunciado “não se enganem assim, quando eles obtiverem o que eles querem, eles irão te descartar”. Quem são “eles”, e o que eles querem? São muitos os enigmas colocados que sustentam essa posição de hierarquia entre o sujeito e seus ouvintes. A negação em “não se enganem assim” ocorre como uma interdição, aqui o sujeito não está descrevendo o estado das coisas, pois temos o modo imperativo. Conforme Lima (2002), os enunciados imperativos também são frequentes no discurso religioso, visto que atuam na ordem da coação e da persuasão, que são marcas desse tipo de discurso. Esse imperativo, entretanto, não se sustenta de maneira isolada: ele é complementado pela projeção de uma consequência caso a ordem não seja cumprida, qual seja, a de “ser descartado”. Assim, a negação aparece articulada a uma estratégia discursiva que não apenas normatiza a posição do outro, mas também produz um efeito de consequência negativa, ou até ameaça, reforçando a autoridade do sujeito que enuncia.

Além disso, esses movimentos discursivos atuam de forma a dar contorno a uma imagem que se tenta construir sobre um grupo de sujeitos que está localizado numa formação discursiva oposta à do sujeito falante. A partir das antecipações do sujeito no discurso, é possível notar que essa FD antagônica defende a luta por acesso igualitário a direitos básicos, não opera a partir de valores morais religiosos e sua existência parece oferecer algum tipo de ameaça à ideologia dominante que circula nesse discurso. Parece haver uma tentativa de enfraquecer e esvaziar essa formação discursiva, a partir da fragmentação dos sujeitos identificados nela.

Em seguida, ainda na SD2:

Trecho 3 - “Nós devemos lutar pela tolerância, mas isso não quer dizer que devemos lutar pela normatização de um comportamento ou de uma conduta.”

É possível observar uma posição contraditória do sujeito. Pelo menos duas vezes em seu discurso, o sujeito faz afirmações que colocam homossexuais e heterossexuais em pé de igualdade, como se a orientação sexual não fosse algo que afeta a experiência de ambos enquanto cidadãos. Então, temos no Trecho 3: “nós devemos lutar pela tolerância”. Qual seria o objeto dessa “tolerância” se pessoas héteros e homossexuais são iguais? Por que precisaríamos “tolerar” algo que não se difere de seus semelhantes? A palavra “tolerância” parece estar relacionada a uma noção de poder. Quem decide o que pode ser tolerado no outro? É um discurso de autoridade que quer parecer ser “neutro”. É dessa forma que a adversativa “mas” demonstra uma contradição, opondo a “tolerância” à “normatização”, mas, ao analisarmos, podemos entender que ambas se tratam de uma posição muito semelhante.

É interessante observar que em nenhum momento se fala em sexualidade/orientação sexual, pois nesse discurso o sentido de homossexualidade limita-se a uma “conduta” ou um “comportamento”. As sequências discursivas que estamos analisando fazem parte de um discurso maior, e no contexto na íntegra, o sujeito cita outras “condutas” mais adiante no seu discurso, como exemplos de condutas que poderiam ser normatizadas, como pedofilia e poligamia, por exemplo, em: “Por que não o casamento não possa ser infinitas pessoas? Por que o casamento não possa ser com idades diferentes? Não pode ser com uma pessoa de 40 e uma pessoa de 14?”. Assim, entendemos que ele encara a “conduta” homossexual como uma conduta desviante, que desvia do normal, do esperado, e até do “certo”, visto que ele afirma que isso não pode ser “normatizado” e que alteraria estruturas da ‘realidade’. Ou seja, na formação discursiva a qual o sujeito é filiado, é possível equiparar homossexualidade e pedofilia, já que os dois sentidos são recuperados do interdiscurso e remodelados em simetria no discurso do sujeito.

Pensando na forma como a homossexualidade foi historicamente discursivizada como desviante, o que se reflete na atualidade do discurso em análise, compondo também sua CP, podemos nos perguntar qual seria a diferença entre lutar pela

“tolerância” e lutar pela “normatização”? Tolerar tem relação com aceitar, suportar, ou seja, de certa forma, ser pouco responsivo a algo ou alguém. É possível relacionar a tolerância também com uma não-resposta, como na sequência anterior em que o sujeito se mostrou contrário à reivindicação de direitos e, portanto, a favor de uma postura de silenciamento desse grupo de sujeitos. Essa posição de não-resposta também aparece quando as pessoas homossexuais são discursivizadas como objetos, pensando que foram colocadas numa posição de submissão, sendo objetos passíveis de serem “usados” e “descartados”, como se não tivessem direito ou condições de resposta. Sendo assim, um possível sentido para “tolerância” seria um processo de invisibilização, que começa pela fragmentação desse grupo de sujeitos, aqui tratados como objetos, e, portanto, pelo esvaziamento da FD a que pertencem.

Assim, passamos à análise da negação do Trecho 3 da seguinte forma:

“nós devemos lutar pela tolerância, mas [isso não quer dizer que] = negação, ou seja, “não”; não [devemos lutar pela normatização de um comportamento] = um comportamento, neste caso, refere-se à homossexualidade, portanto: “não devemos lutar pela normatização da homossexualidade”, logo “a homossexualidade não deve ser normatizada.”

Aqui, podemos perceber uma tensão de sentidos. Normatizar uma conduta refere-se à criação de normas, à regulação, mas também pode ser entendido como um sinônimo de normalizar, ou seja, o processo de tornar algo comum, inscrito no que é socialmente tomado como “normal”. Essa difusão de sentidos indica uma tensão em torno do estatuto da homossexualidade no espaço social. De um lado, a recusa em “normatizar” pode ser interpretada como uma resistência, uma intolerância a esse “comportamento”, como sinal de um preconceito. Porém, do outro lado, esse posicionamento poderia assumir uma dimensão de defesa da liberdade, sob a premissa de que haveria uma imposição da homossexualidade por parte desse grupo. Há, ainda, uma contradição intrínseca: ao afirmar “não devemos normatizar”, o sujeito do discurso já produz uma normatividade sobre o tema, instaurando um dever a respeito de como se deve lidar com a homossexualidade.

Em suma, o discurso articula sentidos em tensão a partir do deslizamento de sentidos entre normalizar e normatizar. Resgatemos, então, o fato de que o sujeito

colocou a homossexualidade como um comportamento em linearidade com a pedofilia, deixando claro que faz parte de uma porção de condutas desviantes da nossa sociedade, inclusive ilegais. Dessa maneira, podemos pensar se essa negação revela uma posição relativista e permissiva com crimes como a pedofilia, ou revela uma posição de preconceito e aversão a orientações sexuais dissidentes, de forma a compará-las a comportamentos desviantes e perigosos, sendo que as duas leituras não são necessariamente excludentes entre si.

Conclusão

A análise proposta neste trabalho mostra que o discurso do parlamentar opera em um espaço de tensão de sentidos marcado por formações discursivas antagônicas no que se refere à relação entre política e religião no Estado brasileiro, bem como em relação ao objeto de discussão do discurso analisado, nesse caso, o direito ao casamento igualitário. Nesse processo, observamos que a fragmentação que o sujeito promove do grupo de quem fala (a cisão entre “nós” e “eles”, ou entre homossexuais que concordam e os que não concordam com a “militância”) pode funcionar como uma forma de enfraquecer esse outro, ou a imagem que se cria dele, esvaziando sua formação discursiva. Essa fragmentação articula-se ainda com o modo como as negações são mobilizadas, pois interditam determinados sentidos, e atuam de forma a reforçar a posição do sujeito e a hierarquia estabelecida entre ele e seus interlocutores.

O discurso analisado é atravessado pelas formações imaginárias por meio das antecipações que o sujeito faz, por exemplo, das imagens que o outro cria sobre ele e sobre o objeto de discussão. Por meio dessa antecipação, o sujeito afasta-se e aproxima-se dessas imagens, tensionando os sentidos a favor do seu ponto de vista.

Além disso, o caráter confuso e obscuro do discurso pode sugerir uma estratégia discursiva mais ampla: a constituição de um discurso labiríntico que, justamente por sua opacidade e complexidade, pode exercer uma força de atração sobre possíveis seguidores, na medida em que os convoca para desvendar os enigmas colocados (Lima, 2002). Nessa direção, verificamos, também, tentativas de apagamento ou disfarce da identificação com valores de ordem religiosa, mesmo quando esses valores atravessam fortemente o discurso, algo que podemos entender no campo da contradição.

Por fim, as negações presentes no discurso funcionam também como forma de reforçar a posição ideológica do sujeito, e demonstram o modo como a disputa de sentidos se materializa na linguagem. Assim, a análise mostra que a negação funcionou como um dos mecanismos de produção de um discurso labiríntico constituído por movimentos discursivos fundamentais na manutenção das relações de poder da formação social brasileira e na sustentação de uma ideologia político-religiosa que se apresenta, paradoxalmente, em um espaço que deveria estar pautado pela laicidade.

Ao olharmos para as condições de produção desse discurso, observamos como o atravessamento de forças como a oposição partidária, o peso histórico do cristianismo no Brasil e a atuação da bancada evangélica, como discutido anteriormente, conformam o espaço no qual esse sujeito enuncia, determinando os efeitos de sentido que ocorrem e se atualizam em sua fala. É nesse quadro que se manifesta a manutenção de uma ideologia dominante: os valores cristãos, embora pertencentes a uma religião específica, são discursivizados como verdades universais e inquestionáveis, sustentando relações de poder e orientando práticas políticas em um Estado que, em teoria, deveria ser laico.

REFERÊNCIAS

CARMO, Marco Tulio Oliviera Fernandes do. *Religião, direito e política: a influência discursiva-legislativa da bancada evangélica nos direitos da comunidade trans*. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2025. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/8983>. Acesso em: 19 ago. 2025.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). *População LGBTQIA+: diversidade, direitos e acesso a serviços de saúde no Brasil: sumário executivo*. (Sumário Executivo). 2024. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/2024-10/Sumario_Executivo_Estudo%20LGBTQIA%2B_Web_V5%20%281%29_0.pdf. Acesso em: 22 ago. 2025.

LIMA, Elisane Pinto da Silva Machado de. *Se formos fiéis a Ele, Ele certamente será fiel a nós: a condicionalidade e o discurso religioso da Igreja Universal do Reino de Deus*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2002.

INDURSKY, Freda. Da anáfora textual à anáfora discursiva. In: *1o Encontro do Ce/Sul*, 1997, Florianópolis: Anais. V2.

INDURSKY, Freda. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 19, p. 117–122, 2012.

Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636829>.
Acesso em: 30 jul. 2024.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, E. P. Recortar ou segmentar? In: *Linguística: Questões e Controvérsias*. Série Estudos. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. p. 09-26.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990 [1983]

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Traduzido por Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenzo Chacon J. filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani, 5a ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2014 [1975].

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: Gadet, Françoise; Hak, Tony. *Por uma análise automática do discurso*. Tradução de Bethania S. Mariani et alii. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997b. p. 61-252